

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO**

**O TEMPO DO TRABALHO DAS EMPREGADAS
DOMÉSTICAS: TENSÕES ENTRE
DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA**

MARIA BETANIA DE MELO ÁVILA

**RECIFE
JANEIRO DE 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO**

**O TEMPO DO TRABALHO DAS EMPREGADAS
DOMÉSTICAS: TENSÕES ENTRE
DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA**

MARIA BETANIA DE MELO ÁVILA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

**RECIFE
JANEIRO DE 2009**

Ávila, Maria Betânia de Melo

O tempo do trabalho das empregadas domésticas : tensões entre dominação/exploração e resistência / Maria Betânia de Melo Ávila. – Recife: O Autor, 2009.

319 folhas : il., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia. 2. Sociologia do trabalho. 3. Divisão do trabalho por sexo. 4. Mulheres - emprego. 5. Empregadas domésticas. 6. Relações trabalhistas. I. Título.

**316
301**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/07**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPE

Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

Prof. Dr. Russel Parry Scott

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPE

Profa. Dra. Ana Alice Alcântara Costa

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero, e
Feminismo da UFBA

Profa. Dra. Ângela Maria Carneiro de Araújo

Departamento de Ciência Política da UNICAMP

Profa. Dra. Eliana Maria Monteiro da Fonte (Suplente)

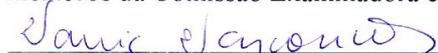
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

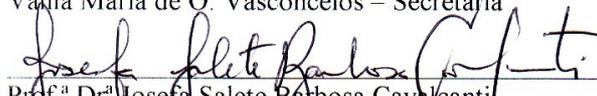
Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola (Suplente)

Departamento de Economia Doméstica da UFRPE

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **MARIA BETÂNIA DE MELO AVILA**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

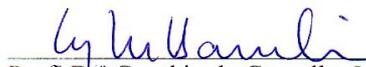
Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2009, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **MARIA BETÂNIA DE MELO ÁVILA** sob o título *O TEMPO DO TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E AS TENSÕES ENTRE DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA*. A comissão foi composta pelos professores: **Prof.ª Dr.ª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - Presidente/Orientadora; Prof.ª Dr.ª Ângela Carneiro Araújo – Titular Externa (UNICAMP), Prof.ª Dr.ª Ana Alice Alcântara Costa – Titular Externa (UFBA), Prof.ª Dr.ª Cynthia de Carvalho Lins Hamlin – Titular Interna (PPGS/UFPE), Prof. Dr. Russel Parry Scott – Titular Interno (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, a **Prof.ª Dr.ª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou à palavra a autora da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Prof.ª Dr.ª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**, presidente da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese com Distinção por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 16 de fevereiro de 2009.

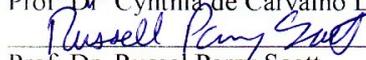

Vânia Maria de O. Vasconcelos – Secretária

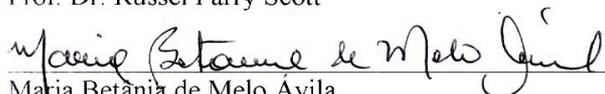

Prof.ª Dr.ª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti


Prof.ª Dr.ª Ângela Carneiro Araújo


Prof.ª Dr.ª Ana Alice Alcântara Costa


Prof.ª Dr.ª Cynthia de Carvalho Lins Hamlin


Prof. Dr. Russel Parry Scott


Maria Betânia de Melo Ávila

Para minha mãe, Maria Darcy (em memória).

Para Airton, com amor.

Para Gabriela, Juliana, Sofia e Jorge Henrique,
com esperança no futuro.

AGRADECIMENTOS

No processo de elaboração desta tese contei com o apoio, de diferentes modos, de várias pessoas.

Quero iniciar os meus agradecimentos pela Professora Doutora Josefa Salette Cavalcanti, minha Orientadora, por ter acolhido, de maneira incentivadora, desde o primeiro momento, o meu projeto de doutorado. Seu apoio intelectual e sua solidariedade me fortaleceram ao longo da elaboração desta tese.

À Professora Doutora Cynthia Hamlim, pela possibilidade de compartilhar dos seminários sobre Teoria Social Contemporânea e Teoria Social Feminista e de outros espaços de debate, os quais foram, para mim, momentos de reflexão e aprendizado.

Às/aos Professoras/es Doutoradas/es Eliana da Fonte, Silke Weber, Paulo Henrique Martins e Parry Scott, por me incentivarem neste processo.

Às minhas companheiras de trabalho do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, que me deram apoio e incentivo e dividiram comigo as tarefas de minha responsabilidade para liberar o meu tempo de trabalho e, assim, tornar possível minha dedicação à elaboração desta tese. De maneira particular quero agradecer a Verônica Ferreira, pelo apoio na realização da pesquisa de campo e pela interlocução em todo processo de elaboração desta tese. O meu agradecimento a essas amigas e companheiras de trabalho vai, sobretudo, no sentido de reconhecer a importância que tem para mim poder estar com elas em um projeto coletivo através do qual as idéias e as práticas de trabalho compartilhadas sustentam e enriquecem a produção de conhecimento de cada uma de nós em particular. Quero dizer que, neste percurso, encontrei entre as minhas companheiras de trabalho suporte afetivo e intelectual.

A Helena Hirata, agradeço o apoio intelectual e incentivo que vieram todas as vezes que a procurei pessoalmente ou por telefone e que chegaram ainda através dos livros trazidos ou enviados por ela da França para o Brasil.

Às participantes do Sindicato das Empregadas Domésticas da Região Metropolitana do Recife e a todas as trabalhadoras que participaram como sujeitos da pesquisa, quero expressar um agradecimento especial. Mais do que isso não ousou dizer, pois é a partir delas que se constrói o significado desta tese.

Quero, por fim, agradecer:

Ao meu companheiro Airton, pela solidariedade que teve comigo neste processo e pela forma generosa de compartilhar comigo o cotidiano.

Às minhas irmãs Ana e Lili, pelo incentivo e apoio que me deram neste momento e durante toda a minha vida.

Aos meus cunhados Iêdo e Jorge, pela solidariedade que sempre encontro neles.

Às/aos minhas/meus sobrinhas/os Ana Cláudia, Gustavo, Carolina e Eduardo, por estarem sempre e carinhosamente perto de mim e pelo apoio que me dão. Ao Guilherme e Neuma, sobrinho e sobrinha que chegaram pelos laços de afeto, pelo carinho e atenção que têm comigo.

À Fernanda e Rodrigo, pelo afeto que me dedicam sempre.

A todas as minhas companheiras do movimento feminista, fontes de inspiração e amizade ao longo da minha trajetória profissional e política.

RESUMO

Nesta tese, o trabalho doméstico é analisado a partir das práticas das empregadas domésticas, uma das maiores categorias de trabalhadoras no Brasil. Os conceitos de divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico são referências para a reflexão teórica desenvolvida e a análise dos dados empíricos. A noção de vida cotidiana é tomada como parte dessa reflexão e como um caminho metodológico através do qual a relação entre tempo do trabalho remunerado e não remunerado e cotidiano ganha sentido. No caso das empregadas domésticas, as práticas de trabalho que formam sua jornada como trabalhadoras se constroem especificamente no trabalho reprodutivo, o que coloca questões próprias para a organização do cotidiano. Partindo da análise dos ritmos e dinâmicas nas práticas do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, o meu objetivo foi compreender como as mulheres que estão inseridas nesta relação enfrentam **as tensões cotidianas em torno dos usos do tempo e as formas de resistência que engendram em resposta à dominação/exploração do tempo do trabalho doméstico**, o que implicou analisar a relação entre as tensões no uso do tempo para o trabalho doméstico e a construção do sujeito político. Além da revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários, foi realizada pesquisa de campo com empregadas domésticas sindicalizadas e não sindicalizadas da Região Metropolitana do Recife - RMR, utilizando-se técnicas próprias da pesquisa qualitativa. Os resultados desvelam a existência de uma **jornada de trabalho extensiva, intensiva e intermitente** gerada na esfera do trabalho reprodutivo e que determina a organização social do tempo no cotidiano das empregadas domésticas. Desvelam, também, tensões que se expressam em diferentes níveis em torno dos usos do tempo que emergem das contradições dessas relações de trabalho, a partir das quais se engendram formas de resistência. As formas de resistência são tanto individuais como coletivas.

Palavras-chave: trabalho doméstico; divisão sexual do trabalho; vida cotidiana; dominação; resistência.

ABSTRACT

In this thesis, the analysis of domestic work is based on the practices of women domestic workers. They are one of the largest category of women workers in Brazil. The concepts of sexual division of labor and domestic work are points of reference for the theoretical reflection and the analysis of empirical data. The notion of daily life is part of this reflection and is a methodological path through which the relation between the time of remunerated and non-remunerated work and daily life becomes meaningful. In the case of women domestic workers, the work practices that constitute their workday as workers are specifically constructed in reproductive work, and this poses specific issues for organizing their daily lives. Based on the analysis of the rhythms and the dynamics of remunerated and non-remunerated domestic work practices, my objective was to understand how women inserted in this relation face daily **tensions around the use of time and the forms of resistance engendered in response to domination/exploitation of domestic work time**. This implied analyzing the relation between tensions in the use of time in domestic work and the construction of the political subject. In addition to bibliographic review and survey of secondary data, field research with unionized and non-unionized women domestic workers in the Metropolitan Recife Region was carried out. This field work utilized techniques of qualitative research. Results unveil the existence of an **extensive, intensive, and intermittent workday**, generated in the reproductive work sphere, that determines the social organization of time in the daily lives of women domestic workers. They also unveil tensions that are expressed at different levels around the use of time, emerging from the contradictions of these working relations, and the forms of resistance they engender. These forms of resistance are both individual and collective.

Keywords: domestic work; sexual division of labor; daily life; domination; resistance.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse le travail domestique féminin, qui représente au Brésil une des plus importantes catégories de travailleurs, est analysé à partir des pratiques des domestiques. Les concepts de division sexuelle du travail et du travail domestique sont pris comme références pour le développement de la réflexion théorique et pour l'analyse des données empiriques. La notion de vie quotidienne, partie de cette réflexion, est considérée comme un parcours méthodologique à travers lequel la relation entre le temps de travail rémunéré et non rémunéré et le quotidien prend tout son sens. Dans le cas des domestiques, les pratiques de travail qui constituent leur journée de travail reposent spécifiquement sur le travail reproductif, ce qui pose des questions propres à l'organisation du quotidien. Partant de l'analyse des rythmes et des dynamiques des pratiques du travail domestique rémunéré et non rémunéré, mon objectif a été de comprendre comment les femmes qui sont insérées dans cette relation, affrontent **les tensions quotidiennes provoquées par les modes d'utilisation du temps et les formes de résistance qu'elles engendrent en réponse à la domination/exploitation du temps dans le travail domestique**; tout ceci a impliqué une analyse entre les tensions créées par les modes d'utilisation du temps dans le travail domestique et la construction du sujet politique. En plus d'une nouvelle étude bibliographique et du relevé de données secondaires, une enquête sur le terrain, utilisant les techniques propres à l'enquête qualitative, a été réalisée auprès de domestiques syndiquées et non syndiquées de la région métropolitaine de Recife – RMR. Les résultats révèlent l'existence d'une **journée de travail extensive, intensive et intermittente** créée dans la sphère du travail reproductif et qui détermine l'organisation sociale du temps dans le quotidien des domestiques. Ont été aussi révélées des tensions qui s'expriment à différents niveaux autour de la problématique des modes d'utilisation du temps, qui émergent des contradictions de ces relations de travail et à partir desquelles naissent des formes de résistance. Les formes de résistance sont autant individuelles que collectives.

Mots-clé: travail domestique; division sexuelle du travail; vie quotidienne; domination; résistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
OBJETO DA TESE E AS QUESTÕES METODOLÓGICAS	20
TRABALHO DE CAMPO	25
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	28
CAPÍTULO 1: ESTUDOS SOBRE O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL	31
1.1 ABORDAGENS HISTÓRICAS NA ANÁLISE SOBRE EMPREGO DOMÉSTICO	34
1.2 ESTUDOS DO CAMPO MARXISTA E AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	39
1.3 QUESTÕES SOBRE CIDADANIA: FORMAÇÃO DE SUJEITOS E ATORES SOCIAIS	51
1.4 SÍNTESE DOS TRABALHOS ANALISADOS	63
1.5 PARTICULARIDADES DESTE ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO	67
CAPÍTULO 2: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E TRABALHO DOMÉSTICO	70
2.1 REFLEXÕES INICIAIS: AS MULHERES COMO SUJEITO DO TRABALHO	70
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	79
2.3 TRABALHO DOMÉSTICO	92
2.4 QUESTÕES PARA A CONCEITUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E NÃO-REMUNERADO	107
CAPÍTULO 3: VIDA COTIDIANA E O TEMPO DO TRABALHO REPRODUTIVO	115
3.1 VIDA COTIDIANA E MODERNIDADE	115
3.2 VIDA COTIDIANA E FEMINISMO	123
3.3 VIDA COTIDIANA, ESPAÇO E TEMPO DO TRABALHO REPRODUTIVO E PRODUTIVO	133

CAPÍTULO 4: TRABALHO E EMPREGO DOMÉSTICO: O CONTEXTO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	145
4.1 DADOS SOBRE MULHERES E TRABALHO: O CONTEXTO BRASILEIRO E A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	145
4.2 A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E O SINDICATO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	159
4.3 O CONTEXTO SOCIAL, OS SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS TRAJETÓRIAS	171
CAPÍTULO 5 - DIVISÕES E TENSÕES EM TORNO DO TEMPO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO COTIDIANO	185
5.1 AS CONFIGURAÇÕES DAS JORNADAS DE TRABALHO E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO DE MORADIA	185
5.2 O TEMPO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO: SEUS RITMOS, SUAS TAREFAS E TENSÕES	200
5.3 AS TRAJETÓRIAS DE ESTUDO E AS TENSÕES COM O TEMPO DO TRABALHO	211
5.4 A EXTENSÃO E A INTENSIDADE DAS JORNADAS DE TRABALHO E AS RELAÇÕES ENGENDRADAS	222
CAPÍTULO 6: JORNADA DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS	242
6.1 TENSÕES EM TORNO DO USO DO TEMPO: ENTRE O TRABALHO DOMÉSTICO E A AÇÃO POLÍTICA	242
6.2 NÍVEIS DE ENGAJAMENTO, ROTINA DO SINDICATO E FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA	252
6.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299

INTRODUÇÃO

Esta tese sobre trabalho doméstico como relação de trabalho remunerada e não-remunerada se insere em um processo de debate político e reflexão teórica cuja origem está nos debates instaurados pelo feminismo nos anos 1970, na França. Até hoje, o trabalho doméstico se mantém como uma questão para a academia e para o movimento feminista. Nesse sentido, esta tese, resultado de uma pesquisa teórica e empírica, pretende aportar uma contribuição a este debate. Se, nesta origem e naquele contexto, a principal questão foi o trabalho doméstico gratuito, este estudo incorpora o trabalho doméstico remunerado como uma questão central na análise do trabalho doméstico no Brasil.

Minha própria trajetória profissional está ligada àquele contexto e foi construída pela atuação como pesquisadora e militante feminista. A relação entre militância política e produção do conhecimento, ressaltada nesta Introdução, é feita por uma dupla razão: em primeiro lugar, porque essa é uma questão na construção da teoria social feminista, de acordo com várias autoras (KERGOAT, 1986; COLLIN, 1988; HARDING, 1993; SORJ, 1993; LOVELL, 1996; ABBOTT & WALACE, 1997; DELPHY, 2002; HIRATA E KERGOAT, 2007) e, em segundo, porque essas duas dimensões têm uma relevância particular na construção da minha trajetória pessoal como socióloga.

A militância feminista trouxe para mim um novo sentido de vida, abriu espaço para minha inserção no movimento de mulheres que se espalha pelo mundo na busca da transformação social e da emancipação das mulheres. Essa inserção trouxe, ainda, um outro jeito de olhar o mundo através da politização de uma rebeldia que se já existia antes, de forma espontânea e solta, encontrou um lugar de reflexão sobre as causas do inconformismo individual que, a partir do feminismo, ganhou densidade ao se ancorar como parte de um sujeito coletivo no qual se forja a consciência crítica. Como afirma Rowbotham (1981), “nossa política tentou permitir a expressão de vulnerabilidade e franqueza para os sentimentos de todas as mulheres que a conscientização implica” (ROWBOTHAM, 1981, p. 48).

O que marca a minha entrada no feminismo nos anos 1970 é a minha participação no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, o qual foi constituído como uma organização de mulheres no exterior e/ou no exílio e teve como marca fundadora um documento crítico

elaborado por um coletivo de mulheres militantes e/ou ex-militantes de partidos políticos, intitulado “Pour Une Tendance Féminine Révolutionnaire”¹, que foi lançado em novembro de 1975. Esse documento, que serve de base à fundação do Círculo, incorporava os princípios da tendência feminista “Luta de Classes” (GOLDBERG, 1991).

As primeiras análises sobre trabalho doméstico nas Ciências Sociais aparecem neste contexto dos anos 1970 e como resultado dos questionamentos produzidos no âmbito do movimento feminista em uma confluência entre movimento social e produção acadêmica, a partir das correntes feminista radical e luta de classes.

Nos anos 1970, o movimento feminista francês estava basicamente constituído por três correntes, o “feminismo da diferença”, o “feminismo radical” e o “feminismo luta de classes” (TRAT, 2007; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2005). O debate entre essas correntes produzia intensas polêmicas no interior desse movimento, o que não impedia a realização de grandes mobilizações conjuntas. Um exemplo disso foi o movimento em torno da legalização do aborto, uma estratégia coletiva que logrou uma imensa capacidade de mobilização, que se expressava, inclusive, nas manifestações de rua.

Para as feministas da diferença, “deve-se valorizar a ‘feminitude’ como criatividade específica das mulheres, cujas raízes devem ser buscadas do lado da sua função procriadora” (TRAT, 2007:10)². Esta corrente, que estava fortemente ancorada na Psicanálise, teve grande impacto sobre intelectuais, artistas, escritoras/es e suas lideranças criaram uma grande querela no movimento feminista, quando um grupo dessa corrente se apropriou “ilegitimamente”, segundo Trat (2007), da sigla “MLF”³, denominação que estava na fundação do movimento feminista francês como um todo.

A corrente do “feminismo radical” coloca a questão da opressão patriarcal. Para ela, a retórica da diferença é um avatar da ideologia dominante (TRAT, 2007). Essa corrente teve um forte impacto na construção da teoria feminista na França, colocando o patriarcado como o “inimigo principal”, e foi central na luta feminista. Segundo Delphy (2000), o termo patriarcado “é rapidamente adotado pelo conjunto do movimento feminista militante nos anos

¹ Por uma Tendência Feminina Revolucionária.

² Tradução minha.

³ Mouvement de Libération des Femmes (Movimento de Liberação das Mulheres).

1970 como um termo que designa o conjunto do sistema a combater.”⁴ (DELPHY, 2000, p. 143).

Para a corrente “luta de classes”, “o discurso da diferença não é somente o produto da ideologia dominante. Ele é também a expressão de uma primeira reação das oprimidas à estigmatização que se encontra em todos os movimentos sociais nascidos de uma opressão” (TRAT, 2007:13)⁵. Na concepção dessa vertente política, essa ideologia deve ser criticada, pois é naturalizadora das relações sociais, no entanto, não se deve cair em uma postura sectária em relação às mulheres que são sensibilizadas a partir dessa retórica.

Ainda para essa corrente, “todas as mulheres são oprimidas, mas não da mesma maneira, a exploração de classe tradicional (opondo capital/trabalho) interfere na opressão patriarcal” (TRAT, 2007:13)⁶. A estratégia do movimento feminista deve buscar alianças com outros movimentos sociais, especialmente com o movimento operário. Essa orientação, segundo a mesma autora, tem um impacto importante sobre várias categorias de trabalhadoras na França.

O Círculo mantinha conexão política com o movimento feminista francês, com as mulheres exiladas de outros países latino-americanos e com as mulheres no Brasil que formavam as primeiras organizações feministas nos anos 1970, as quais estavam também ligadas a outras lutas pela democratização do país, como o Movimento pela Anistia. Neste sentido, e naquelas circunstâncias, o Círculo, além de ser um espaço político de luta pela emancipação das mulheres, configura-se também como uma experiência feminista de resistência no exterior contra a ditadura militar no Brasil, ao mesmo tempo que possibilita às suas militantes uma inserção internacional no movimento de mulheres.

Como afirma Goldberg (1991):

... mas foi depois de ter feito aparecer vários artigos sobre a situação das mulheres brasileiras nos jornais do MLF que o Círculo fez sua primeira grande aparição pública em março de 1977, participando do grande encontro “Palavra às Mulheres da América Latina”, organizado nos locais da Mutualité pelo jornal “A Informação das Mulheres”. Nesse encontro muito politizado, as representantes de vários países do continente latino-americano desvelaram, diante de uma sala cheia de homens e de mulheres, aspectos da situação de suas compatriotas, especialmente daquelas que pertenciam às camadas menos

⁴ Tradução minha.

⁵ Tradução minha.

⁶ Tradução minha.

favorecidas e mais exploradas economicamente. A partir desse momento que marca seu crescimento e sua legitimação no seio da colônia brasileira. O Círculo foi freqüentemente chamado a se juntar às iniciativas públicas das organizações da esquerda brasileira, que se esforçava para tornar visível a união e o consenso em torno da luta pela abertura democrática e a anistia⁷ (GOLDBERG, 1991, p.328).

Fazia parte da prática política do Círculo a convivência com posições feministas diferenciadas. A influência da tendência “Luta de Classes” pode ser considerada predominante, com sua ênfase na questão do trabalho das mulheres e da desigualdade de classe, mas as questões do corpo, da sexualidade, da autonomia do movimento em relação aos partidos que foram trazidas pela influência de outras correntes, ganham força e reestruturam a elaboração feminista no interior do Círculo.

Com a volta das exiladas ao Brasil, no começo dos anos 1980, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris encerra seu processo como coletivo feminista de brasileiras no exterior. Sarti (2004) enfatiza o impacto que a volta das feministas exiladas teve sobre o movimento no Brasil. Segundo essa autora:

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. As exiladas traziam em sua bagagem não apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, como também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política. O saldo do exílio, de umas, e a experiência de ter ficado no país no anos 1970, das outras, que construíram o feminismo local, fez deste encontro de aliadas um novo panorama (SARTI, 2004, p. 41).

A construção do movimento feminista no Brasil, nessa fase histórica contemporânea, está diretamente vinculada ao movimento para a redemocratização do país, como já acentuado antes. Os primeiros grupos feministas que foram criados nos anos 1970, a participação das mulheres no movimento pela Anistia, os primeiros jornais feministas – “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, ambos dessa década – e, ainda, as primeiras manifestações de mulheres trabalhadoras refletiam essa conjunção de lutas, conforme ressalta Araújo (2002):

as primeiras organizações e jornais feministas – *Brasil Mulher e Nós Mulheres* -, a partir de meados dos anos 70, chamaram a atenção para a importância da presença da mulher no universo do trabalho extra-doméstico, sua discriminação no mercado de trabalho e suas necessidades e reivindicações específicas (ARAÚJO, 2002, p. 131).

⁷ Tradução minha.

Na década de 1980, o movimento de mulheres e o movimento feminista, em particular, foram sujeitos ativos na “Campanha pelas Diretas Já”. De acordo com Costa (1998),

a partir de 1982, o feminismo chega também ao aparelho do Estado, com a criação de Delegacias Especiais de Atendimento às mulheres vítimas da violência e dos Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e, especialmente, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, em 1985. Junto com estes aparelhos de Estado, surge, também, a possibilidade de elaborar e implantar políticas públicas específicas para as mulheres (COSTA, 1998, p. 30).

Um dado interessante sobre esse contexto diz respeito à relação entre o Movimento Feminista e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Foi no espaço das Reuniões Nacionais da SBPC que aconteceram os primeiros encontros nacionais do movimento feminista: em Fortaleza, em 1979, no Rio de Janeiro, em 1980 e em Salvador, em 1981. Nesse período, ainda sob o Regime Militar, o espaço da SBPC se constituía em um lugar no qual as vozes contra o regime político se faziam ouvir e as feministas que participavam dessas reuniões aproveitavam esse evento para a realização de encontros como atividades paralelas. Isso também pode ser tomado como um indicador sobre a configuração do movimento feminista neste período no Brasil, formado por mulheres de classe média, intelectuais e/ou ligadas à academia. Após o ano de 1981, o movimento feminista, já fortalecido, construiu uma forma própria de realização dos encontros nacionais que acontecem até hoje.

Para a perspectiva feminista que referenciei a minha trajetória – que considero marcada, na origem, pelas correntes do feminismo “luta de classes e radical” –, a relação entre sujeito individual e coletivo é valorizada enquanto questão política e metodológica na forma de construir a ação. Os grupos de reflexão ou de conscientização, como eram chamados, que funcionavam como uma espécie de matriz da organização do movimento feminista contemporâneo, os quais vivenciei tanto no Círculo de Mulheres Brasileiras, em Paris, quanto no Grupo Ação Mulher em Recife, em 1980, se baseavam na relação entre narrativa da experiência pessoal e análise de contexto sócio-histórico e, também, no debate teórico. A elaboração coletiva que se realiza nesses espaços tinha um duplo sentido: a construção de consciência crítica e o fortalecimento da organização através da consolidação dos pertencimentos ao coletivo. Para Scavone (2007), “esses grupos se formam também como contrapoderes que (des)constroem os saberes, os discursos e as práticas que fundamentam as relações de poder entre os sexos” (SCAVONE, 2007, p. 4).

Participei em 1981 da fundação de uma organização, que se consolidou como um projeto de ação feminista que desenvolve, na sua prática de trabalho, a pesquisa e a educação para cidadania e a ação política como campos interligados. Pude articular nesses vinte e sete anos a minha profissão como socióloga com o ativismo político dentro do desenvolvimento institucional de um mesmo projeto coletivo. Esta organização, que hoje se denomina SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, tem como metodologia consolidada a articulação entre prática de trabalho e prática política. Como bem argumenta Collin (1988), a teoria feminista desenvolveu-se tanto no quadro institucional da pesquisa, no espaço da academia, como nos grupos situados fora das instituições tradicionais. Na visão dessa autora, a prática política criou novas formas de organização como também novas instituições de produção de conhecimento.

A formação profissional que escolhi, as Ciências Sociais, propiciou que o desejo de conhecer, de descobrir através da pesquisa e do debate de idéias, fosse ao encontro das interrogações que nos anos 1960/70 emergiam do feminismo como um novo campo para as questões sociológicas. Sorj analisa que “desenvolvida em proximidade com o movimento feminista, a reflexão acadêmica feminista teve, em geral, uma dupla motivação: reestruturar a tradição das Ciências Sociais, alterando conceitos e metodologias consagradas, e formular um projeto de emancipação das mulheres” (SORJ, 1993, p. 16). O diálogo entre o feminismo e a teoria social não nasceu nesse período, mas foi nesses anos, nos quais foi inaugurado o que passou a ser chamado a segunda onda do feminismo, que a radicalidade das questões e da crítica trazidas pelo movimento passou a exigir dessa teoria novas respostas.

Compreendo o feminismo como um pensamento crítico e como um movimento social. Como pensamento crítico, o feminismo é responsável pela construção de uma teoria social feminista, a qual tem dado uma contribuição ao desenvolvimento da teoria social em geral. Sobre o feminismo como movimento social, concordo que “o que permite, particularmente, caracterizar o movimento feminista como um movimento social, é a sua duração. Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente depois da Revolução Francesa” (TRAT, 2000, p. 133).¹ Segundo Costa (1998), “como movimento social organizado e com objetivos específicos, o feminismo surge nos eventos da Revolução Francesa, em especial, nas décadas de 1780 e 1790, quando as mulheres travaram verdadeiras batalhas em busca da cidadania feminina” (COSTA, 1998, p. 25).

A teoria social feminista constitui uma dimensão importante da produção sociológica em muitos países, do Norte e do Sul, e coloca muitos desafios para a produção do conhecimento, pois sendo ela mesma parte dessa produção, não cessa, no entanto, de questioná-la. É no intenso diálogo entre as teóricas feministas e entre elas e autores/as clássicos e/ou contemporâneos do campo não feminista que se reconstruem as análises e as teorias sobre as relações sociais. Na visão de Sorj (1993), o marxismo foi o interlocutor privilegiado do pensamento feminista e, posteriormente, o debate se ampliou para “o campo da Psicanálise, das correntes pós-estruturalistas e pós-modernas” (SORJ, 1993, p. 16). Neste sentido, a elaboração no campo da teoria social feminista significa sempre um alargamento de fronteiras nesse diálogo. Segundo Harding (1993), esse não é um problema simples, pois “os modelos teóricos aos quais recorreremos, ao mesmo tempo se aplicam e não se aplicam às mulheres e às relações de gênero” (HARDING, 1993, p. 7). Considero também que, nesse movimento dialético, a pesquisa empírica é fundamental para avançar na compreensão de questões que se constituíram como ausências na produção do conhecimento nas Ciências Sociais.

Segundo Harding (1993),

o esforço inicial da teoria feminista foi o de estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais (...) certamente, não foram propriamente as experiências das mulheres que fundamentaram qualquer das teorias a que recorreremos. Não foram essas experiências que geraram os problemas que as teorias procuram resolver, nem serviram elas de base para testar a adequação dessas teorias (HARDING, 1993, p. 8).

As correntes teóricas feministas⁸ contemporâneas estão em geral sempre e majoritariamente associadas a uma corrente teórica clássica. Segundo Lovell (1996), a corrente teórica política chamada Feminista Radical é a única que se define como autônoma. Ainda segundo essa autora, o feminismo radical influenciou a agenda do movimento feminista em geral, trazendo uma espécie de exigência de uma produção de pensamento feminista próprio, o que coincide com a visão de Delphy quando fala sobre o feminismo na

⁸ Essas correntes são classificadas por Abbott & Wallace (1997) da seguinte forma: Liberal/Teoria Feminista Reformista, Feminismo Radical, Feminismo Marxista, Feminismo Materialista, Feminismo dos Sistemas-Dual, Perspectivas do Feminismo Negro, Feminismo Pós-moderno. De acordo com Lovell (1996), que usa uma outra classificação, as correntes teóricas feministas estão denominadas como; Feminista-Marxista, Feminista-pós-estruturalista, Feminista-funcionalista, Feminista-liberal, Feminista-lacianiana, Feminista-pós-moderna.

França nos anos 1970, já citada anteriormente. Para Lovell (1996), o feminismo radical identificou certas áreas difusas que qualquer teoria feminista precisa analisar e determinar, como sexualidade, prática sexual, homossexualidade, violência sexual, dominação, violência doméstica, trabalho doméstico e o conceito de patriarcado, que foi central para a maioria das teóricas dessa corrente.

Para Abbott & Wallace (1997), “é necessário desenvolver perspectivas sociológicas feministas que possibilitem a total integração das mulheres no conhecimento sociológico” (ABBOTT & WALLACE, 1997, p. 21), questão que considero relevante, pois, como afirma Cavalcanti (2007):

A sociologia, por sua vez, se estabeleceu como a disciplina das sociedades modernas, avançadas, industriais, capitalistas, cuidando do domínio das fábricas, das organizações como também dos seus impactos na construção do processo de urbanização, e segundo suas perspectivas teóricas, definiu seu campo de observação segundo a divisão de espaços nos quais transitavam os que controlavam o capital ou aqueles que ofereciam o seu labor para a produção. Esses espaços emergiam como essencialmente ocupados por homens e na ausência de uma pergunta sobre o *por que*, foram delineados como naturalmente masculinos (CAVALCANTI, 2007, p. 122).

É da relação entre movimento feminista e produção de pesquisa sociológica na academia que a questão do trabalho vai ser revista e reconceituada. Segundo Hirata e Kergoat (2007), “embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início do anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 596). O ponto de partida para essa elaboração foi o trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres, que leva a uma redefinição do próprio conceito de trabalho e o institui como uma questão sociológica.

OBJETO DA TESE E AS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Nesta tese, o trabalho doméstico é analisado como trabalho não remunerado e como trabalho remunerado, a partir das práticas das empregadas domésticas, que se constituem como uma das maiores categorias de trabalhadoras no Brasil. Na nova divisão internacional do trabalho (HIRATA, 2002; HIRATA & KERGOAT, 2007), o emprego doméstico se coloca como uma questão na relação entre os países do Norte e do Sul, o que mostra sua

permanência e a sua expansão como parte do processo de globalização. Dada a importância do emprego doméstico como mercado de trabalho para as mulheres e a sua longa tradição na história do Brasil, esse tema se coloca como uma questão relevante para a análise das relações sociais no país. A categoria de empregadas/os domésticas/os é formada, majoritariamente ou quase exclusivamente, por mulheres. Esta categoria não conta com uma regulamentação da jornada de trabalho como parte dos seus direitos trabalhistas, além de outros destes direitos.

A minha elaboração parte do pressuposto de que as jornadas de trabalho remunerado e não remunerado que caracterizam a experiência de trabalho da grande maioria das mulheres trabalhadoras produz uma sobrecarga de trabalho que, no cotidiano, afeta a forma de inserção no mercado de trabalho, a participação política cidadã, o lazer, as condições para o estudo e o desenvolvimento da profissionalização, e, ainda, a possibilidade do uso do tempo para si. O trabalho reprodutivo, considerado como uma atribuição natural das mulheres, implica que o tempo do trabalho para sua realização não seja visível como parte da organização social do tempo. No caso das empregadas domésticas, as práticas de trabalho que formam sua jornada como trabalhadoras se constroem especificamente a partir do trabalho reprodutivo como trabalho remunerado e não remunerado, o que coloca questões próprias para a organização do tempo social no cotidiano.

Meu objetivo nesta tese foi o de, partindo da análise dos ritmos e das dinâmicas nas práticas do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, estudar como mulheres que estão inseridas nesta relação enfrentam as tensões cotidianas em torno dos usos do tempo e se estas engendram algum movimento de resistência ante a dominação/exploração do tempo do trabalho doméstico.

Para tratar dessas questões, parto de um debate teórico sobre a divisão sexual do trabalho, para então proceder ao aprofundamento teórico focalizado no trabalho e no emprego domésticos. O tempo do trabalho é um ponto central a partir do qual investigo as tensões que surgem entre dominação/exploração e resistência no exercício da profissão de empregada doméstica. Busco oferecer novas pistas para a compreensão do problema, mas com uma singularidade de análise trazida pela utilização do noção de tempo do trabalho como um caminho para a pesquisa e um meio de colocar em movimento dialético as práticas sociais e a organização coletiva de uma categoria de trabalhadoras numerosa e de forte peso na conformação das desigualdades vividas pelas mulheres no mundo do trabalho.

A análise das tensões em torno do tempo do trabalho reprodutivo como trabalho remunerado e não remunerado realizada nesta tese pretende aportar contribuições para a teoria sociológica em geral, para a teoria social feminista, em particular, e para o desenvolvimento dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Para Martins (2008), “na investigação científica, os novos problemas surgem sempre da possibilidade de novas indagações, propostas justamente a partir da consciência dos ‘vazios’ contidos nos sistemas de conhecimento” (MARTINS, 2008, p. 84). A análise das dinâmicas e da lógica da jornada do trabalho reprodutivo leva a um maior entendimento sobre as contradições que estão presentes no cotidiano das mulheres.

O estudo empírico que compõe este trabalho – além de sua importância para os estudos sociológicos na compreensão do trabalho doméstico e da divisão sexual do trabalho e das formas de sua configuração no Brasil – é um aporte para a reflexão do movimento de mulheres que, necessariamente, têm de enfrentar as contradições inerentes ao emprego doméstico, que se expressam como desigualdades entre mulheres no interior do próprio movimento. Portanto, importa para a organização das trabalhadoras domésticas e para o movimento feminista.

Pesquisar sobre uma categoria de trabalhadoras que, na dupla inserção do trabalho remunerado e não remunerado, está sob a determinação de relações sociais de sexo/gênero e de classe, no primeiro caso, e sob relações de sexo/gênero, no segundo caso, é uma contribuição para avançar nas análises das relações de trabalho e, em particular, do trabalho doméstico no pensamento crítico feminista. Igualmente, a questão de raça se apresenta como uma dimensão importante na formação da categoria de empregadas domésticas no Brasil, que se refletiu no universo dos sujeitos desta pesquisa, também majoritariamente formado de mulheres negras. Nesse sentido, na análise do emprego doméstico, neste contexto, se torna necessário considerar o imbricamento das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça.

Este estudo não se insere nas pesquisas sobre “orçamento do tempo” (BRUSCHINI, 2006), mas utiliza dados de pesquisas neste campo como forma de contribuição à análise qualitativa sobre a relação entre o tempo do trabalho doméstico remunerado e não remunerado no cotidiano. Os estudos sobre o uso do tempo, de acordo com Bruschini (2006), não se constituem em uma novidade, já aparecendo desde a primeira metade do século XIX.

Segundo esta autora, a primeira questão sobre uso do tempo no trabalho doméstico foi introduzida na PNAD⁹ em 1992, e a segunda em 2001¹⁰.

A relação entre o uso do tempo e o cotidiano é um caminho metodológico para a apreensão da vivência pessoal no trabalho e da vivência individual e coletiva na organização política, que leva ao encontro de outros fatores que se mostraram determinantes para a compreensão da questão colocada. De acordo com Bruschini (2006), apoiada na elaboração de Szalai (1972):

Muitos aspectos interessantes da vida social, segundo esse autor, estão associados com distribuição temporal das atividades humanas, regularidades de ritmo, duração, frequência e ordem seqüencial. Isto é, certas técnicas de coleta de dados, tais como observação direta, entrevista e exame de registros, permitem um cômputo razoavelmente itemizado e mensurado de como as pessoas gastam seu tempo dentro dos limites de um dia de trabalho, um fim-de-semana, uma semana de sete dias ou qualquer outro período relevante (BRUSCHINI, 2006, p. 335).

Neste estudo foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, a qual possibilita uma prospecção no cotidiano para o conhecimento de práticas sociais a partir das quais se pode estabelecer a relação entre as macroestruturas e os microprocessos que reproduzem as relações sociais. Os estudos qualitativos nos permite, justamente, compreender a relação entre dialética entre o universal e o particular. Conforme ressalta Hamlin (2008), “... é preciso que se reconheça que o universal só se manifesta no particular e, nesse sentido, qualquer forma de universalização *a priori* deve ser encarada como suspeita” (HAMLIN, 2008, p. 79). Os estudos qualitativos são uma base importante para uma abordagem dialética da realidade, como um caminho que permite conhecer as percepções dos sujeitos e as condições materiais e, a partir daí, poder analisá-las levando em consideração as tensões que constituem as relações sociais (KERGOAT, 1986).

Considero os estudos qualitativos como aqueles que contribuem com a análise de casos que revelam especificidades e a diversidade de práticas sociais em diferentes contextos e as dimensões, em geral, não apreendidas pelos estudos quantitativos dos problemas sociais e, assim, possibilitam instaurar questionamentos sobre as abordagens generalizantes da realidade social. Dados quantitativos, levantados a partir de fontes secundárias, foram

⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

¹⁰ Cf. Bruschini, 2006.

utilizados para a delimitação do contexto do trabalho doméstico no Brasil, no sentido de situar as questões e os achados obtidos através da pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa pode, também, oferecer os meios para a construção de um conhecimento que leve em consideração as dimensões objetivas e subjetivas presentes nas relações sociais e, no caso deste estudo, nas relações do trabalho doméstico, tema relevante para a reflexão sociológica atual acerca do mundo do trabalho produtivo/reprodutivo.

Compreender as tensões que conformam as relações sociais e os movimentos que se formam entre participação política e as práticas sociais é, sem dúvida, uma tarefa neste sentido, pois “os problemas sociais não poderão ser resolvidos se não forem desvendados inteiramente por quem se inquieta com sua ocorrência e atua no sentido de superá-los. E o meio de fazê-lo é através do conhecimento sociológico, o conhecimento crítico, isto é, o conhecimento que, ao mesmo tempo, os situe, explique suas causas e características e situe as dificuldades do entendimento que temos sobre eles” (MARTINS, 2002, p. 23-24).

A análise sobre as narrativas do vivido são feitas à luz das referências teóricas que orientam a pesquisa e a partir do contexto das relações sociais no qual este vivido está inserido. Os conceitos de divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico são as referências em torno das quais a reflexão teórica se desenvolve para dar sustentação ao processo da análise dos dados empíricos. A noção de vida cotidiana é tomada como parte da reflexão teórica e como um caminho metodológico através do qual a relação entre tempo do trabalho remunerado e não remunerado e cotidiano ganha sentido.

A escolha do universo da pesquisa – composto majoritariamente de trabalhadoras domésticas ligadas ao Sindicato, como sócias e lideranças e um pequeno grupo de trabalhadoras de alguma forma próximas ao Sindicato, mas não sindicalizadas – foi feita em função dos objetivos deste estudo. Meu interesse em tratar da questão do tempo do trabalho, no marco conceitual da divisão sexual do trabalho, tendo como foco as tensões entre dominação/exploração e resistência, pressupunha uma abordagem a partir de uma categoria de trabalhadoras organizadas.

Vale ressaltar que a categoria organizada de empregadas domésticas se autodefine como trabalhadoras domésticas. Porém, mantive o termo “empregada doméstica” para garantir a diferenciação entre a categoria profissional e as mulheres que no geral realizam o trabalho doméstico de forma gratuita e que, portanto, a despeito de terem ou não outra profissão, são também trabalhadoras domésticas. Utilizo o termo trabalhadoras domésticas quando me refiro aos sujeitos da pesquisa na totalidade de suas práticas de trabalho remunerado e não remunerado. Baseio-me, ainda, na definição do DIEESE, segundo a qual, “na PED¹¹, classificam-se como empregados domésticos os indivíduos que trabalham em casa de família contratados para realizar serviços domésticos, inclusive jardinagem, segurança, condução de veículos. Tanto podem ser mensalistas, diaristas ou receber em espécie ou em benefícios” (DIEESE/OIT¹², 2006, p. 15).

Chamo de lideranças aquelas que ocupam cargo de poder na estrutura de direção da organização coletiva e, ainda, aquelas que se mostraram como impulsionadoras de processos de mobilização política e/ou com grau intenso de compromisso com a ação política da categoria. Denomino como movimento de mulheres a confluência de todas as formas de organizações específicas de mulheres, entre elas, o movimento feminista e a organização das empregadas domésticas.

A questão do Sindicato e do novo sindicalismo são temas relevantes e que se colocam como parte de um debate teórico-político atual, no entanto, não fazem parte da minha elaboração, pois uma análise da natureza da organização política das empregadas domésticas não é um aspecto sobre o qual se desenvolve esta tese.

TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo, realizada de junho de 2007 a fevereiro de 2008, foi feita na Região Metropolitana do Recife (RMR), com empregadas domésticas filiadas ao Sindicato dos Empregados Domésticos da Região Metropolitana da Cidade do Recife e, como um contraponto, com empregadas domésticas sem filiação ao Sindicato, mas que mantêm algum tipo de proximidade com essa organização.

¹¹ Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

¹² Organização Internacional do Trabalho.

Foram utilizadas e combinadas técnicas de coleta de informações próprias de um estudo em profundidade. Foram elas: a história de vida, entrevistas, grupos de discussão, observação e pesquisa documental.

A história de vida me parece uma técnica apropriada para um estudo que pretende apreender a visão dos sujeitos, as práticas e as relações sociais que se estabelecem no tempo da vida cotidiana e no tempo como trajetória de uma categoria profissional. Deve-se levar em consideração que a história de vida é utilizada em conjunto com outros meios de coleta de informações. Porém, segundo Queiroz (1988), “mesmo que o cientista social registre somente uma história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que é parte; busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo” (QUEIROZ, 1988, p.26). A história de vida, segundo Haguette (1987), oferece, entre outras contribuições específicas, uma que parece central, a de “dar sentido à noção de processo” (HAGUETTE, 1987, p. 72).

A partir das entrevistas semi-estruturadas, foram abordados os temas relativos às experiências de trabalho doméstico, ao tempo de trabalho remunerado e não remunerado, incluindo o tempo de deslocamento, à vivência do tempo no interior do espaço do emprego doméstico e do trabalho doméstico em seu próprio domicílio, o tempo para a ação política e as trajetórias de vida e profissional dos sujeitos da pesquisa. Um roteiro de perguntas foi feito como um meio de conduzir o diálogo acerca dessas questões, a partir do qual os sujeitos falavam livremente e sem interrupção, levando em conta que no desenvolvimento de entrevistas as questões podem sempre ser retomadas ou recolocadas pela entrevistadora ou pelos sujeitos da pesquisa, respectivamente.

A construção dos grupos de discussão foi inspirada na metodologia feminista que utiliza a técnica “linha da vida”. Essa técnica permite a reconstrução coletiva dos processos individuais e o debate sobre as questões que surgem. Pode ser delimitada no tempo ou partir de uma determinada experiência como, por exemplo, a linha da vida profissional. Para esse estudo, foi importante a linha da vida profissional associada à vivência do tempo do trabalho no cotidiano. Através dessa técnica, é possível a coleta dos dados relativos à experiência individual, mas também registrar a troca de idéias e de diferentes percepções sobre a experiência coletiva (LIMA, 1988).

Realizei as entrevistas, os grupos de discussão e a coleta de informações para as histórias de vida em locais determinados pelos sujeitos da pesquisa, em função da praticidade que isto trazia dentro da sua jornada de trabalho e para o conforto e privacidade na hora de falar. As entrevistas foram realizadas nas residências dos sujeitos da pesquisa e na sede do Sindicato, e em todos esses lugares, em espaço resguardado da presença de outras pessoas. Os grupos de discussão aconteceram em residências e no Sindicato e as histórias de vida foram realizadas nas residências dos sujeitos da pesquisa e nas mesmas condições. Os dias de domingo, finais de tarde e à noite, foram os horários de preferência para os sujeitos da pesquisa para a realização dos grupos e entrevistas, o que foi, por si só, revelador das dinâmicas de uso do tempo no cotidiano dos sujeitos.

Além da coleta de informações através de técnicas que interpelam diretamente os sujeitos da pesquisa, foram adotadas formas de observação indireta e consentidas pelo grupo pesquisado. As visitas aos locais de residência dos sujeitos da pesquisa serviram também como momentos de observação do contexto no qual essas trabalhadoras vivem. Fiz, ainda, algumas observações em locais de trabalho remunerado, os quais não eram locais de trabalho dos sujeitos da pesquisa. Nesses momentos de observação, procurei perceber os horários de chegada e de saída das empregadas domésticas e as dinâmicas de trabalho. Também frequentei reuniões e seminários do Sindicato das Empregadas Domésticas como parte do processo de pesquisa de campo.

Através dos instrumentos de pesquisa de campo, obtive informações objetivas e subjetivas, relativas à percepção dos sujeitos sobre as questões pesquisadas, pois, como afirma Martins (2002), “a sociologia não pode ser boa sociologia se não incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas têm da adversidade e de si mesma” (MARTINS, 2002, p. 26).

No processo de pesquisa, realizei dezenove entrevistas semi-estruturadas, quatro histórias de vida, oito grupos de discussão e um grupo de discussão específico com as empregadas domésticas diretoras do Sindicato. Participaram dos grupos cerca de 30 trabalhadoras, no conjunto de todos os momentos de trabalho de campo.

Considero importante o que diz Bourdieu (1989), para quem

a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história (BORDIEU, 1986, p. 26).

Os dados secundários coletados oferecem uma base de sustentação para a conformação e compreensão dos problemas analisados, a partir de um universo mais amplo, no qual este estudo se insere. Os documentos do Sindicato também foram consultados como fonte de dados da pesquisa.

Vale ressaltar que as questões de ordem metodológica não são aqui esgotadas, ao contrário, são apresentadas como um esboço daquilo que será retomado em Capítulos posteriores, inseridas no marco das discussões teóricas.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

As questões abordadas nesta tese foram organizadas em seis capítulos e nas considerações finais. No Capítulo 1, intitulado *Estudos sobre emprego doméstico no Brasil*, Capítulo introdutório, analiso a produção das Ciências Sociais sobre emprego doméstico no país, tomando como referência alguns trabalhos de tese, pesquisas e ensaios teóricos que constituem uma contribuição relevante sobre o tema. Alguns são considerados estudos clássicos nesta temática. Neste Capítulo, analiso a falta de relevância dada ao tema do emprego doméstico nas Ciências Sociais; sistematizo as abordagens analisadas sobre o tema, a partir de três classificações: as abordagens históricas, os estudos do campo marxista e as teorias do desenvolvimento e as abordagens sobre cidadania e a formação de sujeitos e atores sociais. Por fim, apresento questões que conformam a particularidade do estudo que desenvolvo nesta tese.

No Capítulo 2, intitulado *Divisão Sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico*, apresento as abordagens sobre divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico que constituem as bases teóricas a partir das quais se dá a elaboração desta tese. Em diálogo com as autoras/es

que tomo como referência, teço questões que vão orientar a análise do estudo empírico, mas, ao mesmo tempo, já se apresentam como um exercício de reflexão teórica sobre a temática. Estas questões estão relacionadas às mulheres como sujeito do trabalho, às abordagens sobre divisão sexual do trabalho e, por fim, especificamente ao trabalho doméstico.

No Capítulo 3 – *Vida Cotidiana e Tempo do Trabalho Reprodutivo* – desenvolvo uma reflexão a partir da noção de vida cotidiana, que é tomada no processo de análise como um caminho metodológico e um fio condutor para a compreensão dos processos nos quais os sujeitos estão inseridos e através dos quais a relação entre tempo do trabalho e cotidiano ganha sentido, levando em conta o contexto social. Vida cotidiana e modernidade, as questões colocadas pelo feminismo sobre a construção da vida cotidiana e o tempo e espaço do trabalho produtivo e reprodutivo na vida cotidiana são as questões abordadas neste Capítulo.

O Capítulo 4, intitulado *Trabalho e Emprego Doméstico: o Contexto e os Sujeitos da Pesquisa*, trata do contexto do trabalho doméstico no Brasil e na Região Metropolitana do Recife, em particular. Apresento uma análise sobre a formação da organização coletiva das empregadas domésticas e análises que caracterizam a inserção dos sujeitos da pesquisa nos seus contextos de vida e as trajetórias que as levaram à inserção no emprego doméstico.

No Capítulo 5, cujo tema é *Divisões e tensões em torno do tempo do trabalho doméstico no cotidiano*, faço uma análise das tensões sobre o uso do tempo no cotidiano a partir do tempo do trabalho, das formas de resistência individual em torno do uso do tempo e das relações engendradas na dinâmica do trabalho doméstico remunerado e não remunerado.

No Capítulo 6, intitulado *Jornada de trabalho e organização política das empregadas domésticas*, analiso a relação entre o tempo do trabalho e o tempo da ação política, como tensão e como resistência coletiva, e o impacto do tempo do trabalho sobre a organização da categoria e nas suas estratégias de luta. Desvela-se, nesta análise, as contradições entre desigualdade social e construção do sujeito político individual e coletivo.

Nas considerações finais apresento uma síntese na qual retomo as análises feitas nos Capítulos anteriores e desenvolvo reflexões sobre as questões centrais que emergiram como

resultado do processo de pesquisa teórica e empírica que configurou este trabalho de tese¹³. Como questões centrais, revela-se a existência de uma **jornada de trabalho extensiva, intensiva e intermitente** gerada na esfera do trabalho reprodutivo e que determina a organização social do tempo no cotidiano das empregadas domésticas. Desvelam-se, também, **as tensões que se expressam em diferentes níveis em torno dos usos do tempo que emergem das contradições dessas relações de trabalho e a partir das quais se engendram formas de resistência individuais e coletivas à dominação/exploração no trabalho doméstico.**

¹³ As traduções dos textos em línguas estrangeiras que aparecem como citações em português foram integralmente feitas pela autora da tese.

CAPÍTULO 1 - ESTUDOS SOBRE O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

À importância do emprego doméstico no mercado de trabalho para mulheres não corresponde um investimento no campo da produção do conhecimento na área das Ciências Sociais. O que não está tratado como relevante, nem na ciência social nem na política, se torna insignificante como questão da vida social. E é justamente para se contrapor a isso que José de Souza Martins me inspira com a seguinte argumentação: “é nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante” (MARTINS, 2008, p. 11). Esta relação de trabalho tomada como objeto de estudo contribui para a compreensão das práticas e relações de trabalho na esfera reprodutiva, da pobreza das mulheres e dos meios que elas produzem para enfrentá-la, e dos problemas do cotidiano.

Vários autores/as (VIDAL, 2007; BERNARDINO-COSTA; 2007; LAUTIER, 2002; ANDERFUHREN, 1999; SANTOS, 1994; KOFES, 1990; CASTRO, 1989, VERGOLINO, 1989; MENESES, 1983) levantam o problema da escassez de estudos sobre o emprego doméstico ou trabalho doméstico remunerado no Brasil. Para Menezes (1983), “de fato, esta não constitui uma questão central da produção sociológica dominante no país. Contudo, os silêncios de nossas Ciências Sociais podem ser reveladores de um processo de ocultação de aspectos indesejáveis de nossa sociedade” (MENEZES, 1983, p.7).

Para CASTRO (1989), o trabalho doméstico nos anos 1970 se tornou objeto de um debate teórico extenso no plano internacional, porém o “serviço doméstico não avançou como tema” (p. 50). Afirma que nas áreas do conhecimento consideradas as “mais nobres” o tema foi ignorado, “mesmo no auge dos debates sobre ‘formas não propriamente capitalistas’, ‘setor informal’, ‘relações entre produção e reprodução’ e outros” (CASTRO, 1989, p. 50). A atualidade dessas questões recoloca a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre emprego doméstico para a produção sociológica. Bruno Lautier considera um “erro grosseiro” (*bévue*), das Ciências Sociais na América Latina, essa falta de estudos e pesquisas sobre a categoria das empregadas domésticas, e salienta também que dentro da literatura

científica há muito pouco lugar para este tema, mas ressalta a qualidade dos trabalhos como algo freqüente dentro dessa produção restrita (LAUTIER, 2002, p. 138).

Lautier aponta dois elementos como explicação para isso, um de natureza relacional, que é o fato de que as/os pesquisadoras/es na América Latina – e em alguns momentos o autor se reporta ao Brasil em particular – terem elas/eles mesmas/os empregadas domésticas. Neste sentido, haveria uma dificuldade em tomar “distância” do objeto de estudo. O segundo elemento de explicação, que o autor considera teórico, diz respeito à dificuldade de integrar a questão das domésticas em uma problemática centrada sobre os “atores sociais” e, de maneira mais geral, sobre o movimento social e seus conflitos, em decorrência dos próprios limites de organização e participação política que esta categoria apresenta (LAUTIER, 2002, p. 152).

Considero que, independentemente de concordar ou não com as explicações de Bruno Lautier, este debate, ao qual ele consagra uma grande importância, é de fato estratégico para uma produção do conhecimento que possa contribuir para a democratização das relações sociais no Brasil e na América Latina, apresentando análises e formulando questões teóricas que levem ao desvelamento e explicações das profundas desigualdades sociais e das formas de dominação que persistem no país e no continente.

Apesar de não se constituir em um campo de grande produção das Ciências Sociais, podem-se encontrar elaborações consistentes sobre o tema que mostram a sua importância para o conhecimento da realidade social. A revisão crítica que faço neste Capítulo não exaure nem era essa a pretensão, o conjunto desta produção, mas enfatiza algumas/uns autoras/es dentro da literatura geral sobre o tema. Outros estudos foram lidos e utilizados como referência em outras partes deste trabalho, e outros, ainda, foram lidos e não se constituem como referências escritas, mas formam parte da bibliografia pesquisada e contribuíram para o aprofundamento do nosso conhecimento nesta área.

Sobre aqueles trabalhos que compõem o conteúdo deste Capítulo, exploro deles as questões que considero as mais revelantes para o debate sociológico sobre o tema e para os propósitos da minha própria reflexão. Busco, sobretudo, ressaltar as abordagens sobre a questão do emprego doméstico e, em alguns casos, saliento determinados pontos dos resultados das pesquisas empíricas. De qualquer maneira, é bom frisar que a riqueza dos dados e as análises apresentadas nos trabalhos e, em determinados momentos, a forma

narrativa de organizá-los, somada à complexidade dos problemas levantados, impõe limites à construção de sínteses e o risco de se tornarem empobrecedoras. Entendo que a fonte de estudo são os próprios trabalhos e é a eles que devemos nos remeter para encontrar de maneira integral a contribuição de cada um.

Quero também ressaltar que, dentre os estudos analisados, estão aqueles considerados os clássicos da literatura brasileira e sobre esta temática segundo Lautier (200), tais como os de Heleieth Saffioti (1979), Alda Britto Motta (1985), Tercina Babosa Vergolino (1989), Suely Kofes (1990), Christiane Girard (1993) e a obra coletiva sobre emprego doméstico na América Latina, dirigida por Elsa Chaney e Mary Castro, intitulada “Muchacas no more” (1988, 1993)¹⁴.

Para classificar as leituras dos trabalhos apresentados, organizei a revisão em alguns subtítulos, tomando por base algumas aproximações entre as abordagens, as que escolhemos como marcantes dentro de uma grande heterogeneidade em muitos casos presente na perspectiva de um/a mesmo/a autor/autora. Por isso, tomo a abordagem de historiadoras como ponto de partida, que tratam da questão entre o final do século XIX e o início do século XX. A partir daí, utilizo outras denominações que me possibilitaram colocar em relação uma série de trabalhos que me pareceu importante e instigante dentro da pesquisa bibliográfica que realizei.

Alguns trabalhos analisam o emprego doméstico a partir do campo macro das relações sociais e das análises estruturais, para, através desse problema, dialogar com teorias, sobretudo marxistas, e algumas concepções trazidas das teorias sobre desenvolvimento com influências funcionalistas. Outros abordam o problema a partir de um foco mais específico, ou partem do problema para reconfigurar suas referências teóricas e também mostrar os aportes específicos que a análise do emprego doméstico oferece para compreensão dos processos sociais. Foi a partir dessas leituras que organizei os outros dois itens deste Capítulo.

O tema “tempo do trabalho” não é objeto específico dos estudos, mas aparece em algumas abordagens que o apontam como um problema inerente à relação de trabalho no

¹⁴ Segundo Lautier, esta é a obra mais célebre sobre a questão (Lautier, 2002, p. 143). A edição em espanhol é do ano de 1993.

emprego; em outros casos há apenas dados ou menções sobre a questão. Talvez a dificuldade para encontrar critérios a organizar este Capítulo reflita o movimento que se faz neste campo da produção do conhecimento para enfrentar as questões que não fazem parte dos marcos referenciais da teoria sociológica clássica. Em função da importância do tema para minha pesquisa, elaborei uma síntese das problematizações feitas sobre ele.

Uma das autoras aqui abordadas, Marie Anderfuhren, revela o seguinte a respeito da pesquisa sobre emprego doméstico: “o estudo da domesticidade no Brasil necessita de uma abordagem sociológica múltipla que permita entender tanto as estruturas nas quais o emprego doméstico se reproduz quanto a dinâmica dos agentes nas estruturas” (ANDERFUHREN, 1999, p. 10).

Retirados da produção geral sobre o trabalho doméstico, o que está contemplado neste Capítulo são os estudos e pesquisas que tratam especificamente da questão do trabalho doméstico remunerado, também denominado de emprego doméstico e, ainda, serviço doméstico, termos encontrados nos textos aqui analisados. Além disso, compõem este conjunto os estudos sobre a categoria das empregadas domésticas e sua organização. O debate teórico sobre trabalho doméstico, que na concepção que adotamos define no geral todas as formas de relação de trabalho reprodutivo no âmbito doméstico, estará contemplado em Capítulo específico, a partir do conceito de divisão sexual do trabalho.

1.1 ABORDAGENS HISTÓRICAS NA ANÁLISE SOBRE EMPREGO DOMÉSTICO

Dois trabalhos (GRAHAM, 1992; SANTOS, 1994) me parecem especialmente apropriados para iniciar o diálogo neste campo da produção sociológica no Brasil – e, em alguns casos, sobre o Brasil – pelo fato de terem concentrado suas análises no período inscrito entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

O estudo de Graham (1992) está voltado para o período de 1860-1910 e o de Santos (1994) para o de 1890-1930. O primeiro abrange o período histórico no qual a escravidão da população negra foi abolida no Brasil e o segundo abrange justamente o período que se segue

a este fato histórico extremamente significativo em relação à questão do emprego doméstico. No primeiro caso, o estudo está situado no Rio de Janeiro e, no segundo, em São Paulo. A leitura desses textos me ofereceu uma base de referência histórica para refletir sobre as questões enfrentadas nesta tese.

Tratando de períodos distanciados do contexto atual por mais ou menos um século, período de profundas transformações, o trabalho dessas autoras permite compreender o sentido do emprego doméstico no processo de manutenção e transformação das estruturas de dominação na sociedade brasileira. Não se trata de pensar comparativamente, mas de tomar em conta tempos históricos diversos para enriquecer a análise sociológica do tempo contemporâneo. Não se trata, tampouco, de utilizar como fio condutor desse diálogo uma marcação cronológica dos estudos aqui abordados. As contribuições de Graham (1992) e Santos (1994), situadas em um determinado tempo histórico, permitem não só a manutenção da memória, como também oferecem luzes para a compreensão, de maneira mais profunda, das questões que envolvem a problemática do emprego doméstico no país.

O estudo de Graham (1992), que deu origem ao livro “Proteção e Obediência, Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro”, contém, como já dito, o tempo que marca a passagem entre o regime escravocrata e a sua abolição. Sua obra nos oferece uma rica e minuciosa análise sobre “as tensões entre casa e rua, expressas nas relações domésticas entre criadas e senhores, expostas nas rotinas e crises da vida cotidiana, e suas alterações no tempo...”. O assunto do seu livro, segundo a autora, são as mulheres, por serem elas que, “na situação de criadas domésticas, arcavam com trabalhos extras e com fardos e restrições que os homens não precisavam suportar” (Graham, 1992, p. 17). No período analisado, o serviço doméstico, segundo a autora, ficava a cargo de mulheres escravas e mulheres livres que eram empregadas domésticas.

Narrativas sobre a dinâmica da vida doméstica, sobre o movimento entre a casa e a rua e os seus significados diferenciados para criadas e patrões, e outros aspectos do problema, estão abordadas. No entanto, é sobre uma formulação precisa da autora que quero focalizar minha leitura de seu trabalho, pois considero que aí se encontra um ponto de reflexão sobre a relação entre escravidão e emprego doméstico. Nesse sentido, destaco a seguinte análise feita pela autora:

No meio em que as criadas trabalhavam e viviam sob condições similares, havia pouco com que distinguir as mulheres livres das escravas: qualquer criada poderá ser submetida por longo período a trabalho exaustivo, alojamentos úmidos, dieta inadequada ou doenças que caracterizavam comumente a vida do trabalhador pobre. O estudo das criadas brasileiras demonstra que a situação de mulheres específicas confunde as categorias simplistas de escrava ou livre (GRAHAM, 1992, p. 19).

Em primeiro lugar, quero destacar uma visão crítica sobre este ponto, pois considero que a distinção entre a condição de escrava e não-escrava é algo incontornável. As mulheres negras eram as escravas, portanto, tratava-se de uma dominação de raça. Na relação escravagista, o senhor se apossa da outra ou do outro como parte de sua propriedade, independentemente de que condições de trabalho lhes sejam impostas, em geral terríveis e desumanas. Ressalta-se aqui como o caráter da dominação/exploração se realiza na negação do outro/a como indivíduo.

Porém, havia pouco a distinguir, segundo a autora, nas condições de trabalho impostas, e é aí que está a questão. O problema colocado diz respeito ao caráter escravizador da relação de trabalho no emprego doméstico. Esta é uma questão que continua em debate. Kofes (1990) afirma em sua pesquisa essa questão como recorrente, uma vez que as empregadas domésticas colocavam sempre seu sentimento em relação a isto, e as patroas, por sua vez, afirmavam que o trabalho doméstico estava muito assemelhado a um regime de escravidão.

Escravidão e emprego doméstico estão historicamente associados no caso do Brasil. A relação de servidão como parte do trabalho doméstico, e como elemento das relações sociais de sexo, é um problema levantado por Hirata (2004). Assim, a questão da escravidão constrói um sentido histórico que dá significado até hoje ao emprego doméstico, assim como o trabalho doméstico como relação de dominação dos homens sobre as mulheres transpõe para o emprego doméstico o problema da servidão. O que quero frisar é a relação escravidão/servidão como desafio para a reflexão sociológica.

Graham afirma que o Rio de Janeiro como capital do Império, e depois, capital da República, é um cenário muito apropriado para o estudo das “servidoras domésticas”. Segundo ela, “era um estilo de vida que, em todas as suas variantes, dependia dos criados não apenas para suprir as necessidades da existência diária mas também para exibir uma posição social de privilégios” (GRAHAM, 1992, p. 20).

É importante considerar ainda três questões colocadas pela autora: a primeira refere-se ao poder patriarcal do senhor, do chefe de família, sobre todas as mulheres que estavam sob sua proteção e dominação no espaço doméstico; a segunda, às formas de relacionamento entre patrões/oas e escravas domésticas, que variavam entre sentimentos de desconfiança sobre honestidade, de ameaça de transmissão de doenças, de escravas que trabalhavam para trazer renda para seus/as donos/as e casos de proteção nos quais as escravas chegavam a ser contempladas com algum bem de herança, entre outras questões; a terceira diz respeito à relação entre desenvolvimento urbano e as tarefas e condições do trabalho doméstico, que vão se modificando em função das novas possibilidades trazidas pela modernização e das tentativas de regulação do emprego doméstico desde o século XIX, que eram feitas sobretudo em benefício dos patrões e, mesmo assim, não alcançam o interesse público, sobretudo quando se tratava de proteção às trabalhadoras.

Por fim, é importante colocar a visão da autora sobre as tensões impostas pelos limites de uma situação que leva às reações e às buscas de alternativas. “O desafio do historiador consiste em investigar tanto os padrões culturais que tornavam a dominação possível e disseminada quanto as maneiras pelas quais as criadas conquistavam alguma independência” (GRAHAM, 1992, p. 19). Esse movimento se constrói na relação entre o espaço da casa e o espaço da rua, segundo pude apreender da análise da autora.

A análise da dinâmica do cotidiano, que remete ao período 1890-1930, logo após a abolição da escravatura, a partir do emprego doméstico, feita por Santos (1994), serve como uma referência para compreender a relação no tempo histórico dos processos de permanência e mudanças na jornada de trabalho e nas relações sociais de uma categoria profissional que até hoje não tem a jornada de trabalho regulamentada. A descrição das tarefas realizadas, da forma como é feita, leva a uma apreensão de outros elementos sobre o modo de vida daquela época, oferecendo pistas de como a análise sobre emprego doméstico pode revelar aspectos culturais presentes no espaço doméstico.

A abordagem, que pode ser considerada como crítica, permite relacionar o emprego doméstico com os processos de transformação em curso, tais como a urbanização e a implantação do regime republicano. Revela, também, o problema de uma concepção hegemônica de poder baseada na separação entre o pessoal e político (Santos, 1994). O que posso também salientar é que a abordagem da autora permite compreender o emprego

doméstico não como uma relação fechada em si mesma, mas como uma relação social marcada pelas estruturas de poder.

Na dinâmica entre o público e o privado – social, cultural e historicamente redefinida –, pode-se perceber no momento em foco que um movimento progressivo de privatização do espaço estaria ocorrendo concomitantemente com a expansão da urbanização, que coincide com uma série de outras mudanças e com a implantação do regime republicano, cujo projeto político concentrou atenções no binômio família/cidade. Esse processo obscureceu a vida cotidiana, já que a separação do pessoal e do político ocultou a existência de uma dinâmica de poder que age em ambos (SANTOS, 1994, p. 198).

A contradição de uma relação de trabalho que se caracteriza também pela tensão entre intimidade e desigualdade e dominação está claramente tratada no texto dessa autora. Duas outras questões, que considero relevantes, são analisadas: a formação profissional e a regulamentação dessa relação de trabalho. Sobre a primeira questão, a autora mostra que a concepção, a qual permanece através do tempo, de que para esse tipo de trabalho as mulheres estão naturalmente habilitadas e, portanto, não carecem de uma formação técnica, está desde então consolidada. Concepção essa que, na prática, funciona como uma forma de desvalorização e permissibilidade de exigências arbitrárias sobre as pessoas contratadas para os serviços domésticos.

Em relação à regulamentação, segundo Santos (1994), que examina o caso do município de São Paulo, o que marca este período (1890-1930) são tentativas de regulação, que partem da necessidade dos patrões de exercerem novas formas de tutela. Com o fim da escravidão, a estabilidade e as formas de autoridade e dominação na relação entre patroa/patrão e empregadas estavam alteradas. O patronato colocava a necessidade de novos arranjos e novas formas de proteção dos seus interesses.

É relevante, na elaboração de Santos (1994), a percepção de um cotidiano marcado, já naquela época, por um movimento entre dominação/violência e resistência.

O medo e o profundo respeito caracterizavam a trama das relações entre patrões e criados. Num cotidiano marcado por tal ambigüidade, não se poderia esperar dos criados apenas conformismo e passividade. A resistência, embora expressa numa consciência fragmentada, era, de certa forma determinante nas diferentes expressões de luta: fuga, indolência, mau humor, protestos sutis ou velados (SANTOS, 1994, p. 210).

A falta de controle do seu tempo nas jornadas de trabalho pelas empregadas domésticas está colocada tanto como uma forma de dominação cotidiana, como quanto parte da resistência, à medida que buscavam formas de driblar esse tempo apropriado pela/o outra/o.

1.2 ESTUDOS DO CAMPO MARXISTA E AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

No campo da análise marxista, o livro “Emprego Doméstico e Capitalismo”, de Saffioti (1979), é um marco da produção de conhecimento sobre o tema. Considero que esta construção teórica se inscreve em um processo de construção da teoria social feminista que tenta superar os limites da teoria marxista na explicação do trabalho doméstico e da exploração das mulheres no contexto do trabalho assalariado.

A autora realizou um estudo empírico, no município de Araraquara, São Paulo, tendo como um dos objetivos teóricos “medir indiretamente em que medida as empregadas domésticas estariam preenchendo uma das funções do exército industrial de reserva” (SAFFIOTI, 1979, p. 19), isto é, em que medida as empregadas domésticas podem ser consideradas uma força de trabalho disponível para ser recrutada pelo setor capitalista da economia, nos seus momentos de expansão. Para isso, investigou o contingente de empregadas domésticas que transitaram para outros tipos de atividades remuneradas em um determinado período. De acordo com os resultados obtidos, a autora considera significativo o número de trabalhadoras que fizeram esse trânsito, o que a leva a considerar que o setor capitalista da economia absorve uma parcela de trabalhadoras domésticas remuneradas dentro do contexto estudado.

Na sua investigação, partindo da concepção de “exército industrial de reserva”¹⁵, Saffioti apresenta duas constatações: a primeira diz respeito à diferença entre os resultados de seu trabalho e a situação observada por Marx na Inglaterra do século XIX. Enquanto aí a grande recrutadora de mão-de-obra dos setores não capitalistas da economia era a indústria,

¹⁵ Cf. MARX, 2002, p. 735.

no Brasil é o setor terciário de atividades econômicas o responsável por isso; a outra é que a categoria ocupacional empregada doméstica preenche uma das funções indicadas no conceito de “exército industrial de reserva” (SAFFIOTI, 1979, p. 21).

Ressalta ainda que a pesquisa não possibilitou, pois não foi planejada para isso, que fosse verificado o segundo requisito indicado por este conceito relativo ao fato de se as empregadas domésticas estão contribuindo como fator de contenção dos salários dos que estão empregados no setor capitalista da economia. Há, também, em sua análise, uma indicação para a necessidade de repensar o conceito de exército industrial de reserva a partir do “modelo de industrialização dos países capitalistas periféricos”, que é distinto daquele que “norteou o processo das nações hoje desenvolvidas” (SAFFIOTI 1979, p. 22).

O pressuposto teórico que constitui a base do estudo em questão é que “nas formações capitalistas, como é sabido, o modo de produção capitalista coexiste com formas não-capitalistas de trabalho” (SAFFIOTI, 1979, p. 23). Considera essa coexistência como dinâmica e integrada, de acordo com os interesses e necessidades do setor capitalista da economia. Para a autora, os trabalhadores dos setores não capitalistas estão à margem do modo de produção capitalista, mas, por outro lado, estão integrados no sistema capitalista e “permitem” a este “alcançar uma taxa mais elevada de acumulação”, à medida que realizam tarefas necessárias à reprodução ampliada do capital.

Segundo a autora,

o assalariamento da força de trabalho específica para desincumbir-se de serviços domésticos em residências particulares foi inaugurado pelo capitalismo. Em modos de produção pré-capitalistas, a escrava e a serva realizavam as tarefas domésticas na casa do senhor sem retribuição pecuniária...Entretanto, as atividades desenvolvidas por empregadas domésticas em residências particulares não se caracterizam como capitalistas. Com efeito, não se encontram elas subjugadas ao capital, mas são remuneradas diretamente pela renda pessoal (SAFFIOTI, 1979, p. 191).

Esse estudo, que aborda o emprego doméstico dentro dos marcos de uma teoria sobre reprodução do sistema capitalista, foi e permanece sendo uma referência importante para a produção sociológica sobre o tema. Por outro lado, a tentativa de encaixar a análise dentro de uma única grade analítica, a qual não considera o trabalho doméstico como objeto da sua formulação, é um problema e evidencia a necessidade de construir ou utilizar, em diálogo com esta matriz teórica, categorias analíticas apropriadas ao estudo da questão. Para Saffioti

(1979), é a ideologia patriarcal que induz as mulheres à aceitação dos empregos mal remunerados. A menção à ideologia patriarcal pode ser tomada como um indicativo de que o problema analisado exige referências teóricas analíticas fora do campo marxista. A questão do patriarcado vai ganhar densidade e profundidade na pensamento da autora em obras subseqüentes como no livro “Gênero, Patriarcado, Violência” (SAFFIOTI, 2004)¹⁶.

Por fim, Saffioti (1979) remete, criticamente, ao debate marxista sobre trabalho doméstico “nos países desenvolvidos”, que naquele contexto dos anos 1970 tendia a cair em uma circularidade de divergências sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Essa circularidade está em princípio imposta pelo fato de limitar a análise do trabalho doméstico ao marco da teoria marxista, que sendo uma base fundamental para compreensão da relação capital e trabalho, não pode dar conta de um problema que não se constitui como objeto da sua elaboração.

Neste sentido, Saffioti (1979) avança na conclusão:

Parece mais lógico admitir-se que as atividades domésticas, quer desempenhadas gratuitamente, quer assalariadamente, vinculam-se historicamente ao modo de produção doméstico...Trate-se, pois, de trabalho gratuito ou de trabalho remunerado, o serviço doméstico constitui sempre tarefa feminina. É que sob o capitalismo periférico a liberação de certos contingentes femininos dos trabalho domésticos faz-se às expensas do sacrifício de outras mulheres, ou seja, as empregadas domésticas. Trata-se de maneiras diferentes de realização histórica da sociedade de classes. O que permanece constante, independentemente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão do trabalho segundo o sexo, que destina aos homens a esfera pública da economia e às mulheres o mundo restrito da família e da residência (SAFFIOTI, 1979, p. 44-45).

A autora abre, assim, a própria estrutura analítica na direção de uma abordagem mais complexa do problema, que reflete sua concepção dialética de produção do conhecimento.

A relação entre as fases dos processos de industrialização e o crescimento ou declínio do emprego doméstico é abordada por outras autoras, em outros países, e a partir de outros

¹⁶ De acordo com a classificação de Abbott & Wallace (1997), a corrente de pensamento do feminismo dos sistemas-duais defende justamente a tese de que o patriarcado, como sistema de poder anterior ao capitalismo, toma uma nova e específica forma neste sistema. Sem intenção de enquadrar a abordagem de Heleieth Saffioti nesta classificação, quero, no entanto, sublinhar uma diferenciação feita pela autoras entre feministas marxistas, que circunscrevem sua reflexão nos limites da teoria marxista, e uma abordagem que colocando-se também na tradição do campo marxista, extrapola seus limites ou, dito de outra forma, rompe com a visão de um único ponto de partida para pensar a realidade social (de uma única determinação).

modelos teóricos. É o caso, por exemplo, de Higman (1993)¹⁷, em estudo sobre a Jamaica e tendo as experiências da Inglaterra e dos Estados Unidos como referências comparativas. Nesse caso, o modelo de análise leva em conta outros fatores para explicar o declínio do emprego doméstico em determinados períodos, além do desenvolvimento da economia industrial e do aumento de oportunidades de trabalho para as mulheres, como a redução do tamanho da família de classe média e a comercialização e mecanização de tarefas do lar. De acordo com o modelo tomado como referência por Higman,

o relativo grande número de trabalhadores domésticos que hoje em dia se encontra em muitos países latino-americanos ocorre em função de sua economia, que se encontra em um estado intermediário de desenvolvimento, estado pelo qual passaram as economias industriais desenvolvidas ao final do século XIX (HIGMAN, p. 42, 1993)¹⁸.

Em suas conclusões, contudo, ela afirma que este modelo se encaixou “muito pobremente” no caso da Jamaica. Sobre a questão do tempo de trabalho doméstico na Jamaica, Higman (1993) nos traz dados importantes que interessa salientar, no sentido de mostrar a historicidade do problema da jornada de trabalho como uma dimensão fundamental da relação de exploração no emprego doméstico. Segundo essa autora, no ano de 1925, a média de horas trabalhadas pelos “domésticos jamaicanos” era de 74 horas por semana, o que significava 20 horas a mais do que aquelas horas trabalhadas por outros trabalhadores de qualquer ocupação e sem o recebimento de horas extras. Acrescenta, ainda, que esta situação permaneceu pelo menos até 1960, enquanto ocorriam mudanças nas jornadas de trabalho em outras ocupações (HIGMAN, 1993, p. 59).

A pesquisa de Farias (1983), realizada na cidade de Fortaleza e que deu origem ao livro intitulado “Domesticidade: ‘cativeiro’ feminino?”, tem como ponto de partida para sua análise e elaboração teórica, dentro de uma abordagem marxista, a relação entre emprego doméstico e as condições histórico-estruturais nas quais essa relação de trabalho remunerado se realiza e se reproduz. Desenvolve uma elaboração sobre o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro como “concentrador da riqueza nacional nas mãos de poucos cidadãos e grupos do país, ocasionando assim a reprodução da situação de pobreza generalizada”

¹⁷ Esta autora sustenta sua análise remetendo-a e baseando-se em outras autoras/es, das/os quais ressalto o nome de Ester Boserup (1970), teórica de referência no debate sobre mulheres e desenvolvimento e autora do famoso livro “Women’s Role in Economic Development” (O Papel das Mulheres no Desenvolvimento Econômico).

¹⁸ Tradução minha.

(FARIAS, 1983, p. 22). A autora trata o emprego doméstico a partir de sua inserção no sistema capitalista, considerando, ainda, como parte deste modelo a desigualdade regional, que está diretamente relacionada ao problema. Segundo Farias, “além de ser um indicador da pobreza regional nordestina, no caso, a reprodução do “emprego” doméstico se relacionaria, de um modo mais específico, com a situação da mulher na sociedade brasileira” (FARIAS, 1983, p. 22).

A vinculação do emprego doméstico com a questão da pobreza é um ponto importante da reflexão da autora, que tenta construir uma relação entre a situação de classe e a posição social da mulher a partir do conceito de papéis sociais, o que posteriormente resulta numa relação entre classe e sexo no que diz respeito ao emprego doméstico.

Para se compreender, no entanto, o lugar social tão desprestigiado da empregada doméstica, pensamos ser necessário, ainda, associar – articulando à explicação a nível dos condicionantes de classe – a exploração a nível dos condicionamentos sociais ligados a sexo, pois, como sabemos, homens e mulheres estão desigualmente situados na ‘produção social da existência’ na maioria das sociedades humanas, como nos informam alguns estudos antropológicos. E a empregada doméstica, além de ser pobre, é mulher (FARIAS, 1983, p. 77).

A amostra de Farias (1983) inclui empregadas domésticas e patroas. Mas nenhuma das empregadas domésticas pesquisadas trabalhava para as patroas pesquisadas. Uma de suas considerações sobre os resultados alcançados diz respeito à dependência que as patroas inseridas no mercado de trabalho têm das empregadas domésticas. Caracteriza a relação como de violência e dominação e mostra as diferentes percepções das patroas, que variam entre mais igualitaristas e conservadoras.

Duas questões levantadas pela autora me interessam de maneira especial: a primeira diz respeito ao emprego doméstico não se constituir como uma forma de emancipação para as mulheres; a outra é de que essa relação de trabalho não modifica a tradicional divisão do trabalho entre os sexos.

A nosso ver, a entrada de mulheres na “força de trabalho”, por sua participação no emprego doméstico – como vem a ser o caso de maioria das mulheres brasileiras incluídas na PEA – não se constitui numa forma de emancipação para essas mulheres, apesar do assalariamento (e de por isso terem sido incluídas na PEA). Além do mais, achamos que a persistência do emprego doméstico, apesar de compreendida como estratégia de sobrevivência para as empregadas, em nada modifica a tradicional divisão do trabalho entre os sexos, nem pelo lado da empregada – futura dona-de-casa, nem pelo lado da patroa a quem ela substitui ou ajuda (FARIAS, 1983, p. 82).

Partindo de uma análise do conteúdo geral apresentado, a autora desenvolve uma perspectiva de transformação que a leva, talvez, a tratar da emancipação como um projeto totalizador, como algo que se realiza de uma só maneira e em um determinado momento. A relação entre salário e servidão coloca muitas contradições que a autora aponta, mas sobre as quais não avança. Apesar de essas questões não serem exploradas com mais densidade em sua análise, considero que elas são fundamentais na reflexão sobre o emprego doméstico quando pensado a partir da divisão sexual do trabalho e da questão do sujeito. Esses pontos farão parte da minha elaboração em Capítulos posteriores.

A análise das questões estruturais está referenciada em abordagens marxistas. Para a relação entre patroa e empregada, que está caracterizada como de “dominação”, essa autora vai buscar em Weber sua sustentação para analisar o que chama de “poderes senhoriais” (FARIAS, 1983, p.116). Daí parte para uma afirmação de que esses poderes estão sustentados na situação de classe.

Nesse trabalho, a relação entre campos teóricos de diferentes matrizes, como marxismo e funcionalismo (quando trabalha com o conceito de papéis sociais) e teoria weberiana, se faz de maneira estanque. Essa escolha está, de uma certa forma, relacionada também ao período no qual foi elaborado. Ora a autora se pauta por uma concepção, ora por outra, sem fazer qualquer mediação e conexão entre essas diferentes correntes. O resultado é uma fragmentação de abordagens pelo uso atomizado dos conceitos.

Na pesquisa intitulada “Emprego Doméstico em Salvador”, Alda Britto da Motta (1985) expõe as dificuldades encontradas nos anos 1970, quando começou seus estudos nesta área, para encontrar bibliografia sobre o assunto. Se hoje encontramos uma maior produção neste campo, pode-se, no entanto, dizer que a escassez permanece como uma marca.

O emprego doméstico é tratado por Britto da Motta a partir da relação entre capitalismo e trabalho doméstico, com o reconhecimento da existência de traços comuns universais neste trabalho, no contexto do capitalismo dependente. Três traços comuns são destacados: o primeiro deles diz respeito a ser um trabalho que, na sua quase totalidade, é realizado por mulheres. Nessa relação, o trabalho doméstico aparece como uma ‘segunda natureza’ da mulher. O segundo traço diz respeito ao desvalor social atribuído a esta atividade. E o terceiro, decorrente do inicial, é a falta de limite de horário para o seu exercício.

A autora faz ainda uma divisão de traços específicos que são comuns às duas categorias de trabalhadoras: as donas de casa, cujo elemento também comum é a gratuidade do trabalho doméstico, e empregadas domésticas; neste caso é o assalariamento, mal pago e só parcialmente monetarizado, o elemento partilhado. E como um traço comum às duas formas, destaca o fato de que “quase todas as mulheres exercem – pelo menos em um período da sua vida – parcial ou totalmente, o trabalho doméstico não remunerado” (BRITTO MOTTA, 1985, p. 17-18). Acrescenta, ainda, que no “capitalismo dependente” grande parte das mulheres pobres exerce, pelo menos em um determinado período de sua vida, o trabalho doméstico remunerado (BRITTO MOTTA, 1985, p. 18).

Alda Britto Motta faz uma análise sobre a desigualdade de classe entre as mulheres no emprego doméstico e, por fim, afirma que “uma dona de casa e uma empregada doméstica podem estar em posição social oposta, representando interesses sociais e econômicos opostos, mesmo quando não representam a contradição principal de classes da sociedade. Então, mesmo conservando o substrato feminino, ‘natural’, doméstico e subordinado comum, não raro os interesses de classe predominam – é o grande impasse que o feminismo vive.” (BRITTO MOTTA, 1985, p. 18).

A investigação realizada em Salvador trata de várias dimensões do problema, condições de trabalho, relações entre patroa/ões, carreira ocupacional e a das relações das empregadas domésticas no contexto social da cidade. Uma rica narrativa é feita sobre os resultados encontrados para mostrar as contradições e dificuldades vividas no interior dessa relação. Logo de início a autora adverte sobre a impossibilidade de análise “estritamente econômica do Serviço Doméstico” ou de qualquer outro tipo de trabalho classificado como “feminino”. “No caso do Serviço Doméstico, a dificuldade é maior por causa da desconcertante associação de elementos de diferentes formas organizativas que o compõe: traços servis, fortes elementos da produção doméstica para o autoconsumo, elementos do assalariamento capitalista” (BRITTO MOTTA, 1985, p. 25).

Em sua análise a autora ressalta, ainda, a contradição entre a importância do emprego doméstico no acesso ao mercado de trabalho e a ausência de direitos trabalhistas no Brasil. Como seu trabalho é anterior a 1988, as conquistas das empregadas domésticas na Constituição ainda não constavam. Essas conquistas, ainda que incompletas, significaram um

avanço, mas a contradição permanece em decorrência dos limites presentes no acesso dessa categoria aos direitos.

O trabalho de Britto Motta oferece uma base importante de dados que podem ser sempre buscados como uma fonte para estudos posteriores, no sentido de compreender os processos em curso. Também coloca questões para o debate teórico sobre o trabalho das mulheres e a questão da exploração e da dominação. Situado no campo da análise feminista marxista, seu estudo aponta para a necessidade de incorporação de outras referências na compreensão do problema.

Em sua tese de doutorado, VERGOLINO (1989) desenvolveu um denso e interessante trabalho sobre a relação patroa-empregada doméstica em Recife, a partir de uma pesquisa quantitativa sustentada, também, em dados qualitativos. Para mim, esse trabalho se reveste de uma importância especial por se tratar de um estudo situado em Recife, cidade referência da pesquisa empírica que compõe meu processo de elaboração. Salienta que o serviço doméstico absorve um contingente significativo de trabalhadoras, que facilita a participação das mulheres patroas profissionalizadas no mercado formal de trabalho. Para a autora, no Brasil, desde o período escravocrata, “o serviço doméstico é o tipo de atividade que não tem sido feita por donas de casa nas classes médias e altas da sociedade” (VERGOLINO, 1989, p. 6)¹⁹.

A autora situa o emprego doméstico como parte do setor informal da economia e, partindo dos resultados de sua pesquisa qualitativa, debate três questões teóricas: a primeira delas é em que medida a presença das empregadas domésticas ou o salário dos maridos encorajam a decisão das mulheres a trabalhar fora de casa. Nesse ponto, chega à conclusão de que o salário do marido não influi na decisão e de que o percentual de mulheres trabalhando fora é maior quando elas têm empregada doméstica (62,25%).

A segunda questão diz respeito ao papel que as empregadas domésticas jogam no rebaixamento dos salários dos membros de famílias das classes média e alta. Consta como muito improvável que uma família de classe média ou alta pudesse comprar no mercado formal os serviços que a empregada realiza por um preço igual ou equivalente. Assim, uma empregada por cozinhar, lavar, tomar conta das crianças, isto é, cumprir um conjunto de

¹⁹ Tradução minha.

atividades por um valor menor do que seria pago na compra de cada um desses serviços²⁰. Toma esses resultados como indicação de que as empregadas domésticas jogam em potencial um papel importante na redução dos salários recebidos por famílias de classes média e alta.

Como terceira questão teórica avalia a aplicabilidade do conceito de Quijano sobre “pólo marginal da economia” para as empregadas domésticas. E conclui que os dados coletados mostram a evidência que sustentam este conceito (VERGOLINO, 1989, p. 218-219).

Na sua revisão bibliográfica sobre a questão do trabalho doméstico, aborda a discussão das teóricas marxistas sobre trabalho produtivo e improdutivo e sugere que a abordagem desse problema é inapropriada, uma vez que o trabalho doméstico não se constituiu em um objeto de análise de Marx. Estabelece, nesse ponto, um diálogo crítico com as autoras Saffioti (1978) e Britto da Motta (1981), as quais, evocando Marx, analisam a contribuição do serviço doméstico para a produção e reprodução da força de trabalho como mercadoria, em contraste com o que Marx afirma. Vergolino (1989) não concorda com esta abordagem, pois afirma, citando Marx, que há uma diferenciação entre força de trabalho e força de trabalho como mercadoria, e essa diferença não é considerada pelas autoras em questão (VERGOLINO, 1989, p. 52). Acrescenta, ainda, que no seu entendimento a realização do trabalho doméstico é uma função básica para qualquer modo de produção.

Segundo Vergolino (1989), entre as empregadas domésticas pesquisadas, 77,98% trabalhavam mais de 8 horas por dia e 70% das patroas entrevistadas, as quais trabalham fora, afirmaram que mesmo com uma só criança com menos de 12 anos seria “muito difícil” ou “impossível” trabalhar fora de casa sem a presença de uma empregada doméstica (p. 172). Esta é uma questão inteiramente conectada com os objetivos de minha análise.

Um estudo forjado segundo a autora, Lêda Maria Teles de Souza (1991), no compromisso político com a organização das empregadas domésticas, toma um aspecto específico das condições materiais para mostrar o seu significado no interior da estrutura de dominação e relação de classe em Recife. Baseada na concepção do materialismo histórico, Souza (1991) faz uma análise social sobre o “quarto da empregada doméstica” ou a

²⁰ Segundo seus cálculos, o salário das domésticas, naquele contexto, representa 4.06% a 10.04% da renda familiar das/os patroas/patrões (VERGOLINO, 1989).

“dependência da empregada doméstica”, por meio da qual elabora uma reflexão que vai revelando os significados sociais, políticos e ideológicos desse espaço, o qual compõe, tradicionalmente, o modelo arquitetônico das residências de classe média e alta. Segundo a autora: “partia-se do pressuposto de que a dependência de empregada, embora pareça ‘natural’, seria entretanto historicamente determinada, surgindo e sofrendo transformações no bojo de diferentes relações sociais e de poder que lhe dão forma e sentido” (SOUZA, 1991, p. 7).

Para Souza, seu estudo pode ser visto como uma contribuição para o entendimento do surgimento e transformação desse espaço como “espaço arquitetural que disciplina relações de trabalho na unidade familiar” (SOUZA, 1991, p. 9). Nesse sentido, o quarto ou a dependência da empregada doméstica está diretamente relacionada à existência de empregadas domésticas vivendo nos seus locais de trabalho. Esse espaço físico e essa forma de relação de trabalho, apesar das transformações pelas quais passaram, persistem até hoje, e através da análise desse espaço o estudo mostra sua relação histórica como modelo desde o período escravocrata, da casa-grande e da senzala. Mostra que a casa, na sua expressão externa e no seu interior, é “indicador das alternativas de habitação próprias a distintas sociedades de classes” (SOUZA, 1991, p. 19).

A relação entre classe e gênero é também observada na dinâmica dos deslocamentos no interior da casa, de modo que “pode-se observar que a circulação/uso da zona de serviço são tradicionalmente afetos à mulher, desde que a realização e/ou coordenação e conteúdo dos serviços domésticos é, em princípio, tarefa da mulher” (SOUZA, 1991, p. 22). Na circulação interna também está disciplinado o deslocamento das empregadas domésticas ou “a circulação de serviços pelas zonas íntima e social faz-se, apenas, em função da realização de tarefas... seu espaço de circulação/uso está circunscrito à área de serviço” (p. 22). Essa hierarquização própria da casa burguesa, de acordo com a autora, pode-se dizer que “herda traços arquitetônicos e funções da casa colonial” (p. 23). Assim, a autora desenvolve uma análise das transformações que marcam as formas externas e internas das residências e os sentidos da desigualdade social que estão nelas e que são elementos da sua reprodução. Para a autora

morar na casa da patroa é, portanto, vivenciar cotidianamente uma exclusão da qual o quarto de empregada é a expressão mais acabada como espaço que circunscribe seu lugar dentro da casa, estabelecendo limites à sua movimentação nela, e à sua própria vida como mulher e trabalhadora (SOUZA, 1991, p.98).

A separação entre local de trabalho assalariado e local de moradia “é apreendida como fundamental na liberação e afirmação da doméstica como profissional e cidadã” (p. 99). A relação entre espaço e tempo também vem à tona nesse estudo. Viver na casa da patroa significa uma maior dificuldade para colocar limites na extensão das jornadas de trabalho e, mais que isso, para alterar a percepção dos componentes da família empregadora sobre o tempo da empregada doméstica como um tempo de disponibilidade sem limites. Como analisarei em Capítulo posterior, essa separação e, conseqüentemente, o direito a um local de moradia próprio, continua na pauta de lutas do sindicato das empregadas domésticas do Recife. Esse dado confirma que, mesmo em menor escala, persiste essa relação entre emprego e moradia na casa das/os patroas/ões.

Como parte das conclusões, a autora afirma

que a construção da dependência de empregada, no Recife, deitando suas raízes na senzala, denuncia e obscurece, na sua ‘natural’ inserção em ‘casas de família’, uma ‘ideologia da exclusão’ ainda corrente (mas se transformando) em nossa sociedade. E que se expressa, tanto na sua forma arquitetônica quanto nas relações de trabalho com vestígios servis/escravocratas no interior da unidade familiar, das quais é o traço mais característico (SOUZA, 1991, p. 115).

Uma contribuição importante para a produção do conhecimento sobre emprego doméstico no Brasil e na América Latina vem das pesquisas e das reflexões teóricas de Mary Garcia Castro (1989, 1992, 1993). A publicação “muchacha cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más Trabajadoras del hogar em América Latina y el Caribe²¹ é um marco nos estudos sobre este tema. Basta verificar a recorrência dessa obra como referência bibliográfica em muitos trabalhos posteriores. A obra oferece uma possibilidade de compreender as semelhanças e particularidades dos países estudados e também dos processos históricos e dos determinantes econômicos que ligam os países nas Américas e suas repercussões sobre o emprego doméstico. Composta de vários textos de autorias diversas e sobre vários países, inclusive o Brasil, Castro enfatiza duas teses apresentadas nesse livro:

1) o questionamento do princípio do feminismo radical de que a igualdade e a solidariedade entre as mulheres são dadas por sua condição de ser mulher, colocando os problemas da relação patroa-empregada; 2) a importância de flexibilizar a discussão sobre classe, incorporando reflexões sobre sexo/gênero para entender como a participação das mulheres em entidades de classe passa pela identificação de sua experiência cotidiana como mulheres, e mulheres de uma determinada classe social (CASTRO, 1989, p. 50-51).

²¹ CHANEY E CASTRO, 1993.

Em texto de sua autoria, nesta mesma coletânea, Garcia Castro (1983) apresenta questões fundamentais para o desenvolvimento da reflexão nesta área²². Enfocando a questão do emprego doméstico na Colômbia, a partir da análise dos processos de desenvolvimento e dos seus limites estruturais, que levam à falta de alternativa de emprego para mulheres, abre outras veredas para essa reflexão, tais como a relação entre feminismo e emprego doméstico, a identidade como classe trabalhadora, entre outras.

Em seu texto “Empregadas Domésticas – a busca de uma identidade de classe” (1989), retoma o debate sobre emprego doméstico e capitalismo, a partir da teorização feita por Saffioti (1978), para considerá-lo uma relação pré-capitalista redefinida com o advento do capitalismo. Questiona o uso dos termos “servo” e “servil”, utilizados em vários países da América Latina, para “caracterizar o tratamento dispensado às empregadas domésticas” (p. 50), pois considera que tais termos concernem às relações “entre o servo da gleba e o nobre no feudalismo europeu” (SAFFIOTI, 1978, p. 50) e, no caso das Américas no período colonial, entre “o escravo e o amo” (SAFFIOTI, 1978, p. 50).

Expõe ainda uma abordagem crítica, feita por Burham & Louie (1985), sobre o uso da categoria patriarcado ou patriarcalismo associada ao conceito de divisão sexual do trabalho utilizada pelas feministas socialistas. Considera que trazer a questão da divisão sexual do trabalho para o debate marxista foi fundamental, mas associar este conceito ao patriarcado criou deslizes e levou a um idealismo, isto é, a uma abordagem que carece de base material no tratamento do conceito.

Outra questão abordada é o antagonismo de classe entre patroa e empregada, que caracteriza esta relação entre mulheres, o que traz como consequência um questionamento de uma concepção muito utilizada pelas feministas dos “países desenvolvidos” (SAFFIOTI, 1978, p.54) que preconizava a fraternidade ou solidariedade entre mulheres como algo de natureza global. Analisa algumas formulações feministas sobre emprego doméstico, como as que limitam sua análise ao reconhecimento do que há em comum entre as envolvidas nesta relação. Também faz a crítica àquelas defensoras de que apenas uma mudança no sistema capitalista trará a superação desta relação.

²² Esta autora vem colocando desde os anos 1980, a partir de ensaios teóricos e pesquisas empíricas, questões centrais que alimentam o debate sobre o tema.

A questão da consciência de classe das empregadas domésticas como parte da classe trabalhadora e uma análise sobre as particularidades de sua organização em sindicatos são outros aspectos levantados que levam a autora a uma constatação de que “poucas ocupações galvanizam tantas determinações sociais como o serviço doméstico” (SAFFIOTI, 1978, p. 57), o que, segundo ela, colocará desafios e tarefas próprias para a organização dessa categoria.

1.3 QUESTÕES SOBRE CIDADANIA: FORMAÇÃO DE SUJEITOS E ATORES SOCIAIS

Levando adiante o diálogo com a produção de Castro, encontramos uma elaboração que é apropriada para a passagem de item neste Capítulo e para ilustrar, também, uma passagem ou uma inflexão na abordagem teórica desta autora, a qual se mostra muito instigante, ao abrir, de maneira dialética, o esquema categorial de análise sobre trabalho doméstico remunerado.

No texto “Alquimia de Categorias Sociais na Produção dos Sujeitos Políticos” (CASTRO, 1992), esta autora, partindo de questões sobre identidade de classe e construção de sujeito político, toma a diversidade como um dos pontos de partida de sua análise. Para trabalhar a partir das categorias de raça, gênero e geração, usa o termo alquimia como um conceito relevante na análise teórica das interseções entre elas e também da interseção dessas categorias com a questão de classe. Nessa elaboração, a classe social não é considerada como um determinante sobre todas as outras relações sociais. Segundo a autora, “concordamos que a estrutura de classe condiciona práticas, mas não as determina, nem limita alianças construídas em nome de interesses de algumas categorias sociais. Na alquimia das categorias, nem o conceito de classe se reproduz na íntegra, estando sujeito a reapropriações” (CASTRO, 1992, p.59).

A autora considera “alquimia” como uma metáfora mais apropriada do que “aquela de simbiose utilizada por Saffioti (1992), a qual sugere fusão ou anulação de uma categoria pela outra” (CASTRO, 1992, p. 59). Nessa abordagem, “a alquimia das categorias sociais está

presente na construção de subjetividades” (CASTRO, 1992, p. 59) e as referências específicas sobre cada uma delas é feita para fins analíticos.

A partir desse arcabouço teórico, o qual ela expõe em diálogo com autores/as diversos/as, uma análise sobre a construção das empregadas domésticas como sujeito político é feita com base em uma pesquisa empírica com as participantes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador.

A autora destaca que buscou um caminho diferente para a análise, por ter reconhecido que, “na sociedade brasileira, identificam-se historicamente sistemas de privilégios que se perfilam de forma nítida, podendo-se referir a um sistema de raça, a um sistema de gênero e a um sistema de geração, com hierarquias próprias e relações legitimadas.” (CASTRO, 1992, p. 60). E adianta que “tais sistemas não são explicados por causalidades lineares ordenadas pela questão de classe (CASTRO, 1992, p.60).

Castro (1992) analisa as dificuldades ou obstáculos que as trabalhadoras domésticas do sindicato encontram para se constituírem como sujeito coletivo e a importância de afirmação da identidade como classe trabalhadora para esta constituição e ação na esfera pública. Os encontros e desencontros desse sujeito coletivo com o pensamento e o movimento feminista e com o movimento negro, analisados de maneira a compreender onde um e outro contribuem como movimento no processo de construção de identidade e ação política das empregadas domésticas organizadas, são também parte de sua preocupação. A relação com outros sindicatos também é problematizada²³.

Por fim, a participação no sindicato é um processo que leva a uma consciência política impulsionadora de uma ruptura com o “estigma” que pesa sobre as empregadas domésticas e que, segundo as sindicalistas entrevistadas pela autora, constitui um obstáculo para a participação política. A relação com o movimento negro e o movimento feminista é analisada por Mary Garcia Castro como um campo de alianças estratégicas e, também, como duas fronteiras de relações políticas nas quais as identidades e afinidades se imbricam e as contradições tensionam relações.

²³ Sobre estas questões retomaremos suas referências em Capítulo posterior.

Com o movimento negro, a identidade racial e a questão da pobreza são fatores que imbricam a realidade e a luta política dos dois sujeitos coletivos. Com o movimento feminista, a questão dos direitos e da emancipação das mulheres é, em última instância, um campo comum de lutas. Porém, a relação está fortemente marcada pela desigualdade de classe entre mulheres, empregadas domésticas e mulheres de classe média que participam do movimento feminista, que são, em muitos casos, também patroas. Isto vai criando, na práxis política do movimento de mulheres, um desafio para a relação política e um desafio analítico sobre as desigualdades sociais no interior dos movimentos. Considero que esse é certamente um ponto de reflexão importante para o feminismo para pensar sua prática, suas estratégias e seu compromisso histórico e para contribuir no debate teórico e político sobre movimentos sociais, sujeito e democracia.

A relação entre patroas e empregadas domésticas é tomada por Maria Suely Kofes (1990) como estratégica para a problematização da categoria social 'mulher', em sua tese intitulada "Mulher: Mulheres. Diferença e Identidade nas Armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas". A autora parte das interrogações a respeito de uma identidade social baseada em uma singularidade em comum ou se, ao contrário, "haveria diferenças que recortam, segmentam, pluralizam esta categoria, e tornam empiricamente muito mais complexas as identidades, problematizando a identidade enquanto conceito?" (KOFES, 1990, p. 10). Segundo a autora, essa relação tem caráter estratégico para essa problematização, por se constituir "exatamente em um dos núcleos da definição tradicional da categoria mulher" (p.11). O núcleo ao qual ela se refere é exatamente o doméstico.

A relação singular e plural na categoria social mulher, que inclui mulheres, leva à conexão, em sua análise, dos campos teórico e empírico, "isto é, identidade, diferença, igualdade e desigualdade configuram-se em uma relação social específica". Um profundo e minucioso estudo etnográfico vai construindo e mostrando as dinâmicas e os elementos que revelam essas dimensões na relação entre mulheres, constituída na relação patroa e empregada doméstica que se desenrola no espaço doméstico.

Esse trabalho desenvolve questões já anunciadas em seu texto "Entre Nós Mulheres, Elas as Patroas e Elas as Empregadas", no qual está formulado que "ser mulher seria portanto constituir-se a partir do mundo doméstico e ser parte constitutiva dele. Espaço que não é

apenas de tarefas, de esferas desenhadas pela divisão social e sexual do trabalho. Mas local definidor da feminilidade...O doméstico seria ele próprio feminino” (KOFES, 1982, p. 186). A autora parte da seguinte hipótese: “a socialização da Mulher, diferenciada enquanto classe, recebe um conteúdo particular que é possibilitado pela existência da instituição empregada doméstica”. A socialização das mulheres está marcada pela presença histórica da empregada doméstica, o que leva a uma aprendizagem na qual umas aprender a mandar e outras, a obedecer. Ela encontra em sua pesquisa empírica uma recorrência de patroas filhas de patroas e empregadas filhas de empregadas. Essa presença histórica construiu assim um elemento estruturante da organização familiar no país. Para ela, “aqui, creio poder afirmar, a instituição empregada doméstica é uma peça já imbricada em todos os mecanismos da organização familiar das classes superiores. As empregadas domésticas compõem o cotidiano destas famílias” (KOFES, 1982, p. 192). Colocada dessa forma, como uma instituição, a autora reafirma o peso da empregada doméstica na conformação das relações familiares e sociais no Brasil.

Antes de avançar em outras considerações, a partir de outras/os autoras/es, quero salientar que o debate teórico e político sobre a questão da categoria mulher-mulheres, diferença/desigualdade, identidade e construção do sujeito, é um tema do debate atual no campo da teoria social feminista, entre as várias correntes de pensamento. A tese de Kofes (1990) é uma contribuição importante no interior deste debate.

A tese de doutorado de Christiane Girard trata a questão das empregadas domésticas a partir dos conceitos de cultura, identidade e representação social, para compreender as formas de dominação a que estão sujeitas, seus percursos, os meandros da rotina e do mercado de trabalho no emprego doméstico e, desta maneira, trazer à tona o grau de cidadania que esses sujeitos usufruem. Além de ressaltar o denso debate teórico sobre o papel do Estado, que compõe seu quadro de referência, duas outras questões abordadas em seu trabalho nos parecem importantes de serem ressaltadas. Uma delas é a influência da Igreja nos processos de construção da cidadania no Brasil. A outra diz respeito às lutas e conquistas de direitos das empregadas domésticas, analisadas no curso da história e em conexão com os diversos contextos.

A autora apresenta uma análise importante sobre a organização das trabalhadoras domésticas e as heranças escravocratas que estão presentes na formação da categoria, tanto do

ponto de vista da inserção social, quanto das representações sociais. “Uma parte substantiva das empregadas doméstica é negra” (GIRARD, 1993, p. 111), portanto, essa questão do contexto atual tem suas raízes na escravidão. “A escravidão, por suas práticas, sua lógica, seus sonhos de poder absoluto dá uma forma histórica a um imaginário social que não desaparece com a abolição” (GIRARD, 1993, p. 114). A autora também fala do preconceito sobre um tipo de trabalho que afeta o emprego doméstico como herança desse mesmo período, uma vez que “a sociedade escravagista era particularmente preconceituosa quanto à indignidade de certas funções. Tudo o que era atividade manual era considerado como aviltante” (GIRARD, 1993, p. 121).

O estigma que pesa sobre esta categoria de trabalhadoras, criando problemas na sua identidade como trabalhadora e para a construção de uma identidade política, é densamente analisado e nos oferece uma compreensão da profundidade da questão como herança do processo de formação social do país.

No entanto, notaremos que se elas percebem, suportam e enfrentam o estigma herdado da história de sua categoria, o que elas vivem atualmente permanece sendo o resultado de suas histórias. Mas o conjunto do movimento da sociedade permite em momentos específicos, novas direções no jogo social dentro do qual elas se inserem: Elas são suficientemente interessadas para terem escutado o ‘barulho’ da cidadania, a pesquisa o mostra (GIRARD, 1993, p. 293).

Mas a autora acrescenta que falta espaço para as empregadas domésticas viverem a cidadania mesmo quando a reconhecem. Uma das necessidades apontadas para avançar nesse processo é a capacidade do mercado de trabalho de absorver essa mão-de-obra. A questão do estigma é problematizada como algo externo e internalizado, tornando-se, portanto, um obstáculo na construção de uma identidade de cidadã.

Por fim, a autora considera que “a doméstica está vivendo um período de transição de sua identidade social... os momentos de construção da identidade manifestam o grau de cidadania do qual o sujeito usufrui” (GIRARD, 1993, p. 297). A autora toma como uma relação indissociável a construção de identidade e de cidadania.

Um estudo sobre as empregadas domésticas em Recife constitui a base empírica da tese de doutorado de Marie Anderfuhren (1999), apresentada à Universidade de Paris I. Uma longa discussão teórica é empreendida pela autora. Apresento aqui apenas uma questão que no meu entender vai permear todo o debate feito e as dificuldades encontradas pela autora

para sair do labirinto criado pelo método que utiliza, sobre as questões que o trabalho doméstico coloca para a teoria sociológica.

Em sua pesquisa, a autora faz a distinção entre trabalho doméstico e emprego doméstico, e entre emprego doméstico e trabalho doméstico remunerado. Cria definições para cada uma dessas categorias que se mostram contraditórias. A autora toma como definição do trabalho doméstico o seu caráter gratuito²⁴, isto é, um trabalho realizado pela “dona de casa” no lar. Já o emprego doméstico é aquele efetuado por uma empregada para o lar dos empregadores, que são seus patrões, contra uma remuneração que pode ser por semana, por quinzena ou por mês, dentro de uma regularidade. O trabalho doméstico remunerado é definido como aquele que se faz na casa de terceiros, remunerado por hora ou por jornada a cada vez que é realizado e, nesse caso, a trabalhadora que o realiza considera os terceiros como patrões ou como clientes.

Essas definições, para mim, apresentam alguns problemas. A primeira distinção entre trabalho e emprego domésticos é feita em razão de um ser gratuito e o outro, remunerado. Em primeiro lugar, essa distinção diferencia trabalho de emprego, termos que já contêm em si uma distinção – quem tem um emprego realiza um trabalho, e o emprego não é a única forma de se realizar um trabalho. Emprego é uma relação de trabalho que se realiza através de contrato, acordo, e trabalho diz respeito à ação das mulheres e dos homens na produção e reprodução da vida. Mas, na terceira categoria, trabalho doméstico remunerado, ela cria uma incongruência, pois, nesse caso, o que ela define como trabalho doméstico remunerado entra em choque com o princípio da gratuidade que usa como base para sua primeira distinção, baseada justamente na diferenciação entre gratuidade e remuneração.

O desafio para teóricas e pesquisadoras que estudam países ou sociedades nos quais o emprego doméstico é um elemento de sua formação social (TERCINA, 1989) ou que se constitui pelo seu caráter estrutural em uma “instituição” (KOFES, 1982) e que representa, de maneira muito significativa, um meio de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres dentro de um contexto de desigualdade e pobreza, é não tomá-lo como um fato em si

²⁴ Para a definição de trabalho doméstico, ela recorre à teoria desenvolvida por Delphy, de “modo produção doméstico” (1998), da qual extrai a gratuidade, que é, neste modelo teórico, um elemento central e constitutivo da relação de dominação/exploração dos homens sobre as mulheres. A questão do emprego doméstico não foi tomada por esta autora como objeto de elaboração.

mesmo, para não encerrá-lo em um circuito fechado. Ao contrário, trata-se de situá-lo na dialética dos processos sociais e tomá-lo como campo de reflexão a fim de contribuir para o avanço da produção de conhecimento.

O que Anderfuhren (1999) coloca como objetivo é analisar as trajetórias e estratégias das empregadas domésticas para melhorar o emprego e/ou encontrar novas chances em outros espaços do mercado de trabalho, como um caminho para entender a busca por autonomia. Vários problemas são abordados para tratar das dificuldades e obstáculos que permeiam essas estratégias e trajetórias – migração, primeiro emprego, constrangimentos do cotidiano, mobilidade profissional e vida privada fora do emprego. Assim, na parte conclusiva de seu estudo são levantadas três questões. Primeiro, a de que as alternativas ao emprego doméstico são raras, dada a falta de informação, de uma rede de recomendação, a baixa escolaridade e a falta de recursos financeiros que são exigidos para construir os meios de buscar novas possibilidades. Segundo, as condições materiais e psicológicas pouco invejáveis que o emprego doméstico reserva a essas “atrizes²⁵” (ANDERFUHREN, 1999) e, portanto, a rejeição que ele suscita e está associada muito estreitamente a uma autodesvalorização da empregada doméstica. Por fim, que a relação de trabalho prevalente no emprego faz da empregada uma incluída e uma excluída da família, ao mesmo tempo.

Parece que a perplexidade, a forma de aproximação com o problema e a forte impressão, de uma certa maneira manifestada de início, sobre o grau de profundidade do enraizamento que a questão representa para a sociedade brasileira, impedem um distanciamento do objeto de pesquisa. Porém o rigor metodológico e a densidade da pesquisa asseguram a realização de um estudo acadêmico de grande importância. Entretanto, há um risco presente na análise empírica do problema, que é o de reforçar uma perspectiva que chamarei aqui de *circular*, isto é, a de reconstruir as trajetórias e as estratégias no sentido único da reprodução da dominação/exploração e não buscar os indícios, caminhos ou fatos que apontem para a resistência ou, dito de outra forma, para a construção do sujeito. Esse risco, que no meu entender está presente na análise desta autora, é, no entanto, contrabalançado pela qualidade de produção de conhecimento que esta tese apresenta, de uma tamanha densidade que parece levar a certas contradições sobre uma forma de olhar o problema.

²⁵ Traduzido do original em francês *actrices*, tal como utilizado pela autora.

Parece-me importante citar essa questão, exclusivamente, para evidenciar os riscos que estão presentes no “olhar externo” do(a) pesquisador(a) que vem de outro contexto, por este ser muitas vezes considerado como um meio, em si, que assegura o distanciamento necessário para abordagem do objeto que se quer estudar. Destaco isso como um contraponto, como parte do debate sobre a relação do/a pesquisador/a com o objeto de pesquisa e os sujeitos da pesquisa, e relações de proximidade, engajamento político, dentre outros.

Brites (2000), na sua tese de doutorado intitulada “Afeto, Desigualdade e Rebeldia – bastidores do serviço doméstico”, realiza uma análise complexa e contraditória dos elementos que configuram as relações de trabalho no emprego doméstico. Questionando os padrões de análises existentes sobre as relações sociais do emprego doméstico, os quais na sua visão apenas focalizam a ausência de relações modernas neste contrato de trabalho que acentuam a desigualdade e/ou a dominação, a autora busca introduzir outras questões relativas às vantagens obtidas nesta relação pelas trabalhadoras domésticas e propõe novas leituras sobre as dinâmicas e práticas presentes no cotidiano dessa relação de trabalho. Segundo Brites (2000),

as mulheres, empregadas domésticas por mim investigadas, encontravam no serviço doméstico particularidades que o tornavam vantajoso em relação a outras ocupações. As vantagens por elas destacadas coincidem justamente com aqueles fatores que os pesquisadores da condição feminina consideram como as raízes da subordinação que o serviço doméstico acarreta: relações personalistas e clientelistas estruturadas na organização da família patriarcal (BRITES, 2000, p. 12).

Mesmo considerando que a relação entre patroa ou patrão e empregada doméstica é hierárquica e desigual, a autora procura outros significados para as vantagens e o clientelismo presentes nessas relações. Sugere que fazem parte de uma troca e que podem conter expressões de uma modernidade que não está definida nos parâmetros, mais frequentemente utilizados, de cidadania. A partir da constatação das práticas de presenteamento e de doações de coisas usadas por parte das patroas, e de que o “furto” ou o “roubo” é uma suposição sempre presente no discurso dos patrões e patroas sobre as empregadas domésticas, a autora busca interpretar estes fatos como parte de “jogo de vantagens recíprocas” e como parte das estratégias de resistência que são desenvolvidas no enfrentamento das relações de desigualdade.

Brites (200) realiza um trabalho etnográfico denso, a partir do qual descreve muitos detalhes da vida cotidiana no local de trabalho e no local de moradia dos sujeitos da pesquisa. No entanto, o rápido movimento entre constatação e reflexão teórica aparece como um jogo de encaixe, no qual para cada questão levantada, há um pressuposto teórico ou um conceito em que a questão pode ser sustentada. Dessa maneira forma uma espécie de mosaico, no qual as atitudes das empregadas domésticas e dos patrões e patroas podem ser explicadas a partir de teorias diversas, o que também pode ser valorizado como uma abertura de pistas para novas pesquisas.

A tentativa de reverter as interpretações correntes sobre vantagens, clientelismo e outros aspectos da relação, colocando-os na perspectiva da ação e da constituição de um ator social em processo de resistência, distingue as contribuições da pesquisadora, no caso, por trazer à tona a dimensão do sujeito. Não obstante este fato, a dimensão do sujeito valorizada pela autora é justamente aquela que não aponta para um processo emancipatório, mas aquela em que o sujeito toma o cotidiano apenas como um tempo de carência e de repetição, no qual são enfrentadas através de práticas reificadoras da dominação.

Uma contribuição muito interessante desse trabalho é a descrição de práticas, concepções e representações que transitam do mundo privado (e burguês) do local de emprego para as práticas e relações das empregadas domésticas nos seus espaços (de pobreza) de moradia e na convivência familiar. Apesar de, na análise da autora, as empregadas domésticas estarem presentes como sujeitos sociais na integralidade de suas vivências, o que se aponta como perspectiva de análise de cidadania é antes uma equivocada visão liberal de igualdade (pura formalidade, que mascara a desigualdade), do que uma nova perspectiva de entender, ou conceber, direitos ou igualdade. Isso está bem visível no tratamento dado à relação entre patroa e empregada.

Vidal (2007), no seu estudo sobre empregadas domésticas no Rio de Janeiro, busca entender as relações de trabalho dentro de um quadro de argumentação sobre “sociedade democrática”. Afirma ser esse um meio de não confinar a análise sobre o emprego doméstico (VIDAL, 2007, p.13)²⁶.

²⁶ O autor inscreve seu pensamento sobre democracia como um prolongamento da idéia “tocquevilliana” segundo a qual a democracia designa menos um regime político que uma forma de sociedade na qual prevalece uma representação igualitária das relações sociais.

Nesse sentido, Vidal toma um caminho oposto ao de Brites (2000), que em nossa visão trabalha a resistência dos sujeitos a partir de elementos da submissão, ressignificados na análise, mas que não constituem qualquer caminho de superação, num ciclo vicioso que fecha a perspectiva da cidadania a uma reprodução da desigualdade das relações sociais.

Dominique Vidal diz que não põe em causa as abordagens interacionistas, as quais apresentam resultados consideráveis e, concordo com ele, importantes para o processo de produção de conhecimento neste campo, mas sua intenção é sair de “sociologia minimalista” para se engajar em uma abordagem mais interpretativa (VIDAL, 2007, p. 13).

As teorias do reconhecimento são colocadas pelo autor como uma referência importante para sua pesquisa. A partir do estudo sobre as empregadas domésticas, Dominique Vidal toma a questão da “humanidade comum²⁷” como uma dimensão importante para sua análise e questiona o fato de as teorias do reconhecimento não darem a devida importância a essa questão.

O autor salienta, em sua abordagem, a busca incessante das empregadas domésticas de serem reconhecidas, sobretudo na relação com patroas/ões, como parte de uma humanidade comum. Essa busca é uma espécie de resistência que permeia as relações e as lutas por direitos. É interessante considerar que na teoria social feminista a questão do reconhecimento constitui uma dimensão fundamental para uma corrente de pensamento, representada pela teórica Nancy Fraser (2001), para quem redistribuição e reconhecimento são os conceitos-chaves para sua formação. Segundo Fraser, essa teoria articula as dimensões materiais às dimensões simbólicas, que estruturam as relações de desigualdades e, nesse sentido, é um caminho teórico para superar teorias centradas em uma dessas duas dimensões.

Da análise de Dominique Vidal (2007) e suas conclusões, destaco quatro aspectos. O primeiro é a percepção da relação do emprego doméstico como uma relação estabelecida, prioritariamente, entre mulheres. O segundo deles refere-se ao crescimento de uma consciência de direito, que vai marcar tanto a relação com o Estado como a forma de enfrentamento dos conflitos com as/os patroas/ões, problematizando, de uma maneira geral, a marca do político sobre o social pela ação do Estado. O terceiro é a importância da mediação

²⁷ Por “humanidade comum” o autor entende a possibilidade de alguém reconhecer-se e ser reconhecido/a como pertencendo a uma comunidade comum de indivíduos (Cf. VIDAL, 2007).

jurídica nos conflitos de trabalho, e o quarto, a impossibilidade da mediação jurídica como meio de superar a dominação.

A questão metodológica é amplamente discutida por Vidal (2007). Nesse ponto, o autor problematiza a relação do/a pesquisador/a externo/a ao contexto na relação com o objeto de pesquisa. Afirmando ter sido surpreendido pela importância das empregadas domésticas na vida familiar no Brasil, e tratando em detalhe sobre sua forma de aproximação com os sujeitos da pesquisa, vai mostrar os caminhos metodológicos que foram tomados para escapar de dois perigos, o etnocentrismo e o androcentrismo. Considero muito interessante a análise da sua própria experiência como pesquisador para tratar das questões de método para a produção do conhecimento, que hoje são relevantes no debate da epistemologia e da teoria social feminista.

A tese de doutorado de Joaze Bernadino-Costa sobre “Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos” (2007) apresenta uma outra perspectiva na análise sobre a categoria das empregadas domésticas, entre os vários estudos aqui abordados. Segundo Bernadino-Costa, sua tese teve “o objetivo de se constituir num registro escrito, da narrativa das trabalhadoras domésticas sindicalizadas no Brasil. A busca desse objetivo foi motivada pelos princípios da razão cosmopolita, especificamente a sociologia das ausências.” (BERNADINO-COSTA, 2007, p. 253).

Segundo o autor, sua tese é também o registro de uma história:

Atualmente, existem no país aproximadamente 40 sindicatos de trabalhadoras domésticas em diferentes cidades brasileiras. As trabalhadoras domésticas começam a se organizar politicamente a partir de 1936, porém somente a partir da década de 60 é que a organização ganha fôlego e se espalha por todo o território nacional. Desde então, as trabalhadoras domésticas começaram a se articular através de congressos e reuniões nacionais, o que nos permite falar de um movimento nacional. Esta tese se propõe a registrar esta história (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 16).

O que torna muito interessante o seu trabalho é que, tomando a categoria das empregadas domésticas para pôr em questão uma narrativa hegemônica de nação, baseada no mito da democracia-racial, o autor coloca no centro da análise sobre as relações de poder as questões de raça, de classe e de gênero. Mostra também a importância sociológica do estudo sobre essa categoria como uma chave para a compreensão do processo de formação social

nacional e, ao mesmo tempo, oferece uma análise da formação da sua organização política e das questões que estão colocadas como limites e possibilidades de suas lutas.

A partir do conceito de descolonização, que é um fio condutor da sua elaboração, o autor revela a importância dessa organização das empregadas domésticas tanto nos formas de resistência aos padrões da classe dominante, materializadas na relação com as patroas, como também nos processos gerais dos movimentos sociais que, na perspectiva do autor, são processos interligados e não ações estanques.

Embora o movimento nacional das trabalhadoras domésticas conte com todas as probabilidades de não obter sucesso isoladamente (isto é, sem a articulação com outros movimentos nacionais e internacionais), isto todavia não nos impede de registrar o seu potencial de descolonização...Nos deparamos, ao tentar reconstruir a história das organizações políticas das trabalhadoras domésticas, com um movimento social em intercâmbio, trocas e interações com outros movimentos sociais, instituições públicas, organismos internacionais, acadêmicos e pesquisadores, o que permitiu às trabalhadoras domésticas sindicalizadas elaborarem um conhecimento progresso e uma plataforma política que articula classe, raça e gênero (BERNADINO-COSTA, 2007, 257).

Ao pontuar a relação entre movimento nacional das trabalhadoras domésticas com outros movimentos e instituições, o autor abre uma pista interessante para as análises sobre a organização das empregadas domésticas, que é o próprio movimento que a constitui. Para mim, a questão que se coloca é a seguinte: se a organização das empregadas domésticas for tomada como algo fechado em si mesmo, é a sua fragilidade que será sempre ressaltada, pois, como mostrado por Bernadino-Costa (2007), as dificuldades são grandes, a adesão da categoria muito pequena relativamente ao universo geral das empregadas domésticas *versus* a profundidade dos problemas que suas lutas põem em causa. A rede de conexão ressaltada pelo autor se constitui em uma questão importante para compreender a capacidade de ação das empregadas domésticas organizadas.

A abordagem das empregadas domésticas como sujeito das relações de trabalho e sujeito da ação na produção de saberes que revelam “realidades produzidas como inexistentes pela razão indolente” (BERNADINO-COSTA, 2007, p. 253) fortalece o sentido da minha investigação, mesmo que ela esteja ancorada em uma outra abordagem.

1.4 SÍNTESE DOS TRABALHOS ANALISADOS

Considero importante reafirmar que a leitura que realizei dos trabalhos constitui um recorte da bibliografia consultada, no sentido de que fiz escolhas sobre os pontos a serem tratados e ressaltados, além de reinterpretações, como parte de um processo de diálogo implicado na produção do conhecimento.

Como demonstro, os estudos sobre emprego doméstico no Brasil trazem novas questões para a compreensão do trabalho doméstico como uma relação social e, a partir desta pesquisa bibliográfica, pude traçar algumas sínteses que formam um quadro geral sobre emprego doméstico, que se coloca como base de sustentação para meu estudo sobre o tempo no trabalho doméstico. Como a questão do tempo do trabalho não é objeto específico dos trabalhos analisados, mas se constitui numa questão central para esta tese, fiz uma síntese particular sobre esta questão, uma vez que ela esteve presente em cada um dos estudos.

As sínteses que apresento a seguir foram feitas a partir das diversas abordagens presentes nos estudos analisados, portanto o que fiz foi tomar o núcleo central das questões colocadas. O tempo do trabalho doméstico remunerado, apesar de não ser um aspecto central de análise nos estudos acima sistematizados, aparece em geral como um elemento de tensão nas relações de trabalho.

Nos casos citados por Alda Britto da Motta e Zaíra Farias, algumas questões pontuais foram tratadas. No primeiro caso, a questão das férias e das folgas terem sido consideradas como uma concessão das patroas por 45% das entrevistadas no seu estudo em Salvador (Britto da Motta 1985). Farias (1983) também faz referência à folga, vista como uma concessão das patroas e concedida apenas quinzenalmente.

Vergolino (1985) aponta a dificuldade de definir as horas trabalhadas por dia pelas empregadas domésticas, por causa do caráter irregular das jornadas de trabalho encontrado em sua pesquisa quantitativa feita em Recife. Segundo essa autora, trata-se de uma variável difícil de ser mensurada, visto ser comum as empregadas domésticas afirmarem que trabalham dia e noite ou o dia todo²⁸. A desigualdade de salário, uma maior jornada de trabalho em relação a

²⁸ Nesta variação, foi detectada uma média de 10,43 horas trabalhadas por dia: 77,90% trabalham mais do que

outras categorias de trabalhadores, são itens destacados por Vergolino (1989), e a disponibilidade do tempo no cotidiano das empregadas domésticas para as patroas é um problema colocado por Vergolino (1989), Kofes (1990), Souza (1991), Graham (1992), Santos (1994), Vidal (2007).

Alguns trabalhos levantam a questão do conflito em torno do tempo de trabalho. Graham (1992), analisando a jornada de trabalho das empregadas domésticas entre o final do século XIX e o início do século XX, no Rio de Janeiro, caracteriza essa jornada como longa e rigorosa, na qual o intervalo entre a hora de dormir e a hora de acordar é de apenas 5 a 6 horas. A luta para ter um quarto para si, fora do local de trabalho, já estava presente nessa época, como forma de adquirir algum grau de autonomia, e isso gerava conflitos. Uma das alusões das/os patroas/ões contra isso era a de que permitia que de vez em quando algumas empregadas domésticas desviassem o uso do tempo do serviço para si mesmas, o que gerava formas de controle e reações por parte dos/as empregadores/as.

No estudo de Santos (1994), situado nessa mesma época, mas com um marco histórico diferenciado e muito importante, pois está situado no período pós-abolição da escravidão e começo do século XX²⁹, também encontrei referência à dura e extensa rotina de trabalho das empregadas domésticas, iniciada ainda de madrugada e estendida até altas horas da noite, com a manutenção da disposição para serviços eventuais. As horas consideradas vagas são entremeadas por arrumações de armários, limpezas de metais e de cristais, ponteio de meias, escovação de botas e sapatos. A autora traz também o problema das tarefas variadas e sobrepostas, e das folgas se dando domingo sim e domingo não, já que domingo era dia de os patrões receberem visitas em casa.

Geralmente, as domésticas não tinham o controle de seu tempo sempre determinado pela patroa, mas inúmeros eram os expedientes usados para desacelerar o ritmo de trabalho em enfrentar as horas prolongadas da jornada, como o trabalho malfeito ou lento. As criadas, muitas vezes meninas, prolongavam suas estadas na rua, os papos com o açougueiro, o padeiro, o verdureiro ou as idas à horta. Os criados participaram da construção, alteração e consolidação dessas relações, bem como de suas transformações, quer consentindo passivamente, quer ativamente resistindo (SANTOS, 1994, p. 210).

8 horas diárias e 36,70% mais de 12 horas. A maior parte estava trabalhando entre 11 e 12 horas, com semanas de segunda-feira ao sábado e pouca capacidade de negociar folgas (VERGOLINO, 1985).

²⁹ Abarca, portanto, o tempo histórico no qual já se inscrevem muitas trajetórias dos sujeitos da pesquisa empírica deste estudo.

A relação entre jornada de trabalho longa e indefinida permanece como um problema, pois em estudo realizado sobre período recente (início dos anos 1990, em Recife), Souza (1991) constata que para aquelas empregadas domésticas que moram no local de trabalho a patroa impõe uma jornada cujo início se dá por volta das seis horas da manhã, prolongando-se até 8 ou 10 da noite, às vezes mais. Segundo Souza, os horários que se estendem até à noite podem não ser cotidianos, mas devem ser considerados uma rotina, pois as empregadas devem estar disponíveis para tanto. A autora enfatiza que a possibilidade de existir variações não minimiza o fato de que morar na casa das patroas significa disponibilidade permanente, de modo que o horário de trabalho já se constitui num problema entre as partes. Sobre os dias de folga, ela demonstra se tratar de um procedimento que depende de negociações particulares e, em muitos casos, como as empregadas domésticas são do interior, não solicitam folga por não terem o que fazer em um cidade na qual não têm um círculo de amizade ou conhecimento. As que saem de folga devem deixar tudo preparado, segundo as exigências da patroa, para o dia no qual estarão ausentes.

No estudo de Girard (1993), também aparece um conflito em torno do uso do tempo. Segundo esta autora há uma internalização de códigos sobre o uso do tempo diferente entre patroas e empregadas. São hábitos diversos que estão em choque. A organização das tarefas é um objeto concreto de conflito, pois não há um tempo estipulado para a duração de cada tarefa e isso torna difícil sua organização. Nesse sentido, para Girard, parece haver uma reticência em considerar o que se faz como um trabalho, e o fato de estar “ocupada” já seria suficiente para ser considerada como trabalhadora. A diferença que marca o tempo da vida pessoal entre patroas e empregadas é também uma questão levantada por Kofes (1990).

Para Anderfuhren (1999), é a ausência de uma regulamentação da jornada de trabalho que sustenta, de maneira eficaz, a ligação que se faz com muita frequência entre emprego doméstico e práticas escravagistas. Isso porque a empregada não vende um tempo de trabalho, ou uma quantidade de trabalho, mas recebe o salário sobretudo como uma compensação monetária por uma subordinação de todo o seu tempo. Segundo a autora, há uma elasticidade de jornada de trabalho e uma negociação real sobre sua duração é impossível. Ela observa que nessa relação há dois tempos: o tempo da patroa, elástico e valorizado; e o tempo da empregada, também elástico, mas do qual ela não pode dispor a não ser em última instância. As que moram no local de trabalho pensam que o problema do horário será resolvido com a

saída da casa das patroas. Para Anderfuhren (1999), a exploração e a subordinação estão sempre presentes quando se trata da problemática do tempo do trabalho (ANDERFUHREN, 1999).

Para Vidal (2007), um dos conflitos presentes na relação entre patroas e empregadas domésticas dá-se em torno da duração da jornada de trabalho, levando em conta o fato que essa jornada não é regulamentada. De acordo com esse autor, é difícil para as empregadas domésticas recusar, sem riscos de conflito, a demanda para ficar mais tempo do que o que foi estabelecido. Para as que vivem na residência das/os patroas/ões, as exigências sobre o tempo de trabalho são ainda mais sentidas. Como síntese, o autor afirma que há hora para se levantar, mas não há hora para dormir. Ele ressalta a fala de uma entrevistada, para quem “o patrão te monopoliza, tu não tens tempo para ti”³⁰.

As elaborações sobre a relação entre emprego doméstico, estrutura econômica, pobreza e modelo de desenvolvimento mostram que o emprego doméstico não se constitui como uma realidade fechada em si mesma, mas é parte da configuração geral das relações sociais (SAFFIOTI, 1979; FARIAS, 1983; BRITTO DA MOTTA, 1985; VERGOLINO, 1989; SOUZA, 1991; CASTRO, 1989, 1993).

De acordo com todos/as os/as autores/as analisados/as, pode-se afirmar que a categoria das empregadas domésticas é formada majoritariamente por mulheres e que o emprego doméstico é uma relação de trabalho que se estabelece prioritariamente entre mulheres, patroas e empregadas (SAFFIOTI 1979; FARIAS, 1983; BRITTO DA MOTTA, 1985; VERGOLINO, 1989; SOUZA, 1991; KOFES, 1990; CASTRO, 1989, 1992, 1993; GIRARD, 1993; GRAHAM, 1992; SANTOS, 1994; ANDERFUHREN, 1999; BRITES, 2000; BERNADINO- COSTA, 2007; VIDAL, 2007). Tal fato remete justamente à permanência da divisão sexual do trabalho. E, nessa relação de trabalho, a dependência das patroas em relação às empregadas domésticas para sustentação da sua vida profissional é uma questão trazida por FARIAS (1983) e VERGOLINO (1989).

Para algumas autoras, um tipo de dominação específica é realizada através do trabalho doméstico, e essa dominação tem conseqüências na relação com emprego doméstico: para SAFFIOTI (1979), uma dominação patriarcal. Para FARIAS (1983), que busca sustentação

³⁰ Tradução minha.

teórica para o conceito de dominação em Max Weber, trata-se de uma dominação patriarcal ditada pelo poder do senhor no interior da família. Para KOFES (1990), essa relação de dominação está impregnada nas formas de socialização das mulheres, a partir da qual umas são socializadas para serem patroas e mandar – e outras para serem empregadas e obedecer –, de acordo com suas inserções de classe. Para essa autora, a empregada doméstica é uma instituição que faz parte da formação social das famílias no Brasil.

As dificuldades de se constituir como cidadã, sujeito ou ator social são tratadas de maneira mais relevante por GIRARD (1993), BRITES (2000), VIDAL (2007), ou mesmo para alcançar autonomia como trabalhadora (ANDERFUHREN, 1999). As heranças escravocratas e a questão de raça como relacionadas à realidade do emprego doméstico são densamente abordadas por Graham (1992) e Santos (1994), e também analisadas por Kofes (1990), Souza (1991) e Girard (1993).

Sobre as questões relacionadas a transformações neste campo e as lutas das empregadas domésticas, CASTRO (1993) e BERNADINO-COSTA (2007) enfatizam pontos que considero muito importantes, no sentido de analisar as lutas, o potencial de organização das empregadas domésticas e a capacidade de realizar mudanças a partir da relação mais ampla dessa organização com outros movimentos sociais (CASTRO, 1992). Para esta última, a ação desse sujeito coletivo está intrinsecamente ligada ao movimento feminista e ao movimento negro. Finalmente, os desafios que os estudos sobre emprego doméstico trazem para a teoria social e para o movimento feminista são abordados por CASTRO (1992, 1993) e BRITTO DA MOTTA (1985).

1.5 AS PARTICULARIDADES DESTE ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO

Os trabalhos sobre os quais apresentei aqui uma leitura trouxeram contribuições importantes na reflexão produzida no processo de elaboração desta tese. A releitura da produção de conhecimento sobre emprego doméstico feita neste Capítulo recolocou questões para discutir as referências teóricas que tomo como ponto de partida e para a análise empírica, no entanto, a construção de minhas referências teóricas para esta tese não foram construídas diretamente a partir delas. Nesse sentido, há um movimento dialético no interior da produção deste trabalho, no qual o sentido da elaboração vai se reconstruindo pela incorporação de outras referências, para além daquelas que constituíram o meu ponto de partida e a produção de novas análises. As referências iniciais, a partir das quais dialogo com uma diversidade de autores/as não necessariamente de uma mesma matriz de pensamento, garantem uma base para construir uma reflexão crítica sobre o trabalho das mulheres.

O trabalho doméstico, como atribuição das mulheres, é estruturado primariamente como relação social de sexo/gênero. O trabalho doméstico remunerado, como relação de trabalho, engloba em sua dinâmica interseções entre relações sociais de sexo/gênero, classe e raça e apresenta a possibilidade analítica de lidar com outras subdivisões possíveis no interior da divisão sexual do trabalho, em contextos sociais específicos. O emprego doméstico como uma questão que concerne às mulheres, como um problema relacionado à pobreza, à questão racial e à herança escravocrata, elementos fundantes da sua formação no Brasil, estão recorrentemente abordados nos estudos analisados neste Capítulo.

Isso nos leva a considerar sua importância não só para a produção sociológica no país, mas também para o movimento de mulheres e, de maneira mais específica, para o movimento feminista e o projeto de liberação e/ou emancipação das mulheres. É na compreensão dessa relação entre desigualdade social e desigualdade política que também se insere minha contribuição.

Ainda sobre a contribuição específica de meu estudo, considero que há particularidades. Analiso a relação entre trabalho doméstico remunerado e não remunerado, desde as práticas das empregadas domésticas em seus locais de trabalho remunerado e no

interior da sua própria unidade doméstica. Portanto, analiso o trabalho doméstico como emprego e como trabalho gratuito e trato de uma jornada de trabalho intermitente que se realiza sempre no âmbito do trabalho reprodutivo. Estou, assim, partindo de uma categoria de trabalhadoras que está envolvida na “produção do viver” (HIRATA, ZARIFIAN, 2004, p. 245), a partir inteiramente do trabalho reprodutivo. Dado que o trabalho doméstico tem uma jornada indefinida e que opera em uma lógica de tempo antagônica ao tempo da produção que marca a organização do cotidiano, e dado também que o emprego doméstico, no caso do Brasil, não tem uma regulamentação da jornada de trabalho, o tempo de trabalho é algo que precisa ser considerado como uma dimensão importante na vida dessas trabalhadoras.

O peculiar deste estudo é que o trabalho doméstico remunerado e não remunerado é analisado tendo como referência o cotidiano e a trajetória das empregadas domésticas em relação à sua própria forma de inserção social e em relação à organização coletiva da categoria. Portanto, as práticas de trabalho desses sujeitos são tomadas como centro da análise para compreender as práticas e relações engendradas pelo trabalho doméstico em uma dada situação, tendo como foco o tempo do trabalho, o qual foi teorizado a partir do trabalho produtivo, mas não está suficientemente estudado a partir do trabalho reprodutivo.

O trabalho doméstico gratuito foi a base de um debate teórico que avança cada vez mais sobre a relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (HIRATA & KERGOAT, 2007), baseado no conceito de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1986; KERGOAT, 1998; KERGOAT, 2001; KERGOAT, 2002; HIRATA, 2002; HIRATA, 2003; HIRATA 2004; HIRATA, 1986; HIRATA & KERGOAT, 2007).

É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Danièle Kergoat procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e dos conceitos conexos como aquele da qualificação, introduzindo as dimensões trabalho doméstico e esfera da reprodução (HIRATA & ZARIFIAN, 2004, p. 246).³¹

O conceito de divisão sexual do trabalho, objeto da reflexão teórica feita no próximo Capítulo, possibilita uma abordagem sobre trabalho doméstico como uma relação social que se constrói tanto a partir do trabalho remunerado como do trabalho não remunerado.

³¹ Tradução minha.

CAPÍTULO 2 - DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E TRABALHO DOMÉSTICO

Neste Capítulo, apresento os conceitos de divisão sexual do trabalho, com base nas concepções de Danièle Kergoat (1986, 1998, 2001, 2002, 2007) e Helena Hirata (1986, 2002, 2003, 2007), e de trabalho doméstico, a partir de Heleieth Saffioti (1979), Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schwebel & Sonthonnax (1985) e Christine Delphy (2004). Tais contribuições inspiram a construção do referencial com o qual construo minha grade analítica, mas levando em conta as críticas, os diálogos e as questões trazidas por outros/as autoras/es. Antes, porém, apresento uma breve discussão acerca de algumas questões teóricas e históricas que considero relevantes como ponto de partida para a abordagem dos conceitos que me referenciam.

2.1 REFLEXÕES INICIAIS: AS MULHERES COMO SUJEITO DO TRABALHO

A separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo instala-se com a chegada da ordem social capitalista. Do ponto de vista histórico, segundo KERGOAT (2002), é possível observar que a “estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo” (p. 234) e que a relação do trabalho assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Mesmo partindo do pressuposto de que houve, anteriores ao capitalismo, outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, essa divisão estava marcada por outra relação entre produção e reprodução, pois a divisão que se expressa nesse sistema está diretamente relacionada à formação social capitalista, na qual a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva.

A conformação dessa divisão sexual do trabalho, elemento central das relações sociais de sexo/gênero, mostra que a nova ordem estabelecida a partir dos interesses do capital reestruturou relações anteriores de dominação patriarcal entre homens e mulheres. Sendo assim, essas dinâmicas de estruturação da nova ordem do capital e a reestruturação do poder entre homens e mulheres são inextricáveis do processo histórico na formação da sociedade capitalista. Segundo Maureen Mackintosh (1984), para uma explanação sobre divisão sexual

do trabalho é preciso ir além da explicação que se limita aos benefícios que o trabalho das mulheres traz para o capital:

esta necessidade por explicações adicionais é reforçada pela observação que alguma forma de divisão sexual do trabalho pré-datou a expansão do capitalismo virtualmente em todos os países. Historicamente, com a expansão do trabalho assalariado, o capital se aproveitou da preexistente divisão entre homens e mulheres, e incorporou aquela divisão dentro da sua própria força de trabalho e para sua própria vantagem (MACKINTOSH, 1984, p. 8).

Para Walby (1997) e Saffioti (2004), o sistema patriarcal é histórico e, portanto, pode-se estabelecer uma periodicização. Walby (1997) define o patriarcado como um sistema de estruturas e práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. A estrutura das relações patriarcais antecede a nova ordem capitalista e é reorganizada no interior do novo modo de produção, o qual mantém a hegemonia do poder masculino na vida social. Segundo Saffioti (2004), o patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo e “refere-se a milênios da história mais próxima, período no qual se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina.” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Portanto, no sistema capitalista, essa hierarquia é mantida e reestruturada a partir da coexistência entre capitalismo-patriarcado e por meio da relação exploração/dominação das mulheres, que se altera nas diversas etapas do desenvolvimento desse sistema, mas permanece como constitutiva da sua lógica e necessária à sua reprodução. Exploração/dominação não constitui uma dualidade; “não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2004, p. 130). Walby (1997) considera que as análises sobre processos de mudanças nas relações de gênero no sistema capitalista não podem estar dissociadas da interação com mudanças nas relações patriarcais.

Para Delphy (2004), o termo patriarcado é muito antigo, mas “na nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente: o poder dos homens” (DELPHY, 2004, p. 154). Hartman (s/d) define o patriarcado como um sistema de opressão masculina das mulheres. A definição de Hartman (s/d) contém, evidentemente, outros elementos, mas segundo Morgan (1985) a idéia contida nesta frase pode ser tomada como uma espécie de ponto de partida mínimo.

Essa breve digressão a respeito do conceito de patriarcado me pareceu necessária em função das referências feitas ao conceito ao longo das reflexões teóricas e análises empíricas que compõem esse processo de produção de conhecimento e porque considero que o debate em torno desse conceito é parte da construção da teoria social feminista. Existem várias abordagens sobre patriarcado e muitas críticas à sua utilização. Em relação à crítica ao conceito de patriarcado como “generalista” e, por isso, de pouco valor explicativo, Morgan (2005) sugere três possíveis respostas para o problema: “argumentar sobre patriarcado de maneira mais atual; abandonar o conceito no seu conjunto de abordagens ou argumentar sobre a pluralidade de patriarcados” (MORGAN, 1985, p. 247)³². Sobre o questionamento à utilização desse conceito, Hamlin (2008) considera que “... a própria utilidade do termo ‘patriarcado’ foi questionada em vez de simplesmente se questionar seu *status* de universalidade e tentar delimitar suas fronteiras históricas e culturais” (HAMLIN, 2008, p. 72). Entendo, também, que as formas contemporâneas de coexistência entre capitalismo e patriarcado devem ser consideradas a partir de cada contexto social e histórico.

À luz dessa discussão, Morgan (1985) acrescenta o seguinte:

Certamente, o conceito serve como uma orientação sensibilizadora para o caráter generalizado da dominação de gênero, e para o caráter essencialmente político dessa dominação. A dominação de gênero não é, por conseguinte, o mesmo que divisão sexual do trabalho, apesar de esta ser uma parte importante dela (MORGAN, 1985, p. 249).³³

As primeiras sociedades capitalistas, segundo Heleieth Saffioti (1979), “não diminuiram as diferenças entre os sexos, mas aumentaram-nas”. Os direitos políticos conferidos, pelo menos formalmente, aos homens permitiam sua participação na vida pública, mas para as mulheres era diferente. “A mulher, entretanto, assiste a uma pequena ampliação de seus horizontes sociais” quando “se distancia do lar para desempenhar uma atividade ocupacional, mas continua impedida de participar da vida pública” (SAFFIOTI, 1979, p. 106). A história da luta das mulheres por sua emancipação já se constrói, nesse contexto, como organização de mulheres trabalhadoras e como movimento de mulheres por direitos políticos e sociais.

³² Tradução minha.

³³ Tradução minha.

Quando percorremos a história da Revolução Industrial, encontramos, desde o seu início, a presença das trabalhadoras assalariadas e uma persistente negação, ao longo da história, em considerar as mulheres como parte da classe trabalhadora. Dessa forma, as mulheres engajadas no trabalho assalariado foram tratadas como fora do seu lugar e, por isso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi, desde então, tratada como uma ausência delas do espaço para o qual elas estavam “destinadas” – o espaço familiar doméstico. O discurso ideológico de sustentação da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/dominação das mulheres como parte da ordem natural das coisas.

Segundo Scott (1991), o século XIX colocou essa questão como um problema. Evidentemente, um problema para ser resolvido em favor da nova ordem que se estabelecia, regida pelos interesses do mercado (do capital) e submetida ao poder dos homens (patriarcal). Segundo Scott (1991):

A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente e que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado; foi posto e debatido em termos morais e categoriais (SCOTT, 1991, p. 443).

Qualquer que fosse a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sua situação no ambiente de trabalho e as diversas posições teórico-políticas sobre as tendências do capitalismo, as questões giravam sempre acerca de “devem as mulheres trabalhar por um salário? Qual o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e na sua capacidade de desempenhar as funções maternas e familiares? Que gênero de trabalho é adequado para uma mulher?” (SCOTT, 1991, p. 443). Essas questões, trazidas por Scott como resultado de pesquisas históricas, indicam também uma conexão entre o corpo das mulheres e sua capacidade reprodutiva na elaboração das doutrinas morais que legitimavam a opressão das mulheres. Introduzir questões que indiquem a historicidade da relação entre mulher e trabalho é fundamental no sentido de atentar para as dimensões ideológicas e materiais da divisão sexual do trabalho, fundamentadas na negação das mulheres como trabalhadoras e do trabalho doméstico como trabalho.

Para Scott (1991):

Mais do que refletir um processo objetivo de desenvolvimento histórico, a história da separação do lar e do trabalho contribuiu para esse desenvolvimento; essa separação forneceu os termos de legitimação e as explicações que construíram o 'problema' da mulher trabalhadora, minimizando continuidades, assumindo que as experiências de todas as mulheres eram iguais e acentuando as diferenças entre homens e mulheres (SCOTT, 1991, p. 445).

Pode-se dizer que a própria noção de feminino como uma representação genérica dos atributos sociais e mesmo psíquicos das mulheres se constrói em uma relação direta com o trabalho reprodutivo/doméstico, na qual uma noção dá sentido à outra. No processo de constituição do modelo feminino no Ocidente, forjado no século XIX, nos países do Norte, necessário à nova forma de organização social do trabalho e à manutenção do poder dos homens, as mulheres e o trabalho reprodutivo foram tomadas como coisas inextricáveis.

A teoria crítica não toma esses problemas como parte da sua pesquisa e da sua elaboração explicativa das relações sociais no capitalismo. Na análise crítica que Marx (2004) empreende sobre o emprego das máquinas e a Revolução Industrial, na qual as máquinas possibilitam o uso da mão-de-obra de mulheres e de crianças, o trabalho das mulheres é analisado pelo autor, nesse contexto, a partir do significado do emprego dessa nova mão-de-obra para a relação de trabalho dos homens e do que isso representa para eles na correlação de forças com os capitalistas. A análise sobre o trabalho das mulheres é distinta daquela que faz sobre o trabalho dos homens, os quais são considerados os sujeitos explorados e também os sujeitos que constituem a classe trabalhadora. Nessa abordagem, no caso das mulheres, o trabalho assalariado não as constitui como parte da classe trabalhadora. As terríveis condições de exploração a que estão submetidas as mulheres são tratadas criticamente, mas a crítica é remetida à capacidade do sistema em utilizar sem limites os recursos disponíveis de mão-de-obra para sua exploração, isto é, como uma forma de o capitalista criar correlação de forças desfavoráveis para os homens trabalhadores serem mais explorados (ampliação do exército industrial de reserva³⁴) ou jogados no desemprego.

³⁴ Cf. MARX, 2002, p. 735.

Portanto, além de as mulheres estarem sendo exploradas em condições terríveis, e isso está muito explicitado, pode-se até mesmo pensar que, segundo esse autor, elas estão também fora do lugar em que por “natureza” elas deveriam estar, nos afazeres domésticos, no cuidado das crianças, na sustentação da casa dos companheiros que vendem sua força de trabalho. Quando Engels (1987) afirma que “a emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção e quando o trabalho doméstico lhe tomar apenas um tempo insignificante” (ENGELS, 1987, p. 182); e que só a grande indústria vai possibilitar que isso aconteça, ao exigir o trabalho da mulher em grande escala e quando “transformar o trabalho doméstico privado em indústria pública”³⁵. Ele não coloca em questão a atribuição às mulheres do trabalho doméstico, nem a continuidade da divisão sexual do trabalho. Isso porque, mesmo quando tomar “um tempo insignificante”, o trabalho doméstico continuará como uma atribuição das mulheres.

A relação homens e produção continua no mesmo lugar, enquanto parece haver uma suspensão histórica da luta por emancipação das mulheres, a qual é jogada para o futuro, a partir de um determinado contexto que virá. Isso não significa desconsiderar o que dizem CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHEWBEL e SONTONNAX (1985), para quem “a obra de Engels e sua análise sobre ‘A origem da Família, da propriedade privada e do Estado’ representa uma crítica radical das versões ‘naturais biológicas’ no que concerne à origem das instituições tais como a família patriarcal e o Estado” (CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHEWBEL e SONTONNAX, 1985, p 125)³⁶, mas ter em consideração que, em Engels, a análise sobre a família está submetida tão-somente à evolução dos modos de propriedade e às relações de produção. É interessante perceber na obra citada de Engels como ele descreve a família operária, no contexto do século XIX na Europa, como já desprovida de relação de dominação. Isso se dá justamente por não considerar, na análise, as relações sociais de sexo, nem as relações sociais na esfera da reprodução.

O que quero salientar, ainda com base na obra de Marx, é que as mulheres não estão consideradas como parte da classe trabalhadora, e a força de trabalho feminina, que arca com a sobrecarga do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, não é analisada como um

³⁵ Id., ib.

³⁶ Tradução minha.

elemento estrutural da exploração capitalista enquanto, contraditoriamente, o trabalho das mulheres na produção é tomado como funcional ao sistema capitalista. Marx não levou em conta em sua análise crítica a separação espaço/tempo trabalho-produtivo e espaço/tempo-trabalho reprodutivo, tão útil aos interesses do capitalismo, apesar de ter reconhecido que a nova ordem capitalista gerou uma transformação das relações familiares. “A força dos fatos, entretanto, compeliu a que se reconhecesse finalmente que a indústria moderna, ao dissolver a base econômica da família antiga e o correspondente trabalho familiar, desintegrou também as velhas relações familiares.” (MARX, 2004, p. 554).

Kergoat (1987) diz o seguinte, referindo-se à literatura sobre a classe operária:

Mas é um fato marcante que essas análises referem-se a uma classe de sexo unívoca: a dos homens. As mulheres aparecem apenas como categoria de mão-de-obra ou de força de trabalho; muito raramente como ator social...Tudo se passa, pois, como se, ao nível dos discursos sociológico e político, a relação capital/trabalho criasse apenas classes masculinas...” (KERGOAT, 1987, p. 81-82).

No Brasil, a questão das mulheres como trabalhadoras e como parte da classe trabalhadora também se constituiu como um problema historicamente marcado pela negação das mulheres como sujeito.

Desde o fim do século XIX, as operárias – que representavam 78,3%³⁷ da força de trabalho utilizada na indústria e, principalmente, no setor têxtil – tinham participado e, às vezes, até tomado a iniciativa das lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento dos salários e pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas. Mas não tomavam parte ativa nas decisões do movimento, *seus combates eram quase sempre perdidos, sua mobilização espontânea permanecia, na prática, ausente das negociações encetadas durante as greves*³⁸. No discurso operário, as operárias eram vistas mais como futuras mães, educadoras, que não pertenciam ao mundo do trabalho, companheiras, mas não como inteiramente operárias (LOBO, HUMPHREY, GITAHY, MOYSÉS, 1987, p. 131-132).

É importante lembrar aqui a expressão crítica forjada pela socióloga Elizabeth Lobo, “a classe operária tem dois sexos”, que dá título a seu livro (Cf. LOBO, 1991), no qual a autora desenvolve uma crítica aos clássicos da teoria crítica e ao discurso sindical, que,

³⁷ PENA, Maria Valéria. **Mulheres e Trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981, p. 122

³⁸ PENA, Maria Valéria. **Lutas ilusórias (as mulheres na política operária da Primeira República)**. Fribourg: V Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 1981, p. 121.

segundo ela, sugerem a existência de apenas um sexo como constituinte da classe trabalhadora.

Ao falar sobre a obra de Thompson, de grande importância para a compreensão da formação da classe operária na Inglaterra, Saffioti (2004) realiza uma crítica afirmando ser “óbvio que seria impossível negar a presença das mulheres nas fábricas durante a Revolução Industrial e posteriormente. Desta sorte, elas não estão ausentes do estudo de Thompson. Entretanto, o autor não revela a participação feminina no próprio processo de construção desta classe” (SAFFIOTI, 2004, p. 114). A obra de Thompson sobre a “Formação da Classe Operária Inglesa” (1987) traz descrições e problematizações importantes sobre o trabalho das mulheres, inclusive sobre a relação maternidade e trabalho assalariado, sobre as condições precárias a que estavam submetidas as mulheres trabalhadoras nos dois espaços de trabalho - doméstico e nas fábricas -, identifica o início da sua organização específica, assinalando que “entre 1815 e 1835, observam-se também os primeiros sinais da ação sindical independente das trabalhadoras” (THOMPSON, 1987, p. 307).

O autor ressalta, ainda, a luta das mulheres por direitos, mas o que prevalece na sua concepção de classe é o sujeito masculino, o homem como referente do sujeito universal, uma vez que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.” (THOMPSON, 1987, p. 10). Não é minha intenção, aqui, colocar em debate o conceito de classe em Thompson, mas ressaltar exclusivamente essa dimensão da referência ao sujeito empírico que está na concepção dessa relação. Apenas no sentido de mostrar, no campo do pensamento marxista, como a análise de Thompson, sensível à presença das mulheres nos processos de trabalho e de conflitos que marcaram um determinado período histórico, não tem consequência na sua formulação teórica. Isso me parece relevante sobretudo em se tratando de um autor para quem “a mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe... A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”³⁹.

Já no campo da teoria social feminista, de acordo com Hartman (s/d), teóricas como Firestone (1976) e Mitchel (1968), colocaram o marxismo como um método de análise social

³⁹ Id., Ib.

- o materialismo dialético - a serviço das questões feministas, e sugeriram novas direções. Esse foi também o caso, na minha visão, da teórica brasileira Saffioti (1979, 1981). Nos casos de Firestone (1976), Mitchel (1968), Hartman (s/d) e Saffioti (1979, 1981), a análise social está ancorada nos conceitos de capitalismo e patriarcado. São interessantes as críticas feitas por Hartman a Firestone, pela ênfase dada à reprodução biológica, e a Mitchel, por separar a questão econômica da questão ideológica, colocando a primeira como da ordem do capitalismo e a segunda como da ordem do patriarcado.

As teóricas da divisão sexual do trabalho que se inscrevem na tradição da teoria crítica, do materialismo histórico, têm produzido no campo da teoria sobre trabalho uma ruptura epistemológica ao redefinir o conceito de trabalho a partir das esferas produtiva e reprodutiva. O conceito de relações sociais de sexo altera a concepção marxista de classe como a relação social determinante de toda organização, contradição, conflito e antagonismos da vida social. Ao discorrer sobre alguns pontos do seu processo de construção teórica, Danièle Kergoat observa como se mostrou improvável analisar as práticas reivindicatórias das mulheres trabalhadoras, dentro e fora do local de trabalho, a partir da mesma grade conceitual estabelecida para analisar as práticas masculinas, pois os dados das pesquisas mostravam as diferenças entre elas.

Essa autora afirma que recusou a referência “permanente ao discurso do modelo masculino” (KERGOAT, 2004, p. 242) por não ser operacional para explicar as diferenças entre as práticas de homens e mulheres de uma mesma classe. Mas, por outro lado, propôs a questão de como poderia tratar essas diferenças na ausência de aparato conceitual para organizá-las. Um problema, então, apresentou-se para ela, uma vez que a impossibilidade de relacionar “essas diferenças de atitudes e comportamentos observáveis a uma análise materialista da exploração e dominação, poderia deixar o “campo livre” para interpretações que buscassem explicar essas diferenças a partir de uma “natureza feminina” (KERGOAT, 2002, 242). A autora teve, então, “de retomar uma análise material (materialista) da condição operária, mas desta vez sexuada: ‘trabalhadora não é o feminino de trabalhador’”⁴⁰. A idéia contida na síntese final da autora, na minha visão, supera de maneira radical - no sentido de alterar os seus fundamentos - uma concepção do masculino como a referência do feminino,

⁴⁰ Id., Ib.

em uma relação dialética entre dimensão material e simbólica, e evidencia a visão de construção de subjetividades diferentes a partir das diferentes práticas de trabalho de mulheres e de homens. Traz, por fim, na minha compreensão, a questão do sujeito sexuado.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Se no século XIX se consolidam as bases materiais e simbólicas da divisão sexual do trabalho, no século XX, a partir dos anos 1970, o feminismo contemporâneo revelou, analisou e teorizou sobre essa divisão, produzindo avanços na teoria crítica. Ao definir o trabalho doméstico como trabalho, as autoras feministas suscitaram um amplo debate, gerando novas análises sobre a relação mulher e trabalho e sobre o mundo do trabalho em geral. A exploração do tema do trabalho das mulheres traz um questionamento sobre a categoria trabalho e seu uso, nas Ciências Sociais, como relativo, exclusivamente, às atividades da produção:

Para isso, foi preciso que um movimento social impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, e interpela a acepção tradicional do conceito trabalho: é somente nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs, que a reflexão sobre as práticas sociais das operárias tornava-se possível (KERGOAT, 1986: 81).

A permanência das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico mesmo tendo um trabalho assalariado; os problemas que enfrentam para responder às exigências e necessidades das duas esferas, produtiva e reprodutiva; a socialização das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana foram transitando dos dilemas pessoais para os problemas dos coletivos de trabalhadoras, das impossibilidades profissionais criadas pela sobrecarga de responsabilidades para a construção de um problema político e sociológico. Político, no que tange à luta por emancipação e contra a exploração e a dominação das mulheres. Sociológico, a partir das pesquisas empíricas, das explicações encontradas, das reflexões teóricas, sobre o que veio a se constituir como um campo teórico dedicado à “divisão sexual do trabalho”, fundamental para o avanço da teoria feminista e, de uma maneira geral, para o avanço da teoria crítica.

Para a abordagem aqui apresentada, vejamos a definição de Danièle Kergoat, para quem:

A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). Se esses dois princípios organizadores se encontram em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isso não quer dizer, entretanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, essas modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço, como o demonstraram abundantemente etnólogos/as e historiadores/as (KERGOAT, 2001, p. 89).⁴¹

Quando a nova ordem capitalista instaurou a separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, produziu um princípio de separação entre “trabalho de homens” e “trabalho de mulheres”, com uma conotação hierárquica que estrutura a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1998). Esse princípio é doravante sustentado por estruturas materiais e simbólicas, sendo um elemento determinante na configuração das relações sociais entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho está associada de maneira inextricável a uma outra configuração que se expressa em termos de relações que associam homens/produção/esfera pública e mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura e da segunda como sendo da ordem da natureza. Como bem afirma Kergoat (2004), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações sociais de sexo; esta forma é modulada historicamente e societalmente” (KERGOAT, 2004, p. 36).

No campo das Ciências Sociais, “existem inúmeras explicações da divisão sexual do trabalho e nem sempre são mutuamente exclusivas” (HIRATA, 2002, p.279). Considero que para os propósitos desta tese, é importante apresentar aqui “as duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho” que, segundo Hirata, “se opõem e divergem”⁴².

A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de ‘vínculo social’, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de

⁴¹ Tradução minha.

⁴² Id., Ib.

'relação social' (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) de uma teoria geral das relações sociais (HIRATA, 2002, p. 279).

A minha abordagem está baseada na segunda explicação, a qual referencia toda a reflexão aqui apresentada. Na primeira concepção, a divisão sexual está pensada a partir da visão de complementaridade entre homens e mulheres, a qual, segundo Hirata, pode tomar tanto “forma de um ‘modelo tradicional’ da especialização dos papéis sexuais no qual as atribuições das tarefas domésticas e familiares são garantidas pelas mulheres, concepção que “está presente há muito tempo na sociologia, entre os funcionalistas, de Durkheim a Parsons” (HIRATA, 2002, p. 279). A complementaridade pode também tomar “a forma de um ‘modelo de conciliação’ entre a via profissional e a via familiar”, o qual “visa a articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional” (HIRATA, 2002, p. 279). Neste segundo caso, haveria uma recomposição na divisão dos papéis, voltada sobretudo para a esfera profissional, como uma maneira de se estabelecer a igualdade de oportunidades. Tomando como referência a hegemonia desse modelo de conciliação na formulação das políticas públicas na França e nas deliberações da Plataforma de Ação da Conferência da ONU para igualdade das Mulheres em Beijing em 1995, Hirata avalia que “a defasagem entre modelo e realidade das práticas sociais faz com que, em geral, caiba quase exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (HIRATA, 2002, p. 280).

No Brasil, as políticas sociais, em geral, não são formuladas com base na noção de conciliação entre família e trabalho assalariado ou qualquer outra perspectiva que leve em conta essa relação e suas conseqüências na desigualdade da organização do tempo social de homens e mulheres. A “conciliação” entre mercado de trabalho e família, no caso do Brasil, é um dilema que se mantém como concernente às mulheres. “As soluções para esse dilema tendem a ser privadas e assumidas quase que exclusivamente pelas mulheres. O resultado é o reforço das desigualdades de gênero no mercado de trabalho” (SORJ, FONTES E MACHADO, 2007, p. 593). As formas de solução desse dilema dependem da situação socioeconômica em que se encontram as mulheres. Essas autoras afirmam que há uma fraca legitimação social e política sobre essa problemática na sociedade brasileira e que o “baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e qualidade da inserção feminina, sobretudo das mães, no mercado de trabalho (SORJ, FONTES E MACHADO, 2007, p. 574).

Em pesquisa por mim realizada nos serviços de saúde em Recife (ÁVILA, 1990), constatei que as mulheres são as responsáveis por levar os doentes da família aos postos de saúde e, nesses espaços, estão sujeitas a um longo tempo de espera. Essa tarefa é vista, nesses serviços e pelas próprias mulheres, como diretamente relacionada às responsabilidades domésticas e, assim, o tempo de espera faz parte de uma representação simbólica sobre o uso do tempo das mulheres como disponível para servir a outros. Tais tarefas, mesmo quando entram em choque com o tempo do trabalho assalariado, são, dentro da família, uma questão inteira e exclusivamente pertinente à responsabilidade das mulheres⁴³.

Por sua vez, as políticas sociais de “combate à pobreza” desenvolvidas no Brasil sustentam-se no trabalho das mulheres, as quais são chamadas a participar como “mães” e “donas de casa”. Assim, reificam-se esses papéis para legitimar esta forma de exploração e operacionalizar as políticas a um custo baixo (ÁVILA, 2001). Esse tipo de política, segundo MORAES (2007), caracteriza-se como uma iniciativa filantrópica e levanta também o problema da negação das mulheres como sujeitos e como cidadãs nas suas formas de execução. Para a autora, trata-se de “formas de tutela e de infantilização incompatíveis com a idéia de autonomia e responsabilidade” (MORAES, 2007, p. 129).

A divisão sexual do trabalho tem uma consequência importante, segundo HIRATA (1986), na reprodução ampliada das diferentes instituições sociais. Para a autora, essa divisão orienta a formação escolar, influi na linguagem que nomeia os elementos do mundo do trabalho, definindo o que é masculino e feminino, a percepção sobre a família e sobre a política pública. Em pesquisa realizada no Japão sobre vida reprodutiva e produção, HIRATA (1986) identifica essa influência de maneira precisa e, neste contexto, afirma que “a primeira marca do patriarcado na divisão do trabalho segundo os sexos aparece no nível da linguagem” (HIRATA, 1986, p. 64). A autora constata um grau acentuado de subordinação das mulheres nas relações de trabalho quando analisadas a partir da divisão sexual do trabalho e acrescenta que, “aqui, indisfarçavelmente, patriarcado e capitalismo se conjugam para reproduzir a classe assalariada, jogando com o sexo e a idade da mão-de-obra” (HIRATA, 1987, p. 72).

⁴³ Cf. ÁVILA, 1990.

A linguagem também pode operar como um marcador de gênero para definição e execução de políticas sociais. Em uma análise que fiz sobre a formulação de uma política social de âmbito nacional, no Brasil (ÁVILA, 2001), dirigida às mulheres grávidas, constatei que as categorias “mães”, “gestantes” e “nutrizes” foram utilizadas para definir o papel social das mulheres na execução da política, designar-lhes funções específicas e naturalizá-las. Nesse sentido, “essa funcionalidade, extraída de uma mistura de condição biológica e situação social precária, é a referência básica na qual se apóia a política” (ÁVILA, 2001, p. 9). Assim, a política social que tinha como objetivo a sustentabilidade nutricional de mulheres grávidas e em situação de pobreza, partia de uma concepção das mulheres como mero instrumento de reprodução.

Considero também que é muito útil, na produção de análises sobre a relação entre trabalho das mulheres e trabalho dos homens, outra elaboração de Hirata e Kergoat (2007) acerca da distinção de enfoques na produção de estudos e pesquisas sobre divisão sexual do trabalho, os quais não estão necessariamente correlacionados às explicações anteriores sobre as duas perspectivas teóricas que se opõem. Segundo essas autoras, no caso da França, o termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se a duas acepções, de conteúdos distintos.

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 596).

Ao considerarem que uma análise a partir da divisão sexual do trabalho deve ultrapassar a “simples constatação das desigualdades”, as autoras vão para a segunda acepção,

segundo a qual falar em termos da divisão sexual do trabalho é 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma para criar um sistema de gênero (HIRATA E KERGOAT, 2007: 596).

Para Kergoat (2004), divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo são dois termos indissociáveis. Para ela, “a divisão sexual do trabalho tem um estatuto ‘d’enjeu’ (do que está em jogo) nas relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2004, p. 40).⁴⁴ A autora afirma

⁴⁴ Tradução minha.

que as relações sociais de sexo, assim como todas as relações sociais, “têm uma base material, neste contexto é o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre sexos, nomeada, de maneira mais concisa: divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2004, p. 35)⁴⁵.

Sobre a imbricação entre relações de classe e relações de sexo, Kergoat demonstra que não se pode tratar essas relações como hierárquicas, mas como “coextensivas”. Dito de outra maneira, isso significa que “são conceitos que se sobrepõem parcialmente, e não conceitos que se ‘recortam’ ou que ‘se articulam’” (KERGOAT, 2002, p. 235). Consideramos que essa abordagem, para quem assume tal referência teórica, leva à superação da grande polêmica iniciada e fortemente presente nos anos 1970, entre teóricas feministas, sobre a relação entre exploração/dominação de classe e exploração/dominação de sexo. A polêmica girava em torno da existência ou não de uma hierarquia entre antagonismo principal e secundário e, por decorrência, sobre qual seria, então, o antagonismo principal⁴⁶. É justamente essa consubstancialidade das relações sociais que permite, na visão de Kergoat (2004), a possibilidade de compreender a natureza de fortes turbulências que incidem sobre a divisão sexual do trabalho atualmente.

No que diz respeito às relações sociais de sexo, DEVREUX (2005) aponta outras expressões da sua constituição que são “coextensivas” à divisão sexual do trabalho. A idéia de coextensividade é por mim utilizada neste estudo, por compreendê-la como o sentido que está presente na formulação da autora. Como resultado do seu processo de pesquisa sobre as relações entre homens e mulheres e sobre a socialização de meninos, DEVREUX (2005) afirma que foi levada a renunciar

a toda hierarquização das diferentes expressões das relações sociais de sexo e a concluir, no atual estágio dos conhecimentos em Sociologia, que a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo podem ser tidas como as três atividades, as três modalidades de expressão das relações sociais de sexo, sem que seja possível dizer que uma delas, em todas as esferas e em todos os momentos de desenvolvimento de uma sociedade, tem precedência sobre as outras duas. As relações sociais de sexo exprimem-se simultaneamente e conjuntamente por essas três modalidades (DEVREUX, 2005, p. 567).

⁴⁵ Tradução minha.

⁴⁶ Cf. HIRATA, 2002.

Para a autora essas três dimensões coexistem e conformam a contradição. O recorte feito dos três aspectos é um recorte para fins analíticos e parar tornar visível o movimento das práticas de dominação e exploração implícitos nesta noção e não deixar em aberto a possibilidade de tratar de maneira hierárquica essas três dimensões. Segundo a autora, essa abordagem também implica uma universalidade do conceito e, dessa forma, o seu uso como um conceito “explicativo” pode partir de qualquer uma das expressões da relação social de sexo como dimensão central, de acordo com o contexto social analisado.

Talvez seja possível afirmar que nas análises e nas reflexões teóricas de Kergoat sobre as relações sociais de sexo, estas dimensões estão presentes sem que a autora apresente a noção de relações sociais de sexo a partir de um esquema analítico construído com base nessas três modalidades distintas e relacionadas, como no esquema apresentado por Devreux. Kergoat considera, também, a existência de um fator prioritário que, no contexto da sociedade capitalista, é a divisão sexual do trabalho. Partindo da afirmação de que a relação social de sexo é uma relação de poder e de dominação que, com características singulares, pode ser encontrada em todas as sociedades conhecidas, Kergoat acrescenta que essa relação “é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade desse campo – o que não é o caso, longe disso, do conjunto das relações sociais” (KERGOAT, 2004, p. 40)⁴⁷. No nosso entendimento, a concepção de Danièle Kergoat sobre a divisão sexual do trabalho como o “enjeu” (o que está em jogo) das relações sociais de sexo está referida às sociedades salariais.

Partindo da definição de Kergoat sobre a indissociabilidade entre relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, como conceitos correlativos, Hirata (2002) explica que “se separarmos as duas expressões por razões didáticas, diremos que `relações sociais sexuadas` é uma `noção que tem a totalidade das práticas como campo de aplicação” (GEDISST, 1993 apud HIRATA, 2002, p. 275)⁴⁸. Tal indissociabilidade diz respeito à centralidade da divisão sexual do trabalho para as relações sociais de sexo, mas os dois conceitos não recobrem as mesmas dimensões da realidade social. Para avançar na formulação sobre uma “nova divisão sexual do trabalho”, Helena Hirata afirma que é necessário avançar nas pesquisas “sobretudo relativas à divisão do saber e do poder entre homens e mulheres” (HIRATA, 2002, p. 25), o

⁴⁷ Tradução minha.

⁴⁸ Cf. GEDISST. Rapport d'activité 1991-1993. Paris: IRESKO/CNRS, 1993.

que na nossa visão indica a necessidade de avançar na compreensão sobre a imbricação entre essa divisão e a divisão sexual do trabalho na conformação das relações sociais de sexo.

Considero que o conceito de gênero também pode ser utilizado como um conceito relativo a uma relação social, portanto, no mesmo sentido de relações sociais de sexo. Hirata usa a expressão “relações sociais de sexo/gênero” (HIRATA, 2002, p. 23) e o faz a partir de uma compreensão de que podem ser usadas no mesmo sentido de uma relação social.

Para Kergoat, “o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação” (KERGOAT, 2002, p. 244). O que a autora coloca - e considero relevante - é que se tomarmos em conta apenas as estruturas, isso nos levará a um raciocínio que negaria a possibilidade da existência dos sujeitos, como se os indivíduos agissem somente a partir da ação das formas exteriores. Para ela, é contra a visão solidificada de estrutura social “que se insere o raciocínio em termos de relações sociais (com seu corolário: as práticas sociais): relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes” (KERGOAT, 2002, p. 244).

Essa visão de sistema “dominante” como aquilo que não é “totalmente determinante” constrói uma abertura para entender o movimento de subversão à ordem, que constitui o sujeito, e para enxergar as dinâmicas individuais e coletivas, que formam as tensões e revelam as contradições que engendram a vida social. É uma perspectiva que leva a perceber as novas práticas presentes nas relações sociais e os movimentos que formam os processos de mudança ou de transformação.

Para Saffioti (2004), o processo de dominação só pode se estabelecer em uma relação social. O que implica a presença de pelo menos dois sujeitos - “e o sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado” (SAFFIOTI, 2004, p.118). É o movimento de antagonismo que forma as tensões da relação social. Referindo-se à dominação patriarcal, Saffioti afirma que patriarcado não significa ausência total de poder para as mulheres, isto é, a dominação

dos homens não é uma totalidade fechada, fixada em uma única forma, é uma relação de conflito, que nesse contexto está incrustada no processo da sociedade capitalista.

Se, historicamente, instituiu-se na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção. Como será mostrado no Capítulo subsequente, os dados aqui analisados confirmam que o trabalho doméstico continua sendo uma atribuição majoritária das mulheres e que a participação dos homens se faz em tarefas específicas e não fundamentais na manutenção das necessidades reprodutivas no cotidiano. Mackintosh (1984), ao tratar das tarefas domésticas a partir do contexto dos países capitalistas industriais e “desenvolvidos”, afirma que dentro do trabalho doméstico há atividades que são as mais rígidas na divisão sexual do trabalho e “qualquer mudança nessa divisão sexual do trabalho é freqüentemente percebida como uma séria ameaça para as formas de identidade de gênero estabelecidas” (MACKINTOSH, 1984, p.13).

Atualmente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal ou informal se expandiu. "Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado" (ANTUNES, 2000, p. 105).

O fato do trabalho em tempo parcial, precarizado e desregulamentado, atingir preferencialmente as mulheres, está, no contexto da mundialização, dentro de uma reconfiguração da divisão sexual do trabalho sobre a qual Hirata e Kergoat levantam três aspectos. O primeiro é relativo justamente à precarização. As autoras afirmam que a flexibilização das relações de trabalho “pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.601). Como bem analisa Araújo (2002):

estudos realizados no Brasil e no exterior enfatizam as conseqüências perversas do processo de reestruturação produtiva sobre o conjunto dos trabalhadores. A degradação das condições e relações de trabalho conforma novas modalidades de exclusão social. Essas condições incidem de forma especial e mais aguda

sobre as mulheres trabalhadoras, pois, no seu caso, as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os (ARAÚJO, 2002, p. 135).

Um outro aspecto dessa reconfiguração, retomando Hirata & Kergoat (2007), é a desigualdade direta entre mulheres no mercado de trabalho, dada, de um lado pela precarização e pela pobreza e, de outro, pelo aumento de “capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres”⁴⁹ inseridas em carreiras profissionais.

Assiste-se também ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens, pai, esposo, amante) opõem-se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, pelos empregos em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, pela precaridade (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 601).

Um terceiro aspecto importante, levantado pelas autoras, diz respeito à necessidade de essas mulheres com carreiras profissionais sólidas recorrerem aos serviços de outras mulheres em situação precária, para realizar o trabalho doméstico em suas casas, como uma forma de resolver as exigências das empresas do envolvimento pessoal. No caso da França, analisado pelas autoras, essas mulheres em situação precária são francesas e imigrantes. O trabalho doméstico remunerado de imigrantes dos países do Sul em países do Norte é um aspecto importante da reestruturação da divisão internacional do trabalho em sua articulação com a divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2008). Quanto à contratação de mulheres em situação precária para fazer as tarefas do trabalho doméstico para outras/os, no caso do Brasil tem sido uma constante, e o emprego doméstico tem um peso significativo no acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho, como veremos no Capítulo seguinte.

Ter um trabalho assalariado ou um trabalho autônomo que gere renda é uma necessidade social das mulheres para sua própria manutenção e/ou de sua família. A realização profissional e a autonomia financeira é uma dimensão fundamental do fortalecimento das mulheres e da sua construção como sujeito. As mulheres vão para o mercado de trabalho levando consigo a responsabilidade do trabalho reprodutivo doméstico, o que as coloca cada vez mais em conflito com a forma de organização do tempo social:

⁴⁹ Id., Ib.

...com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a nula resposta social e masculina ante esta mudança de cultura e comportamento das mulheres, estas últimas assumiram a dupla jornada e o duplo trabalho deslocando-se continuamente de um espaço ao outro, solapando e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelos requerimentos naturais da vida humana” (CARRASCO, 2005, p. 53)⁵⁰.

Como afirma Mackintosh (1984), “a divisão sexual do trabalho não está limitada à esfera do trabalho assalariado...é também um fato contínuo e, freqüentemente, age em detrimento das mulheres” (MACKINTOSH, 1984, p. 5). Como exemplos de trabalho não assalariado, essa autora cita o trabalho na agricultura, o trabalho urbano autônomo no comércio e na manufatura e nas tarefas domésticas. Poderíamos, talvez, falar de uma jornada de trabalho que consiste em um trabalho assalariado e um trabalho não assalariado que caracteriza a jornada de trabalho das mulheres e de uma jornada de trabalho assalariada que caracteriza a jornada de trabalho dos homens. Como uma concepção geral, pode-se dizer que a jornada de trabalho que caracteriza a jornada feminina compreende duas práticas de trabalho diferentes, com lógicas diferentes: trabalho produtivo, regido pelos interesses do capital, e reprodutivo, para suprir as necessidades de manutenção cotidiana da vida humana. No caso do emprego doméstico, que é uma relação de trabalho assalariado no campo do trabalho doméstico, a jornada de trabalho que se constitui como trabalho assalariado e não assalariado está totalmente ligada ao trabalho doméstico e, certamente, coloca diferenças e tensões entre as duas práticas nela contidas, expondo assim outras contradições.

As jornadas de trabalho dizem respeito à configuração do tempo de trabalho para os homens e para as mulheres, a partir do tempo do trabalho produtivo e do tempo do trabalho reprodutivo; levando em consideração que o tempo do trabalho se torna uma questão central no modo de produção capitalista, essa questão será retomada ainda neste Capítulo e naquele em que trato sobre a vida cotidiana. Creio ser importante ressaltar aqui o que Hirata e Zarifian (2003) afirmam a respeito disso, a partir de uma análise sobre tempo do trabalho fundamentada nas relações sociais de sexo. Para ambos, “...a captação do tempo pelo outro não pode mais ser reduzida somente ao tempo de trabalho assalariado. Percebe-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico” (HIRATA & ZARIFIAN, 2003, p. 67).

⁵⁰ Tradução minha.

As análises sobre desigualdade no mercado de trabalho são importantes, mas só através de uma análise que contemple mercado de trabalho e trabalho doméstico é possível aprofundar a compreensão da relação de desigualdade das mulheres na divisão sexual do trabalho. E, assim, a vida cotidiana aparece como o “cenário analítico” de que nos fala Tereza Torns (2001), a partir do qual podemos observar como se desenrola essa dinâmica e por meio do qual tem sido possível delimitar as presenças e as ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, e reconhecer, a partir daí, a hierarquia que as preside (TORNS, 2001). É importante ressaltar que tal cenário, em Torns, está pensado a partir de contradições e conflitos, podendo-se, talvez, analisá-lo como constituído por um movimento dialético.

Segundo Bruschini (2007):

Devido à ausência de um conceito que lhe desse visibilidade, o trabalho doméstico permaneceu, por muito tempo, ignorado nos estudos sobre o trabalho. Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, porém, não tiveram dificuldade em mostrar o estreito vínculo entre trabalho remunerado e não-remunerado. Esta nova perspectiva de análise, articulando a esfera da produção econômica e da reprodução, permitiu observar as conseqüências das obrigações domésticas na vida das mulheres, limitando seu desenvolvimento profissional. Com carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade, as mulheres muitas vezes acabam por priorizar seu investimento pessoal na esfera privada (BRUSCHINI, 2007, p. 10).

Em uma crítica feita à teoria sobre mulher e desenvolvimento, que partia de uma análise da produção de mercadoria para explicar a situação do trabalho das mulheres, Lourdes Benería e Guita Sen dizem que “para um completo entendimento da natureza da discriminação, salário das mulheres, participação das mulheres no processo de desenvolvimento, e implicações para ação política, analistas devem examinar as duas áreas da produção e reprodução, assim como a interação entre elas” (BENERÍA & SEN, 1986, p.152).

A divisão sexual do trabalho que atribui trabalho produtivo aos homens e trabalho reprodutivo às mulheres, dá significado às práticas de trabalho no interior de cada uma dessas esferas. No campo produtivo, há uma representação simbólica do trabalho de homens e do trabalho de mulheres e há uma divisão de tarefas que respondem a essa representação. Essa divisão incide também sobre o valor do trabalho de homem e de mulher, expresso no valor diferenciado de salários e no desvalor do trabalho doméstico. Além disso, no trabalho

produtivo há uma captura das habilidades desenvolvidas no trabalho doméstico, que dessa forma, além de ser apropriado para uma maior exploração do trabalho das mulheres, pode funcionar também como um meio de reafirmar a naturalização das habilidades das mulheres desenvolvidas na prática concreta do trabalho doméstico como uma habilidade natural feminina⁵¹.

No trabalho reprodutivo, que permanece, majoritariamente, pelo menos no caso de países ocidentais do Norte e do Sul, de responsabilidade das mulheres, quando os homens executam tarefas no trabalho doméstico diretamente relacionadas a necessidades do cuidado, da manutenção da casa e da alimentação, estão em princípio fazendo um trabalho de mulheres. Há tarefas no interior do espaço doméstico consideradas pequenos trabalhos masculinos, ligados à sua habilitação como trabalhador da esfera produtiva, como, por exemplo, os consertos na estrutura física das casas, serviços elétricos.

Conforme indicam Araújo e Scalon (2006), a partir de pesquisa realizado no Brasil,

os dados revelam que a divisão sexual do trabalho doméstico (sem considerar as crianças) ainda permanece amplamente dominada pelo padrão tradicional para ambos os sexos. Os homens só respondem por mais de 50% na atividade de pequenos consertos domésticos. Algumas atividades, como lavar e passar roupa e/ou cozinhar têm sido territórios praticamente inexplorados para os homens e assim parecem permanecer. Embora os percentuais se alterem em algumas circunstâncias, não são suficientes para indicar que o trabalho pago, mesmo com jornada integral, conduz a uma situação que possa ser considerada equilibrada na divisão das atividades domésticas (ARAÚJO E SCALON, 2006, p. 51-52).

O trabalho doméstico como trabalho das mulheres é um elemento de sustentação da divisão sexual do trabalho e da sua reprodução, o que significa que “as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem ameaçadas em seus fundamentos” (HIRATA, 2002, p. 25). Sobre o Brasil, Hirata nos diz que

também houve modificação na divisão do trabalho doméstico nos grandes centros urbanos, devido à inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho e à sua grande participação em atividades profissionais fora do domicílio. No entanto, essa mudança tem um caráter tópico e não atinge o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas, pela sociedade, exclusivamente às mulheres (HIRATA, 2002, p. 24).

⁵¹ Em Hirata (2002), encontra-se uma profunda e acurada análise sobre a questão acima, construída com base em pesquisas comparativas realizadas no Brasil, na França e no Japão.

Para Mackintosh, as “feministas (...) estão interessadas na divisão sexual do trabalho na sociedade porque isto parece expressar, encarnar, e além disso perpetuar, a subordinação feminina” (MACKINTOSH, 1984, p. 4).⁵² Uma abordagem sobre o trabalho das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho possibilita, do ponto de vista analítico, situar estudos qualitativos e localizados dentro de uma problematização das relações sociais que engendram e são engendradas na dinâmica das práticas sociais do trabalho produtivo e reprodutivo. Dessa forma, torna possível levantar questões sobre os processos de permanência e mudança que marcam a vida social.

2. 3 TRABALHO DOMÉSTICO

Para refletir sobre o trabalho doméstico, partimos da divisão sexual do trabalho na qual está inserido e que se constitui como um elemento estruturante da sua permanência e reprodução, como já apontado anteriormente (HIRATA, 1986, 2004; KERGOAT, 1998, 2001; HIRATA E KERGOAT, 2007). As mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho não alteraram as bases que a sustentam nem os seus significados; o trabalho doméstico se mantém como uma atribuição fundamentalmente das mulheres, o que nos leva a considerar o lugar estratégico que este trabalho tem para o estudo das relações sociais de sexo, uma vez que mudanças ocorridas em outros aspectos da vida das mulheres como as conquistas de direitos em algumas esferas da cidadania não têm correspondência, nem impactam de maneira efetiva essa atribuição, mesmo para o grupo de mulheres que já conquistou autonomia financeira.

Para esta reflexão, como ponto de partida retomo algumas questões da abordagem de Saffioti (1979), autora já referida em Capítulo anterior, que é pioneira no Brasil nos estudos sobre trabalho doméstico e se constitui em um marco. Trago, também, outras abordagens teóricas de autoras francesas, as quais tiveram fundamental importância nos estudos sobre trabalho doméstico, como Christine Delphy⁵³, Danielle Chabaud-Rychter, Dominique

⁵² Tradução minha.

⁵³ As obras de referência desta autora são “L’ennemi principal – Economie politique du Patriarcat, 1” (2001) e “L’ennemi principal – Penser le genre, 2” (2002). Estas obras de Christine Delphy contêm um conjunto dos principais textos da autora, elaborados a partir de 1970, entre eles os escritos nos quais ela desenvolve sua teoria sobre “modo de produção doméstico”.

Fougeyrollas-Schwebel e Françoise Sonthonnax⁵⁴. No entanto não se trata aqui de tomar uma das abordagens como referência, ou tentar uma análise crítica do que as diferencia ou as faz convergir. O propósito é expor idéias necessárias a uma construção analítica que busca questões em todas elas e em outras autoras, as quais também trabalham sobre este tema. Considero que o trabalho doméstico é um tema complexo, pouco abordada nas Ciências Sociais e, contraditoriamente, muito presente na realidade social, e que é preciso avançar em pesquisas empíricas capazes de oferecer elementos para uma compreensão mais acurada do seu significado social, da sua importância no mundo do trabalho e das mudanças em curso nas práticas de trabalho relativas a este campo.

Da contribuição de Saffioti (1979), quero neste Capítulo retomar três questões da sua abordagem que são centrais para este ponto específico da reflexão teórica sobre trabalho doméstico. Primeiro, a análise do emprego doméstico como uma forma remunerada do trabalho doméstico, o que denota que a autora está considerando que o conceito de trabalho doméstico recobre o trabalho feito de forma gratuita e remunerada; segundo, a relevância do emprego doméstico, no caso do Brasil, em seu “profundo significado para o padrão nacional de desenvolvimento do capitalismo, podendo servir de parâmetro para a apreciação do modelo econômico que aqui tem lugar” (SAFFIOTI, 1979, p. 32); terceiro, o fato de o trabalho doméstico, gratuito ou remunerado, se constituir sempre como uma “tarefa feminina” (SAFFIOTI, 1979, p. 44). Para a autora, o modo de produção capitalista convive com formas de trabalho não capitalistas, como o trabalho doméstico, numa coexistência ao mesmo tempo dinâmica e integrada. Sobre o emprego doméstico, Saffioti considera que as trabalhadoras nele engajadas não estão subordinadas à relação capital e trabalho, uma vez que são remuneradas com renda pessoal, o que, segundo a autora, tem uma diferença fundamental para caracterizar a atividade como não capitalista, ainda que o assalariamento seja uma forma de relação de trabalho engendrada pelo capitalismo. A autora ressalta que, nos países do Norte, as pesquisas e os debates sobre trabalho doméstico estiveram voltados para o trabalho doméstico gratuito, realizado pela “dona de casa”, devido ao pequeno peso que o emprego doméstico (trabalho doméstico remunerado) tinha no mercado de trabalho, no contexto dos anos 1970 do século XX.

⁵⁴ Cujas obra de referência é “Espace et Temps du Travail Domestique”, de 1985. Nesta obra de Danielle Chabaud-Rychter, Dominique Fougeyrollas-Schwebel e Françoise Sonthonnax, está apresentada a teoria sobre “trabalho doméstico” que as autoras formularam a partir do diálogo com as teorias já existentes sobre o tema, por meio de pesquisa empírica e de dados históricos. A pesquisa foi realizada na França entre 1979 e 1981.

Partindo de um processo referente ao contexto francês e de acordo com HIRATA e KERGOAT (2007), é possível compreender a importância da reflexão sobre o trabalho doméstico como ponto de partida para a construção do conceito de divisão sexual do trabalho e para a redefinição do conceito de trabalho. Neste sentido, posso falar de valor heurístico do conceito de trabalho doméstico.

O projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”. O ponto de ancoragem dessa ambição era a idéia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 596).

Nos anos 1970, na França, surgiram as primeiras análises sobre trabalho doméstico nas Ciências Sociais. Segundo Hirata e Kergoat ((2007), duas vertentes teóricas podem ser destacados nessa produção: a do “modo de produção doméstico” (DELPHY, 1998) e a do “trabalho doméstico” (CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985)”⁵⁵.

Segundo Delphy (2000), o modo de produção capitalista convive com outro modo de produção como o trabalho doméstico, o qual ela define como um modo de produção doméstico. Podemos dizer que de acordo com a posição teórica de Delphy (2000), o trabalho doméstico é a base material da dominação patriarcal e, por outro lado, a exploração econômica das mulheres no interior da família se apóia sobre a sua exploração no mercado capitalista de trabalho. Daí a afirmação da autora de que “modo de produção doméstico e patriarcado não são conceitos sinônimos nem intercambiáveis”, como também de que “o modo de produção doméstico não explica todo o patriarcado, nem mesmo toda a dimensão econômica da subordinação das mulheres” (DELPHY, 2002: 15)⁵⁶.

A análise do trabalho doméstico realizada por Christine Delphy (2000) “permite desvelar o conteúdo sexual de uma categoria tão neutra, em aparência, quanto o trabalho. Para essa autora, “o trabalho doméstico se define, assim como o assalariado, a partir das relações sociais de produção” (FOUGEYROLLAS, 1999, p. 63). O conceito de trabalho sofre uma

⁵⁵ Cf. Hirata & Kergoat, 2007, p. 597.

⁵⁶ Tradução minha.

alteração e se desloca do campo produtivo e da burocracia para chegar à esfera reprodutiva no âmbito doméstico⁵⁷.

Para elaborar sua teoria do “modo de produção doméstico”, Delphy utiliza categorias do marxismo e define as mulheres como classe, enquanto grupo explorado pelos homens no modo de produção doméstico. É através da extorsão do trabalho gratuito, no interior da família, comum a todas as mulheres, que elas se constituem como uma classe. Na concepção da autora, o trabalho doméstico não se caracteriza por um conjunto de tarefas, mas como uma certa relação de produção e isso se aplica para “todo trabalho efetuado para um outro, no âmbito doméstico ou da família e não pago” (DELPHY, 2002, p. 72). Para Delphy, a família é lugar da exploração econômica das mulheres, e isto dá significado às suas produções em qualquer espaço que seja considerado como parte desse âmbito, como na pequena produção agrícola que ela pesquisou na França. Nesse sentido, são as mulheres enquanto esposas, no contexto da relação familiar, que não são remuneráveis, e não o tipo de tarefas que elas fazem.

Neste modelo teórico a gratuidade é um elemento central da relação de exploração do trabalho das mulheres e a relação de casamento tem um peso especial para a forma de apropriação e controle do trabalho das mulheres, além de se constituir como um suporte formal e legal para a reprodução da relação de exploração e dominação. Nesta relação de exploração, segundo a autora, toma-se simplesmente o trabalho de alguém sem passar pela extorsão da mais-valia, o que causa um efeito paradoxal, pois a exploração se torna menos aparente⁵⁸.

Por fim, quero trazer uma questão que considero muito importante sobre a apropriação do tempo de trabalho nesta relação, justamente quando a autora explicita que o beneficiário dessa exploração ganha tempo, em termos de horas de trabalho, pois se não houvesse alguém para fazer em seu lugar, gratuitamente, ele teria, necessariamente, de fazer ele mesmo, ou então teria de pagar alguém que o fizesse para ele (DELPHY, 2001, p. 71).

Sobre a elaboração teórica feita por Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel, Sonthonnax (1985), ressalto o que do meu ponto de vista constitui a base da sua

⁵⁷ Cf. Fougeyrollas, 1999.

⁵⁸ Cf. Delphy, 2001.

fundamentação e outras questões que me parecem importantes para esta pesquisa. Para essas autoras, o trabalho doméstico pode se constituir em objeto da história e da sociologia, uma vez que não há uma forma eterna de domínio especificamente feminino e, portanto, uma divisão sexual do trabalho inscrita na natureza (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 10). Ainda segundo essas autoras, a história permite estabelecer como o trabalho doméstico está ligado à aparição do capitalismo, além de como se constitui dentro de um conjunto de transformações estruturais da sociedade.

A hipótese central na teoria do “trabalho doméstico” – partindo da separação entre espaço/tempo do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo que se instaura com o capitalismo – diz respeito à “existência na sociedade capitalista de relações sociais de produção distintas das relações sociais de reprodução”(CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 13)⁵⁹. As autoras acrescentam que essa sociedade capitalista – a qual elas definem também como “sociedade salarial”⁶⁰ - “se define então pela unidade de dois processos, a produção sob a forma de uma produção generalizada de mercadoria e a reprodução social dos indivíduos”⁶¹.

Essas autoras consideraram que sua elaboração teórica se situa em uma nova etapa de estudos sobre trabalho doméstico, na qual se faz uma ruptura com as analogias com o trabalho industrial, características de uma fase dos estudos neste campo e da qual elas partiram. Afirmam que foi o fato de considerarem a existência de uma heterogeneidade entre relações de produção e relações de reprodução o que possibilitou marcar distância das abordagens sobre trabalho doméstico ligadas ao pensamento econômico “neoclássico”. Para essas autoras, o corolário da autonomização da produção, isto é, da sua separação da unidade familiar doméstica, é a construção de uma esfera voltada para a reprodução na qual são redefinidos o lugar e as funções da família, que passam a ser a produção dos indivíduos para atuar nas relações de produção capitalistas.

⁵⁹ Tradução minha.

⁶⁰ Segundo essas autoras, elas utilizam o conceito de “sociedade salarial”, mais do que o de sociedade capitalista, inspiradas em pesquisas de economistas que vêm do campo marxista. E dizem, a respeito do primeiro conceito, que “este permite pensar como uma totalidade a articulação entre o econômico e a reprodução social, enquanto o conceito de capital fica inscrito na teoria da mercadoria que não permite isso”(CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 21). Tradução minha.

⁶¹ Id., p. 142. Tradução minha.

Tais transformações vão produzir outras mudanças institucionais que levarão a novas formas de organização da sociabilidade e a constituir o que passou a se chamar vida cotidiana. Na visão das autoras, “...a análise do trabalho doméstico ultrapassa a elucidação das circunstâncias concretas deste trabalho particular e coloca a questão da articulação das relações de produção e de reprodução como elemento fundamental das relações sociais contemporâneas” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985, p. 123)⁶². A heterogeneidade dessas relações leva também a um questionamento sobre a concepção de valor da força de trabalho como quantidade de trabalho socialmente determinada para sua reprodução, uma vez que a análise desse valor vem da sua equivalência como mercadoria a partir da esfera da produção e que uma parte da reprodução da força de trabalho, a saber, o trabalho doméstico, não tem uma equivalência de mercadoria. O interesse dessa crítica, segundo as autoras, é mostrar a impossibilidade de abordar o trabalho doméstico sob o ângulo da produção de uma mercadoria que é a força de trabalho.

Para elas, tratar o trabalho doméstico “como objeto específico faz aparecer uma estrutura temporal própria, fundada sobre as relações sociais não redutíveis às relações sociais de produção” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985, p. 28)⁶³. Para as autoras, tratava-se de analisar o trabalho doméstico na sua especificidade e fazer aparecer sua lógica própria. Nesse sentido, elas o tomaram como um conjunto de práticas, com saberes, histórias e simbologia específicas, que permitem estudar de forma separada a cozinha, a arrumação, os cuidados corporais e a educação. Segundo as autoras, foi através de uma abordagem do tempo de trabalho que se tornou possível apreender as práticas na sua organização global, destacando “não o tempo quantitativo – nós não tentamos medir o tempo que tomam as diversas atividades do trabalho doméstico ou sua totalidade – mas o tempo qualitativo”⁶⁴. Também analisam, em outro momento, “as modalidades de exercício do trabalho doméstico pelas mulheres, sua estrutura temporal e espacial, e aquelas relativas à participação dos homens, quando ela existe, tornando visíveis as relações de sexo que fundam estas práticas”⁶⁵.

⁶² Tradução minha.

⁶³ Tradução minha.

⁶⁴ Id., p. 22.

⁶⁵ Id., p. 123. Tradução minha.

Por fim, quero apresentar duas questões colocadas pelas autoras em diferentes momentos e que são particularmente importantes para minha reflexão. A primeira diz respeito ao trabalho doméstico como questão que atinge o conjunto das mulheres, incluindo-se as empregadas domésticas:

o trabalho doméstico, e mais amplamente o serviço doméstico, à medida que incluímos as empregadas domésticas, mostram as relações que existem no interior do grupo das mulheres – relações de intercâmbio relativo que constituem o conjunto das mulheres como grupo afetado pelo trabalho doméstico e não cada mulher individualmente (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 135)⁶⁶.

E a outra questão refere-se à lógica da temporalidade do trabalho doméstico. Sobre isso, as autoras observam que:

A estrutura temporal do trabalho assalariado remete à relação salarial: a venda da força de trabalho por um tempo limitado e a busca de um rendimento máximo da força de trabalho comprada. A estrutura do trabalho doméstico remete à relação social de serviço. No trabalho doméstico, as mulheres estão a serviço de seus maridos e de seus/as filhos/as, a serviço de sua família. Elas são desapropriadas de seu tempo, à disposição de sua família. A disponibilidade permanente é a expressão temporal da relação de serviço (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 47)⁶⁷.

Para Kergoat (1998), a noção de trabalho doméstico não é a-histórica. O trabalho doméstico, segundo essa autora, é uma forma histórica particular que toma o trabalho reprodutivo, sendo esta forma inseparável da sociedade salarial (KERGOAT, 2004). O trabalho doméstico é definido por Kergoat (1998) como aquele através do qual se realizam as tarefas do cuidado e da reprodução da vida, um elemento fundante dessa divisão e, portanto, funcional e integrado ao modo de produção capitalista. Uma crítica feita por Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schwebel e Sonthonnax (1985) à teoria do “modo de produção doméstica” diz respeito justamente ao fato de nesta abordagem teórica, Christine Delphy conceber uma análise autônoma do sistema patriarcal, o que “induz, uma vez mais, a uma definição do trabalho doméstico como estando do lado, fora do espaço capitalista, e perpetua a idéia segundo a qual o modo de produção capitalista poderia ser definido excluindo-se as dimensões sexuadas das relações de produção”⁶⁸. Para Maureen Mackintosh (1984), “um

⁶⁶ Tradução minha.

⁶⁷ Tradução minha.

⁶⁸ Id., p. 131. Tradução minha.

entendimento mais claro das tarefas domésticas, e das relações sociais sob as quais elas são feitas em diferentes sociedades, parece, por conseguinte, prover uma ligação entre a operação de fatores econômicos e não-econômicos na manutenção da subordinação das mulheres” (MACKINTOSH, 1984, p. 11).⁶⁹

A questão do valor do trabalho doméstico permanece como um desafio teórico e político para a teoria social. Considero que a questão não está mais no debate entre produtivo e improdutivo, como foi seu centro nos anos 1970, nos países do Norte (Saffioti, 1979), se produz ou não valor de troca, em uma tentativa de defini-lo como trabalho por analogia a um outro tipo de trabalho. No entanto, é preciso reconhecer que as abordagens e os debates sobre trabalho produtivo e improdutivo tiveram e têm um “senso político e heurístico fundamental, o de dizer da existência do trabalho doméstico como trabalho, da sua importância no conjunto das atividades sociais, e de dizer, enfim, da sua legitimidade como objeto de estudo para as Ciências Sociais” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 28)⁷⁰. De toda forma, é necessário avançar nos estudos empíricos e na reflexão teórica nesse campo.

Deve-se buscar um caminho de análise que traga novas questões sobre a importância do trabalho doméstico para a reprodução da vida humana em geral, pois, como afirma Carrasco (2001), “a reprodução humana como processo social nunca foi utilizada como categoria analítica central nos estudos das sociedades” (CARRASCO, 2001, p. 44), e da sua importância para a sustentação da reprodução da força de trabalho. Ainda segundo a autora, “não seria possível a manutenção do trabalho assalariado na produção (tempo assalariado) sem a sustentação do trabalho reprodutivo não remunerado no âmbito doméstico”⁷¹. Aprofundar o conhecimento sobre o tema é importante para entender o movimento presente nas reconfigurações das relações heterogêneas de produção e de reprodução (Cf. CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL E SONTTHONNAX, 1985) no processo social da sociedade capitalista, na qual os homens detêm a hegemonia do poder.

Além disso, é um trabalho que está historicamente atribuído a uma parte da humanidade, dentro das condições de exploração já levantadas aqui. Certamente, é um campo

⁶⁹ Tradução minha.

⁷⁰ Tradução minha.

⁷¹ Id., p. 49-50.

de estudo empírico fundamental para avançar na compreensão das relações de sociais de sexo e também para avançar no debate teórico entre trabalho doméstico e sistema patriarcal, o que pode trazer questões que façam avançar o debate teórico acerca da pertinência ou não do uso do conceito de patriarcado para designar um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres e sua coexistência com o sistema capitalista. Isso, sobretudo, considerando que este debate, forte nos anos 1970 e 1980 do século XX, permanece em aberto no campo da teoria social feminista.

Como afirma Antunes (2005), o trabalho é uma questão central dos nossos dias. Essa centralidade traz a necessidade de aprofundar o debate sobre o trabalho doméstico, por várias razões: devido a sua permanência como um problema das mulheres na divisão sexual do trabalho e, portanto, da permanência das contradições que ele engendra; também como uma questão importante na nova ordem da divisão internacional do trabalho no processo de globalização; e, finalmente, pela sua importância no processo de reprodução humana e social.

No contexto atual, as contradições engendradas pelo trabalho doméstico aumentam com a hegemonia das políticas neoliberais que desagregam o Estado de Bem-Estar Social, na maioria dos países do Norte onde foi alcançado e, assim, as políticas públicas que trouxeram, ainda que de forma restritiva, um impacto no cotidiano, como creches, escolas de tempo integral, instrumentos coletivos etc. foram sendo cortadas. A forma atual do modelo econômico hegemônico é de total desresponsabilização do poder público com os custos da reprodução social, o que, segundo Antunes (2005), produz de um lado relações de trabalho flexíveis, vale dizer, precárias, e de outro um Estado de caráter não redistributivo.

Portanto, não está no curso das mudanças do sistema capitalista a solução dessa contradição. Ao contrário, acirram-se as desigualdades. Mesmo que essa hegemonia já tenha sofrido alguma fissura, o discurso neoliberal nega qualquer contradição e defende o mercado como mediador e provedor de todas as necessidades. No caso da França, país com uma tradição histórica de bem-estar social, a assistência social tem utilizado o subsídio individual para pagamento de contratação de serviços de “empregada doméstica” em substituição a políticas sociais de cunho coletivista. “Os incentivos fiscais para a criação de empregos familiares são um dos exemplos atuais das políticas liberais que privilegiam a ajuda

individualizada e pessoal à família (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1999, p. 69). No caso de contratação de empregadas domésticas, neste país, como já foi dito, e assim como em outros países da Europa, as migrantes de países do Sul fazem parte do contingente de mão-de-obra disponível para este serviço. No caso do Brasil, onde o Estado de Bem-Estar pleno nunca chegou a ser implantado, as mulheres trabalhadoras nunca contaram, de fato, com políticas públicas que aliviassem a sobrecarga das tarefas da reprodução.

As políticas públicas de bem-estar social que, segundo Oliveira (1998), vêm sustentar a reprodução da força de trabalho na parte não coberta pelo capitalista no trabalho pago, geram o que ele chama de “direitos de anti-valor”. Portanto, ao tempo socialmente necessário para a reprodução, se somam, segundo ele, essas políticas públicas. Considero que se deve acrescentar, ainda, o trabalho doméstico não remunerado e remunerado como parte dessa sustentação. Neste sentido, a questão é a sua importância para a reprodução social. É em relação a essa questão que Moraes (2003) interroga: “se os capitalistas... puderem diminuir os custos de reprodução da força de trabalho, aproveitando-se da dupla jornada das mulheres, por que investiriam em creches e equipamentos coletivos que minorem os trabalhos domésticos?” (MORAES, 2003, p.99). Esse trabalho, necessário à reprodução social, é funcional para o sistema capitalista e é também uma base material da dominação patriarcal. Para Mackintosh (1984):

O trabalho não remunerado dentro do lar, quase todo feito por mulheres, eleva o padrão de vida da classe trabalhadora acima do provido pelo salário, e provê serviços de cuidado e socialização das crianças, isto é, da futura classe trabalhadora. Estes serviços, de outra maneira, só poderiam ser providos, menos efetivamente e a um custo mais alto para o capital, pelo Estado (MACKINTOSH, 1984, p. 7).⁷²

Levando em conta que o Estado de Bem-Estar é recente (data de meados do século XX), que não é universal e sofre retrocessos, é o trabalho doméstico não remunerado e remunerado que sustenta, mesmo que não o faça integralmente, mas em grande medida, na vida cotidiana, sem qualquer custo direto para o capital e de forma permanente, a reprodução humana e a reprodução da força de trabalho. De acordo com Aguirre (2005), “os níveis de bem-estar das pessoas e das sociedades se sustentam tanto no aporte do trabalho para o mercado como naquele que se realiza no âmbito das relações privadas e na esfera das

⁷² Tradução minha.

organizações sociais (AGUIRRE, 2005, p. 9).⁷³ No caso do trabalho doméstico não remunerado, é evidente a ausência de custo financeiro para o capital, mas no caso do trabalho doméstico assalariado também não há uma relação com os custos da produção, uma vez que esse tempo de trabalho não é remunerado pelo capital e sim pela renda pessoal das patroas e patrões e, assim como o trabalho gratuito, não pode ser considerado como parte dos custos diretos do capital necessários à reprodução social. Para tratar dessa relação de trabalho, é importante considerar também o “conceito de relação social fora do estritamente econômico” (KERGOAT, 2001, p. 85).

No contexto atual, as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, sem que isso signifique uma alteração na sua relação com o trabalho doméstico não remunerado. Quando as mulheres procuram os meios para exercer um trabalho remunerado e também para exercer uma atividade política, elas buscam estratégias de liberação do trabalho doméstico não remunerado. Uma delas é construir como parte do cotidiano uma rede de relações quase exclusivamente entre mulheres para enfrentar as necessidade de presença e ausência entre as esferas do trabalho remunerado e não remunerado⁷⁴. Temos aí uma contradição entre autonomia financeira e sobrecarga de tempo de trabalho em decorrência de uma jornada de trabalho que compreende trabalho assalariado e trabalho doméstico não assalariado, o que correntemente se denomina dupla jornada. Para as mulheres que estão exclusivamente no trabalho doméstico não remunerado, a contradição se coloca em outros termos, pois, nesse caso, a falta de uma renda própria é um impedimento à autonomia das mulheres ou cria uma correlação de forças ainda mais difícil para exercer esta autonomia. Não considero que a autonomia financeira seja o único requisito para a autonomia das mulheres, no entanto, tem imensa importância neste sentido.

As diferenças de classe entre mulheres são, historicamente, um determinante da sua inserção na relação trabalho doméstico/trabalho assalariado. O trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres, para as mulheres de todas as classes. Há, no entanto, uma desigualdade social histórica na forma de enfrentar essa relação. Para as mulheres das classes populares, a inserção no mercado de trabalho formal ou informal sempre significou a vivência de jornadas formadas por trabalho gratuito e assalariado, a qual impõe muitas dificuldades a

⁷³ Tradução minha.

⁷⁴ Cf. ÁVILA (2002; 2005).

serem enfrentadas como parte da vida cotidiana. As mulheres de classe média estiveram, na tradição, de forma muito minoritária no mercado de trabalho e, na maioria dos casos, por períodos de curta duração. Quando do casamento e da constituição de família, de uma maneira geral, faziam um retorno às atividades do “lar”, com exclusividade.

No novo cenário, em que se amplia a participação das mulheres no mercado de trabalho, a inserção das mulheres das camadas médias se faz rompendo, em certa medida, os padrões tradicionais, pois, cada vez mais, se integram e permanecem no mercado de trabalho como parte de um projeto profissional de longo prazo e com planos de carreira. Essa forma de inserção torna necessário avançar em estudos sobre os meios através dos quais essas mulheres enfrentam a relação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Sabe-se que as empregadas domésticas desempenham uma função importante na mediação dessa relação, no caso do Brasil; resta saber em que medida isto acontece, e quais os outros meios que estão sendo utilizados como parte dos arranjos para lidar com as jornadas de trabalho assalariado e não assalariado no cotidiano.

Em artigo no qual analisa o trabalho das mulheres e relações de classe, Francisco Oliveira traz considerações críticas:

Sem dúvida alguma, outras dimensões da situação da mulher são relevantes e sobre elas deve insistir o movimento feminista; mas, se conseguir demonstrar que a libertação da mulher é indissociável da transformação social nas relações de trabalho, estará dando a melhor das contribuições para a instauração de uma nova humanidade, sem o que as mulheres ‘liberadas’ nos termos atuais deverão sua ‘liberação’ à exploração de outras mulheres (OLIVEIRA, 1976, p. 75).

No Brasil, as mulheres que pertencem à elite econômica, além de se constituírem como as esposas dos homens de negócios, os donos dos meios de produção, sempre contaram com os serviços de outras mulheres para os cuidados da casa e dos filhos; sua responsabilidade sempre foi de ordem moral, cerimonial e administrativa. Coube sempre às mulheres dessa classe a função de cuidar dos rituais do espaço privado da família para mostrar e preservar a tradição dos costumes de classe que legitimam o poder no próprio campo das relações burguesas. Para mulheres que fazem elas mesmas parte da classe empresarial, ou da classe das executivas com alto padrão de salário, portanto, que passaram elas mesmas a ter as condições materiais que permitem, da mesma forma, poder contar com o trabalho de

empregadas domésticas e de outras profissionais para sustentar as demandas do mundo dos negócios e da esfera doméstica. Sobre isso, já vimos que Hirata e Kergoat (2007) caracterizam como uma nova inserção de classe das mulheres sem a mediação do homens. No entanto, no âmbito do trabalho doméstico, os estudos mostram a permanência da desigualdade entre homens e mulheres. Referindo-se à pesquisa realizada na França, FOUGEYROLLAS (1999) afirma que a participação dos homens se faz em condições particulares, como auxílio nos casos de urgência ou para fazer tarefas específicas que não colocam em causa a responsabilidade preponderante das mulheres.

Para Melo, Considera e Di Sabbato (2005), houve mudança no papel feminino sem que o papel masculino fosse fundamentalmente tocado:

Para o caso brasileiro, isto é agravado pela enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, que permitiram que essa incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho tenha sido efetuada sem maiores mudanças nas relações de gênero. As empregadas domésticas são um exército de mulheres pobres, com baixa qualificação, custo baixíssimo e representam o maior contingente de trabalhadoras do país. A existência dessas trabalhadoras possibilita que a prestação pelas mulheres dos serviços domésticos não seja interrompida e continue sobre os ombros femininos, mesmo na ausência da mãe/esposa no lar (MELO, CONSIDERA, DI SABBATO, 2005, p. 6).

O trabalho doméstico implica, entre outras tarefas, a arrumação e limpeza da casa, com a preparação dos alimentos e vestimentas, o autocuidado, o cuidado direto com as pessoas, pois o cuidado, é importante salientar, é constituído também pela relação de afetividade e de aconchego. Aguirre (2005), em sua conceitualização sobre cuidados familiares, os define pela ação de cuidar de crianças e pessoas adultas idosas ou dependentes de cuidados de outras/os para o seu bem-estar no cotidiano. A autora faz uma separação conceitual entre esta ação do cuidado e o trabalho doméstico ou reprodutivo, e considera que a conceitualização e o debate sobre os cuidados familiares – impulsionados pela corrente feminista dos países anglo-saxões – significaram um avanço notável para o campo das Ciências Sociais (AGUIRRE, 2005). Para essa autora, apoiada na elaboração de Letablier (2005), esta separação é importante tanto para definição de problemas de pesquisa como para visibilizar a família como fonte de proteção social dos indivíduos. A abordagem que utilizo sobre trabalho doméstico não considera esta separação, estando, portanto, a atividade do cuidado com as pessoas considerada como uma dimensão do trabalho doméstico. Neste

sentido, na perspectiva que adoto, a prática social do trabalho doméstico envolve questões objetivas e subjetivas e requer conhecimentos técnicos e sensibilidade humana.

Essa prática social, desenvolvida dentro da relação familiar, está envolta por tensões trazidas pelas desigualdades de gênero. Há mudanças na composição do grupo familiar, do padrão de família nuclear formado por pai, mãe e filhos/as. Essas mudanças são decorrentes tanto das novas dinâmicas de sociabilidade motivadas pela própria dinâmica da sociedade capitalista, como de modificações inerentes ao seu processo de reprodução social, mas ocorrem também pelos processos de mudanças provocados pela ação dos sujeitos políticos que questionam e confrontam a ordem social, e assim criam fissuras na ordem vigente. No entanto, não se pode estabelecer uma correlação direta entre mudanças na composição das famílias e mudanças na relação das mulheres com o trabalho doméstico. O trabalho doméstico, segundo Hirata (2004), caracterizou-se como uma forma de servidão.

Parece assim refratário às grandes mutações da atividade feminina. Sua perduração interroga grandemente o campo da pesquisa e continua a ser questionada pelos movimentos feministas, dos anos setenta (cf. A publicação feminista da época, *Le torchon brûle*, literalmente, em português, O pano de prato está queimando) às reivindicações atuais. (cf. As palavras de ordem da organização feminista “*Mix-cités*” sobre a repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres no desfile do primeiro de maio de 2000 em Paris) (HIRATA, 2004, p. 44).

Esta é uma dimensão do problema que considero importante: a servidão como uma forma de relação presente no trabalho doméstico. Uma servidão que coloca as mulheres em um estado permanente de heteronomia quanto à organização do seu cotidiano e que está ligada a uma naturalização na representação simbólica das mulheres como seres que devem ser servis e estar à disposição dos outros para cuidar e suprir suas demandas afetivas e materiais no interior do espaço familiar doméstico. Isso repercute nos significados que a presença das mulheres adquire em outros espaços, inclusive naqueles da esfera do trabalho assalariado. Ser servil significa estar disponível a qualquer hora do dia e da noite, pois incluídas na dinâmica desse trabalho estão as atividades do cuidado com os outros/as. Neste sentido o tempo do trabalho doméstico é um tempo permanente, ou intermitente, durante todo o dia e todos os dias, prolongando-se para a noite.

A disponibilidade permanente significa, em primeiro lugar, no caso do trabalho doméstico, ter o uso do seu tempo voltado para as demandas dos/as outros/as; mas não é só, deve implicar também, para mulheres, em manter-se em um estado de atenção e vigília para com as necessidades domésticas e familiares. Hirata considera que “a existência das relações de força e das relações de poder com suas bases institucionais deve constituir o ponto de partida obrigatório de toda análise sociológica do ‘consentimento’ e da ‘servidão voluntária’ das mulheres” (HIRATA, 2004, p. 49). Para Carrasco (2001), um outro ponto importante é como o trabalho das mulheres é visto como um recurso elástico e inesgotável, exatamente como a natureza, e é tratado como serviço, considerando que as mulheres estão à disposição para servir.

Ancorada na abordagem teórica de Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel, Sonthonnax (1985), posso dizer que o tempo do trabalho doméstico requer uma abordagem própria que permita compreender sua lógica e suas dinâmicas, visibilizar o seu impacto na organização do cotidiano e avançar na compreensão do significado do tempo de trabalho na relação de exploração e dominação que o constitui. Também é fundamental compreender qual sua relação com a forma de servidão presente nesta relação de trabalho, não como o único elemento da servidão, mas relacionado a outros fatores.

Para Marx e Engels (1991), o trabalho é o lugar da construção de si, como sujeito, e é dimensão fundante na ontologia do ser social. Segundo esses autores:

Os indivíduos partiram sempre de si mesmos, mas naturalmente, dentro de suas condições e relações históricas dadas e não do indivíduo ‘puro’ no sentido dos ideólogos. Porém, no curso do desenvolvimento histórico e precisamente devido ao inevitável fato de que, no interior da divisão social do trabalho, as relações sociais adquirem uma existência autônoma, surge uma divisão na vida de cada indivíduo, na medida em que uma vida é pessoal e na medida em que está subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes. ...O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção (MARX E ENGELS, 1991: 27-28).

Porém, nessa concepção, o trabalho é o trabalho definido como produtivo, no qual o trabalho doméstico não se insere. Hannah Arendt (2005) retoma a divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo a partir da Grécia antiga para mostrar a falta de valor do

“labor”, que corresponde justamente ao trabalho reprodutivo, e a sua relação histórica com a servidão. Poderíamos, aí também, falar de um trabalho que em princípio foi tomado como não-trabalho e, portanto, como o lugar da constituição do não-sujeito. Historicamente, assim, associado a uma relação de servidão.

Na divisão sexual do trabalho o trabalho doméstico corresponde em princípio ao trabalho não remunerado, e como nos diz Saffioti (1979), o emprego doméstico é remunerado com a renda pessoal do patrão/patroa. Essa remuneração tem o sentido de pagar a alguém para fazer o trabalho que outra mulher deveria fazer gratuitamente. Neste assalariamento persiste, no entanto, a concepção de um trabalho sem valor, no sentido de um valor que possa ter equivalência como mercadoria, e como este é o sentido que hegemoniza o sentido do valor do trabalho nesta sociedade, o trabalho doméstico, mesmo quando assalariado, fica desprovido de qualquer valor para os padrões capitalistas. Neste sentido, podemos talvez pensar essa relação salarial a partir do conceito de “sociedade salarial”, já mencionado anteriormente, utilizado por Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel e Sonthonnax (1985) como um possível ponto de partida para este aprofundamento, no sentido de que a mercantilização das relações de troca neste sistema ultrapassa a relação capital e trabalho e invade a esfera reprodutiva.

2.4 QUESTÕES PARA A CONCEITUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E NÃO-REMUNERADO

De acordo com o que já foi exposto neste Capítulo pode-se perceber que a relação entre o trabalho gratuito e trabalho remunerado é tratada, em geral, como a relação entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. No entanto, no interior do trabalho reprodutivo, há relações de trabalho gratuito e de trabalho remunerado, que é o caso do emprego doméstico. Neste sentido, trabalho doméstico é o conceito geral que define um trabalho que pode ser um trabalho gratuito e um trabalho remunerado.

Por meio do emprego doméstico, se realiza uma transferência de trabalho doméstico como atribuição de mulheres no interior do seu grupo familiar para outras mulheres que não

pertencem ao grupo familiar para o qual elas trabalham. Essa relação de remuneração no âmbito do trabalho doméstico está incluída, nesta abordagem, na divisão sexual do trabalho. A partir dessa referência é possível pôr em questão os arranjos que ocorrem no trabalho doméstico, no sentido de entender o que aponta para mudanças nesta divisão sexual do trabalho ou para formas de convivência com esta divisão através da busca de mecanismos que contornam, em algum grau, os impasses entre trabalho doméstico gratuito e trabalho assalariado, sem no entanto alterar os fundamentos dessa divisão.

O assalariamento de alguém para fazer o trabalho doméstico não rompe com o princípio da gratuidade como uma dimensão constitutiva do trabalho doméstico, uma vez que esta gratuidade é própria da relação social de sexo/gênero no interior do grupo familiar no qual as mulheres estão inseridas e no qual são responsabilizadas pelo trabalho doméstico como sua atribuição “natural”. Quando uma mulher delega para outra mulher a execução de suas funções, nesta passagem a responsabilização sobre o trabalho doméstico se mantém como sua. O que se está remunerando no emprego doméstico, e o valor atribuído ao trabalho realizado, não está claro na definição dessa relação. Certamente, a noção de que é um trabalho natural das mulheres tem conseqüências no valor do salário atribuído. A associação entre trabalho doméstico e emprego doméstico é um dado histórico tanto em países do Norte quanto do Sul, portanto, uma elaboração sobre o primeiro não pode desconhecer a existência dessa relação criada no seu interior.

O emprego doméstico é uma questão estratégica para se pensar sobre as relações sociais que são engendradas a partir do trabalho doméstico, nas reconfigurações da divisão sexual do trabalho, que se reestrutura mas permanece e se reproduz no imbricamento de relações sociais de sexo/ gênero e de classe. Neste sentido, o emprego doméstico dentro da divisão sexual do trabalho produz uma subdivisão no interior do trabalho doméstico que se estabelece como uma relação entre mulheres de classes diferentes. Partir da divisão sexual do trabalho é a forma de tratar o emprego doméstico não como uma particularidade, mas como parte da estrutura social.

A relação de remuneração do emprego doméstico tem mudado ao longo do tempo e esta questão tem impactado no significado dessa forma de emprego. No Brasil, já foi muito

comum trazer meninas e moças de classes pobres para a casa de famílias de classes médias e altas, para realizar o trabalho doméstico fora de uma relação salarial; nesses casos elas recebiam roupa, comida e lugar para viver. Assim, era comum a noção de que fazem parte da família e são sustentadas por ela, sem no entanto usufruir das mesmas condições dos outros membros. Esta não é uma forma de toda superada; além disso a negociação de salários está condicionada a negociações particulares e, neste sentido, podemos dizer que a forma de remuneração do emprego doméstico está também definida pela relação entre a empregada e a família para a qual trabalha e de como são definidos esses vínculos.

Uma tensão existe entre emancipação e manutenção da dominação na relação engendrada entre emprego doméstico e liberação do tempo das mulheres por outras mulheres, em qualquer dimensão que isso aconteça, o que é importante de ser frisado. Quando as mulheres patroas, através da contratação do trabalho de outras mulheres, se liberam do tempo do trabalho doméstico, parcial ou integralmente, dependendo da sua situação de classe ou de outros motivos particulares, estão criando dessa forma uma possibilidade de liberar o uso do seu tempo diário para outras atividades, para acessar o mundo do trabalho assalariado, a esfera pública, para descansar, cuidar de si, estudar etc., sem no entanto mexer com a estrutura da divisão sexual do trabalho. Daí o conflito de interesses se desloca para a relação entre mulheres, e os homens se mantêm como exteriores às responsabilidades do trabalho doméstico. O trabalho doméstico se mantêm como uma questão de mulheres e a relação de dominação/exploração entre homens e mulheres se reproduz.

Cabe às mulheres patroas a administração do trabalho doméstico e a manutenção da realização das tarefas domésticas nos horários de ausência da outra mulher, a empregada doméstica, mesmo que existam pequenas divisões de tarefa entre os membros da família. Para Kofes (1982), analisando o tempo vivido pela empregada doméstica, à redefinição do tempo acrescenta-se a maneira diferenciada como é vivido o próprio espaço da casa.

E há, assim, um 'outro' tempo, um 'outro' deslocamento de dois corpos femininos no mesmo espaço feminino...Aqui creio poder afirmar, a instituição empregada doméstica é uma peça já imbricada em todos os mecanismos da organização familiar das classes superiores. As empregadas domésticas compõem o cotidiano destas famílias (KOFES, 1982, p. 192).

Philippe Zarifian levanta uma discussão sobre “disponibilidade” como “elemento central para pensar a submissão da estruturação do campo de forças das assalariadas, ao campo de forças dos homens” (ZARIFIAN, 2002, p. 76) que consideramos relevante, embora ele afirme que essa questão deva ser amplamente submetida à discussão. Mas isso nos inspira a pensar o emprego doméstico e a questão da disponibilidade. Retomando Zarifian, o autor fala de disponibilidade no sentido amplo, aquela de tomar parte pessoalmente na sua própria valorização profissional. “Disponibilidade em termos de horário, de tomada de responsabilidade, de intensidade de engajamento e desenvolvimento de formações e diplomas”. Segundo ele, “o referente ‘aquilo que esperamos de um assalariado’ joga fortemente para inferiorizar a mão-de-obra feminina...”(ZARIFIAN, 2002, p. 76). Sem dúvida, isso nos parece muito importante na questão da qualificação e do valor do trabalho de homens e mulheres na esfera da produção, mas também nos remete a uma questão sobre disponibilidade na relação trabalho doméstico e emprego doméstico. As mulheres não estão tão disponíveis quanto os homens para as exigências do mercado de trabalho e para construir sua própria valorização como profissional porque o trabalho doméstico é de sua atribuição e serve à “disponibilidade” dos homens. A disponibilidade permanente para servir aos outros é constitutiva da noção do trabalho doméstico como trabalho das mulheres e isso é uma tensão na relação social de sexo. O trabalho doméstico, quando feito através de uma relação salarial, como um emprego remunerado, leva consigo a referência da disponibilidade permanente como constitutiva do que se espera de uma trabalhadora doméstica. Esse nos parece um problema importante na reflexão sobre trabalho/emprego doméstico.

O emprego doméstico incorpora tempos históricos diferenciados. De um lado, sua inserção no campo da cidadania como um emprego que já foi reconhecido como portador de direitos, ainda que não tenha alcançado a plenitude dos direitos trabalhistas, no sentido dos direitos que estão vigentes no país para o trabalho formal, e como um campo de trabalho a partir do qual se constitui uma organização política, constituindo uma categoria de sujeito coletivo. De outro lado, a manutenção de relações de trabalho que ainda guardam os vestígios das heranças escravocratas.

No Brasil, o emprego doméstico é historicamente indissociável da escravidão. É a partir das relações sociais de sexo e da relação de classe que o emprego doméstico se

conforma como um campo de trabalho doméstico assalariado no Brasil. Na busca da historicidade do emprego doméstico vamos encontrar que essa relação foi tecida no fio da história de uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade de raça, gênero e classe. Foi, no período colonial, um elemento da ostentação para marcar o poder de classe (GRAHAM, 1992), para exibir o poder do senhor patriarcal e da sua sua família.

A “relação social de raça” (DEVREUX, 2005)⁷⁵ é coextensiva a essas outras relações sociais na formação desse tipo de emprego. No período escravocrata não cabia o termo emprego doméstico no caso das mulheres negras, pois era na condição de escravas que elas faziam os trabalhos domésticos na casa das famílias dos senhores (FREIRE, 1984). Com o fim da escravidão, as mulheres negras passam a trabalhar como empregadas domésticas (SAFFIOTI, 1979; GRAHAM, 1992). Até hoje, as mulheres negras constituem a maioria dessa categoria. Mas, além de serem majoritárias na categoria, há também uma forte conotação de preconceito e discriminação racial que impregna ideologicamente a representação do emprego doméstico no Brasil e que o associa a uma relação de “servidão”. Neste sentido, a servidão, sobre a qual já discorri antes, ganha mais um significado associado à escravidão, portanto, considerando o caso brasileiro, ao sentido de servidão próprio do trabalho doméstico, que está ligado ao fato de estar disponível para servir aos outros, agregase outro sentido de servidão que diz respeito à sua associação com a escravidão da população negra, pois, como analisa Girard (1996), essa é uma relação de trabalho fortemente marcada pela história da escravidão das mulheres negras no país. Em seu estudo, Souza (1991) localiza no espaço arquitetônico do quarto da empregada doméstica, que habita na residência da patroa, um elemento que “parece indicar que o emprego doméstico mantém, redefinindo, relações de trabalho com vestígios ideológicos servis/escravocratas” (SOUZA, 1991, p. 66).

O desvelamento dessas heranças contribui para a desnaturalização das relações de servitude no emprego doméstico e para legitimar a importância da luta anti-racista no país, além de colocar as “relações sociais de raça” (DEVREUX, 2005)⁷⁶ como uma

⁷⁵ Anne-Marie Devreux afirma que prefere “falar em relações sociais de raça para nomear o caráter trivial, ‘grosseiro’ e brutal dessas relações que também hierarquizam os indivíduos com base na cor da pele (outro marcador da divisão social entre os indivíduos)...”. (DEVREUX, 2005, p. 563).

⁷⁶ A autora utiliza o conceito “relações sociais de raça” “para nomear o caráter trivial, 'grosseiro' e brutal dessas relações que também hierarquizam os indivíduos com base na cor da pele (outro marcador da divisão social entre os indivíduos) (DEVREUX, 2005, p. 563)

dimensão também da pobreza e das discriminações que afetam grande parte da população negra no Brasil.

Considero que o trabalho doméstico, gratuito ou assalariado, significa, como objetivação da capacidade de trabalho de alguém e como processo de subjetivação, um desafio para o desenvolvimento das pesquisas no campo do trabalho. As desigualdades sociais entre as mulheres produzem uma relação trabalhista entre elas marcada por uma exploração da força de trabalho, que não pode ser definida em termos da exploração para a produção de mais-valia, mas que necessita de definição como uma forma de exploração específica, que aqui está sendo tratada em termos de expropriação do tempo de trabalho, da energia da pessoa, da sua capacidade de criação, da inteligência, de condições precárias nas quais o trabalho é exercido e da sua, em geral, baixa remuneração. Mesmo que a empregada doméstica trabalhe para todo o grupo familiar, a patroa é, por tradição, a mulher, geralmente denominada de “a dona da casa”. As tarefas que a empregada doméstica realiza estão dentro da divisão sexual do trabalho como parte do trabalho das mulheres, isto é, como aquelas que são de responsabilidade da mulher-mãe, dona de casa, esposa.

Segundo Kofes (1982):

... E aqui não é uma abstrata e distante diferença de classe. O cotidiano familiar das classes superiores funciona incorporando mulheres de classes inferiores e o universo doméstico é recriado nos termos de uma relação mando/obediência que possibilita que mulheres vivenciem seu papel conotado por esta incorporação. A socialização da mulher-empregada doméstica é o exercício do seu papel sob mando (KOFES, 1982, p.189-190).

Sobre essa complexa relação, Kofes (1982) salienta “o mecanismo pelo qual se procura negar à empregada a sua condição de pessoa e certas dimensões de sua condição de mulher”. (...) A rede que interconecta patroas e empregadas é basicamente composta por mulheres” (KOFES, 1982, p.187).

A permanência e a amplitude do emprego doméstico no Brasil torna necessário que o consideremos como uma questão central nos estudos sobre trabalho doméstico. Aguirre (2005) amplia essa consideração para a América Latina.

Em nossos países uma primeira distinção importante dentro do trabalho doméstico é a que se refere ao trabalho doméstico não remunerado cumprido por integrantes do lar e o trabalho doméstico assalariado, o qual segue ocupando uma parte importante da população feminina (AGUIRRE, 2005, p. 15⁷⁷).

Parto do pressuposto de que não é possível compreender, neste contexto, o significado das mudanças e das permanências que envolvem o trabalho doméstico, no quadro da divisão sexual do trabalho, sem compreender o sentido que o emprego doméstico tem na configuração da organização do tempo social das mulheres que contam com o trabalho das empregadas domésticas. Além disso, uma análise sobre trabalho doméstico a partir das empregadas domésticas nos permite compreender a dinâmica do trabalho reprodutivo na sua dupla forma de ser realizado: como trabalho gratuito e como trabalho assalariado, e o que isso significa em termos da organização social do tempo no cotidiano. No espaço doméstico, duas práticas de trabalho estão presentes: o trabalho doméstico não remunerado, no interior da própria casa e no contexto familiar; e o trabalho doméstico enquanto emprego, isto é, como trabalho remunerado, como venda de força de trabalho para outras pessoas, portanto, como relação remunerada. Nessa modalidade, vale ressaltar a necessidade de avançar na análise de como se configuram as relações entre as mulheres através do emprego doméstico, nas estratégias de enfrentamento, no cotidiano das contradições entre trabalho doméstico e trabalho remunerado. Ou seja, nos deslocamentos entre os espaços e os tempos de trabalhos separados: neste caso, a separação está sempre no interior da esfera reprodutiva. Assim, as empregadas domésticas estão sujeitas a uma separação tempo/espaço dentro de uma mesma esfera de trabalho, o trabalho doméstico.

Segundo Durán (2008), “posto que o tempo – diferentemente do dinheiro – é um recurso irremediavelmente limitado, não renovável, nem suscetível de 'desenvolvimento' a adoção de um outro modelo de espaço/tempo pela população tem um valor de definição política de primeira ordem” (DURÁN, 2008, p. 135). A autora está se referindo a uma pesquisa na Espanha sobre o uso do tempo, cujos resultados indicam que as mulheres se mantêm como as grandes responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado. Poderia aqui fazer um paralelo com o Brasil, onde esta situação é semelhante (como exposto no Capítulo 4), e levando em consideração que as empregadas domésticas constituem uma categoria profissional numerosa no país, o modelo espaço/tempo do trabalho doméstico se reproduz

⁷⁷ Tradução minha.

com base em uma relação de classe. Esse modelo, que está diretamente relacionado à separação entre espaço/tempo do trabalho produtivo do espaço/tempo do trabalho reprodutivo é, do ponto de vista teórico, central na definição dos ritmos do uso do tempo no cotidiano e, portanto, na configuração do que se define como vida cotidiana na modernidade, sobre o que reflito no Capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 - VIDA COTIDIANA E O TEMPO DO TRABALHO REPRODUTIVO

As reflexões aqui apresentadas estão inspiradas nos escritos de Heller (1970), Martins (2000, 2002, 2008), TORNIS (2002, 2007) e Antunes (2002), autores(as) que constituíram as referências iniciais para pensar sobre esta questão⁷⁸. No processo de aprofundamento desta elaboração foram incorporadas outras abordagens, como a de Lefebvre (1958, 1961, 1972), sobre o tema.

3.1 VIDA COTIDIANA E MODERNIDADE

Em Henry Lefebvre (1958, 1961, 1972), a elaboração crítica sobre vida cotidiana parte da questão da alienação e contrapõe-se a uma forma descritiva que reduz a complexidade da vida cotidiana a relatos sobre costumes e detalhes da vida privada, modas e uso de objetos, em um determinado contexto social. Lefebvre coloca a questão onde se encontra a vida cotidiana e levanta a proposição de que é no vivido, no trabalho, na vida familiar e no lazer que essa se encontra. O autor afirma que uma primeira resposta se impõe: a de que na vida cotidiana “é a sua unidade e a sua totalidade que determina o indivíduo concreto” (LEFEBVRE, 1958, p. 39)⁷⁹.

Essa resposta para o autor não é suficiente, pois há uma questão que vai construir o sentido mais geral dessa interrogação sobre a vida cotidiana: “onde se opera o contato vivo do homem individual concreto com os outros seres humanos?”⁸⁰ e que o leva a outras questões sobre as relações entre as várias esferas e sobre “onde se situa a pobreza e a riqueza da vida cotidiana”⁸¹, o problema da relação entre alienação e vida cotidiana e os meios para sua própria transformação.

⁷⁸ Nesta pesquisa, retomo reflexões sobre vida cotidiana relacionada ao tempo do trabalho das mulheres, já desenvolvidas por mim em outros trabalhos (ÁVILA, 2002; 2005).

⁷⁹ Tradução minha.

⁸⁰ Id., Ib. Tradução minha.

⁸¹ Id., Ib. Tradução minha.

Incluí nas minhas leituras escritos de Alfred Schutz (1987) sobre vida cotidiana, pois considero que as questões trazidas por este autor marcam e contribuem metodologicamente a pesquisa neste campo. Se Lefebvre (1958, 1961, 1972) vai buscar no diálogo crítico com a teoria marxiana as bases para sua construção teórica, Schutz parte de Max Weber e busca em Husserl o caminho para sua abordagem fenomenológica da realidade social. Segundo Noschis et Caprona (1989), “Schutz herda do fundador da fenomenologia ao mesmo tempo um método e um problema” (NOSCHIS ET CAPRONA, 1989, p. 273).⁸²

Na elaboração de Schutz, “o mundo da vida cotidiana é a cena e o objeto de nossas ações e interações”. Para esse autor, “a expressão ‘mundo da vida cotidiana’ recobre o mundo intersubjetivo que existia bem antes que nós tenhamos nascido (...) Ele nos é agora dado à nossa experiência e nossa interpretação” (SCHUTZ, 1989, p. 105). Essa interpretação, segundo o autor, está fundada nas nossas próprias experiências e naquelas que nos são transmitidas, e “funcionam como um quadro de referência sob a forma de ‘um conhecimento disponível’”.⁸³

Voltando a Lefebvre, para esse autor a pesquisa sobre vida cotidiana, que foi um método ou um caminho para se estabelecer analiticamente um recorte da realidade social, se constrói como possibilidade sociológica a partir do século XIX, quando o “centro da reflexão se desloca; abandona a especulação para acercar-se da realidade empírica e prática, dos dados e da consciência” (LEFEBVRE, 1972, p. 21)⁸⁴. Para ele, a obra de Marx é o marco fundamental desse deslocamento e ressalta que entre os vários objetos estudados por ele, estava a vida real dos trabalhadores tanto no seu aspecto produtivo como nas “ilusões a serem superadas.”⁸⁵

Esse tem sido um ponto de partida para a elaboração teórica neste campo, entre autores/as que marcam suas pesquisas teóricas a partir de uma abordagem materialista histórica. A Revolução Burguesa e a Revolução Industrial, entre o final do século XVIII e o século XIX, realizadas nos países do Norte, vão deslanchar um processo de organização de vida social dentro do qual se forma uma nova maneira de viver, como parte da modernidade, que vai se denominar vida cotidiana.

⁸² Tradução minha.

⁸³ Id., Ib. Traduções minhas.

⁸⁴ Tradução minha.

⁸⁵ Id., Ib. Tradução minha.

No século XIX, com o desenvolvimento industrial, a vida social supera lentamente as condições que a dominavam durante milênios: a penúria, a dominação incerta e cega de leis naturais (LEFEBVRE, 1972). O autor está falando da Europa, da modernidade, particularmente, com base na França, mas as condições de passagem do século XIX que ocorrem nos países industrializados, apesar dos seus efeitos desde o período colonial até o contexto da globalização sobre países do Sul, como o Brasil, não são as mesmas para estes últimos. São processos históricos diversos que marcam na contemporaneidade suas desigualdades e suas diferenças e, portanto, a modernidade na qual a vida cotidiana se conforma não é a mesma. Sobre a sociedade brasileira, José de Souza Martins faz a seguinte elaboração:

Sociedade originada da escravidão e da desigualdade étnica e social institucionalizada nos estamentos, em que as corporações de ofício foram extremamente débeis, mais um instrumento de controle do rei sobre o povo do que um instrumento de afirmação dos direitos do povo em face da monarquia absoluta, nunca dispôs de um código de direitos sociais. Foi mais a sociedade do castigo e da privação do que a sociedade do privilégio. Sociedade estamental, Portugal regulamentou no Brasil as relações apenas onde fosse necessário assegurar os privilégios da elite branca e católica e as diferenças sociais em que se fundavam. E mesmo o Brasil independente, até o Brasil republicano, foi e tem sido lento e tardio no reconhecimento da igualdade social de todos, negros e brancos, mulheres e homens, pobres e ricos (MARTINS, 2008, p. 28).

Pode-se afirmar, resguardadas as condições históricas específicas e com base em Florestan Fernandes (2006), que o Brasil realizou, ainda que tardiamente e de forma autoritária, sua revolução burguesa e seu processo de industrialização, que marcaram a construção da sua modernidade como uma sociedade capitalista. Esta revolução burguesa, porém,

consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de dominação de classe. O que entra em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional, tratados como se fossem 'os interesses da nação como um todo' (FERNANDES, 2006, p. 350).

Sobre a questão da modernidade, MARTINS (2008) considera que a sociedade brasileira é uma “sociedade de modernidade frágil (...) marcada pela diversidade dos tempos que se adiantam e se atrasam”, faltando-lhe, portanto, a coerência aparente que caracteriza “as sociedades propriamente modernas” (2008, p. 10). Por isso, faz a crítica “ao conceitualismo

descabido, transplante de interpretações de realidades sociais que são outras, distantes e diferentes, que nos torna estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos” (MARTINS, 2008, p.10).

Esta crítica não exclui o debate teórico, ou a busca de referências teóricas para além dos marcos locais; não é uma restrição ou um fechamento, mas uma maneira de ver a produção do conhecimento em uma relação dialética entre a teoria e a pesquisa empírica a partir de contextos sociais e históricos específicos. É uma crítica à teoria como modelo fechado para o encaixe de realidades diversas. É posição de abertura para a produção de novos conhecimentos e é neste sentido que Martins dialoga, sobretudo, com o pensamento de Lefebvre sobre vida cotidiana e, em uma perspectiva crítica, aporta reflexões teóricas sobre o sentido da vida cotidiana, tomando em consideração o contexto social brasileiro.

A incompletude da modernidade no Brasil, tão bem debatida por Martins (2008), e as dificuldades que isto apresenta para tomar a vida cotidiana como uma referência em uma sociedade em que tempos históricos se mesclam e se confundem, e na qual o cotidiano não se “desgarra como mundo em si, como referência e mediação dos outros mundos, como seria próprio da modernidade” (MARTINS, 2008, p.41), requerem uma perspectiva crítica para lidar com a noção de vida cotidiana, seja tomada como inspiração ou fio condutor para pensar uma determinada dimensão da vida social em sociedades como a brasileira. E o próprio Martins, ao tomar criticamente a noção de vida cotidiana, realiza uma espécie de inversão analítica, questionando a ausência dos parâmetros que caracterizam a modernidade, para dessa forma indicar os problemas sociais que só poderão ser visíveis a partir da análise do cotidiano, porque chega à profundidade do vivido, e propõe a construção de uma análise dialética a partir do contexto social e histórico específico.

Mas a diversidade dos tempos é uma característica própria da modernidade. Nessa diversidade e de acordo com o processo histórico de cada contexto social específico, os desencontros de tempos sociais podem ser mais ou menos profundos:

a modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das

promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos (MARTINS, 2008, p. 19).

Na teoria social feminista, essa é uma questão crucial, pois a própria modernidade já foi interpretada, nesta perspectiva, como algo que não se realizou para todos e todas da mesma forma. Nas sociedades consideradas “propriamente modernas” (MARTINS, 2008), a modernidade é marcada por um tempo histórico de desigualdade, no qual os direitos das mulheres estiveram sempre em atraso⁸⁶ relativamente aos direitos dos homens; onde a privação das mulheres à esfera pública sempre esteve escondida no discurso político, através de uma concepção de democracia liberal na qual o sujeito universal era, na verdade, um sujeito particular, homem, branco, heterossexual e proprietário. Uma modernidade que naturalizou a divisão sexual do trabalho e, por consequência, a desigualdade entre homens e mulheres:

A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral que se tem chamado, como variantes, ‘ideologia da domesticidade’ ou ‘doutrina das esferas separadas’. Seria preferível referi-la como o discurso que no século XIX conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho ‘natural’ (SCOTT, 1991, p. 445).

O processo histórico que determina a separação entre espaço tempo do trabalho produtivo do espaço tempo do trabalho reprodutivo realiza também a transformação das relações familiares. No entanto, “a família não muda sozinha, é toda a esfera da reprodução que se constitui: as metamorfoses da família estão ligadas àquelas da escola, da medicina, do espaço urbano” (CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 13)⁸⁷. Ainda segundo essas autoras, como já foi antes mencionado, o conjunto de transformações que envolvem as instituições da modernidade e o trabalho doméstico converge justamente para a constituição do que se chama cotidiano.

⁸⁶ Entendo que o atraso não significa apenas um descompasso na trajetória dos sujeitos, mas o resultado das contradições sociais no curso da história. A noção de atraso e desencontro são interessantes como recursos analíticos ou figuras de linguagem para evidenciar as desigualdades que marcam o presente. No entanto, na realidade social esses “atrasos” se expressam como formas de dominação e exploração.

⁸⁷ Tradução minha.

O projeto de modernidade teve como destinatários do seu projeto histórico os homens (ÁVILA, 1993), mesmo que nesse projeto, hegemonizado por uma concepção liberal de democracia, a igualdade entre os homens seja incontornavelmente um projeto de igualdade formal e desigualdade real. Mas nessa contradição as mulheres não estavam consideradas nem inseridas enquanto sujeito, portanto a modernidade já é em si um processo de tempos históricos diferenciados e desiguais para as relações sociais de sexo. O contrato social que instaura na modernidade o princípio da igualdade formal no contexto da democracia liberal burguesa é, segundo Carol Pateman (1993), resultado de um pacto político entre homens. Daí resulta um contrato social que contém ou esconde um “contrato sexual”. “O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada” (PATEMAN, 1993, p. 15).

De acordo com Martins (2008), “na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (MARTINS, 2008, p. 100). Ao analisar a persistência e as modificações da divisão sexual do trabalho, no curso da história que marca o tempo das relações capitalistas, Hirata (2002) afirma que, “na verdade, as dimensões constitutivas do tempo das relações sociais de sexo (evolução, rupturas e continuidades) não são as mesmas que as dimensões constitutivas do tempo das relações capital/trabalho” (HIRATA, 2002, p. 285). E como já foi tratado em Capítulo anterior, o patriarcado é um sistema que antecede o capitalismo (SAFFIOTI, 2004), e dessa forma isso recoloca outras questões para a periodização dessas relações. No caso do Brasil, se tomarmos a questão racial, esses tempos históricos se tornarão ainda mais diversos.

Seja a partir da tradição da teoria crítica ou de outra vertente teórica como a fenomenologia, a vida cotidiana tem sido refletida como o espaço da vida em comum, tendo como sujeito dessa vivência o “homem”, tratado como representação do ser no sentido genérico (HELLER, 1989, LEFEBVRE, 1958, 1961, 1968, 1979, SCHUTZ, 1987). “A vida cotidiana é a vida de todo homem” (HELLER, 1989, p. 17). O problema é que o homem, tomado como ser genérico, esconde por trás de si uma particularidade, a do próprio homem, o que acaba por imprimir uma forma de raciocínio e de desenvolvimento do pensamento que

não incorpora como parte dessa construção as mulheres, sujeitos que nesse processo histórico viveram uma experiência desigual e diferente dos homens.

Lefebvre (1972) argumenta que o estudo da vida cotidiana oferece um terreno de encontro para as Ciências Sociais parcelares e também serve para explicitar os conflitos entre o racional e o irracional na sociedade contemporânea, e assim determina o lugar onde se formulam os problema da produção em sentido amplo: a forma como é produzida a existência social dos seres humanos,

A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, por uma parte, a produção 'espiritual' e, por outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Designa também a produção por si mesmo do 'ser humano' em curso de seu desenvolvimento histórico. O que implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda sua amplitude, o termo abarca a reprodução. (LEFEBVRE, 1972, p. 44, 45).⁸⁸

O problema é que esse sentido amplo da produção já está tão contaminado pela visão produtivista, na qual o sentido de produtivo está diretamente vinculado ao que produz valor de troca e ao processo de reprodução do capital. A reprodução da vida humana, com suas necessidades, práticas, ritmos e relações de trabalho específicas – trabalho reprodutivo e doméstico no qual estão incluídas as atividades do cuidado –, é tratada sempre como substrato da produção e não ganha significado, mesmo dentro da riqueza do pensamento de Lefebvre (1958, 1961, 1972). O trabalho doméstico e as mulheres são tratados como apontamentos suplementares, que aparecem em breves descrições mas não são incorporados. Mesmo que o autor afirme que é sobre a vida das mulheres que pesa a cotidianidade, isso não tem consequência no desenvolvimento da sua teoria crítica. Quando só a relação de produção é considerada como determinante de toda a vida social, apenas uma subjetividade prevalece na abordagem sobre o vivido da vida cotidiana, que é a subjetividade masculina. A experiência das mulheres se torna uma exterioridade, no sentido de que só aparece como questão periférica na análise da realidade social.

Disso resulta que a elaboração sobre vida cotidiana não se estende para o trabalho reprodutivo e a dominação patriarcal, ou dominação masculina, como esferas de trabalho e de poder que marcam as relações sociais e as desigualdades presentes na vida cotidiana. Além disso, não se reconhece que as mulheres estiveram presentes como parte da classe trabalhadora desde o início da industrialização. Se isso é tomado em consideração, traz uma

⁸⁸ Tradução minha.

grande consequência para a concepção de vida cotidiana, pois nesse compartilhamento, ou nesse viver em comum, que caracteriza a esfera da vida cotidiana, há um movimento entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo que historicamente é uma prática social das mulheres, compartilhada desigualmente entre mulheres.

A noção de vida cotidiana é tomada como um processo através do qual podemos analisar as relações e práticas sociais. O cotidiano está marcado por um tempo histórico⁸⁹ e pelo tempo do dia-a-dia, com seus horários, regras, controles, responsabilidades, necessidades e tensões.

Segundo Martins, “a sociedade capitalista expressa o avanço do econômico em relação ao social, este atrasado em relação àquele” (MARTINS, 2008, p. 103). Isso me leva a pensar em outras relações de descompasso, em outras dimensões da realidade social próprias da “sociedade capitalista e patriarcal” (SAFFIOTTI, 1979), como o avanço da cidadania em relação ao trabalho produtivo e o atraso em relação ao trabalho reprodutivo e doméstico; o avanço dos homens em relação às mulheres no acesso à esfera pública, já que na origem da modernidade as mulheres eram consideradas como próprias da esfera privada, esfera de privação da vida pública para mulheres, cuja ruptura se dá pela ação histórica do feminismo (ÁVILA, 2000); a dominação do modelo heterossexual de sexualidade sobre a homossexualidade, que produz um atraso na liberdade e na igualdade na esfera da vida sexual; e o atraso histórico na sociedade brasileira no que diz respeito à cidadania da população negra. Sobre este último ponto, Florestan Fernandes afirma que “a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral, engendrando um dos problemas sociais mais graves para continuidade do desenvolvimento da sociedade competitiva na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1964; p. 1-2).

E sobre a relação entre história e vida cotidiana, HELLER (1970) afirma que

a vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social...Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. ...A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico (HELLER, 1970, p. 20).

⁸⁹ Cf. LEFEBVRE 1958, 1961, 1972; MARTINS 2002, 2008; HELLER (1989); ANTUNES (2000).

Sobre o cotidiano e a história, Martins diz o seguinte: “o cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz” (MARTINS, 2008, p. 89). Isso me parece fundamental quando queremos tratar das questões da vida social a partir de uma perspectiva feminista, porque é justamente contra a idéia de uma cotidianidade a-histórica que a teoria social feminista tem formulado sua crítica à naturalização dos mecanismos de reprodução da dominação patriarcal que fazem parte dos processos de socialização no cotidiano. Conforme afirma Saffioti, “há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência” (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

Abordada a partir das práticas do trabalho produtivo e reprodutivo, a noção de vida cotidiana ganha mais densidade, ao incorporar o vivido das mulheres.

3.2 VIDA COTIDIANA E FEMINISMO

De acordo com Heller (1970), há uma heterogeneidade na vida cotidiana, em vários sentidos. Para ela, “são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 1970, p. 18). Segundo essa mesma autora, a vida cotidiana é não só heterogênea, mas também hierárquica e se modifica “em função das diferentes estruturas econômico-sociais”⁹⁰.

A heterogeneidade se dá na dinâmica das solicitações presentes no cotidiano que demandam as “nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial” (HELLER, 1989, p. 27). Na visão adotada pela autora, do outro lado da heterogeneidade estaria a homogeneização, que significa superar de maneira dialética a particularidade, parcial ou totalmente, partindo da cotidianidade para uma elevação ao humano-genérico. A homogeneização é justamente a capacidade de concentrar a atenção sobre uma questão e, assim, ao dedicar nossa atenção a uma única questão fazer uma suspensão de qualquer outra atividade, vivenciando dessa maneira uma experiência na qual

⁹⁰ Id., Ib.

empregamos nossa “inteira individualidade humana” (HELLER, 1989, p. 27). Todavia, para isso é necessário que “nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos”⁹¹. Deve-se levar em consideração o que essa autora afirma sobre a impossibilidade de “traçar uma linha divisória e rígida entre o comportamento cotidiano e o não cotidiano” (HELLER, 1989, p. 26). Sobre a questão da hierarquia e levando em conta que a organização do trabalho é parte orgânica da constituição da vida cotidiana, podemos tomar como uma questão que ilustra uma forma de hierarquia a relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo como constitutiva da modernidade capitalista, que será ainda retomada neste Capítulo.

Seguindo a visão de Lefebvre (1972), o cotidiano é um momento formado de momentos, nos quais estão presentes a necessidade, o trabalho, o gozo, os produtos e as obras, a passividade e a criatividade, os meios e as finalidades, em uma interação dialética. Na minha visão, o cotidiano também compreende os bloqueios e interdições que afetam a liberdade, e as carências resultantes das desigualdades, portanto, é uma base para a construção da consciência crítica nesse confronto real com as necessidades objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas. Conforme Lefebvre, “...gentes nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. No cotidiano ganham a vida ou não ganham sua vida, em um duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, tão-somente, ou viver plenamente. Onde se sofre e se goza é no cotidiano. Aqui. E agora” (LEFEBVRE, 1972, p. 32)⁹².

Para Martins (2008),

a vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sobre seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido tona-se o vivido sem sentido, alienado (MARTINS, 2008, p. 71).

Na visão de Heller (1970), “existe a alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo dessa produção” (p. 32). Porém, a vida cotidiana não pode ser pensada como um modelo que se instaura como uma totalidade fechada sem movimento, pois a partir do cotidiano também se

⁹¹ Id., Ib.

⁹² Tradução minha.

processa um movimento que se faz no deslocamento da capacidade de passar da uma lógica voltada exclusivamente para a imediaticidade para uma lógica que articula as tensões entre o presente e o que se quer construir como projeto de vida individual e coletivo.

Como bem afirma Antunes (2002), “a vida cotidiana não se mostra como espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação” (p. 160). A vida cotidiana como “momento formado por momentos” (LEFEBVRE, 1972, p. 32)⁹³, conforme já mencionei, é também o momento da experiência concreta, seja da falta como da possibilidade de superar necessidades de ordem material, da fantasia e da possibilidade ou não de exercer a autonomia como sujeito dotado de direitos. É, portanto, um momento no qual as contradições das relações sociais tomam forma concreta na vida das pessoas.

A reflexão sobre alienação e vida cotidiana, de inspiração no pensamento marxista, tem como referência a relação de heteronomia à qual está submetido o trabalho assalariado, que implica o desposuimento dos trabalhadores e das trabalhadoras dos meios de produção e sua expropriação do produto da sua própria produção. A venda da força de trabalho nesta relação a torna mercadoria e transforma o sujeito do trabalho em objeto instrumentalizado pelo capital. Mas a dominação/exploração que se expressa no trabalho doméstico não remunerado e remunerado também engendra processos de alienação. A violência dos homens sobre as mulheres, a mercantilização do corpo feminino, o controle sobre o corpo das mulheres como meio de controlar o processo de reprodução humana, e outras dimensões, também são práticas sociais que submetem as mulheres a uma heteronomia em relação ao seu corpo, ao seu desejo e a sua movimentação no mundo. Todas essas dimensões geram processos de alienação que precisam ser refletidos e considerados, pois levam a um desposuimento existencial e a uma negação das mulheres como sujeito.

Esses processos de dominação/exploração produzem um estranhamento de si mesma, um distanciamento, oprimem e alienam, e “a alienação, em sua concepção de cisão é alimentada pelas tecnologias de gênero, aí inclusas as ideologias” (SAFFIOTI, 2004, p. 139). É através da consciência crítica do sujeito coletivo, forjada no feminismo, que essas práticas de dominação são reveladas e transformadas em objeto de conflito social e político. Mesmo considerando a importância fundamental da questão de classe na análise da realidade social,

⁹³ Tradução minha.

proponho, no plano teórico, uma extrapolação da relação capital e trabalho como a única fonte de contradição e alienação presente na constituição da vida cotidiana, uma vez que “o gênero é também estruturante da sociedade do mesmo modo que a classe e a raça/etnia” (SAFFIOTI, 2004, p. 82).

As proposições do feminismo contemporâneo trazem não só controvérsias no campo da prática política mas também no campo da produção teórica. Neste sentido, o problema do feminismo situado por Eleny Varikas, nos anos 70, permanece como um problema teórico. Essa autora, falando sobre feminismo nos anos 70, afirma o seguinte:

não creio que o problema do feminismo nos anos 70 tenha sido o de subestimar a importância das estruturas e das instituições em favor de uma transformação da vida cotidiana, nem tampouco o de ter-se mantido "alhures" em relação ao sistema político. A força desse movimento residia principalmente na sua insistência sobre o caráter estrutural da dominação que se manifesta nas relações da vida cotidiana, dominação cuja natureza política tinha sido justamente negada. Não se tratava de opor as "mentalidades" às "instituições", mas muito mais de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e reproduzida por intermédio de poderosas instituições tais como a família, a separação sexuada entre público e privado, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuadas do trabalho e do emprego etc. (VARIKAS, 1996, p. 69).

Essa forma de colocar a questão indica que ao trabalhar sobre vida cotidiana, as tensões que constroem as relações sociais ganham formas mais visíveis através da análise das práticas sociais e, assim, permitem uma maior compreensão das dinâmicas produzidas pelas estruturas de dominação e exploração.

É justamente no movimento da vida cotidiana que a experiência de cada sujeito individual, com suas possibilidades e seus limites e com sua “biografia” (SCHUTZ, 1987), está diretamente relacionada e confrontada com a força das estruturas sociais através da dinâmica (e das tensões) das relações sociais. De acordo com Martins, “os sociólogos fenomenologistas, que estão do outro lado na relação com a História, colocando-a entre parênteses”, sugerem, “porém, metodologias de investigação criativas e úteis ao sociólogo que sabe não ser possível lidar com certas dimensões da vida social sem reconhecer, interpretar e devassar o bloqueio do aparente” (MARTINS, 2008, p. 137).

Por isso, a noção de vida cotidiana me leva também a considerar as questões metodológicas trazidas pela sociologia de orientação fenomenológica, que ressalta a importância de conhecer o vivido, através do qual a subjetividade dos sujeitos é incorporada

como parte do processo de produção de conhecimento. Isto é, analisar o vivido como fonte de conhecimento do social, não tomando a sua descrição de maneira positivista como uma definição do social, mas como uma fonte para a produção do conhecimento sociológico. Segundo Martins, quando se fala em vida cotidiana é o vivido que dá vida ao conceito (MARTINS, 2008, p. 95). Segundo Martins (2008), “vivido em Schutz é o vivido dos significados que sustentam as relações sociais. Mas, em Lefebvre, o vivido é mais que isso: é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos nos momentos de criação” (MARTINS, 2008, p. 56). Neste sentido, o vivido está inserido na historicidade do social e, por isso, a análise sociológica do vivido deve considerar o sistema ideológico e as condições materiais que impactam sobre este vivido.

É interessante ressaltar aqui a importância da relação entre o vivido e a construção da práxis feminista, entre o sujeito individual e o sujeito coletivo. Os grupos de reflexão ou de conscientização, como eram chamados, que funcionavam como uma espécie de núcleo básico de organização do movimento feminista contemporâneo, se baseavam na relação entre narrativa da experiência pessoal e análise de contexto sócio-histórico, cuja elaboração coletiva tinha um duplo sentido: a construção de consciência crítica e o fortalecimento da organização através da consolidação dos pertencimentos individuais ao coletivo. Daí surgiram também novas questões para a teoria social e para as pautas de pesquisas, que fomentaram a construção da teoria social feminista. Uma relevância é dada à dimensão subjetiva, à compreensão da própria experiência do ser no mundo.

O ideal é uma franqueza e confiança, um reconhecimento da experiência alheia, assim como da nossa própria experiência...os grupos de conscientização, como outras formas de políticas, não são mágicos. ...Mas ainda fazem parte de um importante processo de aprendizagem e sensibilização (ROWBOTHAM, 1981:132).

O *vécu* (o vivido), como passou a ser chamado pelas feministas francesas nos anos 70, era a prática que se fazia no interior dos grupos de reflexão ou grupos de consciência. Essa prática era considerada um elemento central na formação política. Nesse sentido, a experiência e a reflexão são consideradas como bases de constituição do sujeito, tecendo, por outro lado, o elo entre os sujeitos individual e coletivo, o que tem também uma influência importante no próprio desenvolvimento das metodologias de pesquisa no campo feminista. Para MORGAN (1985), a abordagem feminista na sociologia e a abordagem fenomenológica

têm em comum o fato de tomarem muito seriamente os sujeitos da pesquisa e, ainda, a busca por compreender os seus mundos.

Não só na prática política feminista, mas também na sua prática educativa, atualmente, o cotidiano das mulheres ocupa um lugar importante, exposto através das narrativas de experiência. Para um método de análise que tenha a vida cotidiana como referência e pretenda articular uma perspectiva crítica feminista com a tradição da teoria crítica, a escuta das falas das mulheres é um elemento crucial porque pode aportar questões pertinentes sobre desposuimentos dos meios para agir no dia-a-dia e as formas encontradas para suprir as necessidades materiais, pessoais e coletivas, e os processos de resistência e confronto.

É no cotidiano da casa, do bairro, da escola, da empresa, das cidades, que estão materializados os efeitos da dominação e da exploração, da injustiça social. Esses também são os espaços onde a violência sexual dos homens contra as mulheres se exerce, onde a discriminação impede a realização da vida afetiva e profissional, onde as jornadas de trabalho não têm fim, sendo duplas ou mesmo contínuas, mal remuneradas e/ou não remuneradas. É aí onde a desigualdade se reproduz como parte da existência e os movimentos de lutas cotidianas, quase sempre invisíveis, tomam forma também como parte dessa existência. É a partir daí também que afloram as contradições que vão forjar, nos espaços da organização coletiva, a consciência do sujeito e os sentimentos da injustiça e os desejos de mudança. A concepção de luta, para mim, vai no mesmo sentido daquela empregada por Danièle Combes e Monique Haicault (1987), em análise sobre questões relativas à relação de classe e relação social de sexo/gênero, na qual

o termo 'luta'...não se limita às formas coletivas, organizadas, políticas e sindicais: toda prática que é contra (mas não necessariamente de forma consciente) as formas de dominação que assumem uma ou outra (freqüentemente uma e outra, para as mulheres) das relações sociais aqui consideradas é tributária, a nosso juízo, da luta... (COMBES E HAICAULT, 1987, p. 39).

Essa dinâmica do cotidiano também nos remete à relação entre os microprocessos de resistência, reinvenção da vida cotidiana e o agir na esfera da participação política, a partir da qual se toma parte no processo de transformação social.

Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade (MARTINS, 2000, p.11).

A consciência crítica deve ser considerada como a base sobre a qual se constroem as formas de mediação e isso nos leva a afirmar a importância da dimensão subjetiva nesse processo marcado pela tensão entre privação e liberdade. De acordo com Kergoat (1986), é sob a forma de tensões que se expressam as contradições das relações sociais vivenciadas no cotidiano.

A abordagem da vida cotidiana sob essa ótica possibilita uma visão alargada dos espaços políticos para a transformação da vida social. É dentro desse cenário que as tensões e as contradições imprimem os sentidos que formam a vida cotidiana. A vida de todo dia, portanto, pode tomar a forma da repetição, mas pode também ser um lugar de rupturas e de reinvenções do sentido da vida social. Faz parte da ideologia dominante tratar o cotidiano como dimensão restritiva e naturalizada. Dessa forma a ação que transforma está sempre em outro tempo e em outro lugar, distantes do acesso das pessoas comuns que transitam pelos espaços do dia-a-dia, como se a história acontecesse sempre em outro lugar e em um determinado momento sem qualquer relação com o cotidiano. Na abordagem conservadora da história, só o grande evento aparece. O conceito de vida cotidiana pode trazer uma compreensão das dinâmicas entre esfera pública e esfera privada e o que significa na prática transitar de uma esfera para a outra, ou seja, como afirma Saffioti, “para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social” (SAFFIOTI, 2004, p. 54). Já para Heller,

não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente 'segundo preceitos', mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis. Como sempre o problema reside em saber se somos capazes de produzir um campo de liberdade individual de movimentos no interior da mimese, ou em caso extremo, de deixar de lado completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes (HELLER, 1989, p. 37).

O sistema capitalista incrementa para sua própria reprodução os mecanismos que atuam sobre a representação de um modelo de vida cotidiana. Podemos tomar a publicidade (LEFEBVRE, 1972) como um exemplo. Por meio dos meios de comunicação de massa, a

publicidade oferece os produtos disponíveis no mercado e traz junto com eles uma proposta de cotidiano, de relação amorosa, de organização da vida doméstica, do profissional de sucesso, de beleza, do que deve ser o sonho e o desejo de futuro. A televisão, nos dias atuais, invade o cotidiano e, portanto, a organização diária da vida de grande parte da população. No Brasil, as novelas televisivas tomam o tempo do lazer e reproduzem incessantemente dramas cotidianos nos quais as desigualdades sociais são mostradas como atributos naturais dos indivíduos e os conflitos delas decorrentes são solucionados pessoalmente, pela capacidade que cada um ou cada uma tem de enfrentar a situação em que se encontra. A possibilidade de mudança na condição de vida através da mobilidade social é uma idéia que se vende todos os dias nos meios de comunicação de massa⁹⁴.

A reinvenção da vida cotidiana passa pelo conflito que transforma as relações e as estruturas sociais. Não como dimensões separadas do conflito, mas como formas que se articulam dentro de um mesmo processo de transformação social. Isso quer dizer também que a construção de uma vida cotidiana transformada é uma relação dialética entre o tempo do presente e a projeção do futuro que se quer construir. A vida cotidiana, como já foi exposto, é uma construção da modernidade, e não se trata de colocá-la como um modelo que pode se reformar a cada dia, mas ao contrário, a idéia de reinvenção que coloco aqui parte “de uma forma de tratar a vida cotidiana como resultado de um processo histórico, e por isso pode ser alterada ou superada pela ação dos sujeitos em conflito com uma determinada forma de sociabilidade imposta pelas desigualdades presentes nas relações sociais” (ÁVILA, 2005, p.71). A vida cotidiana como um “cenário analítico” (TORNIS, 2002) pode nos mostrar os desencontros entre história e cotidiano, de que nos fala Martins (2008) e as contradições que irrompem a partir daí.

De acordo com Heller, o pensamento cotidiano é pragmático e a ultrageneralização é um elemento característico desse pensamento.

Os juízos ultrageneralizadores são todos eles juízos provisórios que a prática confirma, ou pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados nesses, fomos capazes de atuar e nos orientar. Se o afeto confiança adere a um juízo provisório, não representa nenhum “preconceito” o fato de se ter ‘apenas’ juízos provisórios ultrageneralizados; ... Mas, quando já não se trata da orientação na vida cotidiana e sim de nossa inteira individualidade, de nossa integridade moral e de seu desenvolvimento superior, caso em que só podemos

⁹⁴ O termo comunicação de massa está aqui associado ao sentido de sociedade de massas que, segundo Heller, é uma “expressão metafórica para descrever uma sociedade conformista e manipulada” (HELLER, 1989, p.70).

operar com juízos provisórios pondo em risco essa integridade, então deveremos ter a capacidade de abandoná-los. Isso poderá ser feito quando o juízo se apoiar na confiança, mas não quando se basear na fé. Os juízos provisórios que se enraízam na particularidade, por conseguinte, se baseiam na fé, são pré-juízos ou preconceitos (HELLER, 1989, p. 35).

Ainda de acordo com essa autora, a espontaneidade é uma característica da vida cotidiana, sem o que seria impossível manejar o cotidiano.

Considero importante colocar, neste ponto da reflexão, a relação entre cidadania e transformação social como questão permanente na redefinição da organização da vida social, a qual exige sempre a presença de sujeitos e/ou atores. O movimento de mulheres – assim como outros movimentos sociais – tem construído teias de organizações que perpassam o dia-a-dia da vida das pessoas, tomando as experiências cotidianas de injustiça, de violência e de carência como base de reflexão e luta política por direitos para sua superação, nas quais se forjam também novas propostas de organização da vida social. Dessa maneira, o conflito se espalha e se enreda, integrando espaços coletivos e vida pessoal, cuidando do presente e construindo mudanças para o futuro. Nas tensões da vida cotidiana a consciência crítica de ser sujeito ou de ser cidadã alimentam-se reciprocamente e produzem de imediato uma mudança na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a recusa em aceitar a desigualdade passa a ser algo incontornável. Essa recusa pode alimentar as “micro-revoltas” coletivas e os engajamentos nos processos mais amplos da ação coletiva que constrói os movimentos para transformar a vida cotidiana. Não proponho, aqui, que os processos amplos são construídos em uma seqüência linear, mas quero fortalecer a idéia de que os grandes processos dos movimentos sociais não podem ser pensados de maneira dissociada dos processos que constroem as tensões e as pequenas rupturas no cotidiano. Sobre o cotidiano enquanto um lugar de resistência dos novos movimentos sociais no Brasil, surgidos na década de 70 do século passado, Sader (1995) assevera o seguinte:

A referência ao cotidiano enquanto instância de resistência contrasta com os registros que apresentavam (e o apresentam) como manifestação de conformismo, da vida repetida, da reiteração não crítica de uma opressão silenciosa...Mas o cotidiano não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambigüidade de ‘conformismo e resistência’, expresso na ‘consciência fragmentada’ da cultura popular (SADER, 1995, p. 141).

Nesse processo, a repetição dos atos de dominação e exploração passa a ser desestabilizada o que pode, assim, e de maneira irregular, produzir rupturas mais profundas na

forma de sociabilidade. A própria Heller enfatiza que “não existe nenhuma ‘muralla chinesa’ entre atividade cotidiana e a práxis não cotidiana ou o pensamento não-cotidiano, mas existem infinitos tipos de transição” (HELLER, 1989, p. 33). Por meio de estudos, tenho observado que a consciência de ser sujeito dotado de direitos, dentre eles o de lutar por direitos, torna as mulheres mais fortes diante da adversidade, o conhecimento dos direitos se tornando um mecanismo de mudança pessoal e coletiva. Neste sentido, a luta por direitos afeta a dimensão subjetiva e altera, assim, a vivência cotidiana no questionamento das práticas sociais, aumentando as tensões que conformam as relações sociais (ÁVILA, 2001).

As grandes transformações deveriam ser consideradas a partir da possibilidade que elas tiveram ou venham a ter para inscrever na vida cotidiana um novo sentido e novas condições sociais para o desenvolvimento humano. No contexto atual, a luta por direitos sociais, econômicos e culturais representa um movimento de resistência contra a perspectiva neoliberal, a partir da qual o Estado perde ou limita suas funções na promoção do bem-estar social e na regulação da economia; o consumo é colocado como um meio de inserção social e a mercantilização de todas as esferas da vida social se torna um objetivo do poder econômico. O cotidiano, nesse contexto, pode ser também compreendido como um ponto de intersecção entre a resistência, que se faz através da ação coletiva, e a permanente tentativa do mercado em invadir o sentido total do mundo da vida cotidiana.

O movimento de incluir os direitos das mulheres nas plataformas internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), nas leis e nas políticas públicas nacionais representa um avanço. O caminho de volta, que traz esses direitos para o conhecimento e apropriação da população, é indispensável. A não-implantação de políticas públicas que se constituíram em objetos de luta e de conquistas políticas, formuladas e aprovadas nas instâncias do poder público que garante o acesso concreto aos direitos, produz um desencontro entre a vida de todo dia e a história de que nos fala Martins (2007), e, neste sentido, o Estado, que não é parte da vida cotidiana, está direta e dialeticamente relacionado com seu desenvolvimento.

A ruptura com as interdições, subjetivas e objetivas, que produzem os bloqueios dos movimentos dos sujeitos entre os espaços da vida cotidiana e aqueles nos quais se tem acesso à ação coletiva transformadora, na minha concepção, pode ser considerada uma base sobre a qual se sustenta o processo de democratização das relações sociais, uma vez que possibilita a emergência do sujeito como agente desse processo. Os processos vividos nos diferentes

momentos estão perpassados por relações sociais e pessoais de poder. A desigualdade de poder no manejo da vida cotidiana pode ser um instrumento de bloqueio para uma grande parte das mulheres. Onde há bloqueio, há restrição de liberdade que pode causar a destruição dos movimentos de que a cidadania necessita para se realizar e transformar a realidade social. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, como elemento constitutivo das relações sociais de sexo/gênero, estrutura a organização do cotidiano das mulheres, gerando contradições e bloqueios para sua autoconstrução como sujeito de direitos.

3.3 VIDA COTIDIANA, ESPAÇO E TEMPO DO TRABALHO REPRODUTIVO E PRODUTIVO

Considero que a vivência do tempo enquanto duração dos eventos, marcado pelos relógios e pelos calendários, constitui uma relação de desigualdade entre homens e mulheres que está diretamente associada às formas de sociabilidade que constituem a vida cotidiana. O tempo aqui está concebido de acordo com a abordagem sociológica de Elias (1998), para quem “o ‘tempo’ tem o caráter de uma instituição social, de uma instância reguladora dos acontecimentos sociais, de uma modalidade da experiência humana – e os relógios são parte integrante de uma ordem social que não poderia funcionar sem eles” (ELIAS, 1998, p. 93). Sobre isso podemos também acrescentar o que diz Carrasco, ao afirmar que

com o surgimento e consolidação das sociedades industriais o tempo se torna muito mais ligado às necessidades da produção capitalista. ...O relógio - como tempo cronometrado – se estabelece como instrumento de regulação e controle do tempo industrial, mas este último condiciona em grande parte o resto dos tempos de vida e trabalho (CARRASCO, 2005, p. 52).⁹⁵

Essa perspectiva é reafirmada na abordagem do Durán, para quem:

Da mesma maneira que é diferente o uso do tempo entre mulheres e homens, os horários e calendários da cidade se edificam sobre uma base de transações sociais que refletem a distribuição real de poder entre os grupos implicados. O sino, o relógio ou o apito têm sido elementos organizadores do trabalho dos ritos coletivos e do ócio. Só quem ostenta o poder pode controlar a organização coletiva do tempo (DURÁN, 2008, p. 136).

⁹⁵ Tradução minha.

Referindo-se às sociedades industrializadas, Elias (1998) nos diz que “nessas sociedades, o tempo se exerce de fora para dentro sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos” (ELIAS, 1998, p. 22).

O uso do tempo (de acordo com o horário e o calendário) é constitutivo da organização do cotidiano e conforma a dinâmica da vida cotidiana, mas esse tempo como mensuração da duração dos eventos, isto é, o tempo institucionalizado, é também aquele no qual a existência das pessoas se desenrola. O tempo do trabalho é uma forma de utilização do tempo como instituição social que está no centro do cotidiano. A vida cotidiana tem como seu movimento interno o vivido no dia-a-dia, e o tempo do trabalho é parte do vivido e do que conforma esse cotidiano. Na vida cotidiana, está o tempo do trabalho e, por isso, as regras, as dinâmicas e as tensões impostas pela divisão sexual do trabalho na conformação do cotidiano.

A naturalização do trabalho doméstico, incluindo as atividades do cuidado como atributo da feminilidade e, neste sentido, como parte da atribuição social das mulheres, faz com que o lazer em família, os passeios do domingo, que quebram, aparentemente, a cotidianidade, contenham em si tarefas do trabalho reprodutivo, como o cuidado com as crianças, atividades socialmente invisíveis. A naturalização do papel social das mulheres como ligado diretamente à maternidade, decorrente da sua capacidade reprodutiva, está também diretamente vinculada à construção dos novos paradigmas da modernidade, que tem como um dos elementos a separação entre os espaços da produção e da reprodução.

De acordo com HELLER (1989), o sistema capitalista desenvolvido produz a alienação das relações humanas cristalizando em papéis todos os sistemas consuetudinários, todas as hierarquias de comportamento”. Para ela, “a recusa do papel é característica daqueles que não se sentem à vontade na alienação... Por isso, os representantes da teoria do papel são inimigos irreconciliáveis de todo conflito” (HELLER, 1989, p. 98).

Para as mulheres, o trabalho remunerado produtivo ou reprodutivo e o trabalho reprodutivo não remunerado constituem uma relação de contradição a qual elas devem enfrentar como parte da vida cotidiana. De acordo com PAIS (2003, p. 82), “...as atividades produtivas e reprodutivas do cotidiano constituem um processo de dialéticas entre o

acontecimento e a rotina”. A partir dessa contradição é importante analisar os bloqueios e as interdições que são geradas para as mulheres no cotidiano.

Todavia, quem está na esfera pública tem necessidades privadas. São as mulheres, no contexto de uma sociedade com esferas separadas, produtiva e reprodutiva, as responsáveis pela satisfação dessas necessidades. Portanto, estando ou não no mercado de trabalho e na atividade política, as tarefas domésticas continuam sendo, basicamente, de sua responsabilidade. As tensões no uso do tempo produzidas pelas jornadas de trabalho constituídas de trabalho assalariado e trabalho não assalariado resultam num problema a ser superado no dia-a-dia, para forjar a passagem entre os dois espaços de trabalho e, mais ainda, de acesso à esfera pública. A superação cotidiana desse problema tem sido historicamente garantida pelas próprias mulheres, entre si. As desigualdades de classe são determinantes na forma de construir os arranjos entre as mulheres.

Com essa afirmação não desconheço o fato de que já existem novos arranjos entre casais, e também que em países onde há um Estado de Bem-Estar Social em funcionamento, atualmente passando por processos de desestruturação, haja políticas sociais que trazem algum suporte para as tarefas da reprodução, voltadas sobretudo para o cuidado com as crianças e com pessoas idosas. Essas alternativas, no entanto, não alteram a situação geral porque não transformam a divisão sexual do trabalho.

O conflito de interesse entre os distintos tempos e trabalhos, segundo Carrasco (2005), começa a fazer-se visível:

...a falsa idéia de autonomia do sistema econômico acompanhada pela também falsa autonomia do setor masculino da população; ter deixado nas mãos das mulheres a responsabilidade da subsistência e o cuidado da vida, permitiu desenvolver um mundo público aparentemente autônomo, baseado na falsa premissa da liberdade; um mundo incorpóreo, sem necessidades a satisfazer; um mundo constituído por pessoas inesgotáveis, sempre sãs, nem demasiado jovens nem demasiado adultas, autoliberadas das tarefas dos cuidados, em resumo, o que se veio a denominar o homem econômico ou o homem racional ou o homem político (CARRASCO, 2005, p. 54).⁹⁶

A noção de vida cotidiana como cenário ou território analítico, utilizada por Torns (2002) está diretamente vinculada à necessidade de encontrar uma nova referência para pensar a questão do tempo do trabalho fora do marco restrito do trabalho produtivo. Segundo a

⁹⁶ Tradução minha.

autora, os estudos sobre o tempo de trabalho revelam que “as tarefas e os tempos cotidianos não só são distintos para os homens e para as mulheres, mas que as análises põem em evidência uma nova dimensão da desigualdade de gênero: o uso desigual do tempo” (TORNS, 2002, p. 138)⁹⁷.

As desigualdades entre homens e mulheres a partir de uma análise que considera o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo revelaram

... a necessidade de contemplar um cenário mais amplo do que o mercado de trabalho e a família: a vida cotidiana. Um território analítico no qual tem sido possível delimitar as presenças e as ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, e reconhecer a divisão sexual e hierárquica que as preside (TORNS, 2002, p. 135).

Essa hierarquia constitutiva das relações de gênero, ao ser analisada revela neste cenário da vida cotidiana, o poder material e simbólico atribuído ao masculino. É assim que Torns (2007) afirma que não se deve esquecer que as percepções femininas de se sentirem capturadas pelo tempo cotidiano se mostram agravadas, atualmente, pela realidade da precariedade das condições de trabalho feminino. A autora está baseando sua reflexão na realidade da Espanha, mas a precarização do trabalho das mulheres é uma realidade em muitos países, e no Brasil os dados sobre isso indicam uma situação predominante neste sentido (BRUSCHINI, 2007; ANTUNES, 2000).

Ainda segundo essa perspectiva de análise, existem lógicas distintas que regem o tempo do trabalho, na concepção produtivista, e o tempo do trabalho reprodutivo. O primeiro se rege por uma lógica diacrônica, linear e facilmente tornada objetiva mediante o sistema de horário, “enquanto o segundo se move em uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino” (TORNS, 2002, p. 138).

O processo de industrialização operou as novas transformações que vão conformar um cotidiano marcado pelos ritmos do tempo do trabalho produtivo. Para quem tem como prática de trabalho cotidiano o trabalho assalariado e o trabalho doméstico não assalariado, o cotidiano não corresponde a uma dinâmica marcada apenas pelo trabalho produtivo, contraposto à esfera do familiar, lazer ou ócio. A lógica do trabalho produtivo se impõe sobre os momentos que constituem a vida cotidiana e que formam a base da sua hierarquia e, por

⁹⁷ Tradução minha.

isso, a heterogeneidade e as contradições que surgem da relação entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico gratuito não são tomadas como elementos da análise na tradição da teoria crítica. Para as mulheres, a esfera familiar tem em seu interior uma outra relação de trabalho, o trabalho doméstico, e, portanto, como parte dessa esfera, existe um outro tempo de trabalho.

Duas questões me parecem importantes na reflexão sobre a organização do tempo social: em primeiro lugar, a dimensão que a apropriação do tempo de trabalho tem na relação entre capital e trabalho. Trazer essa dimensão para o tempo da vida cotidiana oferece a possibilidade de vê-lo como o tempo concreto da existência das pessoas que, para assegurar sua própria reprodução, vendem sua força de trabalho. Em segundo, mas com importância central para esta reflexão, o fato de que a apropriação do uso do tempo pelas mulheres está configurada de maneira diferente daquela relativa aos homens. Para as mulheres, trabalho reprodutivo e trabalho produtivo constituem uma relação de contradição que enfrentam no cotidiano, pois a apropriação do tempo de trabalho é feita nestas duas esferas de trabalho.

Uma análise sobre a organização do tempo social a partir do conceito de classe não deve restringir o problema da apropriação do tempo dos/as trabalhadores/as pelos/as patrões/as na esfera produtiva, mas deve incorporar, ainda, a apropriação do tempo na esfera do trabalho reprodutivo. Nessa esfera, por sua vez, a apropriação do tempo se realiza através das relações sociais de sexo/gênero, imbricadas às relações de classe. Isto implica considerar que o modo diferente e desigual de se usufruir do tempo social está determinado por essas relações. Significa considerar que a separação entre essas duas relações sociais, feita para fins analíticos, está entretanto imbricada na dinâmica da vida social concreta.

Em um enfoque a partir da relação entre capital e trabalho sobre o tempo do trabalho no cotidiano, posso dizer que o tempo que sobra da atividade produtiva, para a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1998), é contado como um tempo do descanso, do lazer, do cuidado consigo mesmo/a, isto é, da reconstituição de cada pessoa como força de trabalho. A duração dessa “sobra” é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é a mesma em todo lugar, nem para todos/as trabalhadores/as.

A redução da jornada diária (ou do tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho,

realizada pelo capital, desde a sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo a redução da jornada de trabalho tem sido central na ação dos trabalhadores, condição preliminar, conforme disse Marx, para uma vida emancipada (ANTUNES, 2000, p. 174).

Como consequência de um longo processo de lutas e conflitos, foram instituídos direitos sociais e trabalhistas que regulam a duração da jornada de trabalho e definem os dias de folga semanal e de férias, mas para se ter acesso a esses direitos é preciso estar legalmente registrado/a como empregado/a, constituindo um vínculo social que assegura outros direitos e também deveres. Esses períodos liberados da produção são, portanto, um direito de cada trabalhador/a de se reconstituir física e mentalmente. Atualmente, com a precarização das relações de trabalho, esses direitos têm sido ameaçados e em muitos casos desestruturados. O trabalho informal, que está fora de proteção social, é um campo no qual predominam as mulheres. Nesse caso, a relação entre tempo de trabalho para produzir uma renda e o tempo do trabalho reprodutivo traz configurações bastante irregulares e difíceis para as mulheres.

Sobre a questão do lazer, Lefebvre (1958) nos diz que neste sistema ele não pode ser entendido como dissociado da lógica do trabalho produtivo, nem reduzido a uma simples relação como, por exemplo, entre o domingo e os outros dias da semana, representados como exteriores e somente diferentes uns dos outros.

O lazer ...não se separa do trabalho”. O mesmo homem repousa, relaxa ou se ocupa, a sua maneira, depois do trabalho. Cada dia, a mesma hora, o trabalhador sai da usina, o empregado do escritório. Cada semana, o sábado, o domingo, pertencem ao lazer, com a regularidade do trabalho quotidiano. Tem-se então que considerar uma unidade – trabalho-lazer -, porque esta unidade existe, e que cada um tenta se programar sua parte de tempo disponível em função do seu trabalho – e do que não é (LEFEBVRE, 1958, p. 38).⁹⁸

Se acrescentarmos a essa relação o trabalho reprodutivo, esta unidade se estabelece como trabalho produtivo/reprodutivo/lazer, e uma análise sobre essa relação a partir desse novo elemento trará certamente outros resultados e outras questões para a análise sociológica.

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana em que o tempo social que conta, ou seja, o uso do tempo que tem valor, é aquele empregado na produção de mercadoria, gerador de mais-valia, porque a noção de valor está diretamente vinculada ao valor de troca que caracteriza a mercadoria. Nesse sentido, portanto, tem um sentido mercantil, restrito a essa relação, pois, como ressalta Carrasco, “em nossas sociedades

⁹⁸ Tradução minha.

capitalistas atuais, a organização do tempo social vem determinada fundamentalmente pelo tempo do trabalho mercantil” (CARRASCO, 2005, p. 52).⁹⁹ A mais-valia é a base da acumulação do capital. Portanto, a apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista, “tempo como medida que se impõe por excelência na primeira sociedade industrial, a partir dos aportes de Marx, que utiliza o uso do tempo para fixar a equivalência entre tempo de trabalho (jornada laboral) e preço (salário)” (TURNS, 2002, p. 141)¹⁰⁰. Porém, “o binômio tempo-dinheiro preside a atual organização socioprodutiva que vai acompanhada por representações simbólicas herdadas do ideal de maximizar e quantificar os usos do tempo”¹⁰¹. Por isso, segundo essa autora, as demandas e lutas por redução da jornada de trabalho que não questionam o modelo de temporalidade subjacente podem ser tomadas como uma aceitação do modelo dominante.

O tempo do trabalho doméstico do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na organização do tempo social, na relação entre produção e reprodução. Na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo, realizado no espaço doméstico e elemento central para reprodução social, não é levado em conta. Os custos da reprodução da força de trabalho são contados apenas a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores/as, mas todo trabalho investido no cuidado, na produção da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar está fora da conta que configura a mais-valia, e portanto, que mede o grau do lucro na exploração capitalista. Esse tempo de trabalho não poderia ter sido considerado na teoria marxiana, pois sua grade teórica está referida especificamente ao valor do tempo do trabalho na esfera produtiva a partir da sua equivalência como mercadoria e a partir da venda da força de trabalho na relação entre capital e trabalho, o que exclui o tempo de trabalho na esfera reprodutiva.

O capitalismo instaura a autonomização da produção, a constituição de uma esfera econômica de onde são excluídas todas as práticas que não tenham um efeito no processo de valorização e de realização do capital...O tempo se divide...Todas as atividades que surgem da reprodução dos indivíduos se separam então da produção de bens (CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985, p. 13)¹⁰².

⁹⁹ Tradução minha.

¹⁰⁰ Tradução minha.

¹⁰¹ Id., Ib. Tradução minha.

¹⁰² Tradução minha.

Como as jornadas do trabalho produtivo no início do século XIX partiram de 18 ou mais horas diárias, e hoje, no caso do Brasil e de muitos outros países, são formalmente de 8 horas, sem contar os sistemas de horas extras, são relevantes as questões: qual é o tempo para os cuidados necessários a fim de produzir os meios de manutenção da vida individual e coletiva, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, o cuidado, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico? Qual o tempo social definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se autocuidar, como as crianças, idosos/as e outras pessoas que não têm condições física ou mentais para isso?

Esse tempo de trabalho, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado do tempo que forma o dia-a-dia das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo de trabalho para a realização das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção formal ou informal nesse mercado. É justamente aí que se produz uma jornada extensiva de trabalho. Essa forma de organização social baseada na jornada de trabalho das mulheres, formada por trabalho gratuito e trabalho remunerado, é fundamental para a acumulação do capital e manutenção do poder patriarcal, uma vez que baixa os custos da reprodução social e mantém os homens fora da responsabilidade com o trabalho reprodutivo.

Se na vida cotidiana está a tensão entre a alienação e a desalienação, há também tensões de natureza prática entre as atividades produtivas, reprodutivas e as possibilidades de deslocamento para outras esferas da vida social. Segundo Antunes (2002), “a referência à vida cotidiana e as suas conexões com o mundo do trabalho e da reprodução social é imprescindível, quando se pretende apreender algumas das dimensões mais importantes do ser social” (ANTUNES, 2002, p. 170). Como já afirmado anteriormente, parto do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho é um elemento estruturante das relações sociais de sexo/gênero, compreendendo também que os sujeitos não são meros receptáculos de uma ordem absoluta, mesmo quando se configura uma relação de dominação.

Deve-se, no entanto, considerar que mesmo quando a alocação do uso do tempo das pessoas é feita sob um constrangimento social, podem-se adquirir graus diferenciados de autonomia para lidar com este constrangimento e também para tentar transformá-lo. O que

chamo de constrangimento está relacionado à dominação ideológica e à subjetivação da dominação, à falta de meios materiais, à coerção pela violência etc.

Partindo da elaboração sobre vida cotidiana em Lefebvre (1958, 1961, 1972), Martins (2000, 2008) cogita que, para o primeiro, a pobreza tem um significado bem diverso da concepção limitada de pobreza material que era característica da época de Marx.

A pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível. Numa sociedade e num tempo de abundâncias possíveis, inclusive e especialmente abundância de tempo para desfrute das condições de humanização do homem, em que a necessidade de tempo de trabalho é imensamente menor do que era há um século, uma das grandes pobreza é a pobreza de tempo (MARTINS, 2008, p. 104).

Em um mundo globalizado, muitas vezes considerado como transformado na relação da organização do seu tempo social pela tecnologia, que permite deslocamentos cada vez mais rápidos, comunicação imediata entre pessoas em qualquer país do mundo, aceleração do grau de produtividade etc, é importante explorar como campo de estudo a persistência dos tempos sociais marcados pela lógica da desigualdade e como o emprego da tecnologia refaz essa lógica.

O mercado, atualmente, lança mão de todos os meios midiáticos de massa para capturar o sentido da vida cotidiana e reificá-la como uma dimensão determinada exclusivamente pela capacidade de consumo. Por exemplo, as possibilidades das mulheres enfrentarem as jornadas de trabalho compostas de trabalho remunerado e gratuito apresentadas pelo mercado são os eletrodomésticos, cada vez mais rápidos e diversificados para permitir às mulheres mais agilidade na realização das tarefas domésticas, que continuam sendo mostradas como de sua inteira responsabilidade e, assim, compatibilizá-las com o trabalho assalariado e outras atividades sociais. As propagandas, que reafirmam o papel da dona de casa, mostram as várias formas para as mulheres “ganharem” tempo, através do uso simultâneo ou seqüenciado de muitos eletrodomésticos. Essas são fórmulas mercadológicas para se lidar com os constrangimentos da organização do tempo social. Repletas de “artefatos” e de emoções, essas fórmulas estão conformadas por uma visão de classe, gênero e raça.

As Artes do Trabalho Doméstico, seus progressos, o estrondo das suas manifestações, são fatos sociológicos da maior importância. Elas não devem dissimular, sob a acumulação dos detalhes tecnológicos, o caráter contraditório do processo social real. Esses progressos, com suas conseqüências, suscitam novos conflitos de estruturas na vida social concreta (LEFEBVRE, 1958, p. 15).¹⁰³

O desenvolvimento tecnológico não tem possibilitado a liberação de tempo livre para “a classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2000), nem para as trabalhadoras domésticas responsáveis pelo trabalho reprodutivo e, neste sentido, não é em si um instrumento para impulsionar no cotidiano um equilíbrio entre tempo do trabalho produtivo e reprodutivo, e entre eles e outros tempos necessários para a realização da vida. Lefebvre afirma que “o mesmo período que viu o desenvolvimento estupendo das técnicas aplicadas à vida cotidiana viu também uma, não menos estupenda, degradação da vida cotidiana para as grandes massas humanas” (LEFEBVRE, 1958, p. 15)¹⁰⁴. Nesse sistema, o emprego da tecnologia aumenta a capacidade de lucro, mas não libera tempo de quem está inserido nos vários nichos do mercado de trabalho. Pelo contrário, regra geral, ou a pessoa está no mercado de trabalho com muito mais comprometimento do seu tempo ou está totalmente fora dele, sem nenhum controle sobre o seu tempo e sem possibilidade de usufruir o tempo liberado das ocupações chamadas de produtivas. Porque alguém sem recursos financeiros perde sua autonomia de decidir sobre sua participação na vida social. Muitas vezes, a própria liberdade de ir e vir fica comprometida. Por exemplo, como todas as possibilidades de deslocamento nas cidades e no campo, e entre esses espaços urbanos e rurais, são realizadas através de meios de transporte privados, portanto, dentro da esfera das relações mercantis, há uma necessidade de se ter dinheiro para circular em qualquer dimensão – dentro do território local e do território mundial (ÁVILA, 2002).

O desemprego, que na “sociedade salarial” (CHABAUD-RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985, p.13) significa a falta de uma renda para viver, quando por longo período e/ou sem proteção social, produz um processo de desagregação que coloca o sujeito em descompasso com um cotidiano marcado pela inserção na esfera do trabalho assalariado. Sobre a penetração das tecnologias modernas na vida cotidiana, de acordo com Hirata (2002), a experiência do desemprego é vivenciada de maneira diferente por homens e mulheres.

¹⁰³ Tradução minha.

¹⁰⁴ Tradução minha.

Para Martins (2000), o interesse sociológico pela vida cotidiana, está marcado por duas tendências. De um lado,

para muitos, a vida cotidiana se tornou um refúgio para o desencanto de um futuro improvável, de uma História bloqueada pelo capital e pelo poder. Viver o presente já é uma consigna que encontra eco numa sociologia do detalhe, do aqui e hoje, do viver intensamente o minuto desprovido de sentido, que poderia ser definida como sociologia pós-moderna (MARTINS, 2000, p. 56).

Mas, de outro lado, Martins (2000) argumenta que

se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (MARTINS, 2000, p. 56).

É nessa última perspectiva que meu interesse sobre o tema se insere, como um meio de avançar no conhecimento sociológico que lance luzes sobre os movimentos imersos na vida cotidiana, a partir da experiência das mulheres, no sentido de compreender a vida social e as possibilidades da sua transformação, levando em consideração as relações sociais de sexo/gênero, na sua historicidade e enquanto expressão das desigualdades sociais contemporâneas.

Do ponto de vista metodológico, a noção de vida cotidiana se constitui para mim como um fio condutor para compreensão dos processos nos quais os sujeitos estão imersos. É um “cenário analítico”, do qual nos fala Torn (2002) em que o cotidiano aparece com todas as suas possibilidades e carências e as relações sociais e as contradições que as constituem tomam a forma concreta na forma de viver das pessoas.

O estudo que tem a vida cotidiana como referência nos oferece a possibilidade de perceber a relação entre as estruturas sociais e as práticas sociais através das quais elas se reproduzem. Ao trabalhar sobre vida cotidiana, as tensões que constroem as relações sociais ganham formas mais visíveis. Neste estudo, a questão particular das empregadas domésticas não está dissociada das estruturas sociais que marcam suas trajetórias pessoais, a vida social brasileira e os seus modos de vida presentes na vida cotidiana dos sujeitos considerados.

Com base na pesquisa com operários migrantes na França, KERGOAT (1987) analisa a diferença nos patamares de combatividade desses trabalhadores a partir das esferas produtiva e reprodutiva. De maneira articulada, ela nos apresenta o seguinte raciocínio, em

que essas diferenças só ganharam sentido quando se abandonou um esquema de análise reativo,

...segundo o qual a combatividade seria uma resposta (mediada não pelo grau de consciência) às condições de exploração para lhe substituir um raciocínio em termos de práticas sociais, isto é, de um conjunto coerente (mas não necessariamente consciente) de comportamentos e atitudes observáveis no conjunto da vida cotidiana (conjunto que as relações sociais tornaram coerente) (KERGOAT, 1987, p. 79).

Neste estudo, a noção de vida cotidiana é tomada no processo de análise como um caminho metodológico e um fio condutor para a compreensão dos processos nos quais os sujeitos estão inseridos e através dos quais a relação entre tempo do trabalho e cotidiano ganha sentido, levando em conta o contexto social.

CAPÍTULO 4 - TRABALHO E EMPREGO DOMÉSTICO: O CONTEXTO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

No Brasil, o emprego doméstico tem um peso extremamente importante no mercado de trabalho para as mulheres, especialmente entre as mulheres negras. As empregadas domésticas constituem uma das maiores categorias de trabalhadoras do país. O número de trabalhadoras/es domésticas/os no Brasil equivale a 6.782.111, ou seja, 7,6% da população ocupada. Em 2006, 18% das mulheres ocupadas eram trabalhadoras domésticas. Nos mercados metropolitanos, esse percentual sobe para 20% (DIEESE, 2006). Do total de empregadas/os nesse setor, mais de 92% são mulheres (DIEESE, 2008), justificando portanto afirmar que se trata de uma categoria majoritariamente formada por mulheres.

4.1 DADOS SOBRE MULHERES E TRABALHO: O CONTEXTO BRASILEIRO E A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Segundo o DIEESE (2007), as mulheres são 53% da População em Idade Ativa, porém seguem sendo minoria entre a população economicamente ativa (46%) e a maioria da população desempregada (56,4% da população feminina desempregada contra 43,6% dos homens). Esse dado já apresenta uma dimensão da desigual participação das mulheres no mercado de trabalho produtivo, ainda hoje. Tal desigualdade se confirma se verificarmos em que setores do mercado estão presentes as mulheres, no Brasil. Segundo dados do IBGE, “a maior participação das mulheres no mercado de trabalho tem se concentrado em quatro grandes categorias (70% da mão-de-obra feminina): serviços em geral (30,7%); trabalho agrícola (15%); serviços administrativos (11,8%) e comércio (11,8%)” (IBGE, 2007, p. 201).

Os dados citados sobre a importância do emprego doméstico na ocupação feminina corroboram a tese de HIRATA (2002), já apresentada no Capítulo 2, de que há uma indissociabilidade entre permanência e variabilidade nas tendências recentes da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002, p. 24). De acordo com o IBGE (PNAD, 2001), as mulheres são a maioria nas ocupações precárias e informais, correspondendo a 61% das pessoas nessas condições. No mercado de trabalho, a participação das mulheres se dá nos postos mais

precários de trabalho, sobretudo no setor de serviços, no qual se inclui o emprego doméstico. A maioria das empregadas domésticas (74,1%) não possui carteira assinada (entre as mulheres negras, este percentual eleva-se para 76,2%) (IBGE, 2001 apud ABRAMO, 2005).

Dados recentes do DIEESE confirmam essa tendência e indicam que as mulheres são maioria nos postos informais ou precários de trabalho, correspondendo, em 2007, a 47,3% das ocupadas neste tipo de trabalho, contra 34% de homens (DIEESE/PED, 2007). Além de serem os mais precários e desprotegidos, os postos de trabalho em que se inserem as mulheres são, em geral, os de mais baixos rendimentos. Segundo ainda o IBGE (2007), no Brasil cerca de 18,5 milhões de mulheres são indicadas como referência principal da família (54% dos domicílios brasileiros). Nessas famílias, o rendimento mensal de 31% delas não chega a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

A articulação entre as desigualdades de classe, gênero e raça se expressa também no rendimento médio das mulheres negras e brancas no Brasil: enquanto as mulheres brancas ganham em média 59,5% do que ganham homens brancos, entre as mulheres negras esta proporção é de apenas 30%. Entre as mulheres negras, a desigualdade se acirra: enquanto a renda média mensal das mulheres brancas no Brasil é de R\$ 554,60, a das mulheres negras é de R\$ 279,70¹⁰⁵. Em Recife (DIEESE, 2006), mais da metade das mulheres negras (51%) encontra-se em trabalho precário, contra apenas 39,9% das mulheres não negras e apenas 32% dos homens não negros.

A desigual participação das mulheres no mercado de trabalho indica a persistência de uma divisão sexual entre postos de trabalho, porém essa permanência se mostra ainda mais arraigada quando se analisa a participação de homens e mulheres na realização do trabalho reprodutivo, tanto no trabalho doméstico não remunerado, quanto do trabalho doméstico remunerado. Uma contextualização sobre a divisão sexual do trabalho doméstico não remunerado é imprescindível não apenas para explicar a situação desigual das mulheres no mercado de trabalho, o que certamente tem uma relação com a jornada e sobrecarga com o trabalho de cuidado no âmbito familiar, como também para situar o emprego doméstico no Brasil.

¹⁰⁵ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD, 2003).

A permanência do trabalho doméstico não remunerado como uma atribuição das mulheres vem sendo reconhecida, nos estudos sobre mercado de trabalho, como um dos problemas da desigualdade vivenciada pelas mulheres. Segundo a mais recente síntese de indicadores sociais do IBGE (2007):

Apesar de todas as mudanças pelas quais as mulheres estão passando em vários espaços da sociedade e no âmbito da família, um aspecto que ainda demonstra elevado grau de desigualdade entre homens e mulheres, no interior dos lares brasileiros, é a divisão dos afazeres domésticos. Somente metade dos homens realizam afazeres domésticos (51,4%), enquanto 9 em cada 10 mulheres tinha essa atribuição. Para as mulheres, a saída para o mercado do trabalho não significa deixar de fazer tais atividades, pelo contrário, a participação delas é ainda maior (92%). A elevada distância que existe entre homens e mulheres com relação a este aspecto não permite afirmar que há uma divisão de tarefas domésticas nos lares brasileiros (IBGE, 2007, p. 206).

Segundo essa pesquisa, o tempo de trabalho das mulheres nos afazeres domésticos é superior ao dobro do tempo empregado pelos homens nessas mesmas atividades. Enquanto a jornada média semanal das mulheres é de 24,8 horas, a dos homens corresponde a cerca de 10 horas semanais. Em Pernambuco, 89,2% das mulheres realizam afazeres domésticos, contra apenas 44,6% dos homens. As mulheres gastam 28 horas semanais com afazeres domésticos enquanto os homens, apenas 11 horas.

Em análise sobre a divisão sexual do trabalho, Mackintosh (1984) afirma o seguinte:

Onde as mulheres têm a incumbência de todo o trabalho doméstico, este trabalho pode ser desvalorizado, e nitidamente restringe a habilidade das mulheres para participar em atividades remuneradas. Em muitas áreas do mundo, a divisão sexual do trabalho no lar força as mulheres a trabalhar por jornadas mais longas do que as dos homens, para alcançar no fim do dia um padrão de vida mais baixo (MACKINTOSH, 1984, p. 5).

A dupla jornada, ou a jornada extensiva composta de trabalho remunerado e trabalho não remunerado, está patente no dado de que 92% das mulheres ocupadas realizam trabalho doméstico, contra apenas 52,3% dos homens (IBGE, 2007). A jornada de trabalho doméstico é de 21 horas semanas entre as mulheres ocupadas, enquanto entre os homens é de apenas 9,1 horas (IBGE, 2007).

Além dos dados produzidos pelo IBGE, que incorporou a partir de 2001 à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD uma questão sobre a participação de homens e mulheres no trabalho não remunerado, outra importante e pioneira pesquisa sobre esta questão foi levada a termo pela Fundação Perseu Abramo - FPA (2001). Segundo essa

pesquisa, 96% das mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Entre as mulheres casadas ou unidas, o percentual daquelas que realizam o trabalho doméstico equivale a 91%, 18% têm parceiros como auxiliares e para apenas 2% os parceiros são os principais responsáveis.

Os dados sobre jornada semanal com o trabalho doméstico são consideravelmente superiores aos indicados pela PNAD/IBGE¹⁰⁶. A pesquisa apontou que as mulheres (solteiras ou casadas) dedicam 39 horas ao trabalho doméstico por semana, assim distribuídas: 23 horas e 52 minutos no cuidado com a casa, 14 horas no cuidado com os filhos e 1 hora e 47 minutos no cuidado com doentes e idosos (FPA, 2001).

A jornada é maior entre as mulheres em relação marital (57% da amostra), chegando a cerca de 48 horas o tempo semanal dedicado ao trabalho doméstico, enquanto seus parceiros dedicam apenas 5 horas e meia. A pesquisa aponta, ainda, a jornada de trabalho semanal a cada tipo de atividade doméstica: as mulheres dedicam cerca de 28 horas semanais em cuidados com a casa, cerca de 18 horas cuidando dos(as) filhos(as) e aproximadamente 2 horas no cuidado com idosos(as) e doentes; já os homens gastam, nas mesmas atividades, 2 horas para as primeiras, 3 horas na segunda e 20 minutos, apenas, na terceira. A maior participação masculina ocorre no cuidado com os(as) filhos(as). Em relação a esta última questão, segundo a análise de SORJ (2004), os dados dessa pesquisa

permitem constatar até que ponto a participação dos homens no trabalho doméstico se limita a uma ajuda pontual dada às mulheres, que permanecem, assim, as principais responsáveis pela gestão da organização doméstica. É nos cuidados com os filhos que os homens gastam a maior parte do tempo que dedicam ao trabalho doméstico. Este resultado confirma pesquisa qualitativa (ABREU e SORJ, 1993) que encontrou um tipo de participação masculina na vida doméstica, na qual a presença dos maridos é mais marcante em atividades que envolvem interação, como cuidar das crianças e ajudar nos trabalhos da escola, o que representa uma mediação entre a família e o mundo público, como fazer compras para a casa ou levar as crianças ao médico. Seu envolvimento tende a diminuir, no entanto, na medida em que as atividades implicam trabalho manual, rotineiro e solitário. A participação masculina no domínio privado é, portanto, não só limitada, mas seletiva e corresponde às tarefas socialmente mais valorizadas (SORJ, 2004, p. 113).

¹⁰⁶ O estudo realizado por MELO & CASTILLO (2007) a partir dos microdados da PNAD/IBGE (2005) permite uma aproximação entre estes dados. Segundo este estudo, cerca de 30% das mulheres que estão fora da PEA e que declaram exercer algum tipo de afazer doméstico (donas de casa) gastam mais de 40 horas semanais no trabalho doméstico não remunerado (MELO & CASTILLO, 2007, p. 20).

O que a análise das autoras corrobora é que na realidade das práticas familiares a divisão sexual do trabalho doméstico é francamente desigual. Além disso, há evidências de que essa divisão do trabalho se faz com base em uma hierarquia entre tarefas através de uma qualificação que distingue aquelas “essencialmente femininas” e de exclusiva responsabilidade das mulheres de outras tarefas que podem ser compartilhadas com os homens.

Os dados sobre a realização de afazeres domésticos na infância reafirmam a permanência da divisão sexual do trabalho como uma atribuição feminina ao longo do tempo e entre gerações. Desde a infância, as mulheres são exploradas no trabalho doméstico não remunerado em suas famílias. De acordo com estudo do IBGE (2001), uma entre cada três meninas brasileiras de 5 a 9 anos e 76% das meninas entre 10 e 13 anos realizam afazeres domésticos, no Brasil (IBGE, 2001). No Nordeste, esse percentual se eleva para 34,4%. Entre os meninos, o percentual é de 18,8% nacionalmente e 19,6% no Nordeste do País. Os dados nacionais apontam, em síntese, que mais da metade das meninas de 5 a 13 anos (51,7%) realiza afazeres domésticos. No Norte, esse percentual se eleva para 54,8% e, no Nordeste, para 55,7%, maior proporção do país¹⁰⁷. O que esses dados revelam é que, sobretudo nas regiões mais desiguais e onde há maior concentração de renda e pobreza, as atribuições do trabalho doméstico começam, para grande parte das mulheres, ainda na infância.

Além de não ser dividida com os homens a sobrecarga com o trabalho doméstico, sua presença já na infância e a dupla jornada devem-se também à insuficiência de políticas públicas voltadas para a reprodução social, como é o caso das políticas de creches. No Brasil, em apenas 39% dos domicílios com crianças de até 6 anos estas tinham creches e pré-escola (PNAD/IBGE, 2005 apud SORJ, 2006).

Nesse contexto, de reprodução da divisão sexual do trabalho que mantém sobre as mulheres a responsabilidade na realização do trabalho doméstico não remunerado e como uma responsabilidade familiar não assumida pelo Estado, é possível situar o emprego doméstico e sua permanência como um dos principais setores de ocupação das mulheres no Brasil, ao longo do tempo. Dados apresentados por SAFFIOTI (1981) mostram a permanência do emprego doméstico entre os séculos XIX e XX como uma ocupação significativa entre as mulheres.

¹⁰⁷ Entre os meninos, o percentual nacional e do Nordeste, nessa mesma faixa, é de cerca de 30% (IBGE, 2001).

No que tange ao serviço doméstico em lar alheio, por exemplo, foi mínima a alteração verificada na PEA feminina em termos relativos no século que medeia entre o primeiro e o último recenseamentos. Pois em 1970, cerca de 30% da força de trabalho feminina eram constituídos de empregadas domésticas, enquanto o dado para 1872 era de 33% (SAFFIOTI, 1981, p.10).

Com os dados do início do século XXI, já citados, vislumbra-se uma permanência significativa do emprego doméstico, até os dias de hoje, como ocupação feminina.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO NA PEA FEMININA – SÉCULOS XIX, XX E XXI

Ano	Percentual do Emprego Doméstico na PEA Feminina
1872	33%*
1970	30%*
2007	18% **
	20%***

Fontes: * SAFFIOTI, 1981. ** DIEESE, 2006. *** DIEESE, 2006, para Regiões Metropolitanas.

Na América Latina, em 1998, em 5 países analisados, o serviço doméstico respondia por 15% ou mais da ocupação feminina: Brasil (21,4%), Uruguai (17,2%), Argentina, Panamá e Costa Rica (entre 15 e 16 %), Chile, México, Peru e Venezuela variavam entre 12 e 13% (AGUIRRE, SAINZ e CARRASCO, 2005, p. 44).

Além de se manter como uma ocupação de mulheres, no Brasil, o emprego doméstico tem uma relação inextricável com o regime escravagista que se manteve até o final do século XIX (GRAHAM, 1992; MATOS, 1994; GIRARD, 1996) e, por decorrência, ainda neste contexto, com a questão racial no Brasil, pois é também o setor do mercado de trabalho onde estão mais presentes as mulheres negras. No Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada, contra 12,5% das mulheres brancas inseridas nesta profissão, das quais apenas 26% têm vínculo formalizado de trabalho (registro em Carteira de Trabalho)¹⁰⁸. Segundo o IBGE (2006), cerca de 57% das/os trabalhadoras domésticas/os brasileiras/os são negras/os e apenas 5% deste contingente contribui para a Previdência Social.

¹⁰⁸ UNIFEM, op. cit.

Em Recife, 22,3% das mulheres negras ocupadas são empregadas domésticas, enquanto entre mulheres não negras o emprego doméstico corresponde a 11,6% da ocupação. Esta característica se mantém em todas as regiões metropolitanas pesquisadas pelo DIEESE. (DIEESE, 2006). Em Salvador, a ocupação no emprego doméstico entre mulheres negras (19,8%) é três vezes superior à das mulheres não negras (6,2%). Na Região Metropolitana de Porto Alegre, o emprego doméstico corresponde a aproximadamente um terço da ocupação entre mulheres negras (32,1%) contra 13,3% da ocupação de mulheres não negras (DIEESE, 2006). Segundo a OIT (2004), 78,5% das empregadas domésticas mensalistas, em Recife, são negras. Destas, 48% não possuem carteira assinada.

O emprego doméstico permanece como uma das principais possibilidades de inserção de mulheres negras e mais pauperizadas, com menor escolaridade, no mercado de trabalho. Ao fazer um breve comparativo histórico, ao longo das duas últimas décadas, vê-se que além de se manter como uma ocupação feminina, a caracterização da categoria das empregadas domésticas vem também mantendo um certo perfil, se considerarmos questões como escolaridade, jornada de trabalho etc. Considero relevante apresentar esses dados para analisar a persistência de desigualdades nesta categoria.

Pesquisa realizada pelo IPESPE¹⁰⁹ (1992), em oito cidades brasileiras¹¹⁰, traçou um perfil das empregadas domésticas brasileiras. Aqui, comparo os dados dos anos 1990 aos mais recentes dados traçados pelo DIEESE (PED, 2006) e de outras pesquisas realizadas no país, em anos recentes.

Segundo a pesquisa do IPESPE (1992), era baixo o nível de escolaridade das empregadas domésticas, sobretudo das mensalistas residentes: 5% delas nunca sequer foram à escola, mais da metade (52%) apenas “assina o nome”, 26% estudaram até antes da quinta série e 11% estudaram até entre a quinta e oitava séries. Estudo do DIEESE e OIT, do ano de 2006, também apresenta o dado de que, em geral, o grau de instrução das empregadas domésticas é baixo. Cerca de 60% das empregadas domésticas brasileiras, segundo o DIEESE (2006), não completaram o ensino fundamental.

Em 1992, segundo o IPESPE, era de mais de um quinto (17%) o percentual das que começaram a trabalhar com menos de 10 anos, subindo para 41% o total das que se iniciaram

¹⁰⁹ Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas.

¹¹⁰ Porto Alegre, Recife, Campinas, Salvador, Rio de Janeiro, Londrina, Volta Redonda e São Paulo.

na profissão entre 10 e 14 anos de idade. Um quarto delas (25%) quando começou a trabalhar tinha entre 15 e 18 anos, 10% tinham entre 19 e 25 e 4% tinham mais de 25 anos.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Previdência Social, em 2005, apontou que 49,5% das trabalhadoras domésticas entraram no mercado na faixa etária de 10 a 15 anos¹¹¹. Este estudo apontou ainda que 73% das trabalhadoras domésticas sindicalizadas iniciaram no mercado com menos de 16 anos (MPS, 2005 apud GUIMARÃES, 2006) A grande maioria das empregadas domésticas encontrava-se, em 2006, na faixa etária de 25 a 39 anos em todas as regiões metropolitanas, segundo o DIEESE.

A longa extensão da jornada de trabalho também se mantém como um dado importante. Pesquisa do IPESPE (1992) apontou, no contexto dos anos 1990, no Brasil, que a jornada de trabalho de empregadas domésticas se estendia por sete dias para 10% das empregadas e por seis dias para 43%, sendo as empregadas mensalistas, sobretudo as que residem no próprio emprego, as que trabalham o maior número de dias por semana. Também se inclui nessa categoria a maior parcela de trabalhadoras que excede as oito horas de trabalho diário: 6% delas começam a trabalhar às 5 horas, 25% às 6 horas, 42% às 7 horas, 19% começam às 8 horas e 5% às 9 horas. A jornada de trabalho termina às 16 horas para 3%, às 17 horas para 4%, às 18 horas para 13%, às 19 horas para 13%, às 20 horas para 18%, às 21 para 16%, às 22 horas para 10% e às 23 horas para 6%.

Esse dado é corroborado pelas pesquisas recentes do DIEESE, as quais apontam, além da permanência de longas jornadas, não haver uma relação entre formalização e redução da jornada, sendo justamente o inverso o que ocorre. As jornadas de trabalho são mais longas entre as empregadas com carteira assinada. Segundo o DIEESE (2006, p. 29):

A formalização do contrato de trabalho parece estar associada a jornadas mais extensas. Jornadas longas acontecem mais entre as que dormem no emprego, o que expõe a dificuldade de fiscalização do trabalho doméstico. Em todas as regiões analisadas, a jornada média semanal das mensalistas com carteira de trabalho assinada superou a das sem carteira. A maior distância aconteceu em São Paulo: as com carteira trabalharam, em média, sete horas a mais que as sem carteira (DIEESE, 2006, p. 29).

Estudo do DIEESE (2006), realizado em seis Regiões Metropolitanas Brasileiras, aponta que as jornadas de trabalho das empregadas domésticas são, em média, de 47 horas em

¹¹¹ Pesquisa Inclusão e Exclusão Social no Sistema Previdenciário Brasileiro: reflexões sobre as questões de gênero e consequências no Emprego Doméstico, MPS, 2005

Recife, 43 horas em Salvador e 41 horas no Distrito Federal. Entre as mensalistas sem carteira, as jornadas semanais são de 52 horas, 45 horas e 44 horas, nas respectivas capitais. É entre as mensalistas com carteira assinada que se verificam as mais extensas jornadas: em Recife, a jornada semanal chega a 57 horas e é a maior do país; em Salvador, é de 51 horas, e no Distrito Federal, de 47 horas.

MÉDIA DE JORNADA SEMANAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS POR REGIÃO METROPOLITANA, 2006

Região Metropolitana	Média de Jornada - Horas por Semana (Trabalhadoras Sem Carteira)	Média de Jornada - Horas por Semana (Trabalhadoras com Carteira)
Recife	52	57
Salvador	45	51
Distrito Federal	44	47

Fonte: DIEESE, 2006.

Esse dado é importante para assinalar uma contradição fundamental no que toca aos direitos conquistados e a conquistar: de um lado, a importância da regulamentação da jornada e da fiscalização sobre as condições de trabalho da categoria; por outro, explica a dificuldade de sua conquista, visto que parece haver uma naturalização da exploração do trabalho pela extensão da jornada que convive, inclusive, com o reconhecimento de outros direitos, como a carteira assinada. Esse é um importante dado do contexto e mostra a contraditória relação entre direitos formais e a falta de acesso real à cidadania nas práticas de trabalho no cotidiano.

De acordo com o IPESPE (1992), o descanso semanal no Brasil era outro direito que, segundo as entrevistadas, não era respeitado pelos patrões. Apenas 27% tinham folga uma vez por semana; 48% tinham folga nos dias feriados, 4% tinham de 15 em 15 dias, 1% tinham uma vez por mês e 20% afirmavam não ter folga ou não saber discriminar a periodicidade da folga. Cerca de 35% afirmavam não tirar férias. Dentre as que usufruíam desse direito, 44% têm férias todos os anos e 11% afirmaram que as férias “não têm data certa”. A duração das férias é de 30 dias para 38% das empregadas, de 15 dias para 4% delas e variável para 4% e apenas 24% podem escolher a época em que querem tirar férias. Efetivamente, somente 22% das trabalhadoras doméstica têm férias todos os anos, uma vez que 20% delas “as vezes”

vendem as férias e 9% “sempre” o fazem. A mesma pesquisa aponta que a relação de tarefas que as trabalhadoras domésticas realizam no seu cotidiano de trabalho é bastante extensa. A natureza dos afazeres não respeita as restrições sugeridas pelas categorias específicas como babá, cozinheira, arrumadeira, lavadeira etc. A grande maioria faz “todos os serviços”. Para 42% delas, a primeira tarefa do dia é colocar a mesa para o café da manhã.

O mesmo estudo infere que, provavelmente devido à crescente participação da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à sua menor disponibilidade de tempo para tarefas domésticas, as empregadas domésticas adquirem, gradativamente, maior autonomia quanto ao seu trabalho, sobretudo as mensalistas. Alguns fatores como decisão sobre compras e “orientação para a realização das tarefas”, “atribuições eminentemente da patroa”, indicam essa maior autonomia. Cerca de 67% das trabalhadoras não recebem qualquer orientação dos patrões sobre as tarefas domésticas.

Mas as empregadas domésticas trabalham na casa de outras mulheres que não trabalham fora de casa, isto é, que não têm um trabalho remunerado. Como foi dito no Capítulo anterior, no Brasil, isso é uma questão de classe, a qual, com as mulheres cada vez mais no mercado de trabalho, vai adquirindo também um sentido de suporte para os arranjos entre trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado. Como apontado por HIRATA E KERGOAT (2007), no caso da França, país com tradição de um Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo está trazendo para o centro das sociedades modernas o emprego doméstico, em vez da política social coletivista. As mulheres que ocupam hoje um lugar de carreira profissional dentro do mercado de trabalho vão buscar no emprego doméstico sua sustentação para a divisão entre casa e trabalho assalariado (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Uma dimensão central na situação do emprego doméstico no Brasil diz respeito à desproteção social, ao déficit de direitos e ao não-cumprimento dos direitos trabalhistas estabelecidos por lei, que ainda marca a ocupação no Brasil. Segundo o IBGE (2004), apenas 26% das trabalhadoras domésticas têm carteira assinada. A carteira assinada, porém, não indica a inclusão no sistema de proteção social, notadamente na Previdência Social, cujo acesso depende da contribuição de empregador(a) e empregada. No Brasil, cerca de 94% das pessoas empregadas nos serviços domésticos não são contribuintes da Previdência Social (IBGE, 2006).

Em Recife, 48,2% das empregadas domésticas com contratação mensal não possuem carteira assinada. Cerca de 23% são diaristas e, destas, apenas 30,4% possuem carteira assinada (DIEESE, 2006).

A falta de acesso aos direitos previdenciários significa não apenas um futuro sem condições de reprodução social asseguradas, como também a desproteção no presente, por exemplo, quando do adoecimento ou da ocorrência de acidentes de trabalho. Essa situação se agrava se se considera o dado de que a incidência anual de acidentes de trabalho não fatais entre mulheres ocupadas nos serviços domésticos é de 7,3% em relação a demais trabalhadoras (4,5%) e de que a ocupação em serviços domésticos é a que apresenta maior risco deste acidentes (SANTANA, 2003). Vale ressaltar que a categoria não tem direito ao seguro por acidente de trabalho.

Segundo o DIEESE, existem na Região Metropolitana do Recife 729 mil mulheres trabalhadoras, o que corresponde a 45% da PEA (DIEESE/PED, 2008). As mulheres são a maior parte da população desempregada da RMR (52,9%), e esta proporção aumenta a cada ano (DIEESE, 2008). Na RMR, segundo o DIEESE, cresceu também a proporção de mulheres e homens em situação de trabalho vulnerável, sendo esse crescimento maior entre mulheres (1,7%). Também segundo a mesma fonte, em 2007, praticamente a metade das mulheres ocupadas na RMR (47,3% ou 265 mil mulheres) possuía vínculos frágeis ou inexistentes de trabalho, o que significa nenhum acesso a direitos trabalhistas e proteção social¹¹². Na RMR, tem crescido também a participação das mulheres no trabalho autônomo, o que, em 2007, representou um aumento de cerca de 11 mil postos de trabalho.

O rendimento médio anual das mulheres na RMR é de R\$ 555,00, enquanto o dos homens corresponde a R\$ 755,00, dado que corrobora a persistência de discriminações de gênero no mundo do trabalho e se relaciona, inequivocamente, à maior participação das mulheres nas ocupações vulneráveis, informais, de baixos rendimentos (DIEESE, 2008), dentre as quais situa-se o emprego doméstico. Na RMR, o rendimento médio por hora das mulheres ocupadas equivale a 84% do rendimento masculino médio. Cerca de 54% das mulheres recebem até um salário mínimo. Entre os homens, essa proporção é de 35%. As mulheres são a maioria nos postos de piores rendimentos.

¹¹² DIEESE. A mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Recife: DIEESE, março/2008.

Em Recife, o emprego doméstico é uma ocupação majoritária entre as mulheres negras, se comparadas com as não-negras: cerca de 22% das mulheres negras ocupadas são empregadas domésticas, enquanto entre mulheres não negras o emprego doméstico corresponde a 11,6% da ocupação.

No que se refere à faixa etária, na RMR, 46,3% das empregadas domésticas têm entre 25 a 39 anos, seguida de 23,6% na faixa de 40 a 49 anos. A participação de crianças e adolescentes (de 10 a 17 anos) no emprego doméstico é considerável e corresponde a 2,7% das mulheres ocupadas no emprego doméstico, o que reafirma a permanência do trabalho infantil doméstico ainda nos dias atuais (DIEESE, 2006).

Os baixos rendimentos permanecem como uma das características desta ocupação na RMR. Nos anos 1990, cerca de 68% das empregadas que trabalham no Recife recebem menos de um salário mínimo: 20,3% declararam receber menos de meio salário mínimo (IPESPE, 1991).

Atualmente, segundo o DIEESE (2005), Salvador e Recife concentram as piores médias salariais. Em Recife, a média de rendimento é de R\$ 228,00 e em Salvador, R\$ 222,00, enquanto em São Paulo, Porto Alegre e no Distrito Federal, essa média é de R\$ 383,00, R\$ 352,00 e R\$ 321,00, respectivamente (DIEESE, 2005). Os rendimentos também variam conforme a formalização. Em Recife, a diferença de rendimentos entre empregadas com carteira e sem carteira chega a mais de 30%.

A baixa escolaridade é um elemento central na análise do emprego doméstico, pois não só aparece como um dos fatores que leva à inserção nessa atividade, na percepção dos próprios sujeitos, como também se mantém como um impeditivo, ao longo de suas trajetórias, para a continuidade dos estudos e, em decorrência, à construção de alternativas profissionais.

Pesquisa da FUNDAJ¹¹³ (1971) apresentava que 35% das empregadas domésticas do Recife eram analfabetas e a maior parte (57%) era constituída de pessoas apenas sabendo ler e escrever, sem terem sido escolarizadas, ou tendo apenas o curso primário incompleto, o que comprova o baixo nível de instrução das domésticas recifenses. Poucas dispõem do curso primário completo (4%) e menos ainda de curso ginásial incompleto (1%).

¹¹³ Fundação Joaquim Nabuco.

Nos anos 1990, duas décadas depois, a baixa escolaridade se mantém como uma marca dessa ocupação: 27% analfabeta, 44,3% primário incompleto, 23,0% primário completo, 4,7% ginásial completo, 1,0% colegial completo e 0% superior completo (IPESPE, 1991). Essa marca mantém-se nos dias atuais na RMR. O DIEESE aponta, em 2006, que na RMR, o percentual de trabalhadoras não alfabetizadas é o maior do Brasil e corresponde a 14,2% das trabalhadoras domésticas e cerca de 61% não concluíram o ensino fundamental.

Os baixos rendimentos se refletem nos dados sobre contribuição para a Previdência Social, de modo que a desproteção social se mantém ao longo das décadas como uma situação permanente de precariedade do trabalho. Nos anos 1970, cerca de 14% das empregadas domésticas possuíam carteira profissional do MTIC¹¹⁴ e apenas 2% eram associadas ao INPS¹¹⁵ (FUNDAJ, 1971). Em 1991 (IPESPE), cerca de 25% das empregadas domésticas declararam ter carteira profissional assinada. Segundo o DIEESE (2006), na RMR, apenas 32,9% das empregadas domésticas contribuem para a Previdência Social, o que representa o menor percentual entre todas as regiões metropolitanas do país. Em Porto Alegre, aproximadamente a metade das empregadas domésticas contribui para a Previdência Social. É também nessa região metropolitana que se verifica o maior percentual de formalização do contrato de trabalho (44,8%) (DIEESE, 2006).

A longa extensão da jornada de trabalho é um dado inequívoco da situação de trabalho ao longo das décadas. Segundo o estudo do IPESPE (1991), cerca de três quintos (60%) das empregadas domésticas do Recife trabalham por dia mais horas do que a legislação estabelece, chegando praticamente uma em cada cinco (19,7%) a declarar que mais de doze horas por dia. Apenas pouco mais de dois quintos (41,3%) das entrevistadas afirmaram que trabalhavam, de fato, da segunda à sexta-feira, até oito horas por dia. Segundo o relatório da Pesquisa, “o prolongamento da jornada de trabalho sem o pagamento de horas extras é facilitado pelo fato do elevado percentual das empregadas domésticas dormirem no emprego (61,3%), permanecendo no local de trabalho mesmo após o término do expediente declarado” (IPESPE; 1991, s/p).

No Capítulo 5, em que trato dos ritmos e tempos de trabalho revelados pela pesquisa com as empregadas domésticas, é perceptível a franca relação entre a moradia no local do

¹¹⁴ Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

¹¹⁵ Instituto Nacional de Previdência Social.

emprego e a extensão das jornadas de trabalho, corroborando as análises de Souza (1991) de que “a dormida no local de trabalho permitiria a elasticidade de horário e de tarefas e acúmulo de responsabilidades, quando a empregada está, mesmo à noite, inteiramente disponível” (SOUZA, 1991, p. 85).

Ainda segundo o IPESPE (1991), 50,3% das empregadas desfrutam do repouso semanal remunerado, folgando toda tarde do sábado e todo o domingo (25,7%) ou todo o domingo (24,7%). Entretanto, 22,3% folgam geralmente dois domingos no mês ou quinzenalmente, 15,3% folgam uma vez no mês e 10,0% nunca folgam. Por outro lado, pouco mais de um quarto das entrevistadas (27,7%) declararam que quando tiram férias não recebem o abono correspondente. Predomina a existência de apenas uma empregada por domicílio, o que ocorre em 68,0% das residências. Apenas em 25,3% dos domicílios de empregadores/as há duas empregadas e em 6,7% há mais de duas. Trata-se, portanto, de uma longa jornada assumida por uma só empregada doméstica, em geral.

Segundo o DIEESE (2006), a Região Metropolitana do Recife tem a mais longa jornada de trabalho das regiões metropolitanas estudadas na PED, com 47 horas de trabalho semanal, seguida de Salvador, com 43 horas. Também em Recife é maior o percentual de trabalhadoras domésticas que trabalham para além da jornada legal de 44 horas (61,4%).

Tais aspectos sobre o tempo e a jornada de trabalho são objeto do debate e da organização política da categoria, processo do qual a maioria das entrevistadas neste estudo é parte, e é outro elemento relevante na caracterização da trajetória e do contexto dos sujeitos da pesquisa. Trato disso no item seguinte deste Capítulo e em Capítulos posteriores.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E O SINDICATO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Até 1972, as pessoas que trabalhavam como empregadas domésticas no Brasil não tinham qualquer direito trabalhista. Segundo o Sindicato dos Empregados Domésticos na Área Metropolitana da Cidade do Recife¹¹⁶ (1989):

Foi há mais ou menos trinta anos que começamos a descobrir a importância do nosso trabalho. Desde então, estamos nos organizando. Em 1972 tivemos uma primeira vitória. Depois de muitas discussões, estudos, abaixo-assinados, saiu a Lei 5.859, que garantiu três direitos importantes:

O direito a ter carteira assinada

IV. Férias de vinte dias por ano

V. Pagamento do IAPAS, o que garantiu aposentadoria e assistência médica (SINDICATO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS NA ÁREA METROPOLITANA DA CIDADE DO RECIFE, 1989, p. 8).

De acordo com as informações da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD, 2006), em 2006 comemoraram-se 70 anos de organização dessa categoria, cujo marco inicial é a fundação da primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas, por Laudelina de Campos Melo, em Santos, São Paulo, no ano de 1936.

O primeiro Congresso de Trabalhadoras Domésticas acontece em 1960 no Rio de Janeiro, organizado pela Juventude Operária Católica (JOC). Em 1963, realiza-se em Recife o primeiro Congresso Regional, também organizado pela JOC. O Primeiro Congresso Nacional acontece em São Paulo, em 1968, desta feita organizado pela própria categoria. O Congresso de Fundação da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas realiza-se em São Paulo no ano de 1997 e, em 1998, passa a ser filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), através da sua filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS). Essa Federação também está associada à Confederação Latino-americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO). Antes da

¹¹⁶ A denominação da categoria no masculino pode ser considerada como uma herança da lógica patriarcal produtivista, que associa Sindicato à organização de homens trabalhadores. No contexto atual, há um processo em curso de mudança no nome para Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado de Pernambuco. Dessa forma, a relação entre o peso das mulheres na composição da categoria se afirma, como também sua condição de trabalhadora, e ainda marca uma ampliação da abrangência de sua atuação. Vale ressaltar que o Sindicato conta com 1.300 associadas/os, das/os quais apenas 2 são homens, conforme informações fornecidas pelo Sindicato.

Federação havia o Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas, fundado em 1990. Existem 35 sindicatos da categoria no Brasil, em capitais e cidades do interior. No Nordeste o sindicato está presente em quatro capitais, Salvador, Aracaju, Recife (RMR) e São Luís, existindo ainda associações e grupos de trabalhadoras domésticas em várias outras cidades da região, segundo dados fornecidos pelo Sindicato da categoria em Recife.

Um avanço importante na cidadania dessa categoria se deu na Constituição de 1988, quando novos direitos foram conquistados a partir da organização dessas trabalhadoras:

Em 1987 começa a ser elaborada a nova Constituição, pelos senadores e deputados federais. Começamos então uma luta intensa para garantir uma legislação que reconhecesse nossa profissão e que nos igualasse aos outros trabalhadores. Fomos, neste período, uma das categorias profissionais mais presentes em Brasília. Fizemos três caravanas e mais de 500 domésticas de todo o país se mobilizaram até o Congresso Nacional... Entregamos nas mãos do presidente daquela Assembléia, o deputado Ulysses Guimarães, um documento com nossas reivindicações. Elaboramos também uma “emenda popular” e conseguimos para ela dez mil assinaturas de apoio. Trabalhamos também em favor de outras emendas, como a da reforma agrária e a dos direitos das mulheres (SINDICATO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS NA ÁREA METROPOLITANA DA CIDADE DO RECIFE, 1989, p. 8).

A partir da Constituição de 1988, além dos direitos adquiridos em 1972, as empregadas domésticas adquiriram os seguintes direitos trabalhistas: salário mínimo como piso salarial, décimo terceiro salário, folga semanal remunerada uma vez por semana (a lei recomenda o domingo, mas permite acordo), férias anuais de trinta dias, licença-gestante, aviso prévio proporcional e aposentadoria¹¹⁷.

As empregadas domésticas, apesar dos direitos adquiridos, constituem, no Brasil, até hoje, uma categoria profissional sem regulamentação da jornada de trabalho e, portanto, um campo de trabalho sujeito a jornadas irregulares e mais prolongadas do que a média de jornadas de outras categorias e com alta incidência de trabalho informal, como foi constatado nos dados já analisados.

Em 2006, segundo a FENATRAD (2006), novos direitos foram adquiridos através da Lei Federal 11.324, de 19/7/2006, que regulou as seguintes questões: proibição ao empregador(a) de efetuar descontos no salário da empregada por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia; direito a férias anuais remuneradas de trinta dias

¹¹⁷ Cf. Sindicato dos Empregados Domésticos na Área Metropolitana da Cidade do Recife, 1989: 10-11.

com 1/3 a mais que o salário normal e possibilidade de requerer a conversão de 1/3 do valor das férias em abono pecuniário, desde que requerido dentro dos prazos estabelecidos; estabilidade da empregada gestante até cinco meses após o parto; direito aos feriados civis e religiosos e até o exercício de 2012, ano calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração da empregada poderá ser deduzida do Imposto de Renda, limitada a uma trabalhadora doméstica por declaração (FENATRAD, 2006).

Ainda de acordo com a FENATRAD, é importante fortalecer a luta para ampliação de direitos, tais como: horas extras, FGTS obrigatório, Seguro-desemprego obrigatório, salário-família, acidente de trabalho, adicional noturno; auxílio-creche; acordos e convenções coletivas; indenização de 40% sobre os depósitos do FGTS, acrescidos de juros e correção monetária (2007). O direito a horas extras tem, evidentemente, como prerrogativa a regulamentação da jornada de trabalho.

A luta nacional está apoiada nos sindicatos, associações e grupos existentes nas diversas capitais do país. Atualmente, a presidenta da FENATRAD é do Sindicato de Salvador. O Sindicato da Região Metropolitana do Recife tem uma forte atuação junto à Federação e nos processos de mobilização nacional. Uma das lideranças desse sindicato foi a primeira presidenta do Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas, com um mandato de quatro anos, período no qual a secretaria executiva do Conselho esteve sediada na Associação em Recife.

Na origem da história do sindicato na Região Metropolitana do Recife, fundado em 1988, está a construção e a fundação da Associação das Empregadas Domésticas do Recife, em 1979. A fundação da Associação, segundo as diretoras do Sindicato, está inserida no contexto de luta contra a ditadura e na construção e luta de outros sindicatos em Recife, como dos Bancários, Metalúrgicos etc. Uma das lideranças no processo de fundação da Associação foi presa política e fazia parte da JOC (Juventude Operária Católica), através da qual, conforme seu relato de história de vida, tomou consciência como trabalhadora e da situação política e social do país. Essa origem, ligada à luta política da esquerda e pela democracia, é um patrimônio político de grande importância para todas que formam o sindicato e conhecem a sua história. É percebida como um legado a fazer parte da formação política de todas as sócias do sindicato e a ser conhecido publicamente.

Os documentos analisados e as informações obtidas na pesquisa de campo mostram que as empregadas domésticas, como sujeito coletivo, organizadas primeiro em associação e depois em sindicato, fazem parte da história de luta na resistência ao regime militar (1964-1985) e por democracia no Brasil. Conforme Bruno, “foram, sobretudo, os movimentos sociais e populares – esses atores ‘sociais visíveis’ e ‘invisíveis’ que permeiam a tessitura da sociedade – os principais protagonistas da luta pela democratização” (BRUNO, 2007, p. 12).

As lideranças do Sindicato com maior capacidade de formulação política e conhecimento da história demonstram uma visão crítica sobre a conjuntura atual, por apresentar uma crise de mobilização dos movimentos sociais e também pela falta de solidariedade de outros sindicatos e suas centrais com a luta das empregadas domésticas, entendendo ser isso contraditório com uma história de solidariedade forjada em tempos “sombrios” da repressão política, período no qual a Associação, que tinha uma sede própria cedida pela diocese do Recife, abrigou reuniões de sindicatos que apenas se formavam, como o Sindicato dos Bancários. Sobre a crise de mobilização política dos movimentos sociais no atual contexto, Bruno (2005) afirma que há dificuldades no cenário político para as mobilizações nacionais, mas também considera que

a multiplicação de movimentos sociais populares e a diversificação de espaços novos de representação e de organização, como os conselhos municipais, marcam um novo tempo, nem sempre visível de construção da cidadania. A sociedade, apesar da conjuntura desfavorável, continua se mobilizando e tecendo no cotidiano os seus espaços democráticos (BRUNO, 2005, p.28).

A Igreja Católica, através da sua ala chamada de “progressista”, foi um sujeito de fundamental importância na organização das empregadas domésticas do Recife, tanto do ponto de vista da formação política das primeiras militantes, como do apoio material e pessoal a essas militantes em situação de pobreza. A sede do sindicato é, até hoje, de propriedade da Diocese do Recife. Segundo a fala de uma das fundadoras da Associação, Dom Helder Câmara foi quem primeiro reconheceu as empregadas domésticas como trabalhadoras e a necessidade de sua organização¹¹⁸.

¹¹⁸A importância da Igreja Católica na história da organização das empregadas domésticas e da participação política em geral no Brasil é analisada em profundidade por GIRARD (1993), em sua tese de doutorado sobre o tema do emprego doméstico.

Um outro aspecto do processo no início da organização nos anos 1970, muito enfatizado, foi a dificuldade de se congregarem vinte empregadas domésticas com carteira assinada, critério exigido por lei para formação da Associação. Foi necessário que pessoas solidárias à causa das empregadas domésticas fossem acionadas para assinar carteiras de suas empregadas e, assim, alcançar-se o número necessário.

A fundação da Associação ocorreu em 1979, e a lei que assegurou às trabalhadoras domésticas remuneradas o direito à carteira assinada é de 1972. Porém, como se verifica até hoje, segundo os dados apresentados anteriormente, a assinatura da carteira não é uma realidade compartilhada pela grande maioria das empregadas domésticas no país.

O movimento de mulheres e o movimento feminista, em particular, aparece nas falas das sócias do Sindicato como uma grande referência de parceria, atualmente. As entrevistadas referem-se ao movimento de mulheres tanto no sentido de fazer parte dele como também de ser parceiras, mostrando tanto uma dimensão particular da sua luta, como empregadas domésticas, como uma compreensão de que o problema das empregadas domésticas faz parte da questão mais ampla que conforma a luta do movimento de mulheres. Com base em pesquisas realizadas em diversos países da América Latina, sobre organizações de trabalhadoras domésticas remuneradas, CASTRO (1989) aponta as articulações nesse sentido

O sindicato de Bogotá e as associações de empregadas domésticas de Lima Metropolitana, de Santiago do Chile e de várias cidades do Brasil e de outros países articulam a luta por melhores salários e pela previdência social e outras reivindicações trabalhistas com movimentos pela cidadania e democracia, em campanhas em torno da questão do gênero ou a ela relacionadas, como a luta por creches, pela legalização do aborto e contra a violência sexual. Um sinal disto, no Brasil, é a promoção de atos unitários no dia internacional da mulher (8 de março) juntamente com entidades dos movimentos feminista e negros, guardando alguma unidade nesta diversidade de frente (CASTRO, 1989, p. 57).¹¹⁹

No caso estudado, indaga-se sobre a afirmação como sujeito político de uma categoria de trabalhadoras que realiza um trabalho – o trabalho doméstico –, que na história da formação da sociedade capitalista foi considerado um não trabalho, sendo sua atribuição às mulheres um elemento constituinte da divisão sexual do trabalho. Essa questão coloca problemas e desafios políticos que vão além dos problemas diretamente relacionadas à organização das empregadas domésticas, pois interpela o movimento feminista para um

¹¹⁹ Sobre isso, retomo a análise no Capítulo 6.

posicionamento político sobre o emprego doméstico, como um problema atual, e para o processo de transformação social. Interpela, também, o movimento sindical, no sentido de superar sua própria concepção de trabalho e, em conseqüência, alterar a sua visão sobre os sujeitos constituintes da classe trabalhadora. Recoloca, ainda, a questão da relação entre desigualdade social e desigualdade na esfera política como um problema crucial na afirmação dos sujeitos políticos (ÁVILA, 2003).

A organização das empregadas domésticas como parte das articulações políticas com o movimento feminista e outros movimentos coloca inquietações para a prática e as relações políticas, uma vez que traz a necessidade de se enfrentar no interior desses movimentos o problema das relações entre patroas/patrões e empregadas domésticas. Sobre a relação com o movimento feminista, acho interessante trazer aqui uma consideração a respeito de um outro contexto, o da cidade de Salvador. Segundo Castro (1992), “as líderes do serviço doméstico organizado em Salvador se identificam como feministas, mas não compartilham as críticas feitas pelo movimento feminista ao trabalho doméstico. Ao contrário, lutam pela valorização desse trabalho como técnica e especialidade” (CASTRO; 1992, p. 61). Além disso, conforme ressaltado por Ávila (2001), Bruno (2005) e Sader (1995), o surgimento de novos sujeitos políticos na esfera pública representa um desafio para o próprio sentido da democracia.

Para uma breve síntese dos marcos da história de luta da organização das empregadas domésticas, com base em documentos do Sindicato da RMR, considero três momentos como aqueles que constatei, no processo de pesquisa, como os principais: a origem da organização e a fundação da Associação em 1979, conforme já analisado acima. A conquista das vinte e cinco casas para empregadas domésticas, em um bairro da periferia de Recife, em local que se denomina Vila 27 de Abril, em homenagem ao Dia Nacional das Empregadas Domésticas; e a luta por direitos na Assembléia Nacional Constituinte, que resultou na promulgação de direitos e no reconhecimento como categoria profissional na Constituição de 1988.

As vinte e cinco casas conquistadas no primeiro mandato do Governo Miguel Arraes (1986-1989), pós-exílio, é uma referência na história de suas lutas, dada a importância e impacto nas condições de vida de um grupo de domésticas que passaram a ter sua própria casa, direito este muito desejado. Seu significado simbólico é igualmente importante, no sentido de terem conquistado uma política pública dirigida às empregadas domésticas como um reconhecimento da sua necessidade de moradia e do seu direito a uma casa própria. É

preciso compreender que um elemento central na relação de exploração e dominação no emprego doméstico está ligado ao fato de ser uma profissão em que, por tradição, as trabalhadoras moravam (e ainda moram, em menor proporção) na casa das/os patroas/patrões, o que, conforme as análises sobre o tema de VERGOLINO (1989) e SOUZA (1991), as colocava e ainda as coloca em uma situação de maior precariedade e desvantagem dentro da relação de trabalho.

O processo na Assembléia Nacional Constituinte é um marco na vida política e pessoal daquelas que atuaram naquele momento histórico. Há um sentido emancipatório tanto pela conquista dos direitos, quanto pela visibilidade e reconhecimento da participação organizada nos processos gerais de mobilização e nos processos específicos de defesa dos direitos da categoria no espaço do Congresso Nacional. Para essas trabalhadoras, aquele momento de afirmação como sujeito político pode ser expresso através da afirmação o “direito a ter direitos” (ARENDRT, 1989, p. 330), cujo pressuposto básico é o de que ter direitos implica ser sujeito da esfera pública. O apoio dado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na primeira gestão (1985-1989), foi considerado por todas as participantes da pesquisa que estiveram presentes nas mobilizações para a Assembléia Nacional Constituinte como estratégico para as vitórias alcançadas e para as possibilidades de participação direta no Congresso Nacional, em Brasília. O apoio de organizações feministas também foi citado como uma contribuição importante naquele momento.

Esses documentos e falas das participantes da pesquisa ressaltam, ainda, como parte da constituição de uma auto-representação como sujeito político, a alegria trazida pelas memórias do processo relativo à Constituição de 1988. Os diálogos com parlamentares e outros movimentos sociais, os deslocamentos para Brasília e outras capitais do país, e toda a experiência de compartilhamento e solidariedade que isso representou, são analisados por quem os viveu como um momento de liberdade, de sentimento de pertencimento a uma história em comum com outros sujeitos políticos na luta por direitos. De acordo com BRUNO (2007, p. 18), “a segunda metade dos anos 80 inaugura um novo momento social e político: o tempo dos direitos...instaurado com a Constituinte de 1988”, e ainda acrescenta que “...a Constituinte e ‘Constituição Cidadã’ acolheram algumas reivindicações populares, mas apesar da mobilização ocorrida em torno das demandas populares, sua potencialidade democrata limitou-se ao restabelecimento de alguns direitos” (BRUNO, 2007, p. 18). No caso

das empregadas domésticas, não se tratou de um restabelecimento, mas de conquista e ampliação de direitos.

Foi através do reconhecimento como categoria profissional em razão dos direitos conquistados na Constituição de 1988, que as empregadas domésticas tiveram as condições legais e políticas para a fundação dos sindicatos da categoria em diversas cidades do país, entre as quais, Recife. A importância da Constituição, no entanto, não encobre a crítica que as lideranças expressam sobre a incompletude dos direitos alcançados, o que as coloca como uma categoria do setor informal, não incluídas na CLT¹²⁰ e, portanto, com uma cidadania restritiva no campo dos direitos trabalhistas, o que, por outro lado, reafirma o que foi citado anteriormente sobre os limites da “Constituição Cidadã”.

No momento atual, no decorrer do ano de 2008, o sindicato organiza um seminário e várias outras manifestações públicas para marcar e debater a conquista de direitos na Constituição de 1988 e os 20 anos de fundação do Sindicato. Há também, neste contexto, uma retomada na luta por moradia, ou a luta por casa própria, para as empregadas domésticas. É importante ressaltar o esforço atual do sindicato em duas perspectivas: o seu fortalecimento como entidade e a construção de estratégias para avançar na luta dos direitos, entre os quais sobressaem a regulamentação da jornada de trabalho, o FGTS¹²¹ obrigatório e, no plano da política pública, o acesso à moradia.

As representações sobre as lutas desenvolvidas nos três contextos aqui expostos – o da fundação da Associação no final dos anos 70, da luta por casa própria e da Constituinte nos anos 80 do século passado – são grandes marcas históricas que alimentam a luta, servem como formação política e suporte para legitimar a construção do desenvolvimento da organização política das empregadas domésticas, dando-lhes assim um sentido de pertencimento ao processo de democratização da sociedade brasileira. Recorrem, inclusive, a matrizes discursivas disponíveis no campo das análises sobre movimentos sociais, no qual elas se situam, e, assim como afirma Eder Sader (1995), criam novos significados para os

¹²⁰ Confederação das Leis do Trabalho.

¹²¹ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

termos utilizados. Analisando os movimentos sociais populares que emergem nos anos 70 (século XX), Sader (1995) diz o seguinte:

Para essas elaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. Porque há sempre uma defasagem entre realidade e representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão umas das outras (SADER, 1995, p. 143).

Como registrado anteriormente, há um núcleo central de lideranças, que são as autoras principais da elaboração sobre o processo de organização e de lutas do sindicato, mas essa elaboração é um legado e, ao modo do percurso e do método próprios de trabalho do sindicato, está registrada e é uma referência, seja internamente, para o coletivo, seja na atuação pública.

O Sindicato dos Empregados Domésticos da Região Metropolitana do Recife enfrenta dificuldades tanto no campo dos recursos financeiros, como em quadros de militância, dadas as condições sociais das suas sócias e lideranças e a própria dinâmica do trabalho remunerado a que estão submetidas, o que será objeto de análise em Capítulos posteriores.

A visão que predomina, entre todas as trabalhadoras domésticas pesquisadas sobre o objetivo do Sindicato, é a de que essa organização existe para defender direitos e de que os direitos são resultados da luta. Um outro sentido do Sindicato está fortemente associado ao apoio às empregadas domésticas e à sua função como espaço de informação e formação para cidadania, conforme expressam as seguintes considerações feitas pelas próprias empregadas domésticas sócias do sindicato:

O Sindicato é para melhorar a vida das domésticas (Participante da Pesquisa).

O Sindicato existe para ensinar as pessoas a conhecer os seus direitos (Participante da Pesquisa).

O que a gente não sabe, aprende ali dentro, as meninas são muito inteligentes (Participante da Pesquisa).

Esta última fala é de uma sindicalista que está há 19 anos no Sindicato. Em sua fala, como na de outras participantes do Sindicato, há com frequência uma referência às “meninas do sindicato” como inteligentes, como as que lutam e as que sabem, o que denota um sentimento de exterioridade em relação ao grupo que em princípio tem a legitimidade da

representação e o conhecimento da história organização. Isso no entanto não se reflete como um sentimento de exterioridade em relação ao Sindicato.

A idéia de pertencer a uma categoria profissional que tem direitos é um suporte que ajuda na auto-estima, como revela a fala seguinte:

O Sindicato me encorajou a viver, não só como empregada doméstica, mas como gente, como mulher. Se não fosse esse movimento, acho que eu não me sentia gente, eu não me sentia nada. Eu acho que o que me faz viver muitas coisas na vida é essa luta (Participante da Pesquisa).

A consciência de cidadania construída na prática política, com efeitos diretos na trajetória pessoal e no cotidiano de cada uma, é muito forte entre empregadas domésticas que formam o sindicato e com as quais estive em diálogo no processo de pesquisa. Uma delas afirma que

..o sindicato faz despertar nas meninas aquilo que eu não despertei em mim (Participante da Pesquisa)

Ao referir-se a si mesma antes da existência do Sindicato, quando jovem e já empregada doméstica, essa mesma participante analisa que

... não tinha consciência, nem informação. Não havia direitos para a categoria (Participante da Pesquisa).

Aquelas que estão mais recentemente engajadas na organização e apenas freqüentam as assembléias mensais, mostraram pouco conhecimento da história e dos direitos, mas já expressam uma admiração pelo trabalho das precursoras e exprimem expectativas de se tornarem mais informadas e mais “conscientes”, expressão muito utilizada durante as reuniões do Sindicato. Enfim, consideram que o objetivo do sindicato é ajudar as empregadas domésticas a agir em defesa do cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados por lei, ensinar sobre esses direitos da categoria e torná-las qualificadas para a vivência da cidadania, tanto no sentido de ter acesso aos benefícios, como no sentido do engajamento na ação política.

Os sujeitos da pesquisa que não fazem parte do quadro de sócias do sindicato, mas constituem uma área de proximidade e de aproximação, no seu conjunto, conhecem menos ainda as atividades e a história das lutas do sindicato, como também não conhecem, na íntegra, os direitos trabalhistas da categoria. Porém expressam o mesmo entendimento sobre a

importância da organização política e também um sentimento de respeito por aquelas que fazem a ação política em defesa da categoria. Não conhecem a história, mas sabem que os direitos foram conquistados e usam a referência a “ter direitos” como uma forma de valorização pessoal como trabalhadora e da profissão:

... a gente tem direito, tem que ser respeitada como pessoa, e as patroas têm que respeitar também. As empregadas que tão no sindicato tiveram muita luta por isso (Participante da Pesquisa).

Por outro lado, e como parte de uma processo contraditório, expressam algumas reservas em serem identificadas como parte da categoria de empregadas domésticas, em decorrência do preconceito social que recai sobre a profissão:

A profissão é muito discriminada. Tem gente que tem vergonha de dizer que é empregada. Antes era mais, hoje é normal. A discriminação sobre o emprego doméstico dificulta arrumar outro emprego. Experiência não conta. A profissão está sempre num degrau abaixo das outras. Você leva a marca ao procurar outros empregos, desqualifica (Participante da Pesquisa).

Outra empregada doméstica fala o seguinte:

... não é uma vergonha, é um trabalho, mas é como se dizer que é empregada doméstica afastasse as pessoas. Não sei como um trabalho pode ser uma vergonha, mas é assim que o pessoal vê (Participante da Pesquisa).

Já no grupo de sócias que fizeram parte da pesquisa, a reação ao preconceito é vista como parte da luta e das mudanças que devem ser feitas na sociedade:

A profissão não oferece problema, traz aprendizado, aprende a lidar com as pessoas, com gênio às vezes mais difícil que o seu. É uma profissão que deve continuar mas com direitos (Participante da Pesquisa).

Essa participante expressa, ainda, uma concepção sobre o valor que tem a profissão na sua própria trajetória:

O valor é que garante salário, tem valor mas é desvalorizada. Tenho me beneficiado dessa oportunidade, para mim tem um valor, sim. Porque eu tenho conquistado pequenas coisas na vida, eu conquistei tantas coisinhas, não é muito mas pra pessoa que não teve nada, já passou tanta coisa na vida, hoje eu tenho minha casinha própria, um espaço melhor pros meus filhos, ...tenho meu dinheiro, que é pouco mas é meu (Participante da Pesquisa).

No geral, nem todas conhecem, sindicalizadas e não sindicalizadas, o conjunto dos direitos trabalhistas da categoria. As lideranças mais antigas e mais engajadas são aquelas que

conhecem bem os direitos, as lutas e toda a história política do sindicato. Entre as sindicalizadas há um orgulho muito grande da história de sua organização política.

A luta pelo FGTS e a regulamentação da jornada de trabalho são pontos de uma pauta de prioridades colocada por todas trabalhadoras com as quais tive contato através do trabalho de pesquisa, nesse período. Há uma afirmação permanente da necessidade desses dois direitos como os mais urgentes e necessários a serem conquistados, mas sobre isso retomarei a análise no Capítulo 6. A diferença de conhecimento sobre o processo de luta por esses e outros direitos conquistados não está tão delimitada apenas entre as sindicalizadas e não sindicalizadas, mas entre as sindicalizadas com maior engajamento, as sindicalizadas com menor engajamento e as não sindicalizadas, que realmente estão mais distantes do entendimento sobre os processos políticos de luta por direitos.

Para aquelas que estão engajadas no sindicato, independentemente das diferenças no grau de informação e capacidade de análise, há um orgulho em fazer parte do sindicato. O fato de ser sócia do sindicato significa uma referência para a participação política, mas também legitima a cidadania como trabalhadora, tornando-as parte de um coletivo maior de trabalhadoras e trabalhadores, isto é, parte da “classe trabalhadora”. Isso é visível na afirmação sistemática de que são “trabalhadoras” domésticas.

O conceito de trabalhadora é muito importante na compreensão das lideranças para dar um sentido político à sua organização. Para elas, a noção de “ter direitos” é constitutiva do sujeito, assim como a identidade de ser trabalhadora, pelo que as sindicalizadas, no geral, preferem utilizá-la em vez de de “empregada”, como uma forma de afirmação social e política. Isso me leva a considerar que a inserção no campo de influência marxista, na relação com organizações de esquerda, com a igreja progressista na linha da teologia da libertação, são elementos que estão presentes nessa visão, em que o trabalho emerge como valor na construção de si, da autonomia e da contribuição para a construção da vida social, ou seja, o trabalho emerge e é reconhecido como dimensão ontológica.

De acordo com as informações obtidas, ser denominada de trabalhadora é uma questão central para a organização nacional da categoria, e se reflete, por exemplo, na denominação

“Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas”. Para Mary Garcia Castro, é complexo o significado dessa auto-afirmação como trabalhadoras:

No caso das trabalhadoras domésticas, o projeto de serem reconhecidas como membros da classe trabalhadora reelabora, por um lado, vivências sobre questões de gênero, de raça, de geração e até de classe e, por outro, redimensiona significados de constructos do conhecimento feminista, como os de público e privado (CASTRO, 1992, p. 58).

Aparece também com muita força uma percepção sobre o fato de trabalhar em troca de um salário que garante uma vida honesta e a sustentação dos compromissos pessoais e familiares, como já ressaltado anteriormente, constituindo uma dimensão ética ou moral.

4.3 O CONTEXTO SOCIAL, OS SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS TRAJETÓRIAS

Antes de apresentar alguns dados do contexto social local, é importante fazê-lo em relação ao contexto da região Nordeste, visto que a análise das trajetórias dos sujeitos pesquisados é permeada também pelos processos econômicos e sociais que atravessaram o último século no Nordeste e em Pernambuco, relacionados aos processos de migração e urbanização.

O Brasil é marcado por uma situação de forte desigualdade regional, resultante da formação socioeconômica e do modo como as relações capitalistas se estabeleceram no país. As conseqüências desse processo desigual se fazem visíveis nos indicadores da desigualdade social na Região, alguns dos quais recupero aqui para contextualizar a situação em Pernambuco e, em particular, na RMR.

No Brasil, segundo a caracterização dos domicílios urbanos realizada pelo IBGE (2007), o rendimento mensal domiciliar *per capita* é inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo em 20,6% destes domicílios. No Nordeste, esse percentual é de 39% e em Pernambuco, de 38,9%. Na faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, estão 27,5% dos domicílios urbanos no Brasil, 30,5% na região Nordeste e 30,4% em Pernambuco, conforme a mesma fonte. A desigualdade regional está patente nesses dados, uma vez que, para a região Sudeste, os percentuais são de 13,6% de

domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e de 25,9% na faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (IBGE, 2007).

Segundo SIQUEIRA & SIQUEIRA (2006), ao fazerem uma análise dos indicadores sociais da PNAD (2004), “o Nordeste continua sendo a região do país com maior desigualdade de renda. Enquanto no país como um todo a renda mensal dos 10% mais ricos da população brasileira representava, em 2003, 16,9 vezes a dos 40% mais pobres, na região Nordeste essa relação era de 18,2 vezes” (SIQUEIRA & SIQUEIRA, 2006, p. 3).

A desigualdade social, dada pela persistência da concentração de renda, marca o contexto social de Recife e Pernambuco. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005), a renda média dos 20% mais ricos na cidade do Recife é de 50,9 vezes a dos 20% mais pobres.

Em relação à questão da educação, os indicadores de analfabetismo são reveladores da desigualdade social na região Nordeste e no estado de Pernambuco. Segundo o IBGE (2007), “o analfabetismo está concentrado nas camadas mais pobres, nos mais idosos, entre aqueles de cor preta e parda, e nas localidades menos desenvolvidas” (IBGE, 2007, s.p). Em 2006, no Brasil, a taxa de analfabetismo era de 11 % entre a população de 15 anos ou mais de idade. No Nordeste, esse percentual se amplia para 21,9% contra 6,5% na região Sudeste. Em Pernambuco, esse percentual é de 20,5% e na Região Metropolitana do Recife, 9,6% (IBGE, 2006).

Em 2007, houve uma queda na taxa nacional de analfabetismo, que passou a ser de 10,5% para a população de 15 anos ou mais de idade. Quando analisamos as taxas de analfabetismo funcional para esse mesmo grupo populacional, as taxas são as seguintes: 22,2% no Brasil; 34,4% no Nordeste e 16,5% no Sudeste. Do total de analfabetos/as funcionais brasileiros/as, cerca de 72% são negros/pardos (IBGE, 2007).

Como já dito, a configuração desse quadro social desigual deve ser compreendida à luz dos processos históricos da própria formação social e econômica do Nordeste e de Pernambuco, em particular. A caracterização da trajetória dos sujeitos marcada pelas desigualdades sociais, ao mesmo tempo revela os processos já apontados nos dados e análises mais gerais.

A trajetória dos sujeitos dá-se no contexto de mudanças profundas na economia e na sociedade, no estado de Pernambuco, sobretudo do processo de urbanização, impulsionado sobretudo a partir dos anos 1950. A população do Recife, nessa época, correspondia a 500 mil habitantes e, nos anos 1970, era de 1 milhão e 100 mil habitantes. Hoje, Recife tem uma população equivalente a 1 milhão e meio de habitantes (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2008).

O processo de urbanização, na cidade do Recife, ocorreu de modo desigual, seja no que se refere ao acesso aos bens resultantes das transformações econômicas, seja no próprio processo de ocupação do território urbano. Em relação às condições de ocupação do espaço da cidade (moradia e posse de terra), a realidade do Recife é bastante desigual, uma vez que convivem, no espaço da cidade, espaços formais, com infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos, com zonas de ocupação informal ou irregular, que se mostraram, na história da cidade e até hoje, como a principal forma de acesso à habitação pela população pobre.

Essa situação reflete um histórico de ocupação desigual do território da cidade, restando à população pobre a ocupação de áreas como os morros, mangues, áreas alagadas da cidade como única possibilidade de acesso à terra. Segundo o diagnóstico urbano do Plano Diretor do Recife (2005), 46,32% dos habitantes do Recife (659.076 habitantes) ocupam 154.280 moradias em 421 assentamentos de baixa renda, apresentando a carência de infra-estrutura e serviços urbanos, além de desigualdades quanto à propriedade e/ou às condições de ocupação do solo – numa área de 3.357 hectares, correspondendo a 15,26% da área total do município.

Nesta pesquisa, foram entrevistadas empregadas domésticas que residiam e trabalhavam na Região Metropolitana do Recife, que se inserem em um contexto de trabalho não muito diferente e, em alguns pontos, mais desigual se comparado à situação geral das mulheres trabalhadoras no País. De acordo com os dados apresentados em análises sobre o contexto local, a trajetória da maioria das empregadas domésticas tem início com a migração do campo para a cidade. Neste estudo empírico, a trajetória dos sujeitos revela esta mesma tendência. As causas identificadas para a migração dizem respeito às condições sociais, marcadas pela pobreza no campo e pelo poder patriarcal no cotidiano das relações familiares, fonte de opressão, violência e do trabalho doméstico como atribuição das mulheres desde a

infância. Os processos migratórios, observados através dos dados secundários, e por meio da investigação, na maioria tiveram início nas décadas de 1960 a 1970, no momento de crescimento da população urbana e reestruturação das relações econômicas da economia rural do engenho para outras formas de produção da riqueza desenvolvidas no meio urbano. Segundo Bacelar e Araújo (2006):

Ao reproduzir o padrão de desenvolvimento nacional, em que predomina uma industrialização voltada para atender à demanda das classes de mais alta renda — ao mesmo tempo em que a urbanização amplia a oferta de pessoas à procura de emprego nas atividades urbanas — Recife também bloqueia, como outras cidades País afora, as oportunidades de inserção decente de grande parte de seus habitantes na vida da cidade (BACELAR E ARAÚJO, 2006, p. 4).

Segundo analisa Scott (2007), “o processo histórico das migrações está estreitamente relacionado às diferenças apresentadas na vivência de mulheres e homens como responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste” (SCOTT, 2007, s/p.). Com efeito, nos anos 1970 (FUNDAJ, 1971), a maioria das empregadas domésticas da RMR, o que equivalia a mais de 80%, eram provenientes do interior, com elevada participação, nesse percentual, das provenientes da zona rural. Segundo o IPESPE (1991), mais da metade das empregadas domésticas que em 1991 trabalhavam em Recife eram imigrantes e, em grande parte, de origem rural:

E mais que isso, elas são, predominantemente, oriundas de famílias de trabalhadores rurais pobres – pequenos proprietários ou assalariados rurais – que continuam residindo no campo ou que, em virtude da modernização capitalista da agricultura em Pernambuco na segunda metade deste século, foram deslocados para morar nos povoados, nas vilas ou nas ‘pontas de rua’ das cidades do Interior. (...) “Próximo de 14% das migrantes vieram para o Recife com a própria família e cerca de 13% foram trazidas por famílias com as quais já trabalhavam. As demais migraram sozinhas ou trazidas por amiga ou parente, em busca de emprego ou de melhores condições de vida. Elas se separaram da família ainda jovens, sobretudo com 11 a 20 anos de idade, porém muitas se afastaram do grupo familiar antes mesmo dos primeiros sinais da puberdade (IPESPE, 1991, s. p.).

A mesma pesquisa aponta que a grande maioria das empregadas domésticas (84,3% das entrevistadas) sempre trabalharam como empregadas domésticas (IPESPE, 1991, s. p.).

Em relação aos sujeitos da pesquisa, é importante frisar que são mulheres vivendo na Região Metropolitana do Recife, trabalhadoras domésticas remuneradas, como reivindicam ser chamadas e, como já salientado anteriormente, tanto as organizadas em sindicato como aquelas que não estão organizadas põem ênfase no conceito de trabalhadora. São também

trabalhadoras domésticas que realizam o trabalho doméstico de forma gratuita – e, portanto, trabalhadoras domésticas não remuneradas, como parte de suas atribuições dentro da unidade familiar, de acordo com a divisão sexual do trabalho que prevalece neste contexto, o que reafirma outros estudos e as teorias a respeito. O trabalho assalariado que lhes assegura uma renda mensal é prestado em unidade familiar alheia; as empregadas domésticas, segundo sua percepção, trabalham sobretudo para “outras mulheres” se liberarem de forma parcial ou integral de suas atribuições, como donas de casa, do trabalho doméstico gratuito. As variações entre trabalho assalariado, com ou sem carteira, e faxinas, convivem na trajetória de uma mesma trabalhadora, prevalecendo o trabalho assalariado ao longo desses percursos.

As empregadas domésticas que fizeram parte deste estudo compõem dois grupos de origens diferenciadas: aquelas que migraram do interior, e da zona rural, a maior parte de Pernambuco; as que são oriundas de outros Estados (Paraíba, Alagoas e Maranhão) e as que são originárias da própria Região Metropolitana do Recife. O que há em comum nessa origem é a situação de pobreza familiar na qual nasceram e viveram quando crianças e adolescentes.

São mulheres de idades variadas, tendo a mais jovem 23 anos e a mais idosa, 76. No entanto, o conjunto dos sujeitos estava composto por dois grupos de idade majoritários, um na escala dos 30 anos e outro na dos 50 anos.

Quase todas, independentemente da idade, iniciaram sua trajetória no emprego doméstico ainda muito jovens e, em vários casos, ainda crianças, uma iniciação que se faz como consequência do estado de pobreza em que viviam como meninas ou como adolescentes e, também, pelo fato de serem mulheres e já serem, no interior de suas próprias casas, responsáveis desde muito pequenas por afazeres domésticos e, assim, consideradas “aptas” para, devido à necessidade, assumir um emprego como trabalhadoras domésticas remuneradas. A fala sobre o tempo da infância ilustra essa situação:

Comecei o trabalho doméstico em casa, por a gente ser mulher e não está fazendo nada, já que minha mãe tava trabalhando fora ...Lá em casa era tudo dividido, minha mãe lavava roupa pra fora, eu ficava na comida e tomando conta dos meninos, e da casa, minha irmã encostada a mim, só ficava com os pratos e o banheiro (Participante da Pesquisa).

A entrevistada vinha de uma família com oito irmãos/irmãs. Algumas narrativas demonstram uma memória de jornadas de trabalho muito exaustivas e, junto com isso, expressões que denotam sofrimento e uma certa irregularidade, isto é, situações de vida que mudam, com muita frequência, devido às imposições colocadas pelas condições sociais de pobreza e pela dominação/exploração patriarcal. A mãe como encarregada do trabalho doméstico, associado ou não a outra forma de trabalho, e o pai no trabalho assalariado, como provedor da família, é a configuração familiar que aparece na origem da maior parte dos sujeitos de pesquisa. Dentro do contexto de carência, a imagem do pai como provedor está associada à imagem do pai como senhor de todas as decisões e, em alguns casos, associada à violência doméstica. Os relatos de infância formam um pano de fundo que pode ser definido como um contexto patriarcal. Além da imagem do pai como o chefe da família, aparece a do senhor de engenho, do dono da usina, do doutor na capital, que são as figuras dos patrões, daqueles que, na infância delas, tinham poder sobre os territórios onde viviam e sobre suas famílias. Quando elas se tornam empregadas domésticas, em geral ainda muito jovens, esses patrões são reencontrados exercendo o poder sobre as famílias, deles mesmos, para as quais elas trabalham. Segundo BENERÍA & SEN (1985), “a ênfase na reprodução e a análise da esfera doméstica indica que o foco tradicional localizado na produção de mercadoria é insuficiente para entender o trabalho das mulheres e suas raízes nas relações patriarcais” (BENERÍA & SEN, 1985, p. 152).

Neste estudo, cujo foco é o trabalho doméstico, é possível de alguma forma observar elementos e formas de reprodução dessas relações. Quatro trajetórias iniciais me parecem ilustrativas dessa situação de origem.

Trajetória 1: Empregada doméstica, 32 anos, trabalhou na roça desde criança, em um local em que não havia escola (o que a entrevistada faz questão de frisar). O trabalho de toda a família, e o dela, era na roça e no extrativismo, na quebra de coco-babaçu. A entrevistada ajudava nas tarefas de casa, onde “fazia tudo, até o azeite de coco para cozinhar” (Participante da Pesquisa). Com 8 anos, foi para casa de uma madrinha na capital, que lhe permitiu estudar, mas a violentava cotidianamente, por meio de agressões físicas. Na casa dessa madrinha, ela também fazia tarefas domésticas. Quando o pai soube que apanhava nessa casa, trouxe-a de volta para a casa da família. Com 10 anos, a entrevistada foi cuidar da avó doente. No período em que morou na casa da avó, foi estuprada por um homem de 40 anos

que freqüentava a casa, fato que ela jamais revelou a alguém porque, segundo sua percepção, podia ser pior para ela. Tinha vergonha e medo. Ainda com quatorze anos voltou para casa dos pais e aos 15 anos começou a trabalhar como empregada doméstica.

Trajetória 2: Empregada doméstica, 74 anos, originária da zona rural. Fugiu de casa com dez anos por não suportar a violência por parte da mãe contra ela. No dia do seu aniversário de dez anos, após um incidente do qual foi acusada de ser culpada, saiu de casa e escondeu-se no mato, com medo de aparecer em casa e “levar uma surra” (Participante da Pesquisa). Voltou para casa no outro dia e apanhou muito. Por isso, fugiu de casa e ficou vagando pelo campo, quando foi encontrada por um homem que a levou para sua casa, “para ajudar em casa”, em troca de casa e de comida. Logo depois, encontrou um emprego doméstico em outra casa, quando ainda tinha dez anos. Neste mesmo período, tentou entrar para um colégio de freiras que havia na cidade, mas não a acolheram. “Queria estudar”. (Participante da Pesquisa)

Trajetória 3: Empregada doméstica de 64 anos que, na infância, morava em um sítio. Trabalhava em casa e na roça, dividindo o trabalho com a mãe e as irmãs, e o pai trabalhava para o dono do engenho. Foi estuprada e, quando o pai soube, mudou-se com toda a família para uma cidade do interior na região, por considerar que este fato era uma desonra para sua família. Continuou sendo maltratada pelo pai, que a expulsou de casa. Então ela foi embora para a casa de uma madrinha que conhecia um político de Recife, a quem narrou sua história. Ele a “trouxe” para Recife, para trabalhar como empregada doméstica em sua casa, quando tinha 14 anos.

Trajetória 4: Empregada doméstica, 38 anos, nascida na Região Metropolitana do Recife. Quando criança, a mãe saía pra trabalhar como empregada doméstica e dividia as tarefas domésticas na família entre as quatro filhas, que cozinhavam, lavavam pratos e roupa e cuidavam da casa. Assim, foi aprendendo e começou a trabalhar como empregada doméstica com 12 anos, dadas as dificuldades financeiras pelas quais passava a família. Começou a trabalhar tomando conta de uma criança, na casa de uma família que residia perto da sua, e, por isso, neste momento, fez a primeira interrupção de seus estudos.

Utilizo o termo tempo da infância como primeiro período de vida, cuja dinâmica seria dada, em princípio e de acordo com os padrões morais da modernidade, pelo cuidado e

proteção dos adultos e pelo uso do tempo para as brincadeiras e a iniciação nos estudos. Considerarei também a própria demarcação que os sujeitos da pesquisa fizeram como seu tempo de infância e juventude. A pesquisa qualitativa reconfirma o que foi apontado em dados quantitativos citados anteriormente, sobre a origem e a idade com que inciam suas trajetórias de emprego.

As que são de origem rural, desde a infância também dividiam, em muitos casos, a jornada de trabalho entre trabalhos domésticos e trabalho na roça, onde se plantava para consumo da família e para uma renda extra, como também na criação de animais.¹²² Os pais trabalhavam para os donos de engenho, fazendas ou usinas, nas plantações de cana, no trato com o gado, ou outras tarefas, e era para essas tarefas que, de acordo com o que pude apreender pelas narrativas de trajetórias e de histórias de vida, eram encaminhados os irmãos do sexo masculino. Portanto, na trajetória de vida desses sujeitos, a divisão sexual do trabalho é constitutiva da sua socialização, dentro das condições de pobreza em que viviam, consubstanciando assim um embricamento das relações sociais de sexo/gênero com relações de classe. Nessas condições sociais, e dentro do contexto deste estudo qualitativo, prevaleceu o contingente de mulheres negras entre as empregadas domésticas, seguindo também a tendência dos dados gerais.

No caso daquelas que são de origem urbana, da Região Metropolitana do Recife, as marcas da trajetória inicial se reproduzem no mesmo sentido, mudando apenas o contexto das relações de trabalho dos pais e mães e o fato de não precisarem migrar para iniciar a trajetória de emprego. As responsabilidades com as tarefas domésticas desde a infância foram para todas uma experiência infantil. Trabalhar desde criança ou adolescente é uma prática que não está perdida em um tempo remoto, é algo presente na vida das pessoas em situação de pobreza, pois nas trajetórias dos sujeitos da pesquisa encontramos essa realidade tanto para aquelas com mais de 70 anos e, hoje, já aposentadas, como também para mulheres jovens na casa dos 20 e 30 anos de idade. Em qualquer contexto de origem, urbano ou rural, a infância é um tempo da existência roubado das meninas que se tornam trabalhadoras como uma condição anterior, ou em concorrência, ao acesso às brincadeiras e ao estudo. Vale ressaltar que o trabalho doméstico é constitutivo da problemática do trabalho infantil no país.

¹²² Outro estudo confirma essa realidade. Cf. PORTELLA, A P.; SILVIA, C. e FERREIRA, S. **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: Edições SOS CORPO, 2004.

O emprego doméstico aparece como uma oportunidade para escapar de uma situação-limite, seja de pobreza na família, seja de violência doméstica. A primeira situação foi a que prevaleceu na trajetória dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa. Neste sentido, resolver trabalhar como empregada doméstica é uma decisão dentro da adversidade que estas mulheres tomam ou são impelidas a tomar, a qual tem um significado de ruptura. Deixar de passar fome, ajudar a família, deixar de sofrer violência sexual e doméstica, ir para a capital e começar a estudar, são elementos colocados por elas como determinantes de uma decisão e da necessidade de conseguir emprego:

Achava que era o trabalho melhor para quem estava sem condição nenhuma pra viver... Vindo pra cidade, nem toda casa nega comida. A gente já vinha do interior morrendo de fome e se satisfazer com a comida já é uma grande coisa. Aí depois é que vai vendo os problemas de que não é só de comida que se vive. Isso a gente vê depois...Essa vida de hoje, de empregada doméstica, foi a melhor pra mim. E a leitura? Cadê a leitura pra eu fazer outra coisa? Não tinha escolha, e olha que pra ser empregada doméstica ninguém faz curso, vai tendo uma imposição, foi o que aconteceu e vem acontecendo com as outras (Participante da Pesquisa).

Essa decisão também está sustentada no fato de serem do sexo feminino e, portanto, consideradas aptas e experientes para fazer o trabalho doméstico, mesmo que se trata apenas de uma criança:

... eu tinha doze anos, era babá, era uma criança tomando conta de outra criança, ficava de manhã até de noite, quando a mãe voltava (Participante da Pesquisa).

Para aquelas que começaram a trabalhar mais tarde, por volta dos vinte anos, esses casos foram minoritários. O caso mais tardio de primeiro emprego foi aos 26 anos, no entanto, o único. Os dados quantitativos mostrados anteriormente mostram a iniciação muito jovem no emprego doméstico.

O emprego doméstico também representa uma ruptura. Ajudar a mudar a situação de vida da família, ou dar um novo rumo à sua própria vida, ter um salário e, a partir daí, construir um novo processo. O que me parece importante é o paradoxo no significado do primeiro emprego doméstico, que tanto é tomado como uma oportunidade, como também é visto como resultado da impossibilidade de outro projeto de vida. Por isso, a trajetória das empregadas domésticas não pode ser analisada fora do contexto social no qual elas estão inseridas, levando-se em consideração que o Nordeste apresenta na sua formação social uma forte tradição patriarcal, forjada no embricamento com relações escravagistas (FREYRE,

2003) e situações de pobreza e miséria e exploração para grande parte da população. Segundo BERNARDES, há, no contexto atual, a “expansão de uma miséria que se expõe hoje em todos os aglomerados urbanos da região, seja de qual porte forem” (BERNARDES, 2007, p. 76).

Todas as mulheres que fizeram parte da pesquisa iniciaram sua vida profissional como empregadas domésticas e assim se mantêm até hoje, em todas as faixas etárias. Em poucos casos houve tentativa de mudança. Porém, algumas participantes da pesquisa, as que estão na faixa etária dos 20 e 30 anos, mantêm planos de inserção em outros campos profissionais. Nessas trajetórias prevalece uma rotatividade alta de empregos domésticos, mas também aparecem permanências que variam de dez a vinte anos e de mais de vinte anos em uma mesma casa, o que cria laços fortes e ambivalentes de trabalho e de supostas relações familiares. Ter participado de maneira intensa na criação dos/as filhos/as das/os patroas/patrões gera sentimentos de pertencimento familiar e, ao mesmo tempo, faz persistirem os elementos de desigualdade e exploração que marcam a relação de trabalho. Outra ambivalência é a constante fala, por parte dos patrões/patroas, de que são parte da família e, ao mesmo tempo, serem consideradas estranhas e suspeitas quando, por exemplo, ocorre o desaparecimento de um objeto, conforme relatado:

Morava no trabalho, e ao mesmo tempo que fui acusada de roubar, foi dito que eu fazia parte da família. Nesse emprego passei 10 anos e me sentia parte da família, mas não ganhava o salário mínimo, não tinha carteira assinada, a patroa dava coisas... (Participante da Pesquisa).

O que predomina como início de trajetória é a moradia na casa do patrões, ou porque são migrantes e já vêm, sobretudo do interior, para viver no local do emprego, ou porque não têm outra alternativa, dadas as condições em que se encontram. É assim que as empregadas domésticas oriundas da capital onde trabalham podem ter também a mesma condição inicial de morar no local do emprego. No entanto, de acordo com esta investigação, morar na casa dos/as patrões/patroas não é só uma necessidade das empregadas, mas, na maioria dos casos, segundo elas expressam, uma exigência dos patrões/patroas. Dessa forma, esta situação pode ocorrer em outros momentos da trajetória e não apenas no início.

Outro dado a ser ressaltado, ao qual as imigrantes se referem muito, é o fato de terem sido trazidas para as casas onde vão trabalhar por meio de arranjos de pessoas conhecidas que fazem a mediação entre o local de origem e a vinda para trabalhar na cidade grande. Segundo os depoimentos, estes arranjos permanecem e essa forma de migração continua. Como

expressão de uma cultura marcada pela experiência de viver nas casas alheias, é freqüente o uso da expressão “me botou para fora”, no sentido de ter sido despedida do emprego, mesmo no caso de não estar morando no emprego.

Eu me lembro uma vez dessa casa que eu saí, ela me botou pra fora, foi quando eu conheci o Sindicato (Participante da Pesquisa).

A percepção da importância do emprego doméstico para elas mesmas está fortemente relacionada ao fato de garantir um salário, como expressa a seguinte participante da pesquisa:

O trabalho doméstico é solução, porque garante renda, pra ter uma casa (Participante da Pesquisa).

Essa é uma questão que quase todas mencionaram com ênfase e como um benefício desse trabalho remunerado no interior do mercado de trabalho, estruturado por dificuldades impostas e insuperáveis, na visão predominante, para as pessoas que não possuem uma formação profissional dentro dos padrões de qualificação exigidos em outras áreas de trabalho:

Bom é que garante um emprego, é profissão mais fácil de encontrar. O que mais tem no mercado, esse é benefício (Participante da Pesquisa).

Solução é que eu não tenho alternativa pra outra profissão. A solução foi essa mesma, para ter um salário. A única solução foi ser empregada doméstica (Participante da Pesquisa).

Mary Garcia Castro, ao analisar o emprego doméstico no mercado de trabalho na Colômbia, põe em questão o seu exercício como uma escolha. Segundo a autora, “o exercício do serviço doméstico não é uma opção livremente escolhida pelas mulheres, mas uma imposição que é dada pelo reduzido número de alternativas de trabalho para o tipo de mão de obra que exerce o serviço doméstico na sociedade colombiana¹²³” (CASTRO, 1993. p. 113).

Há também, de forma minoritária, aquelas para as quais a relação com esta profissão é algo incontornável para um projeto de vida com aspirações de mudanças:

Eu não sei falar bem do emprego doméstico . É um trabalho honesto, mas não é digno (...) Sempre trabalhei por não ter outra opção, outra oportunidade, eu não recomendo pra ninguém e nem quero isso. Eu tenho uma irmã na sexta série e eu a incentivo a não querer esse trabalho, que estude, que consiga algo melhor (Participante da Pesquisa).

¹²³ Tradução minha.

É um trabalho que tanto faz você trabalhar cinco, dez, quinze anos, e você não é recompensado. Eu considero um trabalho perdido (Participante da Pesquisa).

Nunca é compensado. É uma profissão desvalorizada em todo lugar (Participante da Pesquisa).

Para outras, o trabalho doméstico remunerado é re-significado através da organização política da categoria e da luta por direitos, que transformam o sentido desse trabalho:

É quando você tá lutando por direitos pra ter vida melhor dentro do trabalho, que faz essa categoria ser respeitada como trabalhadora (Participante da Pesquisa).

As trajetórias, como já afirmei, estão formadas por períodos de tempo diferenciados, dependendo da idade de cada uma. São trajetórias mais longas, como a das que já chegaram ao tempo da aposentadoria, e trajetórias mais curtas, que são as daquelas mais jovens, mas com vários anos de trabalho, dado o início precoce na profissão, como já exposto. A partir dessa variação, posso afirmar que no caso do grupo estudado o salário mínimo é, no geral, o ponto máximo da escala salarial. A trajetória é, muitas vezes, iniciada pelo recebimento de comida, roupa e moradia. Neste grupo, a superação do salário mínimo só vem com a aposentadoria, no caso daquelas que continuam trabalhando. O aumento de renda, nos casos que foram observados, vem do fato de ter um companheiro empregado (o maior salário encontrado foi de um marido que ganhava quinhentos reais à época da pesquisa), mas existem casos de companheiros desempregados, no momento da pesquisa, e também casos em que as participantes recebem uma pequena pensão para filhos/as, paga pelos pais e até por avó paterna, o que não excedeu a cem reais.

As trajetórias são também marcadas por violência no trabalho, inclusive a violência sexual, e também por relações de solidariedade e companheirismo. Há narrativas de violência física, no período inicial, quando chegaram crianças ou jovens para viver no local do emprego. Também violência sexual perpetrada pelo patrão, com um caso narrado de gravidez através de relação sexual com o patrão, seguida de um aborto forçado.

A separação da família de origem e a impossibilidade de cuidar dos/as próprios/as filhos/as também são vistas como marcas tristes e que causam uma grande nostalgia e sofrimento para aquelas que passaram ou ainda passam por essas situações. Mas a solidariedade de patroas também faz parte de alguns relatos e se expressa em ajuda financeira, doações de coisas usadas ou não e pelo acolhimento de filha/o para morar na casa da patroa, juntamente com a empregada e no mesmo espaço destinado a ela, isto é, no “quarto da

empregada”. O momento de encontro com o Sindicato da categoria é visto como um acontecimento fundamentalmente positivo na trajetória desses sujeitos. Para quem vive uma relação de trabalho marcada pelo isolamento no domicílio alheio, a participação no sindicato é antes de qualquer coisa um lugar “em comum”, o encontro com companheiras.

A busca de um local próprio para morar é parte fundamental dessa trajetória. Uma profissão que está na origem associada a viver nas casas das/os patroas/patrões possui um forte significado de opressão, independentemente de as pessoas terem ou não vivido essa situação:

A empregada que dorme na casa da patroa, quando arranja um namorado ou um marido, a patroa não vai querer mais, porque vai querer dormir fora. Eu trabalhei em uma casa em Boa Viagem que a patroa só queria empregada depois dos 30 anos, sem namorado, sem marido e sem filho, porque ela quer uma pessoa ali, 24 horas. Se ela, a patroa, for dormir meia-noite, ela vai ter que estar ali, pra fazer o que ela pedir. Nessa época, eu tava precisando demais, aí eu trabalhei com ela, 7 anos. Às vezes dava onze horas da noite e tinha gente pedindo comida. Isso acontece principalmente com a menina que vem do interior. O certo era dezenove horas servir o jantar: vá se recolher, vá passear, vá estudar, vá fazer o que você quiser, mas não ficar na cozinha até horas da noite (Participante da Pesquisa).

Apesar das mudanças ocorridas, como mostram os dados quantitativos, ainda persiste a prática de viver na casa de patroas/patrões e, de acordo com este estudo, para aquelas que vivem esta experiência, trata-se de uma prática inicial que vai sendo superada, ou não, no processo das relações de trabalho. Seguindo na trajetória dos sujeitos pesquisados, observei que a relação de trabalho tem um peso fundamental sobre outras dimensões da vida pessoal, como o acesso à escola, a vida afetiva, a participação política, a partir das tensões que se estabelecem no cotidiano entre a prática do trabalho e a organização de outras esferas da vida cotidiana. Dessa forma, estas tensões vão impactando sobre os limites e as possibilidades na construção dos projetos pessoais e coletivos.

A trajetória do emprego foi colocada, por muitas empregadas domésticas dentro do grupo de pesquisa, como antagônica à realização de uma vida própria, cujas maiores dificuldades expostas são relativas à relação de dominação e exploração no trabalho, ao uso do tempo e ao preconceito social contra a profissão. As questões relativas ao uso do tempo no

cotidiano e aos seus efeitos sobre as trajetórias serão analisadas dentro das problemáticas que conformam os Capítulos 5 e 6 e que constituem o núcleo central das questões a partir das quais se desenvolvem a elaboração e a contribuição deste trabalho sobre as tensões em torno do tempo do trabalho doméstico remunerado e não remunerado no cotidiano e o uso do tempo para participação e organização coletiva das empregadas domésticas.

CAPÍTULO 5 - DIVISÕES E TENSÕES EM TORNO DO TEMPO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO COTIDIANO

Este Capítulo apresenta a duração das jornadas de trabalho, análise dos ritmos e tarefas do trabalho doméstico remunerado e não remunerado e as tensões causadas no cotidiano das empregadas domésticas. Tomo como referência tanto as práticas de trabalho no momento atual, descrevendo as jornadas que os sujeitos pesquisados estão vivenciando nos empregos e em suas próprias residências, resgato práticas anteriores, a partir das narrativas de trajetórias de empregos e histórias de vida, que mostram as mudanças e as permanências na relação entre jornada de trabalho e cotidiano.

As longas jornadas do trabalho doméstico são reveladas tanto nas estatísticas apresentadas no Capítulo 4 como nas práticas de trabalho dos sujeito. Os dados da pesquisa de campo permitiram compor uma análise dos ritmos de trabalho e das tarefas que estruturam essa prática de trabalho a partir de informações objetivas e das percepções dos sujeitos como também das observações realizadas como parte dessa investigação.

5.1 AS CONFIGURAÇÕES DAS JORNADAS DE TRABALHO E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO DE MORADIA

*“Um tempo pra gente? Existe esse tempo?”
(Participante da Pesquisa)*

Como mostrado no Capítulo anterior, segundo o DIEESE (2006), as empregadas domésticas do Recife têm a mais longa jornada de trabalho das Regiões Metropolitanas brasileiras, com uma média de 47 horas de trabalho semanal para trabalhadoras com ou sem carteira assinada, seguida de Salvador, com 43 horas. Também em Recife está o maior percentual de trabalhadoras domésticas que trabalham para além da jornada legal de 44 horas (61,4%). De acordo com Vergolino (1989), a média de horas trabalhadas, naquele contexto, em Recife, era de 10 horas e 43 minutos por dia. Colocando as informações sobre horas trabalhadas em termos de mês, Vergolino encontrou que “mais de um terço das empregadas

domésticas trabalham, por mês, pelo menos, duas semanas mais do que outros/as trabalhadores/as” (1989, p. 114).

As longas jornadas de trabalho são uma realidade que acompanha o desenvolvimento do emprego doméstico no Brasil e em outros países da América Latina, como mostra Castro em pesquisa realizada na década de setenta do século XX: “em Bogotá, em 1977 cerca de 78,0% das mulheres no serviço doméstico residentes em locais de trabalho tinham uma jornada superior a 56 horas por semana” (CASTRO, 1993, p. 108).

Uma exposição sobre a duração das jornadas de trabalho é importante para uma melhor compreensão dos ritmos de trabalho aqui analisados. As jornadas de trabalho remunerado das empregadas domésticas pesquisadas variam de 8 horas a 13 horas por dia; sendo mais comum jornadas diárias de 9 horas, para as que residem em suas próprias casas. Já para aquelas que residem na casa das/os patroas/ões, esta jornada varia entre 11 horas e meia a 16 horas. O início da jornada de trabalho remunerado acontece de maneira mais freqüente por volta das sete horas da manhã e o final varia entre 15h30 e 20 horas.

Há uma diversidade, entre as participantes da pesquisa, na média semanal de horas trabalhadas, uma vez que os horários diários e o número de dias trabalhados variam entre elas. Longas jornadas no trabalho remunerado, como poderá ser visto posteriormente, estão acrescidas de outras jornadas no trabalho doméstico não remunerado. Os dados apresentados no Capítulo 4 mostram como o trabalho doméstico não remunerado permanece majoritariamente como uma atribuição das mulheres.

Para o cálculo das horas semanais trabalhadas no emprego doméstico encontradas em minha investigação é necessário levar em conta as horas diárias e os dias trabalhados. Para as trabalhadoras mensalistas que vivem em suas próprias casas (grupo majoritário na pesquisa), as jornadas variavam, em geral, de 40 horas (média de 8 horas por dia por 5 dias) a 71 horas semanais (média de 13 horas por dia por 5 dias mais 6 horas no sábado, maior média semanal). Destaco, também, o caso de uma mensalista que trabalha três dias por semana, com jornada diária de 9 horas, o que perfaz 27 horas semanais. Também encontrei o caso de uma diarista com trabalhos incertos e jornadas tão irregulares, que tornaram inviável fazer uma aproximação para uma contagem de horas, dado o grau de variação de situações. É importante

frisar que, em todos os casos, houve uma grande dificuldade em colocar com precisão o horário final da jornada, uma vez que há vários fatores que nele interferem.

No que diz respeito aos dias de trabalho, duas situações são predominantes para as que moram em suas próprias casas: de segunda-feira a sexta-feira e de segunda-feira a sábado; o sábado geralmente tem uma jornada menor, variando entre 4 e 6 seis horas. O sentido de redução de horário é dado pela comparação com os dias considerados regulares (de segunda-feira a sexta-feira). Um caso exemplar, para ilustrar essa relação, é o de uma trabalhadora cuja jornada diária é de 13 horas de segunda-feira a sexta-feira, e no sábado, de 6 horas. Há, nesse caso, uma redução de 7 horas. Esta trabalhadora, nesse regime de tempo de trabalho, expressou um imenso desconforto com o uso do seu tempo, dedicado, segundo ela, à “vida dos outros” (Participante da pesquisa). Ela afirma que:

Meu tempo é dedicado à vida dos outros, tomando conta dos filhos dos outros... sem poder tomar conta de minha filha (Participante da Pesquisa).

Essa mesma trabalhadora admite, por outro lado, a necessidade do emprego:

Acho que tô mais dentro da casa dos outros do que na minha própria casa, mas por enquanto eu tenho que levar assim, porque meu marido tá desempregado (Participante da Pesquisa).

Encontrei, ainda, jornadas de trabalho que chamarei de atípicas, como, por exemplo, uma empregada doméstica que trabalha em três casas diferentes e ganha um só salário. Ela é mensalista, tem carteira assinada pela patroa, que tem um filho e uma filha, os quais moram em suas próprias casas. A empregada doméstica trabalha de segunda-feira a sábado, dois dias na casa de cada um dos membros dessa família. Cada uma das residências na qual ela trabalha tem uma extensão de jornada de trabalho diferente, em função das tarefas e das necessidades das patroas e dos patrões. Portanto, é uma mesma trabalhadora com uma jornada semanal submetida a três regimes de tempo de trabalho diferentes: dois dias em regime de aproximadamente 7 horas, na casa da filha, que mora só e trabalha fora o dia todo; dois dias em regime aproximado de 9 horas, na casa do filho que mora com a filha; e dois dias na casa da mãe, com jornada diária aproximada de 10 horas. Deste último ela diz que:

Sempre tem um tempo que fico conversando com ela que se sente muito só, depois que os meninos saíram de casa (Participante da Pesquisa).

Essa empregada doméstica trabalhou para a patroa-mãe durante 19 anos, morando a maior parte do tempo no local do emprego, onde criou sua filha. Durante poucos anos trabalhou em outras residências para, finalmente, voltar à casa da ex-patroa nesse novo regime de trabalho. Há uma forte relação de gratidão expressa de maneira direta pelo fato de ter criado sua filha na casa da patroa. Foi, porém, o fato da sua própria filha ter começado a namorar e não ter permissão para encontrar o namorado na casa da patroa que levou essa empregada doméstica a buscar sua própria casa, o que é considerado por ela como um acontecimento fundamental em sua vida.

Dentro do período de tempo que conforma a jornada de trabalho no emprego doméstico estão, em princípio, o tempo das refeições e o período de intervalo e descanso. O final da jornada aparece, em geral, associado à finalização das tarefas diárias. Há uma programação de todas as tarefas que devem ser realizadas a cada dia, e isso causa as oscilações no horário final da jornada de trabalho remunerado, mas a esse fator se agregam outros, como as demandas especiais durante a jornada que criam problemas de interrupção no ritmo do trabalho programado. No entanto, nos casos de jornadas mais prolongadas ou incertas, dois fatores são os mais impactantes: quando existem crianças na casa e a empregada doméstica exerce a função de babá (além de outras), sua saída está, em geral, condicionada à chegada da patroa. Em decorrência, uma das formas de resistência individual às jornadas mais longas de trabalho é a recusa ou a preferência de não trabalhar em casas com crianças. O outro fator está ligado à tarefa de servir o jantar antes de sair e, neste caso, a chegada da patroa e/ou patrão ou seus horários de refeição determinam os prolongamentos de jornadas e suas irregularidades.

A jornada de trabalho doméstico não remunerado em suas próprias casas varia entre três a cinco horas nos dias de trabalho remunerado. Essas horas estão distribuídas no horário da manhã, em geral uma hora a uma hora e meia antes de sair para o emprego, e entre a volta do do emprego e a hora de dormir, por cerca de três a quatro horas. Dessa forma, uma jornada de trabalho doméstico, considerando o remunerado e o não remunerado, pode se estender durante todo o dia até a noite, podendo começar às 5h30 da manhã e encerrar-se por volta das 23 horas.

Se acrescentarmos a essas jornadas diárias de trabalho o tempo gasto nos deslocamentos entre a casa e o trabalho, o uso do tempo no cotidiano do trabalho remunerado

vai ser acrescido de duas a quatro horas, levando em conta os trajetos de ida e volta entre a residência e o local do emprego. A maioria das empregadas domésticas, neste estudo, reside em áreas periféricas da cidade do Recife ou em outros municípios da Região Metropolitana. As residências nas quais trabalham estão situadas em diversos bairros de classe média e alta que compõem as regiões mais urbanizadas, no sentido de infra-estrutura e bem-estar, e distantes das áreas periféricas nas quais essas trabalhadoras residem. Os deslocamentos refletem, portanto, o acesso desigual das classes ao solo urbano, também analisados como elemento importante do contexto dos sujeitos, no Capítulo anterior.

Para um grupo de mulheres da pesquisa, residentes em uma mesma área da Região Metropolitana do Recife, o tempo dos deslocamentos, em geral, varia entre 1 hora e 30 minutos e 2 horas em cada trecho (de ida e de volta). O mais freqüente, no entanto, são os deslocamentos que levam de 1 hora a 1 hora e meia. Os deslocamentos são feitos de ônibus, geralmente dois ônibus para cada trajeto e, em alguns casos, por dois ônibus e um metrô. Para as que residem em uma determinada localidade da RMR, a média é de duas horas para cada trajeto. Há também aquelas que só precisam tomar um ônibus de ida e outro de volta. As mulheres pesquisadas também relatam os percursos feitos a pé, de casa até a parada do ônibus, os quais em alguns casos duram até 20 minutos. Os percursos mais difíceis, que tomam mais tempo de caminhada, são aqueles que implicam subir e descer ladeiras, como mostra a fala de uma participante da pesquisa:

Aí eu aluguei um quartinho... um melhorzinho, a casa era melhor, mas o lugar era pior. Era um silêncio, era tão bom nesse quarto, mas tinha uma ladeira terrível, quando eu ia subir dava vontade de armar minha cabana em baixo e ficar no pé da ladeira, depois arrumei outra casa, mais embaixo mas é um barulho triste, não agüentei, arranjei outra, com ladeira alta de novo, fiquei dois anos, depois não agüentei mais, agora tô no Vasco, lá não tem ladeira... (Participante da Pesquisa).

Mas o percurso feito a pé pode ter outros motivos que não apenas a distância da parada de ônibus. Uma das trabalhadoras, por exemplo, relata que toma um ônibus e depois caminha 45 minutos até o trabalho porque a patroa só paga uma passagem por percurso e, neste caso, ficaria muito caro para ela pagar com dinheiro do seu próprio salário a segunda passagem necessária para realizar de ônibus todo o percurso. Em outro caso, a empregada caminha até o emprego porque a patroa não paga passagem e a caminhada leva só 15 minutos, pois mora e trabalha fora em um mesmo lugar situado na Região Metropolitana do Recife.

Para as trabalhadoras domésticas que moram na casa das patroas e que fizeram parte da pesquisa, as jornadas de trabalho se dão com pequenas interrupções ao longo do dia até a noite, como, por exemplo, entre o final da tarde e a hora de jantar. Por isso, o problema que é mais enfatizado pelas empregadas domésticas residentes nas casas das patroas e patrões é a falta de limite de horário para o final da jornada de trabalho e a insegurança relativa à irregularidade do final dessa jornada. Estas horas diárias, aqui apresentadas, são contadas em razão do que elas consideram o ritmo mais comum do dia-a-dia, no entanto, há muita variação nesse ritmo, o que é uma fonte de tensão permanente.

O momento final da jornada de trabalho marca a grande diferença entre morar na casa da patroa e morar na sua própria casa. Apesar de a tensão estar presente nos dois casos, há uma diferença objetiva e subjetiva entre ter um momento de ruptura no cotidiano com o local do trabalho remunerado e a permanência nele. A saída do local de trabalho ou a permanência nele produzem duas situações totalmente diferentes em termos da relação entre empregada doméstica e o tempo do trabalho. Apesar de as extensas jornadas e suas irregularidades ainda permanecerem entre as que vivem em sua própria casa, há um momento em que cessa a jornada de trabalho remunerado, e o uso do tempo, a partir daí, está fora do controle da patroa. Para as que vivem no local de trabalho, o fim da jornada de trabalho não significa o fim do controle do uso do tempo da empregada doméstica pela patroa, como veremos na análise dos ritmos de trabalho. A dificuldade de medir as horas trabalhadas de maneira precisa, neste caso, é ainda maior. Esse mesmo problema foi levantado por Vergolino (1989), em pesquisa sobre emprego doméstico em Recife no final da década de 80 do século passado¹²⁴.

Para as trabalhadoras que vivem na residência das/os patroas/patrões, a extensão da jornada de trabalho aparece sempre relacionada à hora precisa de acordar e à hora precisa de ir dormir, como se o uso do tempo na casa das patroas estivesse dividido entre o tempo de trabalho e o tempo de dormir, com exceção dos casos em que as empregadas estudam à noite, nos quais a referência de fim da jornada é a hora de ir para a escola. Mesmo assim, em narrativas sobre a situação atual, encontrei casos de realização de tarefas de trabalho na volta da escola para a casa da patroa. Também encontrei essa mesma situação em narrativas sobre experiências em empregos anteriores.

¹²⁴ Cf. Capítulo 2.

Para o grupo de residentes na casa das patroas, que fizeram parte da pesquisa, o horário de acordar variou entre 5 horas e 6h30 horas da manhã. Em todos os casos, as tarefas de trabalho se iniciam tão logo sejam feitas as tarefas dos cuidados pessoais que fazem parte da rotina do início do dia. O horário de final da jornada de trabalho variou entre 19 horas, 20 horas, 22 horas, chegando até 23 horas. Várias questões estão aí implicadas. Passo a apontar algumas situações como forma de ilustrar o problema.

Em uma casa na qual a patroa tem um filho que estuda à noite, a empregada doméstica termina suas tarefas mais cedo, aproximadamente às 20 horas, depois de servir o jantar da patroa/patrão. Então, se retira para seu quarto ou sai de casa, mas na volta, geralmente às 23 horas, tem de servir o jantar para o filho, quando este retorna da faculdade. Em outro caso, a empregada vai para a escola e, quando não tem tempo de terminar as tarefas antes de ir para a aula, termina na volta do colégio. O que parece indicar o final da jornada de trabalho é o momento em que a trabalhadora se recolhe ao “quarto de empregada” para dormir. Ainda assim, podem ocorrer chamados da patroa para uma tarefa extra e/ou emergencial. Uma tática utilizada como forma de resistir à flexibilidade do horário no final da jornada de trabalho é fingir estar dormindo para não ser demandada para as tarefas sem fim, como mostram as falas seguintes:

Às vezes me deito, logo cedo, finjo que estou dormindo, assim a patroa não me chama mais (Participante da Pesquisa).

Quando eu morava na casa da patroa ela chegava tarde, aí quando eu escutava a zuada do carro eu corria pro quarto, porque senão eles iam me mandar fazer alguma coisa. Mesmo que eu fizesse lá deitada, desacordada, mas quando eles chegavam eu corria pro quarto (Participante da Pesquisa).

Como será exposto mais adiante, para aquelas que exercem a função de babá e dormem no quarto da criança da qual está cuidando, a situação é diferente e, em geral, pior. Nesses casos, o horário do sono pode ser interrompido a qualquer momento.

Encontrei situações combinadas entre morar na própria casa e morar alguns dias na casa da patroa. Em um caso, por exemplo, a empregada doméstica viveu 25 anos na casa da patroa, na qual criou o seu próprio filho e, segundo ela, também as filhas da patroa, que trabalhava fora dois expedientes. Esta empregada se aposentou, continua trabalhando para a mesma patroa e três dias na semana dorme no local do emprego. Trabalha de segunda-feira ao sábado e dorme no emprego às segundas, quartas e sextas-feiras. A patroa agora está

aposentada e, em breve, sua terceira filha, a única residindo ainda em sua casa, irá se casar. Portanto, a patroa passará a viver só, já que é separada do marido. Por causa disso, as filhas da patroa, que a empregada doméstica considera como se fossem também suas filhas, propuseram que ela voltasse a morar integralmente na casa da patroa, para não deixá-la sozinha. Essa situação foi apresentada como um dilema, causador de muita angústia para a empregada doméstica. Ela diz que decididamente prefere viver em sua casa, mas se sente muito pressionada pela situação. Seu filho hoje tem um emprego e uma família, e ela compartilha com ele, nos finais de semana e em outros momentos, uma vida familiar muito satisfatória. Nos dias em que não dorme na casa da patroa, essa trabalhadora termina sua jornada de trabalho remunerado às 20 horas, porque permanece na casa da patroa depois que encerra as tarefas do jantar, entre 18h30 e 19 horas, para lhe fazer companhia, assistindo à televisão com ela:

Termo minhas tarefas e fico pra ver um pouco de televisão com a minha patroa para fazer um pouco de companhia (Participante da Pesquisa).

Nesse caso, a vivência na casa da patroa foi construindo uma relação de dominação/exploração sobre o uso do tempo entre patroa e empregada doméstica que, após mais de duas décadas de relação de trabalho, ultrapassa o controle do uso do tempo para o trabalho e se apodera do tempo da vida da trabalhadora. Uma vez que essa empregada doméstica, já aposentada e se mantendo no emprego, afirma que gostaria de, já neste momento, diminuir sua carga horária de trabalho para se dedicar mais a outras atividades, como viajar, conviver com a família do seu filho, estar mais presente no sindicato. Há um conflito de interesses profundo nessa relação, na qual os laços afetivos e a relação de dominação/exploração aparentemente se confundem na narrativa da empregada doméstica, mas o que parece estar de fato em jogo é o direito da empregada doméstica de ter um projeto particular de vida depois de uma trajetória na qual o seu cotidiano esteve a serviço das necessidades da patroa e da sua família.

Outro caso de dupla moradia é o de uma empregada doméstica jovem, de 32 anos, com uma longa e difícil trajetória de vida e de emprego. Ela encontrou na casa em que trabalha atualmente um período de estabilidade. Morava na casa da patroa/patrão todos os dias da semana devido à exigência patronal, mas diz que sempre desejou ter seu lugar próprio para morar. Como queria preservar o emprego e, por outro lado, realizar em parte o seu

desejo, conseguiu negociar com a patroa a liberação de um dia durante a semana e de um dia e meio do final de semana, de sábado à tarde até segunda-feira pela manhã muito cedo, para estar em sua própria casa. A patroa e o patrão são idosos e preferem empregadas domésticas que residam em sua casa, porque precisam de cuidados e se sentem mais seguros com alguém por perto com quem possam contar em qualquer necessidade especial. Uma outra razão para ela aceitar essa condição é o fato de ser liberada “mais cedo” todos os dias para ir à escola, às 19 horas, e de a patroa manter esse compromisso.

Dois fatores principais definem a duração da permanência de residência no local de trabalho: a falta de condições de ter um espaço próprio para viver ou as exigências do/a empregador/a. Neste último caso, quando não há possibilidade de negociação, uma solução encontrada é a mudança de emprego. Mas nem sempre isso é possível em um determinado momento, pois requer uma estratégia de resistência e acumulação de forças para acontecer. Laços afetivos, dependência e pressão das patroas, falta de informação e de consciência de direitos, podem levar uma empregada doméstica a se manter em uma situação por longo tempo, mesmo quando há um forte desejo de rompê-la.

Em muitos casos, as empregadas domésticas são trazidas ou levadas para trabalhar em casas alheias ainda muito jovens e em situações muito desvantajosas para elas e, assim, são sujeitas à situação de forte dominação/exploração, conforme pode ser percebido através do relato seguinte:

Eu vim menina...mas naquele tempo eu não sabia de nada, no começo eu trabalhava como babá e me exploravam muito, botava pra eu passar roupa com aquele ferro de vapor, eu não nem tinha noção de quantas horas eu trabalhava, ficava de 5 da manhã até a hora que a criança dormia, acordava de noite...eu também era muito presa, ninguém deixava eu sair...e eu fiquei tomando conta de tudo (Participante da Pesquisa).

Nesse caso, a saída do primeiro emprego morando na casa da patroa/patrão se deu após 16 anos, a partir do momento em que entrou em um grupo de movimento social ligado à Igreja Católica, que a levou, junto com outras trabalhadoras, à organização do primeiro coletivo de empregadas domésticas, que originou a Associação das Empregadas Domésticas do Recife. Quando chegam muito novas para viver na casa das patroas, parece ser necessário que algum fator externo venha alterar a situação na qual se encontram, de total alienação e alheamento, para que um processo de resistência se incie, tanto para quebrar a relação de dominação/exploração que estão vivenciando no cotidiano, como para romper com esta

relação construída sob total dependência e controle da patroa, na casa de quem residem, e buscar um outro emprego, em geral como empregada doméstica.

Entre as empregadas domésticas que fizeram parte da pesquisa, foi o primeiro contato com o Sindicato das Empregadas Domésticas o elemento impulsionador para começar a questionar a fusão entre o local de moradia e o local de trabalho, como também a idéia de pertencimento à família da patroa, e para as próprias fundadoras do sindicato, foi a formação do grupo de domésticas e, posteriormente, da Associação das Empregadas Domésticas, como revela a fala de uma das fundadoras da Associação:

Eu chorei muito quando eu saí de lá. As crianças eram muito apegadas comigo, tinha uma menina que eu tinha criado ela...Aí o padre disse: Aí vai ser difícil você tomar posição [política] dentro daquela casa (Participante da Pesquisa, Diretora do Sindicato).

Outros fatores, também, podem influir na passagem entre viver na casa dos outros ou “viver a vida dos outros”, na expressão de uma participante da pesquisa, e ter seu próprio espaço para morar, como, por exemplo, encontrar um companheiro, encontrar pessoas amigas que informam sobre outras possibilidades e fazem a mediação para um novo emprego, entre outros.

No entanto, é o conhecimento dos direitos das empregadas domésticas por meio das informações adquiridas no sindicato que traz uma mudança na maneira de encarar essa passagem. É também verdade, porém, que nem sempre o conhecimento sobre os direitos leva a tomar a decisão de deixar de viver na casa da patroa de imediato, por falta de condições para tal ou, contraditoriamente, devido aos laços de gratidão, conforme o que é expresso em alguns casos.

No grupo pesquisado há uma mudança de comportamento entre gerações. As empregadas domésticas mais velhas relatam experiências iniciais muito mais prolongadas de residência no primeiro emprego e em situação de maior dominação/exploração. As mais jovens mostram uma menor duração do período em que vivem na casa de patroas a partir do início da trajetória. Entre aquelas de idades mais avançadas, as mudanças nos empregos iniciais da trajetória como empregada doméstica, se não são de longa duração, ocorrem sempre na mesma condição, qual seja, a de morar na casa das patroas:

E as patroas abusavam, porque sabia que eu não tinha direito a nada, quando elas dizia você vai embora, eu já tava saindo, só que tinha que sair pra outro, porque não tinha nesse tempo aonde ficar (Participante da Pesquisa).

Um elemento que permanece na relação de trabalho de quem reside na casa da patroa, independentemente da duração, é uma falta de liberdade que pode ser definida como um modo específico de servidão, no qual o controle do uso do tempo, a forma de organizar os objetos pessoais, a falta de espaço para si e as suas relações pessoais estão totalmente sob o controle patronal. É o que pode ser verificado nas falas seguintes, de duas empregadas domésticas, de idades diferenciadas (74 e 27 anos, respectivamente), que residiam na casa da patroa:

Eu fazia de tudo, aí eu não via nem o sol nascer, nem o o sol se pôr, porque não tinha tempo, ia me deitar meia-noite, passando roupa... (Participante da Pesquisa).

Chego às 7 horas da manhã da segunda-feira, durmo no emprego todos os dias e volto para a casa no sábado às 17 horas. Deixo tudo pronto para o domingo. Às vezes atraso na saída no sábado porque a patroa faz compras no sábado e eu só posso sair depois de arrumar as compras. Já pedi à patroa para mudar o dia de fazer compras, mas ela não muda. Durante a semana acordo às 6h30 da manhã e não tenho hora para dormir, pode ser 21 horas ou 22 horas. Durmo no quarto do filho da patroa, quando ele acorda, eu também acordo. Às vezes, já estou dormindo e a patroa entra no quarto, acende a luz e eu acordo. Durmo em um colchão no chão. Às vezes, faço que estou dormindo para ninguém pedir as coisas depois das 10 horas da noite (Participante da Pesquisa).

Uma empregada também jovem, na faixa dos 30 anos, expressa o regime de dominação/ exploração a que esteve submetida em uma experiência no início de sua trajetória:

Dessa vez foi muito ruim, porque eu não ia nem na esquina, porque eram três crianças e o casal, eles eram comerciantes, trabalhavam fora no final de semana, aí lá eu nunca saía de casa, eu ficava assim na frente de casa, às vezes no domingo...trabalhava o dia todo, não tinha domingo, não tinha feriado, não tinha nada, mas também assim, todo dinheiro que trabalhei nesse tempo, eu juntei todinho... (Participante da Pesquisa).

Ainda segundo essa trabalhadora doméstica, os espaços da casa eram pequenos e o lugar no qual dormia era o mesmo em que se guardava o material de limpeza, coisas velhas e, portanto, não tinha como organizar, de maneira apropriada e segundo as suas próprias necessidades, os seus objetos pessoais.

Apenas para ressaltar as condições de moradia na casa da patroa, posso dizer que os elementos recorrentes, tanto nas experiências ainda em curso, como em experiências anteriores, estão ligados à falta de condições do quarto da empregada, que continua a servir

também como depósito. Uma das participantes da pesquisa relata sua vivência no espaço do quarto de empregada, quando residia na casa de uma das patroas em sua trajetória:

O espaço era horrível, muito quente, com tudo dentro, tudo que você possa imaginar, botijão, detergente, água sanitária. O apartamento era pequeno e eu dormia na parte de trás, eles fechavam a cozinha. Aí tinha muita muriçoca. Fechava de noite de chave, se eu tivesse algum problema eu morria por lá. A minha sorte, graças ao meu bom Deus, é que eu sempre tive a saúde muito boa. Dei bombada pra ver se a muriçoca saía porque não tinha um ventilador, não tinha nada. Porque o quarto era muito pequeno, a cama era muito pequenininha, a hora que você se virasse, você batia nas coisas. Aí eu dei bombada e ali eu cochilei, quando eu despertei eu me acordei com falta de ar. A única coisa que eu fazia era molhar o rosto, tinha pia, né? Aí a falta de ar era tão grande que eu subi na grade, assim, pra tentar respirar (Participante da Pesquisa).

A falta de permissão para circular pela casa, a não ser para fazer as tarefas de trabalho, a falta de comunicação com o mundo externo, por não poder usar, de acordo com as suas necessidades, o telefone, não poder partilhar com amigas, namorados ou familiares o espaço em que vive, também fazem parte das condições de moradia no local do emprego, que constituem formas de cerceamento da liberdade individual e afirmação de uma hierarquia social na vivência no espaço privado das/os patroas/patrões, como mostra o seguinte depoimento:

Porque eu sei me colocar no meu lugar, principalmente quando chegava visita eu saía de junto, ficava afastada, eu fazia alguma coisa, tratava bem (Participante da Pesquisa).

O telefone celular aparece em geral como uma tecnologia que confere autonomia na comunicação externa, tanto para as que residem no local de trabalho, como para as outras, durante o expediente de trabalho. No entanto, nem todas têm acesso a essa tecnologia. Uma questão que fica evidente através do processo de investigação é o fato de que, mesmo que haja um horário livre de trabalho, no qual ela permanece na casa da patroa, a empregada doméstica que reside no local de trabalho só pode usar, internamente, este horário livre, no confinamento do quarto da empregada, ou tendo como limite o espaço da cozinha. Isso cria uma espécie de fronteira interna, só ultrapassável para realizar tarefas do trabalho. Esta condição reforça o que afirma DURÁN (2008), para quem “os grupos dominados têm que aceitar o lugar que os outros lhes outorgam, gostem ou não, e usá-lo como se fosse seu... em definitivo as obras construídas são políticas, inclusive as mais modestas e cotidianas” (DURÁN, 2008, p. 139).

A luta pessoal ou coletiva para ter a própria casa onde morar é uma forma de resistência presente no cotidiano das trabalhadoras domésticas e como algo de profundo significado no projeto de vida pessoal e na compreensão dos elementos que conformam a dominação/ exploração da relação de trabalho no emprego doméstico. A posse de um espaço para viver é considerada um direito e como algo a que todo ser humano deveria ter acesso. Ter a própria casa e ter a casa própria, no sentido de ter o imóvel como sua propriedade, são coisas que caminham juntas. No entanto, são percebidas como etapas diferentes. A primeira urgência é ter um lugar fora da casa da patroa e, assim, construir também e, posteriormente, as condições para adquirir um lugar de sua propriedade. As condições mais ou menos difíceis em que podem viver em suas próprias casas apresentam problemas particulares, como será analisado adiante. O que quero ressaltar é que ter um local próprio é uma condição básica para se construir como sujeito, na percepção de todas as mulheres com as quais trabalhei na pesquisa e, dentro disso, esse espaço próprio está fortemente relacionado à apropriação do uso do tempo no cotidiano.

Uma empregada doméstica que morava na casa da patroa, antes de conseguir ir para sua própria casa, relata que acordava às 5 horas da manhã, fazia sua higiene pessoal, começava a trabalhar imediatamente e só parava às 21 horas ou 22 horas, quando ia dormir. Nesse caso, tinha uma jornada de 16 ou 17 horas. Atualmente, está vivendo em sua própria casa e chega ao trabalho às 7 horas da manhã, saindo entre 15 horas e 17 horas. Portanto, uma jornada de trabalho que pode durar de 8 a 10 horas. Escolhi um caso que mostrasse bem o contraste, mas há casos intermediários, em função do significado que tem para as empregadas domésticas viver em sua própria casa em relação ao tempo de trabalho e, certamente, em relação a outras questões que não são objeto desta análise. O que permanece indubitável é que a redução na jornada de trabalho remunerado tem outros significados, como afirmei anteriormente: há uma certeza de que essa jornada termina no momento em que se sai da casa da patroa. De um lado, o período de tempo vivido em outro espaço, no espaço da sua própria casa, fora do tempo do trabalho remunerado, é vivido como uma forma de autonomia ante a relação patronal. Por outro lado, neste outro espaço, o uso do tempo está submetido a uma outra jornada de trabalho, a do trabalho doméstico não remunerado, feito para si e/ou para seu grupo familiar, conforme será analisado mais adiante.

Para uma melhor compreensão dos ritmos de trabalho, tanto daquelas que residem no local de trabalho como daquelas que residem em suas próprias casas, é importante dizer que, em geral, todas as trabalhadoras domésticas pesquisadas realizam todas as tarefas, e em alguns casos, várias tarefas do trabalho doméstico. Não encontrei, no momento da pesquisa, qualquer prática de trabalho doméstico que implicasse apenas uma atribuição específica, como, por exemplo, só de cozinheira ou arrumadeira ou babá. As empregadas domésticas que se identificaram como babás tinham ao mesmo tempo a responsabilidade por outros encargos, como a limpeza e a arrumação da casa e, ainda, a função de babá e a responsabilidade por todas as outras tarefas domésticas. Nas narrativas de trajetórias de emprego, aparecem muitas vezes períodos de empregos nos quais algumas delas afirmam que foram contratadas exclusivamente para uma determinada função, como babá ou cozinheira. No entanto, mesmo nas práticas de trabalho anteriores, definidas dessa forma, encontrei nas narrativas sempre as evidências de outras atividades realizadas que não faziam parte da definição da função específica para a qual estavam contratadas.

Como mostrado no Capítulo 4, os dados gerais indicam que há uma mudança, neste aspecto, em relação às décadas anteriores, e uma tendência, cada vez maior, de uma só empregada doméstica ser responsável por todas as tarefas. O que parece comum, no atual contexto, segundo os relatos das próprias empregadas domésticas que fizeram parte da pesquisa, é que em casa com crianças pequenas necessitando de cuidados, a empregada doméstica, quando contratada, tem como atribuição toda a responsabilidade pelo trabalho doméstico, nela incluídos os cuidados com as crianças. Assim, é importante retomar aqui que nas atividades que constam da prática do trabalho doméstico relacionadas por Kergoat (1998), as quais eu tomo como referência, estão incluídas as atividades do cuidado. As tarefas do cuidado se expandem também para o cuidado com pessoas idosas e pessoas em situação de solidão ou doença.

Uma empregada doméstica que trabalha na casa de pessoas idosas, e para a qual faltam dez anos para se aposentar, coloca de maneira explícita o sentimento de responsabilidade sobre o cuidado com essas pessoas:

O tempo deles tá piorando porque tão ficando mais velho, eu já tô pensando como é que eu vou fazer mais dez anos que eu ainda tenho pela frente pra cuidar deles, na velhice deles, porque tem coisas que já se passou há quatro anos e ela diz que passou ontem, aí eu digo: ai, meu Deus, eu tenho que ter paciência,...as coisas

quebra, ela bota no lixo e depois acha que eu guardei. Converso tanto; até eu convencer a ela e ela se lembrar que botou no lixo, é muito difícil (Participante da Pesquisa).

Ao tratar da questão do tempo do trabalho doméstico com seus ritmos próprios, os quais nem sempre são possíveis de ser apreendidos de forma objetiva ou de ter sua duração mensurável, Cristina Carrasco (2005) refere-se da seguinte forma às atividades relacionadas ao cuidar de outras pessoas:

Mas, além das necessidades mais relacionadas com a biologia do corpo, as pessoas também têm necessidades emocionais, mais subjetivas...Este é um tempo de relação, de aprendizagem, de acompanhamento psicoafetivo; que pode manifestar-se com distinta intensidade ou qualidade, nunca se repete nem é igual a si mesmo, já que a subjetividade lhe dá intensidade e qualidade. Em consequência, é também um tempo absolutamente impossível de aferir com o relógio (CARRASCO, 2005, p. 53).¹²⁵

Há evidências, ainda, de situações nas quais as empregadas domésticas relatam que cuidam de animais domésticos, como, por exemplo, passear e dar banho em cachorros. Isso também pode ser constatado em nossas observações em residências que contam com empregadas domésticas. Parece-me que esses casos revelam como no emprego doméstico há uma relação que implica a disponibilização do seu tempo de trabalho para qualquer tarefa que a patroa julgue necessária, mesmo quando alheia às tarefas convencionais desse trabalho.

Outra tarefa relatada por uma das participantes, que me pareceu singular, refere-se à lavagem do carro da patroa. Neste caso, a tarefa é remunerada de maneira separada, o que confirma que não é considerada como parte das atribuições do trabalho doméstico remunerado para o qual está contratada. É, no entanto, a empregada doméstica quem a realiza.

Fazer compras, levar e buscar crianças na escola, podem também compor as tarefas de uma empregada doméstica. As empregadas também se dizem responsáveis por receber pessoas contratadas para fazer serviços na casa das patroas, sobretudo, no caso de patroas que trabalham fora, como encanadores, pedreiros etc. Nestes casos, devem orientar o que deve ser feito, cuidar da segurança da casa e, ainda, esperar o término dos serviços, se estes não forem terminados antes do horário de saída da empregada doméstica. Essas questões me levam, mais uma vez, ao problema da delegação das tarefas e de uma responsabilidade sobre a casa que se evidencia como um questão crucial na relação entre patroas e empregadas domésticas e na relação entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado.

¹²⁵ Tradução minha.

A remuneração das empregadas domésticas aparece, para quem paga, como algo que garanta à patroa se desencarregar o máximo possível dessas tarefas que constituem a sua responsabilidade pelo trabalho doméstico. A partir de pesquisa realizada com empregadas domésticas na América Latina, Garcia Castro afirma que “se tornou claro para mim, então, que o serviço doméstico não pode ser avaliado unicamente através de categorias econômicas mais comumente utilizadas, tais como produtividade, jornada de trabalho e preço de compra e venda de força de trabalho” (CASTRO, 1993, p. 99).

Além disso, a remuneração de uma empregada doméstica não altera a atribuição das mulheres patroas como as responsáveis pelo trabalho doméstico, pois são elas as pessoas diretamente encarregadas da relação com as empregadas domésticas e, segundo a percepção dos sujeitos da pesquisa, é sobre a patroa que recaem as responsabilidades do trabalho doméstico na ausência delas, o que constitui a base das tensões entre patroa e empregada em torno da negociação dos horários e jornadas de trabalho.

5.2 O TEMPO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO: SEUS RITMOS, SUAS TAREFAS E TENSÕES

Todas as manhãs, de segunda-feira a sexta-feira ou a sábado, por volta de 6 ou 7 horas, em geral, inicia-se a jornada de trabalho remunerado das empregadas participantes da pesquisa. Em resumo, as tarefas e o ritmo obedecem à seguinte seqüência: fazer e servir o café da manhã, iniciar a preparação do almoço, tirar a mesa do café da manhã, lavar os pratos, avançar na preparação do almoço, arrumar e limpar salas, quartos e banheiros, terminar o almoço, servir o almoço, retirar os pratos do almoço, lavar os pratos, fazer algo para deixar para o jantar, limpar a cozinha, lavar ou passar roupa.

Sobre os ritmos e as tarefas centrais que compõem a jornada cotidiana do trabalho doméstico, conforme os sujeitos da pesquisa e observações realizadas, caracterizo sua dinâmica a partir de um núcleo central de atividades, que são rotineiras e incontornáveis. Além disso, podem ser feitas outras caracterizações que incorporam outros elementos e mostram a variação nos ritmos de trabalho, conforme as exigências particulares de cada patroa e as necessidades do seu grupo familiar das próprias empregadas domésticas.

Essa dinâmica pode variar de acordo com a situação de cada local de emprego, por exemplo, se existem crianças na casa, esse ritmo é intercalado para os cuidados diretos com elas, tais como: dar comida, dar banho, levar e buscar na escola, dependendo dos arranjos da patroa. Existem, também, outras tarefas, como lavar as louças do jantar da noite anterior, que são deixadas sujas na pia, ou do final de semana, o que significa que, às vezes, a segunda-feira começa com um volume maior de coisas para lavar, como pratos e panelas. Ou pode, ainda, e em geral há necessidade de deixar comida pronta para o final de semana ou para um dia de feriado, o que defino como trabalho retroativo e trabalho antecipado como parte das jornadas de trabalho. Nesse caso, a empregada doméstica trabalha para dar conta de tarefas que não estão incluídas na duração do seu tempo regular de trabalho, mas que permanecem como sua atribuição. Uma outra razão para adiantar e fazer trabalho retroativo é quando há necessidade de negociar um horário para ir ao serviço de saúde ou para outras necessidades pessoais.

As falas de alguns sujeitos da pesquisa revelam as variações de dinâmicas e a permanência de um mesmo processo de trabalho, que pode ser apreendido a partir da descrição dos sujeitos da pesquisa em forma seqüenciada, tal como apresentada a seguir:

Chego, troco de roupa, vou para cozinha. Faço o café da manhã, boto na mesa. Lavo os pratos da noite anterior. Boto o feijão no fogo para o almoço. Vou limpar os quartos, passo pano no chão todos os dias para deixar cheiroso e para não me sobrecarregar na sexta-feira, dia de limpeza geral. Para não me ferrar então uso a inteligência. Vou lavar os banheiros, depois volto para terminar o almoço. Boto o almoço. A limpeza da sala, da área de serviço e do quintal ficam para a tarde. Passo ou lavo roupa, um dia um, um dia outro. Limpo a cozinha. Sexta-feira é faxina geral, o ritmo aumenta (Participante da Pesquisa, que mora em sua própria casa).

Chego no trabalho, troco de roupa, arrumo a cozinha, faço o café e coloco na mesa. Depois tomo meu café. Tiro a mesa. Faço a limpeza da sala. Faço o almoço. Depois recomeço a arrumação da casa. Boto o almoço. Boto a roupa na máquina de lavar. A roupa fica para passar no outro dia. Um dia lavo, no outro dia passo. Faço o almoço para o outro dia. Arrumo a cozinha e vou embora. Almoço enquanto trabalho, para não perder o horário de sair. À noite vou para a escola. Trabalho três dias na semana, mas faço o trabalho da semana inteira, porque deixo tudo pronto pro outro dia que não vou trabalhar, e no dia que trabalho lavo e arrumo tudo do dia que não fui trabalhar (Participante da Pesquisa, mensalista que trabalha três dias na semana).

Chego no trabalho, vou direto pra cozinha, lavo os pratos da noite anterior, boto café da manhã. Ajeito o balcão e tomo meu café. Retiro a mesa, tiro a carne da geladeira para o almoço. Arrumo os quartos, volto para fazer a carne, tempero, volto para arrumar a casa, tiro pó, varro. Volto para a cozinha, faço outras coisas pro almoço. Boto a mesa para o almoço. Boto roupa na máquina um dia e no outro passo. Lavo tudo, lavo banheiros, vou pra área de serviço, lava as camisas, que não pode ser lavada na máquina. Não faço jantar porque jantam o que sobra do

almoço; só quando pedem sopa. Almoço em quinze minutos. É a única hora que sento (Participante da Pesquisa, trabalha de segunda-feira a sábado).

Acordo às 6 horas pra cuidar da menina. Arrumo ela, preparo e dou comida, levo para escola. Volto e arrumo a casa, sala, quartos e banheiros. Vou buscar a menina no colégio. Dou almoço e dou banho. De tarde faço a tarefa da escola, isto me incentivou a estudar letras, tenho muita paciência com a menina. Sempre tive esse lado de babá. Levo a menina para natação, fico lá esperando. Fico cuidando da menina. A noite vou para faculdade e volto às 23 horas. Quando não tenho tempo de jantar antes de para a faculdade, janto na volta. As vezes acordo de noite para cuidar da menina, que tem problema de asma e ouvido, acordo para ajudar na nebulização (Participante da Pesquisa).

Chego às 6h30, faço o café da manhã, ponho a mesa, faço suco, salada, café. Tiro a carne para descongelar. Escolho o feijão e deixo no molho. Enquanto tomam café, vejo se tem roupa para lavar, deixo no sabão para enxaguar depois. Limpo o terraço e os banheiros. Volto para a cozinha, faço o almoço. Arrumo a casa à tarde. Não tenho tempo de descanso, só a hora do almoço. Almoço rápido. Quando termino tudo, assisto uma novela com a patroa, para fazer companhia, saio 19.30 ou 20 horas. Não tenho pressa, não tenho ninguém me esperando. (Participante da Pesquisa, trabalha de segunda-feira a sábado).

Quando chego, as crianças já tomaram banho. Arrumo a lancheira das crianças, levo elas para o colégio. Passo a manhã sem criança em casa. Aí cozinho o almoço, passo roupa e lavo. Quando as crianças chegam da escola, dou o almoço. Um criança tem 5 anos. Dou comida na boca. Esse tempo é o ritmo da criança, leva o tempo que precisar. Almoço depois de dar comida às crianças. Almoço rápido. Lavo os pratos, arrumo a cozinha e fico com as crianças, fico esperando que chegue a mãe das crianças, fico vendo televisão com elas, das 7 às 8 horas. Esse é um momento de descanso. Quando chega a patroa e o patrão, boto o jantar, arrumo a cozinha e vou embora (Participante da Pesquisa, mensalista que trabalha de segunda-feira a sábado).

Essa última trabalhadora também revela em seu relato que leva sua própria filha para o trabalho remunerado quando não tem com quem deixar, e ela brinca com a filha da patroa, pois são da mesma idade. Nesse caso, ela exerce os cuidados com sua própria filha ao mesmo tempo que trabalha em seu emprego, numa jornada simultânea de trabalho remunerado e trabalho não remunerado.

Para as que chegam ao local de trabalho todos os dias, que é o grupo majoritário, a grande preocupação na hora da chegada é a de não atrasar para servir o café da manhã. De acordo com o que percebi, há uma compreensão sobre essa tarefa como uma obrigação emblemática das exigências patronais. O atraso para essa tarefa pode sempre incorrer em uma manifestação de desagrado por parte da patroa. De acordo com a percepção das empregadas domésticas, o café da manhã servido por elas é uma maneira de otimizar o uso do tempo das patroas no início da manhã e, além disso, um jeito de viver das patroas, o que eu poderia qualificar de um jeito burguês de viver. Como as patroas contam com o café pronto e servido

na mesa, qualquer atraso da empregada doméstica vai trazer um comprometimento das atividades do início da manhã das patroas, sejam elas de preparação para sair para o trabalho remunerado delas, ou mesmo para ir cuidar de compromissos outros, como a ida à academia de ginástica. No caso de patroas com filhos/as e companheiros, em geral o atraso da empregada doméstica leva a patroa a ter de preparar e servir o café da manhã de outras pessoas, afetando ainda mais a organização do uso do seu próprio tempo no início da manhã.

Esse ritmo sincronizado entre a chegada da empregada doméstica e a saída da patroa, presente em todos os relatos, é mais uma evidência da conexão, ou da indissociabilidade, entre o trabalho doméstico gratuito e o trabalho doméstico remunerado, que se confirma no contexto no qual a pesquisa foi realizada. O horário de levar as crianças à escola é também um fator de pressão sobre a hora da chegada no local de trabalho. Mas foram também relatadas algumas situações nas quais as patroas permanecem em casa ou não têm um horário rígido de saída todas as manhãs, mas mesmo nesses casos mantêm o seu ritmo diário totalmente apoiado na hora de chegada da empregada doméstica e na sua permanência no local durante o dia.

O horário da saída, como já foi analisado antes, sofre variações, sendo possível negociar mais ou menos um horário final, levando sempre em consideração a possibilidade de uma variação para mais, em geral, ou para menos, como já analisado anteriormente. Neste sentido, manter uma rotina intensa na realização do trabalho, com uma seqüência bem estruturada, é uma forma de tentar garantir um final da jornada dentro de um padrão de horário, mas que não depende exclusivamente delas. Organizar uma rotina com base na intensificação do ritmo do trabalho serve, também, no caso das empregadas domésticas, como uma forma de resistência, de tornar o trabalho eficiente e de manter o tempo de trabalho dentro de um limite possível. Isso também implica otimizar o tempo de trabalho comendo rápido durante as refeições e não parando para descansar em nenhum momento:

Não gasto tempo almoçando, nem com descanso. Como rápido e se estou muita atrasado como qualquer coisa até de pé (Participante da Pesquisa).

Há, portanto, dentro da jornada extensiva, uma intensividade que está determinada pela quantidade de tarefas a serem feitas e pela necessidade de encontrar meios para se apropriar do seu tempo de trabalho e garantir o final da jornada de trabalho dentro de uma certa regularidade. A economia do uso do tempo é, na maioria dos casos, feita em relação à

restrição do uso do tempo para suprir suas próprias necessidades básicas, como um momento para comer com calma e fazer um pequeno intervalo de descanso. A isso se contrapõe uma disponibilidade permanente em relação às demandas da patroa, como pode ser observado em um dos relatos, no qual há um prolongamento da jornada de trabalho para lhe fazer companhia:

Sempre tiro um tempo pra conversar com minha patroa, ela é muito deprimida. Às vezes me atraso nas tarefas para ficar fazendo companhia pra ela, e acabo mais tarde o meu trabalho. Às vezes fico um pouco nervosa, porque também tenho muitas dificuldades na vida, e ela é rica e eu sou pobre, fica mais difícil ainda (Participante da Pesquisa).

Como já foi analisado, o tempo da jornada de trabalho é definido pela quantidade de tarefas de trabalho em cada residência e, além disso, pelas necessidades e o jeito de ser de cada patroa. Pode, no entanto, sofrer alguma alteração também, a depender do grau de consciência dos direitos. Embora a jornada de trabalho não seja regulamentada para as empregadas domésticas e, portanto, não faça parte dos seus direitos trabalhistas, o que dificulta muito mais qualquer negociação no sentido de estabelecer um acordo em torno de uma jornada padrão, percebi que nas trajetórias de vida e nas trajetórias específicas de emprego há uma forma diferenciada de se confrontar com esse problema, em razão da consciência particular de cada uma, adquirida no processo de trabalho e de militância política. Isso pode gerar um tipo de negociação que seja mais respeitada, ou mesmo uma recusa em aceitar ou permanecer em empregos com jornadas de trabalho com alto grau de irregularidade e extensividade. A idéia de ter direitos, neste caso, leva a empregada doméstica a uma reação às imposições da patroa, limitada pelo fato concreto de não haver um respaldo legal na lei trabalhista. Mas os direitos, ainda que não na sua plenitude, trazidos pela luta da categoria e formalizados pela Constituição de 1988, são uma referência de cidadania de forte apelo na representação de si mesma como cidadã, com um impacto direto na relação de trabalho, como deixa evidente a fala de um sujeito da pesquisa:

Até esse tempo, eu era escrava da casa, trabalhava de domingo a domingo. Se saísse para uma praia, tinha que deixar comida pronta e tinha que voltar cedo para botar a comida. Se não fosse a praia era a praça, mas eu tinha que voltar cedo, logo. Depois que voltava, botava o almoço e saía. E voltava logo, que era para fazer a janta. Chegava, ia dormir, acabou o tempo. Mas a escravidão acabou a partir de 1988. Aí eu tive mais um tempo...tenho férias, feriado, final de semana (Participante da Pesquisa).

As famílias para as quais as empregadas domésticas, que fizeram parte desta investigação, trabalham, têm uma composição diversificada: pai, mãe e filhos/as; mãe e filhos/as; pai, mãe, filhos/as e avó; e mulheres morando sozinhas. Não é objeto da minha análise a composição das famílias das patroas; quero apenas ressaltar que o emprego doméstico atravessa todos os tipos de arranjos familiares e que não encontrei, nessa diversidade, um fator de diferenciação nos ritmos de trabalho e/ou nas relações estabelecidas, a não ser pelo fato, evidente, de que a quantidade de pessoas é colocada como um fator de aumento de trabalho, o qual não é levado em conta nas negociações das tarefas a serem executadas, nem dos salários a serem pagos.

As jornadas de trabalho doméstico remunerado estão imbricadas com jornadas de trabalho doméstico gratuito. Os fatores que definem a extensão e a intensividade das jornadas de trabalho doméstico gratuito estão relacionados, neste caso, à situação familiar de cada trabalhadora: se mora só, se mora com filhos/as, só com um/uma ou mais de um/uma, ou se mora com companheiro e filhos/as. Em todos os casos, são estas mulheres que cuidam de suas próprias casas e, mesmo entre aquelas que têm companheiros, são elas as responsáveis pelo trabalho doméstico, o que caracteriza uma divisão sexual do trabalho dentro de um rígido padrão. Os casos de compartilhamento, quando existem, é com filhas, que o fazem para ajudar a mãe.

Isso fica evidente em casos de maridos desempregados. Nessas circunstâncias, as mulheres continuam responsáveis pelo trabalho doméstico em suas próprias casas. Em diálogo com uma das participantes da pesquisa, em sua própria casa, ela deixou muito explícito sua percepção da situação que está vivendo – o marido desempregado e ela com um emprego. Isso é percebido como um momento de muita dificuldade para ele, e que por isso ela devia cuidar de tudo em casa. Essa é uma maneira de manter a auto-estima do marido já que ele se encontra em uma posição desfavorável diante dela e, sobretudo, diante dos outros. Segundo seu relato, quando ele tinha emprego levava o filho na escola todo dia, e agora, desempregado, não leva mais. Foi sua sogra que cuidou da filha quando pequena e que continua cuidando do seu filho mais novo quando ela vai para o emprego.

De uma maneira geral, quando da existência de filhos/as pequenos/as, a ausência da mãe durante o tempo de trabalho remunerado é sustentada por uma rede entre mulheres. Mãe, sogra, vizinha, ou até a filha mais velha. Os arranjos fora do círculo familiar podem ser feitos

através da solidariedade ou do pagamento a uma vizinha ou conhecida do bairro. Mas sempre entre mulheres. Essa dimensão do cotidiano e da trajetória implica muito estresse e dificuldades emocionais, como ilustrado na fala de uma das trabalhadoras pesquisadas:

Quando meus filhos eram pequenos eu pagava para uma vizinha para olhar eles. Era horrível sair e não ter com quem deixar meus filhos. A vizinha precisava, só que a vizinha já tinha oito filhos. A vizinha vinha para minha casa com o filho dela bebê e tomava conta dos meus dois filhos. Ela tinha uma filha maior, mas não tomava conta dos irmãos. Os sete filhos dela ficavam com a mãe dela. Quando eu chegava, encontrava meus filhos com fome. Além disso, só tive ajuda da minha sogra para cuidar dos filhos (Participante da Pesquisa).

Encontrei ainda situações nas quais os filhos foram inteira ou parcialmente criados por outras pessoas, em geral pelas avós, ou tias, irmãs da mãe, ou parcialmente, quando a partir de um determinado momento passam a morar na casa da patroa. Há, em geral, uma afirmação de que o fato de ter filhos/as pequenos/as constitui uma dificuldade no acesso ao emprego, uma vez que, na visão das patroas, segundo a percepção das empregadas domésticas, isso pode restringir a disponibilidade para o tempo do trabalho.

Os ritmos e tarefas do trabalho doméstico não remunerado são iniciados muito cedo pela manhã, interrompidos pela ausência durante o tempo do trabalho remunerado e retomados na volta para casa. O horário de acordar varia entre 5 e 6 horas da manhã, mas pode, ainda, em alguns casos, ser às 4 horas da manhã. Portanto, é jornada de trabalho intermitente que pode se prolongar até às 23 horas ou mais. A sequência dos relatos feita abaixo visibiliza bem essa dinâmica no cotidiano:

Em casa faço as mesmas coisas, lavo, passo, cozinho, só que para minha casa. Faço isso todo dia e nos dias de folga. Moro com meu filho de 6 anos, e o de 14 anos vem no final de semana. Tenho um namorado. Só tinha ajuda quando morava com minha mãe. Quando vou para o trabalho quem toma conta do meu filho é a minha mãe. Sou uma mãe dividida, às vezes chego em casa e o menino já está dormindo (Participante da Pesquisa, mora com filho de 6 anos e o filho de 14 anos vem nos fins de semana).

Acordo, faço café, e faço o almoço para deixar para o meu marido e pro meu filho. Lavo roupa e saio. O marido passa o pano na cozinha. Chego às 18 horas, preparo a janta, janto, lavo os pratos, e às 19h30s vou para a escola. Na volta faço tudo que precisa dentro de casa (Participante da Pesquisa, mora com o marido e um filho).

Acordo às 5 horas da manhã, passo a camisa do meu marido, que é garçom. Saio sem tomar café. Quando chego em casa de volta, troco de roupa, tomo banho, faço o jantar do marido e dos filhos. Os filhos estão na escola à noite; quando chegam, boto o jantar deles. Lavo roupa, sento um pouco, assisto uma novela, arrumo a cama pras pessoas dormir, e vou dormir. Durante o dia minhas filhas cuidam da

casa. De noite, eu tiro até o mosquiteiro da cama delas. Quando chego em casa minhas filhas não querem mais trabalhar. Quando elas eram pequenas eu levava elas para o médico. Passei um tempo sem trabalhar fora, quando eram tudo pequeno, mas quando voltei a trabalhar fora foi minha mãe que ficou com eles pra eu ir trabalhar (Participante da Pesquisa, mora com o marido, um filho e duas filhas).

Acordo às 5 horas, faço exercício que aprendi na televisão, troco de roupa, saio às 6 horas. Quando volto faço uma caminhada, às vezes passo no mercadinho, chego em casa, faço comida, janto, lavo a louça, lavo a roupa, vejo televisão e vou dormir. Quando estou muito cansada não arrumo nada, tem dias que só consigo mesmo dormir. Tem dias que passo no sindicato antes de vir para casa (Participante da Pesquisa, mora só).

É importante ter presente que o ritmo de trabalho em suas próprias casas está contido em períodos de tempo curtos, pois excluído o tempo para dormir, pela manhã, restam o horário entre o momento de acordar e de sair, que em geral varia entre uma hora e meia e duas horas, e a noite o horário entre a hora de chegada em casa, na volta do trabalho, e a hora de dormir, período no qual há uma variação de três a cinco horas entre as participantes da pesquisa.

As que moram sós, quando chegam em casa cansadas podem escolher não fazer nada, só preparar comida e dormir. Enquanto aquelas que têm filhos/as e, sobretudo, as que têm filhos/as e companheiro/a, geralmente dormem tarde, acordam muito cedo e expressam um desejo de dormir como uma de suas necessidades do cotidiano não satisfeitas. Como já foi dito, as mulheres são as encarregadas de todas as tarefas da sua própria casa. Os maridos, mesmo desempregados, não compartilham ou o fazem de maneira pontual; quando há alguma ajuda, é das filhas mulheres, e para cuidar dos filhos/a pequenos/as; quando elas estão ausentes de casa, em geral são as mães, sogras ou vizinhas.

O final de semana, para a maioria, significa parte do sábado e o domingo. Muitas se queixam de sono permanente, e nisso há uma diferença no uso do tempo entre as que têm filhos/as, filhos/as e maridos, e as que não têm filhos. As mulheres que não têm filhos/as estão sempre se referindo ao final de semana como um momento em que podem dormir muito e descansar. Para as que moram sós, pode ser um momento para fazer visitas, para organizar a casa, para namorar e, às vezes, um período de solidão. Para as que têm filhos/as e marido, o final de semana e feriados são o momento de organizar a própria casa e de conviver um pouco mais com a família. Quando se fala em tempo de lazer, o que aparece de forma muito evidente é que os desejos são muitos: o gosto pela praia, pelo cinema, o desejo de visitar amigas/os e

familiares com mais freqüência. No entanto, as possibilidades para isso são restritas em decorrência da falta de dinheiro. É importante salientar que para aquelas cujas jornadas de trabalho vão de segunda-feira a sábado, que é o regime de trabalho que prepondera para as mensalistas do grupo da pesquisa, o final de semana só está liberado a partir da tarde do sábado: para umas, depois do almoço; para outras, ainda mais tarde. Há um constrangimento no acesso ao lazer que é ocasionado pela combinação da falta de tempo com a falta de dinheiro. A televisão aparece como uma grande fonte de diversão e, além disso, funciona como companhia para aquelas que vivem sós. Essa questão foi também ressaltada por Girard (1993).

No que diz respeito a férias, não há um padrão. Para as que têm carteira assinada e estão em uma relação de trabalho na qual as patroas respeitam os direitos trabalhistas, as férias podem ser gozadas integralmente ou ter uma parte vendida. Essa é uma situação muito freqüente. A venda de férias é uma maneira de colocar as contas em dia ou de realizar algum projeto de compra extra para si ou para a casa. Há também aquelas que nunca tiram férias inteiras em razão da pressão das patroas; nesse caso vendem uma parte. Uma situação que aparece com muita freqüência é o período de férias, seja qual for a sua duração, ser utilizado também como um momento para tratar da saúde, fazer os exames de prevenção e/ou tratar de algum problema específico, e também para ir ao dentista. Como todas são usuárias dos serviços da rede pública de saúde, nos quais para serem atendidas passam longas horas em filas de espera, segundo os relatos, torna-se ainda mais difícil conciliar o cuidado com a saúde com o tempo do trabalho remunerado, como exposto na seguinte fala:

Quando preciso ir pro médico aviso com antecedência, deixo o serviço adiantado. Vou cedo pela manhã e chego no trabalho mais tarde, por exemplo, deixo a carne pronta, o feijão. Mas só faço isso pra uma necessidade que aparece de urgência, porque aproveito as férias pra ir ao médico, fazer os exames (Participante da Pesquisa).

Além disso, quando os/as filhos/as são pequenos/as, são elas que os/as levam para o serviço de saúde, e esse é um motivo de problema na relação com as patroas, pois os horários de atendimento nos serviços de saúde são pela manhã, concorrendo com o horário do trabalho remunerado. São dois usos do tempo em disputa, para o cuidado com os/as filhos/as e para o trabalho remunerado. Muitas vezes, para isso, as empregadas domésticas participantes da pesquisa afirmam que é necessário recorrer à ajuda de outras mulheres. Para os sujeitos da pesquisa, essa é uma situação vivida com muita angústia.

As percepções das empregadas domésticas sobre o uso do tempo se mostraram muito variadas. Para algumas, essa questão, quando tratada de forma mais abstrata, não tem sentido, nunca foi pensada como algo sobre o qual elas pudessem dizer alguma coisa. No entanto, quando falam do dia-a-dia, há uma expressão de angústia muito forte, pelo ritmo do trabalho e o desejo de ter mais liberdade para definir o uso do próprio tempo. Em muitas narrativas, a falta de tempo para o lazer, para a escola, para o descanso, se apresenta como uma dimensão de profunda injustiça social, embora não seja colocada nesses termos. Aparece, no entanto, como expressão de algo que não está correto, que deveria mudar, pois deveria ser possível para todo mundo ter um tempo para passear, para ir à escola, para cuidar dos/as filhos/as, isto é, para desfrutar das várias dimensões que constituem a vida cotidiana e do acesso aos bens da cultura e aos meios de desenvolvimento pessoal. Em outras narrativas é possível perceber como a questão do uso do tempo remete diretamente à necessidade da organização da categoria de lutar pela regulamentação da jornada de trabalho.

Há, em geral, uma compreensão diferenciada sobre a qualidade da relação com o uso do tempo em sua própria casa e no local do trabalho remunerado. Para as que vivem sós, o uso do tempo na sua própria casa está totalmente sobre seu controle e, para essas constitui um lugar de autonomia. Para as que têm filhos/as pequenos/as e marido, há constrangimentos e obrigações, mas que são entendidos como parte da sua própria vida e, portanto, não estão colocados em questão. Em geral, o questionamento é remetido para a monopolização do uso do tempo que é feita no espaço do trabalho remunerado, que, dessa forma, pressiona o uso do tempo para a convivência familiar e o trabalho em sua própria casa. Frequentemente, o uso do tempo no trabalho remunerado é visto como um tempo dominado pelas necessidades de outras pessoas e pela sobrecarga de trabalho dentro de uma relação na qual a situação de trabalhar no espaço da vida privada da/o patroa/patrão estabelece uma situação de isolamento muito desfavorável e sempre incerta, onde as regras e as negociações não estão claras. O uso do tempo em sua própria casa e a serviço de sua família, apesar de ser considerado como fundamentalmente dedicado ao trabalho, é, em geral, percebido com algo intrínseco à sua própria existência como pessoa, como alguém que tem filhos/as e companheiro. Os questionamentos feitos sobre a relação conjugal, quando feitos, dizem respeito a outras questões, não colocam em causa a divisão sexual do trabalho. O afeto, a família e a sobrecarga de trabalho aparecem com algo da própria vida das mulheres que são donas de casa. Sobre a relação entre afeto e trabalho doméstico, Hirata (2004) aponta algumas

questões e mostra a necessidade de pesquisas que levem a uma maior compreensão sobre essa relação.

O tempo livre de trabalho é um bem escasso no cotidiano e na trajetória das empregadas domésticas. O tempo do trabalho se constitui como um impedimento para realização de outras atividades, e as formas de superação desse impedimento estão sujeitas a tensões permanentes. Há algumas formas de resistência para contornar ou enfrentar esse problema, no que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado, como já mencionado. Sobre o trabalho doméstico não remunerado, os elementos de resistência que se apresentam são arranjos entre mulheres, quando se trata do cuidado com os/as filhos/as para permitir seus deslocamentos. No dia a dia do trabalho doméstico, as formas individuais de resistência se apresentam como pequenas atitudes que são maneiras de lidar com a questão do uso do tempo, mas o que aparece com mais força é a organização de uma rotina baseada na intensificação do ritmo do trabalho. Há, também, projetos mais estruturais que impactam essas tensões em torno do uso do tempo, como a busca de uma casa para si mesma, que aparece como uma forma de se emancipar do jugo cotidiano e absoluto sobre o uso do tempo, como uma conquista que reestrutura a vida, objetiva e subjetivamente. Além disso, o acesso à escola se mostrou, a partir da investigação, como uma dimensão fundamental na tensão entre o tempo do trabalho no cotidiano e a realização dos projetos de vida das empregadas domésticas. É uma questão que se mostra emblemática para uma análise sobre as restrições do uso do tempo, impostas pelo trabalho doméstico e, por isso, se tornou um ponto específico da minha elaboração. O que se mostrou como uma evidência no processo de investigação é o fato de que, para todas as participantes, o uso do tempo no cotidiano está sob o impacto do tempo do trabalho doméstico desde a infância e que a partir do momento que se iniciam no trabalho doméstico remunerado, o tempo do trabalho passa a definir o uso do tempo no cotidiano, com impacto sobre as trajetórias de vida.

5. 3 AS TRAJETÓRIAS DE ESTUDO E AS TENSÕES COM O TEMPO DO TRABALHO

Como exposto no Capítulo 4, a categoria das empregadas domésticas apresenta, em geral, uma baixa escolaridade, realidade que persiste ao longo das últimas décadas. Os dados também mostram que nessa categoria há pessoas que nunca tiveram acesso à educação formal. Em meu estudo qualitativo, a escolaridade dos sujeitos pesquisados está inserida nessa situação geral. Entre os sujeitos da pesquisa, preponderam aquelas que cursaram o primeiro grau, outras foram até o segundo grau incompleto; há, ainda, as que continuam estudando, independentemente da faixa etária, e situações opostas e únicas, como a de uma empregada doméstica que nunca teve acesso à escola e de uma empregada doméstica fazendo curso universitário. Esta última, no decorrer da pesquisa, teve de interromper os estudos, por motivos que serão analisados mais adiante. Há evidência de uma tensão entre o tempo do trabalho e o tempo da escola no cotidiano. O uso do tempo para freqüentar a escola aparece, então, como uma forma individual de resistir às adversidades e à dominação/exploração nos contextos sociais nos quais estão inseridas. O acesso ou não à escola tem uma influência direta sobre as possibilidades e os limites das trajetórias de vida, conforme a percepção dos sujeitos da pesquisa. Esse acesso, que para muitas não foi possível na infância, ou foi interrompido de maneira prematura, pode permanecer como um desejo, uma luta, uma forma individual de resistência na sua construção como cidadã, como sujeito, mas quando se torna uma possibilidade que foi abandonada, imposta pela falta de condições sociais, aparece como uma perda irreparável que limita as suas opções de projeto de vida.

Os estudos interrompidos são sempre narrados através de expressões de lamento ou de revolta. Em alguns casos, é possível perceber uma melancolia em relação à infância através dessa questão, uma vez que as práticas de estudo sempre remetem às narrativas para este período, como o momento de ancoragem da possibilidade perdida, do que podia ter sido o certo, o correto ou o justo, em um olhar retroativo para a sua trajetória. Os sujeitos da pesquisa são trabalhadoras que ganham em sua maioria um salário mínimo ou um valor aproximado, e são originárias de famílias pobres, fazem parte, no presente, da classe trabalhadora, de acordo com suas próprias afirmações e, na origem, são de famílias que estão nos estratos mais pobres da classe trabalhadora, dentro de um contexto social com forte

dominação masculina, que pode ser considerada como uma dominação patriarcal, uma vez que o contexto social de inserção dos sujeitos da pesquisa é marcado por um sistema de poder dominado pelos homens. A pobreza, aliada à divisão sexual do trabalho, é um fator determinante para a entrada no emprego doméstico e para suas dificuldades ou impedimentos em seguir uma trajetória escolar regular, isto é, sem interrupções e de maior alcance.

Segundo as informantes, a pobreza e a falta de visão dos pais, que não estudaram, e a falta de dinheiro formam um contexto de extrema adversidade para prosseguir nos estudos.

Quando a gente começou a estudar não foi por vontade do meu pai não, meu pai nunca ligou pra isso não. Ele também nunca teve estudo. Também a gente era pobre e era nove filhos (Participante da Pesquisa).

Nesse contexto, o tempo de estudo está em choque com o trabalho doméstico desde a infância. Essa é uma história recorrente. Com a entrada no emprego doméstico, os limites ganham outras conotações, a falta de tempo permanece e passa a ficar, também, sob o controle das patroas. O cansaço e a dificuldade de encontrar escolas públicas que respondam às necessidades de estudo para trabalhadoras que só têm o período da noite disponível para isso tornam ainda mais difícil o acesso à escola.

Em pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (1971), está colocado o pressuposto de uma mudança nesse sentido, dado que muitas empregadas domésticas estavam se alfabetizando, ou freqüentando o primeiro grau, no momento da pesquisa (p.46). No entanto, os dados do IPESPE (1991) e do DIEESE (2006) apresentados no Capítulo 4, mostram que o perfil de baixa escolaridade das empregadas domésticas permanece. Na primeira pesquisa, a contradição entre trabalho doméstico remunerado e o acesso à escola não está analisada. E de acordo com a minha leitura da situação, há uma contradição cotidiana, entre garantir um salário e se desenvolver como indivíduo através do acesso a um direito básico da sociedade moderna que é o direito à escola. É nesse sentido que a pesquisa qualitativa contribui para levar a um aprofundamento sobre as práticas e relações sociais, que podem tanto interpelar os resultados como aportar significados para os estudos quantitativos, como também para mostrar a diversidade dos problemas e contextos sociais.

As trajetórias de estudo são difíceis e intermitentes. Aquelas empregadas domésticas que ainda estão estudando mostram um desejo muito profundo de ter acesso ao direito à educação formal e tomam o estudo como um caminho de transformação da situação em que

vivem. Nesse desejo pode estar ou não contido o fato de querer deixar o emprego doméstico, mas o significado do estudo vai além disso. Configura um ideal de realização como sujeito, como um ser humano dotado de uma possibilidade que é comum àquelas e àqueles que pertencem à comunidade das/os cidadãs/cidadãos. Isso fica claro no caso de uma empregada doméstica que atualmente é diarista, tem 57 anos e está cursando o segundo grau, com o projeto de cursar uma universidade. Em sua projeção, a aposentadoria como empregada doméstica deverá acontecer justamente no momento de entrar na universidade e, assim, para ela as condições para avançar nos estudos estarão dadas. Ela demonstra um imenso prazer com a prática escolar e, levando em conta suas considerações sobre essa questão, percebi que ela acha que o fato de estudar ou não estudar deve ser tomado como um marcador de profundo significado para medir a desigualdade social.

O que percebi através da pesquisa é que a permanência na escola se constitui como uma espécie de desafio cotidiano que vai se configurando como uma trajetória entre dominação e resistência, dentro da qual os conflitos em torno do uso do tempo são um dos elementos que a conformam.

Nas narrativas dos sujeitos, é possível observar a trama que forma o percurso incerto da escolarização e a sua continuidade como uma forma de resistência:

Faço o segundo grau. Parei na oitava série porque me casei e tive filho com 17 anos. Comecei a estudar contra a vontade do meu pai, ele não ligava para isso, minha mãe não dava opinião, foi uma tia que arrumou escola pra mim e dois irmãos. Levava e trazia da escola e ensinava as tarefas erradas, e a professora brigava. Andava muito até a escola, passava muita necessidade e ajudava em casa e ia todo dia pra escola porque tinha fome e lá tinha lanche. Eu saía de casa à tarde, sem almoçar. Meus irmãos desistiram e eu continuei até a oitava série. Retornei em 2006, com 30 anos, como aluna do Programa Trabalho Doméstico Cidadão do governo federal em parceria com o sindicato. As aulas são de noite, aí posso estudar porque está fora do horário de trabalho (Participante da Pesquisa).

Essa participante da pesquisa é casada e tem uma filha e um filho. Além do trabalho remunerado, faz o trabalho doméstico em sua própria casa. A mãe dela cuidou da filha e do filho enquanto eram pequenos para ela trabalhar fora, mas não poderia fazer isso à noite, se ela quisesse estudar. Além disso, havia a dificuldade de encontrar um curso à noite. Ela retoma aos 30 anos, quando se torna possível para ela conciliar o tempo do trabalho doméstico remunerado, o tempo do trabalho doméstico não remunerado e a escola. No emprego atual, consegue sair com uma certa regularidade entre 15h30 e 17 horas. E, assim,

pode passar em casa, “ver as coisas” e ir para a escola que começa às 19h30. Sua jornada diária, composta de trabalho e de estudo, começa em casa, em geral às 6 horas da manhã e termina às 11 horas da noite, depois que volta da escola e organiza algumas coisas em casa.

Outra participante da pesquisa revela em sua narrativa as dificuldades desse percurso:

Comecei a estudar na infância mas parei duas vezes; desistia e recomeçava. Da primeira vez, porque não via muito sentido, meus pais não tinham estudo e não me incentivavam. Repeti a quarta série. A segunda vez, parei porque minha mãe adoeceu e eu tive que cuidar da casa, tava na quinta série e perdi o ano. Depois voltei e concluí o primeiro grau. Aí parei para ir trabalhar como empregada doméstica em Campinas, em São Paulo. Lá não deu para estudar. Dois anos depois voltei para Recife e comecei a estudar outra vez, porque não estava satisfeita com o trabalho, queria algo melhor, fazer carreira na saúde. Tentei um curso técnico de enfermagem, mas não consegui. Comecei um curso de Letras na faculdade paga, à noite. Porque só posso estudar à noite, trabalho o dia todo. Ganho um salário de R\$ 380,00 e pago R\$ 210,00 de faculdade (Participante da Pesquisa).

A participante acima parou de estudar no período da pesquisa de campo. Ficou grávida e a patroa a dispensou. Segundo ela, porque a patroa achou que ela não teria tempo disponível para ser uma babá dedicada, já que estava grávida e ia ser mãe. Como babá, ela tomava conta da filha da patroa o dia inteiro, enquanto a patroa trabalhava fora de casa. Depois disso, foi morar com o companheiro e não tem mais dinheiro para pagar a faculdade, por isso parou. Para ela é muito difícil encontrar um trabalho grávida. Diz que vai esperar ter o bebê para retomar o trabalho doméstico remunerado e ver quais as possibilidades de retomar os estudos. A fala de um sujeito da pesquisa revela a tensão entre o tempo da escola e o tempo do trabalho doméstico, ao longo da trajetória de vida:

Comecei a estudar com 8 anos, quando morei dois anos com minha madrinha na capital. Mas não ia para escola todo dia, tinha que fazer as coisas em casa. Voltei pra casa do meu pai com 10 anos e parei de estudar. Trabalhava na casa e na roça e não tinha escola. Fui morar com minha vó na cidade, para cuidar dela, e voltei a estudar. Com quinze anos fui trabalhar como doméstica e arranjei outra escola. Fui para outro emprego, não deu para estudar, não tinha tempo morava na casa da patroa, trabalhava o dia todo e a noite. Depois mudei de emprego e vim para o Recife. Consegui uma vaga numa escola, voltei a estudar. Agora tô no SESI fazendo o supletivo; é bom porque são dois dias na semana e facilita por causa do trabalho. Tô nesse emprego porque a patroa cumpre o acertado de dois dias na semana não atrasar o trabalho para eu ir para a escola. Trabalho todo dia, só tenho a noite pra ir pra escola (Participante da Pesquisa).

Essa última fala também revela que os deslocamentos constantes, aliados ao trabalho doméstico, são fatores que impossibilitam a permanência na escola. Outra fala revela, ainda,

as dificuldades que compõem a trama do percurso que leva à decisão ou à imposição de parar de estudar:

Fiz o primário no interior e vim para o Recife com 14 anos para trabalhar como empregada doméstica. Pedi para ser matriculada em um colégio de freira perto do trabalho. A patroa disse que não dava para eu ir para o colégio e que ela mesma ia me ensinar. Ela nunca teve tempo e nunca me ensinou. O tempo foi passando. Aí fui para outro emprego, depois de 10 anos. Aí apareceu o MOBRAL, que tinha aula de noite. Eu podia sair quando terminava o serviço de noite, mas ninguém sabia que ia estudar, senão não deixavam. O MOBRAL acabou e aí não tive condições de continuar. Depois voltei para um curso de alfabetização na Católica, de graça; aí melhorou a qualidade do ensino. Mas aí tive que parar, a patroa e patrão não deixavam eu ir para a escola, era de tarde e diziam que era no horário de trabalho. Aí parei de vez (Participante da Pesquisa).

Essa participante da pesquisa, que hoje está aposentada, tem mais de 70 anos e é militante do sindicato. Considera que quando iniciou sua trajetória como empregada doméstica, morando sempre na casa das/os patroas/patrões, até conseguir sua casa própria, o controle da patroa sobre as empregadas domésticas era ainda mais forte que hoje e, por isso, não teve como estudar. Quando conseguiu a casa própria, sua vida mudou, mas o projeto de estudo havia sido abandonado.

Comecei a estudar quando era pequena, não tive condições, era pobre, ajudava em casa, parei. Fui trabalhar no emprego doméstico, voltei, estudei até a quinta série. Parei de estudar porque trabalhava o dia inteiro e quando ia pra escola dormia na banca, por causa do cansaço. Não deu (Participante da Pesquisa).

Essa empregada doméstica considera que o estudo é um caso encerrado, e não vai mais tentar. No entanto, tem planos para “melhorar de vida”: à noite, quando chega do emprego, no qual trabalha de segunda a sábado, faz comida para vender no bairro onde mora.

Não estudei quando era criança na casa dos meus pais. Trabalhava em casa e na roça. Quando saí com 10 anos tentei entrar em um colégio de freira na cidade do interior para trabalhar e estudar, mas não fui aceita. Comecei a trabalhar como doméstica. Quando vim para Recife, já no terceiro emprego, pedi para estudar mas a patroa disse que não tinha escola para adolescente. Mas eu sei que tinha, ela não queria que eu estudasse. Queria só que eu trabalhasse, de manhã, de tarde e de noite. Eu tinha hora para começar e não tinha para terminar. Morava na casa da patroa. Sempre tive vontade de estudar e ser professora para ensinar as crianças pobres como a gente, trabalhadoras domésticas. Trabalhei em outras casas, mas só com 20 anos consegui estudar à noite em um curso supletivo. Fiz quatro anos em um e depois terminei a quinta série em um colégio que dava aula à noite de graça. Quem me ensinou a ler antes de eu entrar na escola foi Lenira, companheira do sindicato. Consegui ir para a escola porque convenci a patroa que era melhor que eu soubesse ler para cuidar das crianças, porque eu poderia ler a bula dos remédios. Mas ela implicava com meus estudos, ela dizia que eu não tinha tempo pra estudar, aí eu fui pra outra casa. Na outra casa um dia eu disse à patroa que tinha prova de noite e ela disse que ia chegar às 6 horas e só chegou às 5 horas da

manhã. Eu disse que só ficava lá se tivesse tempo para estudar. Não deu. Mudei de emprego, mas foi sempre muito difícil e não consegui terminar o segundo grau. Às vezes não tinha dinheiro nem para pagar o papel da prova (Participante da Pesquisa).

Essa mesma participante mostra um profundo sentimento de perda, pelo fato de ter interrompido os estudos, quando diz:

A única coisa que me arrependo na vida é a de não ter estudado. Eu parei de estudar porque não tive condições, mas nunca me conformei com isso (Participante da Pesquisa).

Essa mesma trabalhadora considera uma injustiça e expressa uma crítica aos governos por não garantirem a educação como um direito e às patroas por não terem sensibilidade para o problema. Acha que no emprego doméstico, quando se quer estudar, isso é considerado desnecessário, e vê isso como um preconceito. Afirma que a militância na organização das empregadas domésticas é um lugar de aprendizado e de construção de sentido para a vida pessoal e coletiva, mas o fato de não ter estudo permanece como um grande déficit, para ela, na sua percepção.

Através do processo de investigação, foi possível constatar que o trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres (KERGOAT, 1986, 2002, HIRATA, 1986, 2002, HIRATA E KERGOAT, 2007) se inicia desde a infância e é um elemento de socialização que no contexto de pobreza se constitui também como um mecanismo de naturalização do percurso que leva as mulheres ao trabalho doméstico remunerado. Essa naturalização serve como um mecanismo de justificação para a falta de acesso à escolaridade na infância e na juventude, como também para a dificuldade de negociar com as patroas arranjos no horário da jornada de trabalho que tragam a possibilidade de estudar. Essa naturalização ajuda a manter e reproduzir a dupla jornada ou as jornadas de trabalho extensivas, intensivas e intermitentes entre trabalho gratuito e trabalho remunerado. No caso das empregadas domésticas, a profissão aparece como uma reconfirmação dessa atribuição considerada natural, e uma vez que estão realizando um trabalho que por natureza é um trabalho de mulheres, nada justifica que queiram estudar, ou mesmo fazer uma formação profissional no campo do trabalho doméstico. Neste ponto, é importante recolocar a questão levantada por Kofes (1990), relativa ao contexto social brasileiro, no qual as meninas pobres são socializadas para serem empregadas domésticas e as meninas de classe média e alta para

serem patroas, indicando duas formas distintas e desiguais de socialização determinadas pelas relações sociais de sexo/gênero e de classe.

Para as empregadas domésticas, o acesso à escola se coloca, portanto, como uma forma de resistência, em um primeiro plano, à determinação social que se naturaliza através dos mecanismos reprodutores da dominação/exploração e a uma concepção de destino que se forma através das práticas sociais carregadas de ideologia patriarcal e carência material. Uma vez que, na trajetória que leva ao emprego doméstico, tudo parece engrenar e fazer sentido, o cotidiano se reproduz sempre premido pelo fato de ser mulher e mulher pobre, e, majoritariamente, mulher negra. No dia-a-dia das empregadas domésticas, o acesso à escola está colocado como um elemento do conflito entre dominação/exploração e resistência, já que na jornada que se constitui a partir do trabalho doméstico remunerado e do trabalho doméstico não remunerado não há, em princípio, um período liberado para essa atividade. Construir um horário para ir à escola é parte de uma afirmação como sujeito, que se faz com todos os custos para o próprio sujeito.

Todas as trabalhadoras domésticas que se mantêm estudando, ou as que já interromperam esse processo, até quando estudaram, arcaram com todos os custos para isso. Frequentar a escola à noite, fazer as tarefas escolares tarde da noite, quando voltam para suas casas ou para a casa das patroas, ou pela manhã muito cedo ou, ainda, na própria escola, quando chegam um pouco antes da aula começar, são esses os horários possíveis para se manterem estudando. O cansaço é uma forma de bloqueio que, muitas vezes, acaba prevalecendo sobre o desejo e o projeto de estudo. A falta de políticas públicas que assegurem o acesso à escola para trabalhadoras em regime integral aparece no processo da investigação, tanto nas narrativas pessoais quanto nos debates coletivos da categoria, como um elemento que dificulta o acesso à escola e mantém a exclusão.

Os meios encontrados para resistir aos bloqueios e dificuldades para estudar são vários. Quando não existe possibilidade de negociar um final de jornada de trabalho compatível com o horário da escola, uma forma é mudar de emprego para continuar estudando. Outra forma são compensações de horário de trabalho negociadas com as patroas, como, por exemplo, sair mais cedo, no horário da escola, e chegar mais cedo no outro dia, e às vezes, para as que moram no local de trabalho, terminar as tarefas após a volta da escola. Para as que vivem em suas próprias casas e têm filhos/, e/ou filhas/as e marido, a negociação se dá

nos dois espaços de trabalho, o remunerado e o não remunerado. Nesse caso, também tarefas do trabalho doméstico podem ser feitas depois da escola, na volta para casa. Pela manhã muito cedo é sempre improvável, devido à pressão do tempo para chegar no emprego e à necessidade de realizar pequenas tarefas, em sua própria casa, antes de sair.

Há, ainda, uma opção que implica prejuízos para a própria condição de vida, como diminuir a carga de trabalho semanal, tornando-se diarista em alguns dias da semana, ganhar menos do que um salário mínimo, passar necessidades e se manter estudando. Essa foi a forma encontrada por um sujeito da pesquisa com mais de cinquenta anos, militante engajada do sindicato, fazendo o segundo grau e com planos de entrar na universidade, sobre a qual já me referi anteriormente. Estudar, tanto no caso das empregadas domésticas que moram em suas próprias casas como no caso das que vivem na casa das patroas, é, enfim, uma forma de resistência ao longo da história de vida que se realiza cotidianamente.

Busquei também investigar a existência de qualquer tipo de formação profissional, uma vez que se trata também de um processo de aprendizagem, o qual requer disponibilidade de horário e formas de acesso. Para os sujeitos da pesquisa, a formação como empregada doméstica é algo que está diretamente relacionado à experiência na casa de sua família de origem. O fato de ter ajudado a mãe com as tarefas domésticas é sempre mencionado como a base do aprendizado que se constrói posteriormente na prática de trabalho remunerado. No trabalho doméstico remunerado, as patroas são citadas como aquelas que forneceram as informações e fizeram as exigências que levaram essas trabalhadoras a acumular um conjunto de habilidades para realizar o trabalho doméstico. Um fato recorrente é a aprendizagem através de receitas fornecidas pelas patroas. O processo de aprendizagem, nesse caso, se dá através de errar e fazer outra vez. Esse processo traz também memórias de momentos difíceis no início da trajetória como empregada doméstica, devido ao confronto entre formas totalmente diferentes e desiguais de lidar com as tarefas domésticas: de um lado, a experiência trazida da casa de sua família de origem, com hábitos e recursos materiais próprios do contexto de pobreza, de comida escassa e sem sofisticação; de outro lado, o ambiente de classe média ou alta, com recursos materiais necessários a uma vida com conforto e sofisticação da casa das patroas, como revela a fala de uma participante da pesquisa:

Não sabia fazer nada quando comecei a trabalhar. A patroa saiu pra trabalhar e mandou eu fazer o almoço. Fiz do jeito que fazia no interior, na casa de pobre, tudo misturado. Quando a patroa chegou, disse que era comida de cachorro e

brigou comigo. Eu tinha vontade de aprender a cozinhar, e fui aprendendo com as patroas, e hoje faço comida chinesa, pernambucana e do Brasil (Participante da Pesquisa).

Aquelas que participaram de processos de formação, fizeram-no através do sindicato, em cursos realizados na sede, de maneira autônoma ou em convênio com órgãos públicos ou entidades parceiras. Esses processos funcionam como algo complementar ao aprendizado que se forjou na própria prática de trabalho. As experiências relatadas e levantadas através do sindicato acontecem sempre no horário da noite ou no final de semana, justamente para não entrar em choque com a jornada de trabalho remunerado. No entanto, a escassez de experiência de formações mais densas ou mais prolongadas faz com que o acesso a um espaço de formação profissional e o uso do tempo para essa finalidade não sejam colocados como um ponto de conflito no uso do tempo cotidiano. Pois há uma questão anterior, que é a falta de oferta de cursos de formação. Faltam meios institucionais para que isso ocorra e falta o reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho que requer uma formação técnica específica, reconhecimento este que está relacionado à superação de uma ideologia do trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres.

Uma medida recente, iniciativa do Governo Federal, através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, e em parceria com a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, foi a criação, em 2006, do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, que associa formação técnico-profissional e educação formal. Isso pode ser tomado como um indicador de mudança na visão institucional sobre essa profissão. No entanto, os limites desse Programa estão, em primeiro lugar, colocados pela restrição do número de trabalhadoras beneficiadas que, na sua primeira edição, foi um total de 250 trabalhadoras, em 8 capitais, em um universo de quase 7 milhões de trabalhadoras em todo o país. No momento desta pesquisa, a segunda turma não havia sido iniciada.

Na percepção de alguns sujeitos da pesquisa, a formação profissional nesse campo é um assunto controverso mesmo entre as empregadas domésticas, sobretudo para aquelas que não fazem parte ou não estão engajadas na organização da categoria, uma vez que para existir uma formação profissional institucionalizada seria necessário que a profissão alcançasse o patamar de trabalho formal com todos os direitos trabalhistas e, dentro disso, um contrato de trabalho e, ainda, que as empregadas domésticas, em geral, tivessem outra relação com a

profissão, já que há, em grande medida, uma forte recusa, por parte das empregadas domésticas, em assumir publicamente o pertencimento a essa categoria de trabalhadoras.

Retomando a questão da escolaridade, é importante colocar uma outra dimensão desse problema, que mostra a importância dada ao estudo e à formação profissional pelas empregadas domésticas. Além de, no geral, perceberem o seu déficit de escolaridade como algo bastante negativo em suas trajetórias, e da existência de um grupo que se mantém no esforço cotidiano de seguir adiante estudando, para aquelas que têm filhos/as a questão mais importante é assegurar o acesso e a manutenção deles/as na escola. Todas as mulheres que fizeram parte do processo da pesquisa consideram que esse é o maior bem e valor que podem dar aos/às filhos/as. O grupo de mulheres que mantém os/as filhos/as na escola empreende todo esforço para isso. Elas consideram essa a sua prioridade e buscam, dentro da escassez de seus recursos financeiros, oferecer todos os meios que estão ao alcance de suas possibilidades, mesmo que isso signifique uma privação de lazer e de outras necessidades do cotidiano. Para as que conseguem garantir a manutenção dos/as filhos/as na escola, esse é o grande investimento no futuro. Neste sentido, a relação entre cotidiano e transformação das condições sociais em que vivem tem como um dos elementos centrais a transformação da trajetória de seus/suas filhos/as em relação às suas próprias trajetórias de vida.

Entretanto, uma contradição presente na relação entre as empregadas domésticas e suas filhas, que está dada pelas condições sociais nas quais estão inseridas. Se, de um lado, a escola é a prioridade, de outro alguns sujeitos da pesquisa afirmaram que em algumas situações recorrem à ajuda de suas filhas para a realização de tarefas no trabalho remunerado e, quando necessário, são também as meninas que ajudam a mãe no trabalho da sua própria casa:

Uma vez por mês levo a minha filha mais velha pro meu emprego pra me ajudar, porque tem que tirar tapetes pesados; tirar os móveis e lavar os tapetes. Patroa não pode ajudar porque tem dores, o marido dela sai para trabalhar e não faz serviço de casa, e o filho dela também vai para a escola. Aí tenho que trazer a minha para ajudar nessa tarefa pesada (Participante da Pesquisa).

Essa mesma participante da pesquisa, que tem duas filhas e um filho adolescentes e estudantes, afirma que:

Durante o dia as minhas filhas cuidam da casa, enquanto eu tô no trabalho. (Participante da Pesquisa).

O que diferencia a experiência dessa empregada doméstica da experiência de suas filhas é que as últimas se mantêm na escola e contam com forte apoio dela, que considera os estudos das filhas e dos filhos como a prioridade maior da sua vida. Nesse sentido, há um investimento igual; no entanto, são as filhas que são chamadas ao trabalho doméstico.

Um outro sujeito da pesquisa afirma o seguinte:

Morei na casa da minha patroa, até minha filha completar 19 anos. Quando ela tinha doze anos já me ajudava nos serviços da casa. E estudava também, mas depois parou, ficou grávida, teve uma filha e hoje mora comigo, parou de estudar e está procurando emprego (Participante da Pesquisa).

As relações sociais de sexo/gênero e de classe se reproduzem através de uma socialização na qual as meninas pobres são aquelas para as quais o trabalho doméstico remunerado e não remunerado de suas mães se coloca já como uma prática e uma forma de responsabilidade em suas vidas e o acesso à escola como uma incerteza.

As práticas de trabalho observadas entre as empregadas domésticas revelam que a intensidade e a extensividade das jornadas de trabalho doméstico são algo que vai solapando o cotidiano das mulheres que fazem parte do mesmo grupo familiar. As mães das empregadas domésticas ficam com os/as netas/os para suas filhas irem trabalhar; em alguns casos, até mesmo as sogras; as filhas mulheres, desde meninas, são iniciadas nas pequenas tarefas domésticas do cotidiano e na divisão sexual do trabalho; são elas as mais comprometidas no alívio da carga de trabalho de suas mães e, ainda, podem ser requisitadas para “ajudar” suas mães em suas tarefas no trabalho remunerado. Portanto, se no cotidiano há uma relação entre mulheres que formam uma rede de sustentação para manter a dinâmica do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, essa relação se reproduz entre gerações como parte da reprodução da divisão sexual do trabalho.

Jornadas extensas, intensas e intermitentes de trabalho fazem do cotidiano da empregadas domésticas um tempo marcado por tensões no qual resistências são construídas para superar os processos de dominação/exploração que marcam os pequenos momentos do trabalho no dia-a-dia e o percurso longo da trajetória de vida.

5.4 A EXTENSÃO E A INTENSIDADE DAS JORNADAS DE TRABALHO E AS RELAÇÕES ENGENDRADAS

A relação entre intensidade e extensividade das jornadas de trabalho, no caso das empregadas domésticas, é uma questão central, pois se o trabalho doméstico no interior da sua própria casa é, prioritariamente, de sua responsabilidade, e se no trabalho doméstico remunerado a jornada de trabalho é marcada pela quantidade de tarefas a serem feitas todos os dias e não há amparo legal para a definição da duração dessa jornada, a extensividade, como já apontada, depende diretamente da intensidade com a qual o trabalho é realizado. Uma intensidade que é marcada por um tempo de trabalho, o qual, segundo Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel, Sonthonnax (1985), tem estrutura própria.

O trabalho doméstico tem como uma de suas características a necessidade constante de se realizar tarefas. É um trabalho que se prolonga em jornadas que atravessam o dia e vão até a noite e, por incluir os cuidados com as pessoas, pode se realizar mesmo durante a noite. Se uma criança está doente e durante a noite tem problemas, há necessidade de alguém para cuidar dela. As casas necessitam ser limpas, as camas arrumadas, a comida precisa ser feita, algumas atividades precisam ser realizadas todos os dias e até mesmo nos finais de semana, pois o trabalho doméstico supre necessidades cotidianas da sobrevivência das pessoas e reprodução da vida humana (CARRASCO, 2001). Mesmo que algumas tarefas não exijam uma realização cotidiana, não há interrupção nesse trabalho que é uma dimensão constitutiva da sustentação da vida pessoal e social. Mesmo que alguns serviços possam ser comprados e algumas coisas possam ser trazidas do mercado para casa, como uma comida pronta, há sempre necessidade de se realizar uma tarefa do trabalho doméstico que viabilize o consumo do que se comprou. Fazer as compras para a casa é, em si, uma tarefa do trabalho doméstico (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985). O trabalho doméstico não cessa.

As novas tecnologias, conhecidas como eletrodomésticos, não alteraram o ritmo nem a estrutura do trabalho doméstico, conforme observei no processo de pesquisa. Podem, sim, facilitar a realização de tarefas ou diminuir o tempo de realização delas, mas a economia do uso do tempo no trabalho doméstico não é determinada apenas pela quantidade de tarefas básicas a serem realizadas no dia, pois há uma relação de disponibilidade permanente entre as

mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e as demais pessoas da família que vivem no espaço doméstico, nos quais elas trabalham, de maneira remunerada ou gratuita. Portanto, a redução de algumas horas ou minutos na realização de algumas tarefas, através do uso da tecnologia, pode sempre ser revertida em horário disponível para atender a novas demandas. Para as empregadas domésticas, os eletrodomésticos na casa das patroas facilitam algumas tarefas e podem também aumentar a quantidade de trabalho por dia. Em suas próprias casas, o acesso à tecnologia é mais restrito, no entanto, elas possuem aqueles considerados pelos sujeitos da pesquisa como os básicos, aos quais podem ter acesso. O uso das tecnologias para o trabalho doméstico cria situações contrastadas, como lavar roupa na máquina de lavar na casa das patroas e lavar roupa na mão e no tanque em suas próprias casas. Nesse caso, o uso do tempo para a mesma tarefa é desigual.

Para Lefebvre (1958), os progressos tecnológicos aplicados ao trabalho doméstico são fatos sociológicos de grande importância que devem ser analisados a partir das contradições do processo social real. Isto é, a tecnologia é utilizada dentro de determinados contextos sociais, e sua utilização é definida pelas relações de poder, em qualquer dimensão da vida social. Na esfera do trabalho produtivo, como afirma Antunes (2000), o desenvolvimento tecnológico não trouxe a liberação de tempo livre para quem vive de vender a sua força de trabalho, portanto, as tecnologias nessa esfera são utilizadas de acordo com os interesses da classe que detém o poder sobre os meios de produção. No trabalho reprodutivo, o uso das tecnologias também é feito em um contexto de relações desiguais. No caso das empregadas domésticas, o uso da tecnologia para o trabalho doméstico na casa das patroas favorece, em primeiro lugar, os interesses destas últimas, pois ao diminuir o tempo de execução de algumas tarefas, mais tarefas podem ser realizadas.

No processo da investigação, esse fato aparece de maneira recorrente. Uma mesma tarefa pode ser feita utilizando a tecnologia, ou não, dependendo das exigências patronais. Uma máquina de lavar pode servir para lavar determinados tipos de roupa, e outras roupas serem lavadas à mão, por serem finas e necessitarem de um trato especial. Segundo algumas empregadas domésticas, o uso da tecnologia gera, muitas vezes, um conflito com a patroa, uma vez que a disponibilização de uma tecnologia pode acarretar maiores exigências e o repasse de mais tarefas para as empregadas domésticas. Portanto, nesse contexto, a tecnologia não reduz o tempo da jornada de trabalho.

No contexto das suas próprias casas, tampouco as tecnologias alteram o ritmo do trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho. Se existe em casa um liquidificador, por exemplo, são elas que o usam para qualquer necessidade, e o fato de facilitar as tarefas não faz com que os companheiros se sintam aptos ou disponíveis para as realizar. O uso da tecnologia para trabalhos domésticos só altera o uso do tempo no caso das mulheres que vivem sós, pois nesse caso o uso é diretamente um benefício para elas, mas no geral é limitado o acesso às tecnologias modernas por parte das empregadas domésticas que participaram da pesquisa. O que me parece também importante é, mais uma vez, a questão trazida por Lefebvre (1958), sobre o contraste entre o desenvolvimento fantástico das tecnologias e a carência e a degradação que marcam o cotidiano de grande parte da humanidade.

A tecnologia, portanto, não alterou a estrutura do trabalho doméstico, que continua sendo uma atribuição das mulheres e se mantém como elemento da reprodução da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2001, HIRATA, 2002, HIRATA E KERGOAT, 2007). Como constatado anteriormente, através dos dados quantitativos, as mulheres continuam majoritariamente as responsáveis pelo trabalho doméstico, são elas que garantem a sustentação desse trabalho que não cessa.

De acordo com Kergoat (1986), as relações sociais são constituídas por tensões, uma vez que implicam contradição, antagonismo, dominação, poder e, conseqüentemente, conflito. Nesse sentido, o movimento entre resistência e dominação/exploração é constitutivo dessas tensões. Nesta investigação, constatei que as formas de resistência podem ser expressas por atitudes pessoais ou podem ser forjadas por processos coletivos de luta. Além disso, mesmo naquelas marcadas por atitudes pessoais, podem ser produzidas por uma concepção crítica das relações sociais ou como uma reação espontânea aos efeitos da dominação/exploração. Como afirma Heller (1989), no cotidiano estão as formas espontâneas de agir, formadas pelo senso comum, mas no cotidiano também estão refletidos os processos de tomada de consciência crítica dos sujeitos. Como já colocado anteriormente, no cotidiano estão os movimentos entre a alienação e a desalienação (ANTUNES, 2002).

Como exposto nos itens anteriores, as empregadas domésticas forjam algumas formas de resistência no cotidiano da prática do trabalho doméstico, as quais, neste item, são analisadas de modo articulado e sistematizado. As formas de resistência encontradas são

diversas e não formam um conjunto de ações programadas ou estabelecidas; ao contrário, são práticas, atitudes e projetos que vão se conformando na experiência de trabalho dentro das condições sociais nas quais as empregadas domésticas estão inseridas. O que caracterizo aqui como formas de resistência são aquelas que estão exclusivamente relacionadas à questão do uso do tempo, que impactam o cotidiano e a trajetória de vida. Certamente, existem muitas outras formas de resistência, mas não foram objeto de nossa investigação. Em primeiro lugar, existem as formas de resistência marcadas por atitudes pessoais no local do emprego, que dizem respeito à forma de organizar o trabalho no dia-a-dia ou de agir em relação a uma determinada situação. Outras são cotidianas, mas vão no sentido de uma reorganização da vida pessoal e, finalmente, há as formas de resistência e luta coletivas, que serão objeto de uma análise específica no Capítulo 6.

De um lado, as formas de resistência individuais e cotidianas encontradas não se caracterizam como formas de insubordinação ou confronto direto com as patroas, não visam, portanto, pôr em questão as estruturas do emprego doméstico. São, sobretudo, formas de agir recorrentes, que constituem uma indicação de que há, da parte das empregadas domésticas, uma compreensão não elaborada e resultante da própria prática do trabalho remunerado, do antagonismo da relação entre elas e as patroas, da contradição de interesses, e expressam um entendimento de que aquele período de tempo no qual estão a serviço da patroa é submetido a um tipo de dominação/exploração que as afeta objetiva e subjetivamente. O que ocorre com as formas de resistência individuais é que elas têm como objetivo contornar ou se proteger da monopolização integral do tempo de trabalho e da extrapolação dessa monopolização para uma forma de controle sobre a maneira de a empregada organizar o seu cotidiano.

A relação entre uso do tempo e direitos é percebida pelos sujeitos da pesquisa à medida em que se objetiva na duração da jornada de trabalho e na organização do uso do tempo no emprego, como expressa a seguinte fala:

Para trabalhar na vida política é preciso querer muito, ter muita garra, querer muito também. O tempo do trabalho é que sufoca (Participante da Pesquisa).

Para as que estão politicamente mais engajadas no sindicato, além das estratégias de resistência individual e cotidiana, as expectativas de mudanças estão voltadas para o processo da luta coletiva por direitos trabalhistas, no sentido de que é através da organização política que as mudanças na relação de trabalho podem de fato ocorrer. Mas, no geral, as formas

cotidianas e individuais de resistência não estão elaboradas, nem partem de uma justificativa baseada em referências ou princípios objetivos claros de defesa de direitos, mas se remetem a uma idéia geral de que como categoria de trabalhadoras são portadoras de direitos.

O isolamento no espaço de trabalho é um grande problema, aliado ao fato de estarem dentro do espaço de moradia da patroa, que é um lugar sujeito a sua presença direta ou indireta, pois como observei, o telefone pode ser um meio de controle e administração das patroas sobre o trabalho das empregadas domésticas. A respeito de formas cotidianas de resistência, ao tratar sobre lutas camponesas, Scott (2002) faz uma crítica à tendência, nas Ciências Sociais e entre historiadores/ras, de desconsiderá-las como meio de resistência. Mesmo observando seus limites em não confrontar as estruturas de dominação, o autor afirma que “a tendência para desconsiderar atos ‘individuais’ de resistência como insignificantes e reservar o termo ‘resistência’ para ações coletivas ou organizadas é uma orientação equivocada, assim como a ênfase na ação “orientada por princípios” (Scott, 2002, p. 28). O autor diferencia o sentido político das lutas camponesas coletivas das formas cotidianas e individuais de resistência, mas ressalta que as formas cotidianas de resistência se contrapõem às formas de acomodação.

Nesta pesquisa, constatei que a construção de uma rotina rígida baseada na intensificação do ritmo de trabalho, enquanto concepção de organização da jornada de trabalho, determinada pela própria trabalhadora, como uma forma de resistência, como ponto de partida e uma forma de manter um ritmo de trabalho, mesmo quando ocorrem as interrupções, dadas pelas demandas extras das patroas, ou de outras pessoas da casa, ou então por outros fatores, próprios da dinâmica desse trabalho. Construir esta rotina, embora não expressa nestes termos, é para os sujeitos da pesquisa uma forma de se contrapor ao poder de ingerência da patroa sobre seu trabalho. Isso quer dizer, de acordo com o que percebi, que há em geral uma forma rígida de organizar o trabalho e, contraditoriamente, essa rigidez não é aplicável à prática do trabalho doméstico. No entanto, esta rotina serve como uma referência para não se perder na fluidez e multiplicidade de tarefas, e serve também para criar um distanciamento com o espaço de trabalho remunerado, para tornar mais difícil a suposta relação de intimidade entre elas e os membros da família para a qual trabalham, no sentido de ser vista como alguém que está ali como uma profissional. É possível perceber que, nas

relações mais ambíguas, onde prevalece a idéia de laços familiares entre patroa e empregada, os ritmos de trabalho são mais dispersos e mais vulneráveis a demandas sistemáticas.

A forma como muitas vezes as empregadas domésticas participantes da pesquisa expressam suas formas de organização da rotina na jornada de trabalho remunerada parece estar inspirada, conscientemente ou não, no próprio modelo de uma linha de produção, colocando as tarefas em seqüência e, muitas vezes, medindo o tempo no relógio e determinando o horário para cada tarefa. No entanto, como elas mesmas demonstram em seus relatos, esse tipo de organização ajuda a superar as dificuldades que o processo de trabalho apresenta para ser executado dentro de um período de tempo determinado, mas admitem haver uma grande dificuldade de encontrar uma forma adequada de organizar a prática do trabalho doméstico. Isso me leva justamente a resgatar a questão colocada por Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel e Sonthonnax (1985), quando afirmam que o trabalho doméstico apresenta uma estrutura temporal própria e que esta não é redutível à estrutura temporal do trabalho produtivo, nem pode ser explicada a partir da lógica das relações de produção.

Na questão do uso do tempo, me pareceu que algumas possibilidades de resistência no trabalho remunerado ocorrem, sobretudo, em detrimento da própria qualidade de vida, o que torna as condições de trabalho ainda mais precárias, como o fato de não se fazer um intervalo ao longo do dia de trabalho remunerado, que dura em média nove horas, para um momento de descanso, e ainda, fazer as refeições de forma rápida e, às vezes, até em pé, para ganhar tempo e terminar todas as tarefas previstas dentro de um determinado horário. A intensividade é uma forma de limitar a extensividade.

Essa intensividade pode, em alguns momentos, levar a uma simultaneidade na execução das tarefas. Por exemplo, tirar a carne da geladeira, deixá-la descongelando, enquanto isso arrumar os quartos, e voltar para temperar a carne, e continuar na arrumação dos quartos e, depois, voltar para colocar a carne para cozinhar e ficar olhando de vez em quando, enquanto se mantém na arrumação. São dois processos que seguem juntos, preparar comida e arrumar a casa.

Lavo, passo, cozinho, arrumo, faço arrumação da casa, faço de tudo, lavo banheiro. Sou faxineira, cozinheira, passadeira e ainda cuido das crianças. Às vezes, tô cuidando das crianças e arrumando a casa, fazendo almoço e lavando roupa (Participante da Pesquisa).

O ritmo intenso e sem interrupção leva com frequência a um estado de exaustão, como revelam as seguintes falas:

Em casa de noite, tô cansada demais, tô exausta. Porque se levantar às cinco e meia da manhã e ir até as dez e meia da noite é cansativo, é puxado demais (Participante da Pesquisa).

No emprego, aí vai o dia. Quando a gente levanta a cabeça, já é quase de noite. Aí é o tempo de ir embora pra casa. Longe, pego o ônibus, chego em casa sete horas, oito horas, depende da hora que sair daqui. Aí quando eu chego em casa a outra tarefa começa e até às onze horas da noite ou dez e meia. Aí acabou (Participante da Pesquisa).

Este ritmo leva, também, ao confronto com os limites e as contradições dados pelo antagonismo entre as duas esferas do trabalho remunerado e não remunerado, pois o cansaço de uma jornada de trabalho se acumula com o da outra jornada, já que elas se realizam em continuidade e em intermitência uma com a outra e, como diz Carrasco, é aí que se desvelam os conflitos:

Mas quando as mulheres passam a realizar os dois trabalhos e vivem em seu próprio corpo a enorme tensão que significa o solapamento de tempos e o contínuo deslocamento de um espaço para outro, então é quando o conflito de interesses entre os distintos tempos de trabalho começa a fazer-se visível” (CARRASCO, 2005, p. 53).

A autora está se referindo aos deslocamentos entre o espaço do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, no entanto, o deslocamento entre os espaços do trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado, com sua dinâmica própria e diferenciada do tempo do trabalho produtivo, também produz a tensão que marca o próprio corpo das mulheres como trabalhadoras domésticas e os conflitos de interesses e contradições.

A partir do processo de investigação, evidenciam-se como inseparáveis os impactos dos dois trabalhos, remunerado e não remunerado, na fadiga e na ausência de tempo de descanso das empregadas domésticas. Acordar muito cedo pela manhã, executar alguma tarefa de trabalho doméstico em sua própria casa, deslocar-se de ônibus ou metrô entre sua casa e o local de trabalho, geralmente percursos longos que exigem conexões, trabalhar todo o dia de maneira intensa e tensa, voltar para casa enfrentando as mesmas condições de deslocamento, chegar em casa e recomeçar as tarefas do trabalho doméstico, formam uma

longa jornada. O que se realiza é uma jornada de trabalho extensiva e intermitente que se prolonga do amanhecer até a noite. A intermitência que caracteriza a extensão da jornada de trabalho e sua intensidade nos dois espaços produzem um acúmulo de cansaço e a impossibilidade de descansar em qualquer um dos dois espaços. Mesmo levando em conta as diferenças entre empregadas domésticas com filhos/as e/ou companheiros e aquelas que vivem sós, há, em qualquer caso, uma jornada de trabalho extensiva, intensiva e intermitente que produz restrições e contradições no cotidiano. É interessante apontar, sobre isso que, de acordo com Santana (2003), a fadiga e a ausência de descanso são fatores que interferem na incidência de acidentes de trabalho.

No trabalho remunerado, a intensividade da jornada de trabalho sofre o impacto da presença ou não em casa das patroas e patrões e filhos/as etc. O ritmo de trabalho pode se manter dentro de uma dinâmica mais próxima da seqüência de atividades concebidas na organização da rotina quando as patroas e outros membros da família estão todos/as ausentes. Mas mesmo que esses/as estejam em casa sem fazer demandas, a organização ainda se altera, pois são acrescentadas outras tarefas, como servir o almoço, retirar os pratos da mesa e lavar, e de acordo com os sujeitos da pesquisa, esses processos também podem sofrer alterações na sua duração, em função das necessidades da família. No caso de patroas e patrões que demandam tarefas constantes e imprevistas, e quando há crianças e pessoas com necessidades de cuidados especiais, então essa programação se torna ainda mais necessária e também mais difícil de ser cumprida, para não se dispersar e perder totalmente o controle sobre o uso do seu tempo de trabalho, pois parar o que se está fazendo, servir alguém e voltar para a atividade anterior, como, por exemplo, estar fazendo o almoço e ser chamada para levar um copo com água, altera o ritmo de trabalho. É o que revela a seguinte fala:

Queria que a patroa passasse o dia todo na rua, porque quando os patrões estão em casa sempre inventam tantas coisas mais para eu fazer (Participante da Pesquisa).

Demandas como buscar um copo d'água, buscar um objeto em algum lugar, abrir a porta quando tocam a campainha da casa, são maneiras de explorar o tempo de trabalho características de uma visão sobre a empregada doméstica como alguém que está remunerada para ser disponível, e portanto o que se está pagando não é só a força de trabalho, mas a disponibilidade permanente de uma pessoa, o que caracteriza uma “servidão” (HIRATA, 2004).

Sobre a questão “o que move a servidão doméstica?”, referida ao trabalho doméstico gratuito, Helena Hirata afirma que “o lugar do modo de produção doméstico” (DELPHY, 1998), fundado sobre a opressão das mulheres, parece central nessa reiteração da dominação, nessa permanência da divisão sexual do trabalho no espaço e no tempo” (HIRATA, 2004, p. 44). No caso das trabalhadoras domésticas remuneradas, a sua opressão está relacionada à delegação das tarefas de patroas para empregadas. Estando ambas submetidas à mesma relação de dominação através do trabalho doméstico, dentro da divisão sexual do trabalho, estabelecem, por outro lado, uma relação de classe entre patroas e empregadas domésticas. Esta relação de classe as coloca em antagonismo, e a monopolização do uso do tempo das empregadas domésticas é uma forma de transferir no maior grau possível as incumbências de uma para a outra. Isso faz com que o trabalho doméstico remunerado se conforme como um imbricamento das relações sociais de sexo e classe.

Para Castro (1993), no mesmo sentido que para Anderfuhren (1999), há na relação do trabalho doméstico uma apropriação da pessoa com a monopolização do uso do seu tempo, pois, segundo essa autora, “o que se compra e o que se vende no serviço doméstico não é somente a força de trabalho de uma mulher, ou seja, seu trabalho e sua energia para produzir, mas sua identidade como pessoa. Isto é o mais específico do serviço doméstico” (CASTRO, 1993, p. 114)¹²⁶. Esta condição se revelou também nos resultados deste estudo, como evidencia a seguinte fala:

Moro na casa da patroa. Folgo nas quinzenas. Eu sempre acho assim, que eu vivo exatamente pro meu trabalho, não tenho a minha vida. Não tenho esse negócio de pegar a tantas horas e sair tal hora. Eu moro ali, a hora que precisa eu tô ali. Se precisa, acordo de noite (Participante da Pesquisa).

Esta situação leva a uma necessidade de os sujeitos resistirem não só à falta de limites das jornadas de trabalho doméstico remunerado, mas também à monopolização do uso do tempo durante a jornada de trabalho, uma vez que a dinâmica de trabalho da empregada doméstica está sempre subordinada às exigências e aos ritmos ou hábitos de patroas/ões, como mostra o seguinte relato:

Tem pessoas que têm um modo diferente. Uma patroa se acordava tarde, eu só arrumava o quarto dela mais tarde e eu não tinha tanto que me preocupar com o almoço. Já na casa de outra patroa, eu me preocupava mais com o almoço. Uma outra tinha que sair muito cedo com o marido, eu tinha que cuidar logo cedo do café. Essa agora não, essa eu tenho que ajeitar logo o café e arrumar logo os

¹²⁶ Tradução minha.

quartos, porque ela gosta logo depois de tomar café de ficar dentro do quarto lendo jornal, mas cada uma tem um modo (Participante da Pesquisa).

Eu perguntava: a Senhora não vai sair hoje não? Não tem nada pra resolver hoje não? Pra ela não ficar em casa, porque quando esse povo tá em casa inventa moda, procura tanta coisa pra gente fazer (Participante da Pesquisa).

No caso das empregadas domésticas, a disponibilidade permanente para servir se apresenta nas duas esferas, a do trabalho gratuito e a do trabalho remunerado. No segundo caso, o trabalho das empregadas domésticas tem impacto, do ponto de vista do tempo do trabalho, na disponibilidade permanente de tempo das mulheres patroas. Esse impacto, no entanto, diz respeito à organização do cotidiano das mulheres patroas que, por sua vez, produz, supostamente, uma influência na construção da sua trajetória de vida, à medida que possibilita arranjos no uso do tempo para realizar outras tarefas fora do âmbito doméstico que vão no sentido de realizar seus projetos de vida profissional. Porém, seguindo a elaboração feita no Capítulo 2, não há qualquer impacto sobre a divisão sexual do trabalho. Ao contrário, nesta relação do emprego doméstico, há uma reiteração e reprodução dessa divisão sexual do trabalho, produzindo um imbricamento entre relação social de sexo/gênero e relação de classe. No caso dessa investigação, a presença majoritária de mulheres negras no grupo pesquisado indica também um imbricamento da relação de raça no emprego doméstico.

A questão do horário de encerramento da jornada de trabalho é um problema da maior relevância para as empregadas domésticas e é um assunto recorrente, o qual pode ser constatado tanto através das entrevistas, grupos de discussão, como nos espaços de reunião e conversas informais.

Para as que moram em suas próprias casas o início e o final da jornada geram momentos de muita tensão. Quando a empregada doméstica chega atrasada, de acordo com o horário acordado com a patroa, isso gera problemas para a patroa. Quando há atrasos ao longo do dia ou quando há emergências de última hora e se atrasa o horário de saída, o problema é para a empregada doméstica.

Quando há crianças na casa sob a responsabilidade das empregadas domésticas, há sempre a possibilidade de aumentarem as tensões nas relações de trabalho em torno do uso do tempo. Quando as empregadas também têm seus/as próprios/as filhos/as pequenos/as, que as esperam todos os dias, as tensões aumentam ainda mais. As empregadas que tomam conta das crianças têm de esperar a volta das patroas para casa, e quando têm filhos/as, dizem que

estão sempre ansiosas e necessitadas de voltar para suas casas, onde suas próprias crianças as esperam. Quando as patroas que trabalham fora sofrem atrasos no final da jornada em seus trabalhos remunerados, são dois finais de jornada de trabalho em conflito, o da patroa e o da empregada doméstica. Há sempre que se considerar, no entanto, que se trata de uma relação social, portanto, antagônica, e aí o que prevalece, em geral, é o interesse e as necessidades das patroas. Por isso, um meio de resistir a uma situação por demais tensa e geradora de angústia é a preferência dada em trabalhar em casas onde não há crianças. Isto é uma forma de resistência individual que, no entanto, se defronta com os limites e imposições desse mercado de trabalho, uma vez que as mulheres com filhos/as pequenos/as são as que mais, ou necessariamente, têm de recorrer à contratação de outras mulheres como empregadas domésticas.

Para as que moram no emprego, os limites da jornada de trabalho aparecem como mais precários e flexíveis. A monopolização do uso do tempo das empregadas domésticas pelas patroas, como afirma Anderfuhren (1999), se mostra ainda mais acentuada quando estas moram no local do trabalho remunerado. O limite dessa monopolização extrapola um tempo de trabalho determinado porque a presença da empregada doméstica como residente na casa da patroa torna mais provável que o controle sobre o uso do tempo se estenda para um controle sobre a própria pessoa, interferindo, dessa forma, nos ritmos da organização da sua vida particular. Por isso, como já foi mostrado, o fato de se retirar à noite, para o quarto de dormir, e fingir que está dormindo é uma forma encontrada de colocar limite na demanda de patroas e patrões, portanto, uma forma de resistência individual.

A possibilidade de mudar de emprego quando as exigências de jornadas de trabalho muito prolongadas se tornam inegociáveis, que aparece como uma forma de resistência, é sempre utilizada em caso de situação-limite, ou seja, quando há um interesse muito forte, por parte da empregada doméstica em causa – como ter de cuidar do/a filha/o pequena/no em sua própria casa, quando o horário de ir para escola à noite é desrespeitado, quando não pode encontrar o namorado –, e as negociações tornam-se muito conflituosas, a ponto de levar a uma ruptura. Três fatores influenciam ainda mais a subordinação do uso do tempo das empregadas domésticas aos desejos e necessidades das patroas: quando as primeiras estão há muito tempo no mesmo emprego e se consideram em dívida com a patroa por favores prestados, sobretudo se durante esse período moraram, por muito tempo, na casa da patroa; o

outro fator é o temor de não encontrar outro emprego; ou, quando recebe salário mínimo e tem carteira assinada, de perder esses direitos em um próximo emprego. De resto, a possibilidade de mudar de emprego se apresenta como uma forma de resolver um conflito inegociável.

A busca pela casa própria emerge como uma forma de resistência individual que impacta tanto o cotidiano como a reestruturação da trajetória de vida. Segundo a percepção das empregadas domésticas nesta pesquisa, se, por um lado, diminuiu a prática de morar no local de trabalho, há ainda, por outro lado, muita exigência das patroas nesse sentido. Sobretudo, por parte das patroas que têm filhos/as pequenos/as. Como foi dito anteriormente, há no sentimento expresso de viver na sua própria casa, um conteúdo de luta por autonomia através da qual se alcança um patamar mínimo de emancipação do jugo patronal, no qual o sujeito se apropria não só de uma parte do uso do seu tempo no cotidiano mas indo além disso, se apropria simbolicamente de si mesmo e passa a tomar parte em uma forma de vida em comum entre iguais nos seus locais de moradia. O espaço da sua vida privada se desloca do espaço de uma classe social à qual não pertence, para um espaço dentro do contexto social de sua própria classe. Assim, ela deixa de ser uma estranha na casa em que reside. Mas o que acontece, além disso, é que só aí ela de fato constitui um espaço que pode ser chamado de seu espaço privado, de acordo com a forma de vida social da modernidade. Dentro de toda a precariedade que, em muitas situações, caracteriza os espaços de moradia nos bairros pobres em que moram as empregadas domésticas, elas consideram, em qualquer circunstância material, que aquele espaço é o da sua privacidade e que é um fator primordial para ir forjando no cotidiano o seu processo de emancipação da relação servil a que está submetida na relação do emprego doméstico, começando por alterar os termos nos quais está dada a disponibilidade do seu tempo de trabalho.

Ter um local próprio de moradia é uma condição básica para construir a possibilidade de acesso a uma vida cotidiana, no sentido de poder, mesmo sob todas as adversidades e restrições no uso do tempo impostas pelas relações de trabalho, transitar pelas várias dimensões da heterogeneidade que a conforma, segundo Heller (1970). Implica, sobretudo, poder participar do processo da organização do trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, ter uma vida privada, mesmo que o acesso a outras dimensões que formam a vida cotidiana, como o momento do lazer, seja muitas vezes interditado pelo efeito das estruturas sociais e

econômicas às quais estão submetidas. Não poder viver a heterogeneidade da vida cotidiana é uma contradição que resulta da própria hierarquia que a constitui, como uma construção do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e patriarcal.

Apesar da distância no tempo histórico e nas condições sociais do contexto em que vivia Virginia Woolf – 1882 a 1941 – essa busca incessante das empregadas domésticas por uma casa própria me levou a fazer uma relação com a obra da autora de “Um teto todo seu” (WOOLF, 1985). Nela, a autora escreve sobre a falta de um lugar para si como um bloqueio ao desenvolvimento das mulheres para se construírem como sujeito da criação literária. Para além disso, na perspectiva da autora, essa falta está ligada à dominação masculina sobre todos os espaços sociais e sobre a história. No caso das empregadas domésticas, a busca de um lugar para si é constitutiva da sua construção como sujeito e parece também se constituir em uma condição prévia para consolidar uma existência própria e fazer parte de uma convivência social fora dos marcos da sua condição de empregada doméstica. Isso significa existir como indivíduo, como cidadã. Neste caso, o fato de ir viver na casa das patroas e não ter um lugar para si é resultante das relações sociais de sexo/gênero e das condições sociais de pobreza nas quais estão inseridas.

Foi possível observar no processo desta investigação como as representações sobre as patroas, estão dotadas de imagens de poderes senhoriais, como um poder de mando e como uma herança de uma tradição patriarcal/escravocrata que ainda vigora, no contexto brasileiro e nordestino, em particular, na qual o lugar de mando das mulheres senhoras, esposas dos senhores (GRAHAM, 1992), é o espaço doméstico. Nessa tradição, o trabalho doméstico, além de ser de exclusiva responsabilidade das mulheres, é marcado por uma divisão entre as senhoras que mandam fazer e as servas que obedecem e realizam as suas ordens. É uma imagem recorrente na percepção das empregadas domésticas, seja através de uma visão crítica daquelas com mais engajamento político, seja como pura constatação para as menos ou as não engajadas, mas de toda forma essa imagem de patroa senhora é percebida como algo intrínseco à relação. Isso porque essa representação não está necessariamente baseada em patroas concretas e sua maneira de agir, mas na representação recorrente sobre a imagem e o significado de ser patroa em um contexto ainda marcado por profundas desigualdades sociais.

Um elemento que denota essa idéia de senhora com poder de mando sobre elas é a apreensão constante de que as patroas podem sempre e a qualquer momento, interferir na

organização do uso do tempo delas, mesmo em se tratando de períodos de descanso garantidos por lei. Podem, por exemplo, segundo os sujeitos da pesquisa, subtrair um direito de férias ou de folga semanal. Isso significa que em uma relação, quando alguém subtrai de outrem um direito de cidadania, está estabelecendo uma relação de servidão, própria da relação entre senhora e serva ou da relação entre senhora e escrava, que foi constitutiva da formação social brasileira, sendo revelado em expressões recorrentes das empregadas domésticas que participaram da pesquisa ao se referirem à relação com a patroa:

Ela pensa que sou escrava (Participante da pesquisa).

O tempo da escravidão já passou (Participante da pesquisa).

Utilizo a idéia de emancipação a partir de Zarifian (2002), que a toma como um movimento, de acordo com sua leitura do conceito de emancipação em Marx. Para Zarifian, a opressão é o poder de escravizar ou dominar, e a “emancipação é o reverso, a destruição desse poder” (ZARIFIAN, 2002, p. 66). No ato de passagem entre a casa alheia e a sua própria casa, acontece em alguma dimensão uma ruptura objetiva, com implicações subjetivas, ante as interdições mais profundas para se tornar cidadã.

Quanto ao tempo do trabalho doméstico não remunerado, dentro dos limites dos dados obtidos, não foram caracterizadas formas individuais de resistência para superar a exigência de disponibilidade permanente e jornadas extensas quando estas trabalhadoras estão no espaço de suas próprias casas, realizando esse trabalho. O que se mostra com muita evidência é um arranjo entre mulheres como um meio de resistência para liberar o uso do seu tempo do trabalho doméstico não remunerado e para ter acesso ao trabalho remunerado. Este arranjo atravessa as relações familiares, as diversas faixas etárias e as relações comunitárias. Essa rede, que se forma entre mulheres, permite deslocamentos entre a casa e o trabalho remunerado, à medida que uma mulher vai para o espaço doméstico da outra para prover serviços e cuidados domésticos em sua ausência, configura uma forma de resistência à relação de dominação/exploração dos homens constitutiva do trabalho doméstico gratuito (DELPHY, 2002), a qual cria impedimentos para buscar e se manter no trabalho remunerado e, dessa forma, conquistar algum grau de autonomia econômica.

Esta pesquisa corrobora o que afirma Fougeyrollas-Schwebel (2004) sobre o trabalho doméstico como “a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família”

(FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2004, p. 250). Um sentimento presente nas mulheres com filhos/as é o de culpa por não poderem se dedicar aos cuidados com eles/elas. Sobretudo quando cuidam dos/as filhos/as das patroas, esse sentimento fica ainda mais arraigado. Entre a culpa e o entendimento de que não há outra alternativa, há um enorme esforço para de alguma forma compensar os/as filhos/as pela sua ausência, dedicando-se integralmente às suas necessidades quando da volta para casa e nos finais de semana. As empregadas domésticas que já são avós e participaram do processo da pesquisa, podem também cuidar dos/as seus/suas netos/as. Encontrei situações nas quais empregadas domésticas moram com filha e neto e têm como parte de suas obrigações noturnas cuidar do neto, para a filha estudar e, ainda, uma outra empregada doméstica que fica com o neto no final de semana, para sua filha, que é muito jovem e mora em sua própria casa, poder descansar e passear com o marido. A teia que se forma é muito imbricada, sem qualquer apoio de políticas sociais voltadas para o trabalho reprodutivo e sem a participação efetiva dos homens; o trabalho reprodutivo se estende por um fio sem fim, que atravessa o cotidiano e vai se reproduzindo a cada fase da vida das mulheres e produzindo arranjos entre as mulheres de várias gerações.

Para as que não têm filhos/as nem companheiro, há uma maneira de lidar com o uso do tempo em sua própria casa, que tanto pode responder às suas necessidades concretas, como responder a um desejo de liberdade de se desfazer de qualquer obrigação de trabalho. Poder chegar em casa, comer alguma coisa e decidir que as tarefas que deveriam ser feitas naquela noite vão ficar para outro dia é percebido como um ato de liberdade. Para uma categoria de trabalhadoras que vive sob a pressão do tempo do trabalho concebido como um tempo de disponibilidade integral para a necessidade de outrem, poderem fazer sua própria definição do uso de tempo é percebido como um uso do tempo emancipado. No entanto, é importante frisar que esse tempo emancipado do jugo de outra/o só é possível em situações em que se vive só. Dentro do contexto de espaço doméstico com família, o uso do tempo está subordinado às necessidades de companheiros e/ou filhos/as.

Assim, o que foi dito antes em relação à casa própria como parte de um projeto de emancipação pessoal entra em contradição quando, neste espaço próprio, há uma outra relação de dominação/exploração, o que mostra o imbricamento das relações sociais e os limites ou a impossibilidade da emancipação como movimento se construir como projeto pessoal ou partir de uma única contradição. Nessa contradição, trabalhar fora de casa e ter um

salário é em si um meio de construir a própria autonomia e, portanto, uma forma de resistir ao poder dos companheiros ou maridos, uma vez que rompe com algum grau de dependência. Por isso, considero o processo de emancipação um movimento, e posso afirmar que esse movimento se faz de forma contraditória, feito com pequenas e grandes rupturas, individuais e coletivas, na história e no cotidiano, levando em consideração o que nos diz Martins (2007) sobre o desencontro entre a história e o cotidiano, que caracteriza a sociedade moderna, e do abismo que marca essa relação no Brasil.

Mesmo nos momentos considerados como de lazer, as mulheres podem estar desempenhando alguma atividade relativa ao trabalho doméstico. Sobre essa questão, conforme exposto no Capítulo 3, Lefebvre (1958) considera que o lazer não pode ser compreendido de forma dissociada da lógica do trabalho produtivo. Concordando com ele, quero acrescentar que partindo do fato de que há uma hierarquia entre produção e reprodução que caracteriza a sociedade capitalista patriarcal e na qual o tempo do trabalho reprodutivo dentro de uma divisão sexual do trabalho está voltado para os interesses do capital e para os interesses dos homens, a questão do lazer está também incontornavelmente associada ao trabalho reprodutivo/doméstico, como evidenciam os resultados desta pesquisa.

Observei no processo de pesquisa, mulheres com filhos/as pequenos/as podem se divertir e cuidar das crianças ao mesmo tempo, ou, o que parece um divertimento pode talvez ser uma atividade de trabalho. As mulheres com filhos/as, participantes da pesquisa, revelaram que um lazer muito apreciado por elas, mesmo que muitas vezes seja de difícil acesso, é ir com as crianças para a praia. Isso significa também um momento duplo de lazer e cuidado.

De vez em quando eu vou numa piscina, na praia e levo meu filho. Cuido deles e aproveito (Participante da Pesquisa).

Em domingos nos quais fui à residência de sujeitos da pesquisa com filhos/as, percebi que as crianças ou jovens que estavam no entorno sempre demandavam alguma coisa, e no momento do almoço de domingo, um momento de lazer, as mulheres, tanto as que moravam na casa, como parentes e amigas, conformavam um grupo de trabalhadoras provendo a todos/as presentes com alimentação e gestos de cuidado. Portanto, o trabalho doméstico é um trabalho de longa jornada e a intensidade das jornadas de trabalho das mulheres está marcada pelas condições sociais nas quais estão inseridas as mulheres.

Para as trabalhadoras, o trabalho doméstico remunerado carrega uma contradição – a de ser ao mesmo tempo uma solução para ter um salário e uma relativa autonomia, mesmo que dentro de condições sociais precárias, e um impedimento ou um bloqueio no cotidiano para o seu desenvolvimento pessoal no sentido da realização de projetos de vida. Essa contradição está no cotidiano de todas as mulheres trabalhadoras, no entanto as condições precárias nas quais se realiza e a forte carga de dominação simbólica que pesa sobre esta profissão apresenta elementos especialmente fortes na constituição dos bloqueios cotidianos, sendo a dominação sobre o uso do tempo um desses elementos.

Na percepção dos sujeitos da pesquisa, um dos aspectos que confere muito valor e importância à profissão de trabalhadora doméstica é o fato de que o trabalho delas libera o tempo de outras mulheres, as patroas, para realizar seus projetos profissionais e políticos. Esse sentido é reafirmado na realidade apontada por Sorj (2004), de que “quanto maior a escolaridade das mulheres casadas, mais elas estão dispostas a ter uma profissão e dedicar-se menos à família, tanto para as que estão no setor formal como para as que estão no setor informal” (SORJ, 2004, p. 114). Pode-se acrescentar também que mulheres não casadas, que seguem sua carreira profissional com ou sem filhos/as, recorrem ao emprego doméstico como uma forma de liberar o tempo para o trabalho remunerado e para o seu aperfeiçoamento profissional.

O dado da pesquisa da FPA (2001) reafirma esse argumento: 55% das mulheres brasileiras, casadas ou não, afirmam que, se pudessem escolher livremente, prefeririam “ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos às atividades com a casa e a família” (FPA, 2001). Ainda de acordo com Sorj (2004), não existem as políticas públicas que garantam o suporte para as atividades reprodutivas, como visto no Capítulo 2 e nos dados apresentados no Capítulo 4.

Conforme já citado no Capítulo 2, Hirata e Kergoat (2007) ressaltam que, na França, o desenvolvimento da carreira profissional das mulheres executivas faz com que elas necessitem cada vez mais de empregadas domésticas, sobretudo no contexto atual, no qual há uma perda progressiva das políticas de bem estar social. A análise de Carrasco (2005) vai nesse mesmo sentido:

Com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a nula resposta social e masculina diante desta mudança de cultura e comportamento das

mulheres, estas últimas assumiram a dupla jornada e o duplo trabalho deslocando-se continuamente de um espaço para o outro, solapando e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelos requerimentos naturais da vida humana (CARRASCO, 2005, p. 53).¹²⁷

Vergolino (1989) já apontou a importância das empregadas domésticas em relação às jornadas de trabalho de suas respectivas patroas, colocando essa relação em termos de dependência das últimas em relação às primeiras a partir da pesquisa em Recife. Sobre essa questão, a fala de um sujeito da pesquisa apresenta uma crítica bem formulada:

Às vezes eu escuto falar que as mulheres tão ocupando todos os cargos. Mas acho que elas não foram emancipadas. Porque não deixaram de ser domésticas nas suas casas. Porque neste problema a empregada doméstica é a que tá dentro daquilo. Então, o trabalho no privado é ruim, todo mundo tá dizendo que é ruim, mas é a gente que tá levando isso (Participante da Pesquisa).

Essa é também a posição do Sindicato dos Empregados Domésticos da RMR, que a manifesta através de questões colocadas em publicação sobre a categoria, nos seguintes termos:

Já imaginaram como seria se não existíssemos?
 Quanto tempo seria gasto se cada trabalhador fosse, ele mesmo, ou ela, cuidar da casa, da comida, das crianças?
 (...) Quanto dinheiro seria gasto se fossem pagar lavanderia e restaurante todos os dias?
 (...) Com quem ficariam as crianças? Sim, porque não existem creches para todas, ou as que existem são muita caras.
 Sem a nossa contribuição cotidiana, os outros trabalhadores teriam que ganhar mais, ou trabalhar menos. Por isso assim sobraria tempo para cuidarem de si próprios e de sua família (SINDICATO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS NA ÁREA METROPOLITANA DA CIDADE DE RECIFE, 1989, p. 7).

Dessas formulações, depreende-se que a importância do trabalho das empregadas domésticas se apresenta em quatro aspectos: no provimento das necessidades cotidianas de patrões/patroas e do seu grupo familiar, na redução dos custos com a reprodução social dos indivíduos, no preenchimento da falta de políticas públicas voltadas para o asseguramento das necessidades do cotidiano, e para garantir os arranjos entre o tempo do trabalho remunerado e o tempo do trabalho doméstico não remunerado.

Qual o horizonte de mudança na jornada do trabalho remunerado é uma questão que os sujeitos da pesquisa percebem como difícil de avaliar. Consideram que, de um lado, as mulheres patroas estão cada vez mais trabalhando fora de casa e que são as empregadas

¹²⁷ Tradução minha.

domésticas que suprem as necessidades cotidianas e do trabalho reprodutivo em suas casas e, assim, elas precisam cada vez mais de empregadas com tempo disponível para cuidar de todas as tarefas. De outro lado, acham que as negociações sobre as jornadas de trabalho não têm amparo da lei e que a luta pela regulamentação é difícil, e se for aprovada, ainda necessitará de muita luta para ser posta em prática. Além disso, elas se consideram dentro de uma correlação de forças desfavorável, uma vez que a situação de empregabilidade da categoria das empregadas domésticas em outros setores da economia se mostra difícil, dada a falta de escolaridade e formação profissional. Para algumas, o fato de as meninas estarem cada vez mais na escola vai trazer uma mudança na oferta de mão-de-obra para o emprego doméstico. Isso é sobretudo referido por aquelas que têm filhas e investem com todos os recursos possíveis em sua educação.

A análise da jornada de trabalho no cotidiano das empregadas domésticas, em seu movimento entre os trabalhos remunerados e não remunerados, torna evidente a ausência de políticas públicas que possam dar suporte para enfrentar essa dinâmica. A falta de acesso às políticas sociais para o bem-estar é um elemento que interfere diretamente sobre a categoria das empregadas domésticas, pois de um lado não tiveram acesso à escola e a outros meios para decidirem sua inserção profissional e, de outro, no exercício de sua profissão arcam sozinhas ou contam com outras mulheres para enfrentar as contradições do trabalho no cotidiano. É a falta destas políticas, também, que em parte constrói a demanda pelo trabalho doméstico remunerado por parte de outras mulheres.

Para Kergoat (1987, 2002), é a partir da pesquisa no local do trabalho remunerado e no local de moradia que as práticas de trabalho produtivo e reprodutivo podem ser de fato analisadas e explicadas, tendo como referência o cotidiano. Essa é também uma questão metodológica apontada por Hirata (2002). O mesmo se coloca para uma abordagem das práticas de trabalho de uma categoria de trabalhadoras que se desloca entre duas esferas, trabalho gratuito e trabalho remunerado, dentro da esfera do trabalho reprodutivo. Nesse caso, a distinção não se faz entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, mas sim entre remunerado e não remunerado. Mas é ao analisar as práticas de trabalho na extensão do cotidiano que as contradições são desveladas, assim como o movimento entre resistência e dominação/exploração que se realiza nas práticas de trabalho. A jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho é formada na relação entre trabalho remunerado e trabalho não

remunerado, mas o que determina o uso do tempo no cotidiano é a jornada de trabalho remunerado.

Considero como resistências individuais aquelas engendradas diariamente por cada sujeito nos seus espaços de trabalho doméstico e no enfrentamento das suas relações particulares de trabalho. Considero uma forma de resistência coletiva aquela relativa à organização da categoria, a qual já se apresenta como uma forma de resistir à dominação/exploração do tempo de trabalho, que se manifesta também através de uma visão crítica sobre a monopolização do uso do tempo na relação de trabalho e, ainda, na luta pela regulamentação da jornada de trabalho. É em função da importância que tem a relação entre o tempo do trabalho e a participação política, sobretudo para uma categoria de trabalhadoras cuja luta original é fazer reconhecer que o trabalho doméstico é um trabalho e o emprego doméstico uma relação de trabalho, que este problema é enfrentado como objeto específico de análise no Capítulo seguinte.

CAPITULO 6 - JORNADA DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

As empregadas domésticas estão organizadas em sindicato, mas como afirmo na apresentação desta tese, não é parte do escopo deste trabalho uma análise sobre o Sindicato em si, enquanto forma de organização política. O que visamos analisar neste Capítulo é a relação entre o tempo do trabalho e o uso do tempo para a ação política, e como essa relação reflete na organização coletiva das empregadas domésticas, independentemente da natureza dessa organização.

6.1 TENSÕES EM TORNO DO USO DO TEMPO: ENTRE O TRABALHO DOMÉSTICO E A AÇÃO POLÍTICA

O tempo se concretiza unicamente na medida em que os sujeitos o vivem: sujeitos individuais, institucionais, grandes sujeitos coletivos.
(DURÁN, 2008, p. 127).

No processo da pesquisa, vários problemas foram desvelados como fatores que dificultam a participação das empregadas domésticas no espaço coletivo da organização política da categoria. Entre os mais recorrentes, aparecem o preconceito e a discriminação contra essa categoria, as dificuldades financeiras, a falta de informação e de escolaridade, o isolamento no local de trabalho, que funciona como uma barreira para se comunicar com o mundo externo, e a falta de tempo, na expressão dos próprios sujeitos da pesquisa. As tensões em torno do uso do tempo no cotidiano se agudizam quando, além da dupla jornada ou da jornada extensiva, intensiva e intermitente, os deslocamentos se fazem entre estas três esferas: a do trabalho não remunerado, a do trabalho remunerado e a da participação política.

Tomando como referência a análise apresentada no Capítulo 5, sobre as jornadas extensivas e intensivas de trabalho das empregadas domésticas, é visível que o tempo livre de trabalho é um bem escasso na vida dessas trabalhadoras. Posso afirmar que a carência de tempo é um componente das condições de pobreza (MARTINS, 2007), no qual estão inseridas essas mulheres trabalhadoras. Neste sentido, o uso do tempo para a participação

política é uma construção do sujeito que contorna e reorganiza o uso do seu tempo em condições adversas para garantir sua presença na ação coletiva da categoria.

As jornadas extensivas e intermitentes do trabalho remunerado e não remunerado, ou a dupla jornada, são, em princípio, um obstáculo à participação política, em geral, para todas as mulheres trabalhadoras submetidas a essas condições. No caso dessas jornadas inseridas na esfera do trabalho reprodutivo, as mulheres estão se deslocando entre dois espaços domésticos para realizar um trabalho considerado socialmente como uma atribuição natural delas dentro da divisão sexual do trabalho (KERGOAT 2001, 2002, 2007; HIRATA, 2002, 2003, 2007). Essa naturalização é um elemento da reprodução dessa divisão e, no cotidiano, funciona como véu que encobre formas profundas de dominação/exploração. As jornadas intensas e extensas das empregadas domésticas, resultantes das jornadas de trabalho remunerado, já são, em princípio, uma grande dificuldade para a participação política. A essas jornadas se imbricam as jornadas de trabalho doméstico em suas próprias casas, transformando o cotidiano em uma longa jornada de trabalho reprodutivo que leva a uma falta de tempo permanente na vida cotidiana para a realização de outras atividades.

A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera da vida privada para a esfera política (ÁVILA, 2005). Para as empregadas domésticas, há uma tensão entre o tempo de "agir" do sujeito político e o da realização das tarefas do trabalho doméstico, cujo ritmo é dado pelas necessidades da reprodução da vida no cotidiano.

Entre os sujeitos da pesquisa, as dificuldades no uso do tempo para participação política sofrem variações dependendo da situação da vida particular de cada trabalhadora doméstica: se vive só, se tem filhos/as pequenos/as, se tem filhos/as pequenos/as e companheiros, e, ainda, da relação com a patroa e a negociação do regime de tempo do trabalho. Para aquelas que permanecem estudando, durante os dias de segunda-feira à sexta-feira, há uma seqüência de trabalho e estudo que atravessa o dia desde muito cedo pela manhã até à noite, no horário de dormir. Para aquelas que trabalham também aos sábados, resta o domingo como dia livre de obrigações externas de trabalho.

Os sujeitos que participaram da pesquisa apresentam uma série de problemas em relação ao uso do tempo para a participação política decorrentes das jornadas extensivas, intensivas e intermitentes de trabalho. Em primeiro lugar, as trabalhadoras que têm filhos/as

consideram que, para elas, se torna ainda mais difícil a construção das possibilidades de uso do tempo para a ação política. Não só porque o cuidado com os/as filhos/as aumenta a carga de trabalho doméstico em sua própria casa, mas também porque as crianças não podem ficar sós em casa. Há, também, o desejo manifestado de desfrutar nos fins de semana e à noite da convivência com filhos/as. Em nenhum momento do processo de pesquisa foi revelada a possibilidade de os pais das crianças ficarem com elas para que as mães participem politicamente, independentemente de mãe e pai viverem juntos ou separados.

Conseguir uma pessoa para ficar com as crianças a fim de ir trabalhar durante a semana esgota, em grande medida, as possibilidades de negociar com alguém para tomar conta delas à noite ou no final de semana, especialmente quando a pessoa que cuida das crianças é da família, como a avó materna (situação encontrada com mais frequência na pesquisa), que assume esse encargo cotidianamente. A liberação do tempo de uma mulher é sempre uma sobrecarga no tempo de outra. Segundo os sujeitos da pesquisa, fazer essa substituição com alguém da própria família para ir trabalhar aparece como mais justo do que acioná-la para fins de participação política. O fato de isso ocorrer sempre à noite e no final de semana é um agravante, pois significa, em princípio, restringir ainda mais o tempo de descanso ou de lazer dessa outra pessoa, sobretudo quando é uma mulher mais velha.

Para aquelas que já têm de pagar no dia-a-dia alguém no seu bairro para cuidar dos/as filhos/as quando vão trabalhar, torna-se muito difícil usar essa mesma prática nos finais de semana ou à noite. Em geral, segundo os dados obtidos na pesquisa, do salário mínimo que recebem tiram com muito sacrifício uma pequena parte para esse pagamento diário, o que não permite adicionar qualquer outra despesa nesse sentido. Além disso, é difícil encontrar alguém que queira assumir essa tarefa num domingo.

A fala dos sujeitos da pesquisa revela problemas vividos nessas circunstâncias:

Vou no Sindicato nas reuniões de domingo, que é meu dia de folga. Vou nos dias de noite, só quando sou chamada, não quero deixar minha filha só em casa de noite todo dia (Participante da Pesquisa, faz parte da diretoria, mas trabalha de segunda-feira aos sábados e tem uma filha de 14 anos).

Quando os meninos eram pequenos só pude participar porque minha mãe cuidou dos meus filhos, e para eu ir trabalhar também. Participo só nos domingos, que é o meu único dia de folga (Participante da Pesquisa, com filhos adultos).

Depois que minha filha nasceu tive muita dificuldade para participar e tive que me afastar por um tempo, porque não tinha com quem deixar ela. Quando eu vinha no dia de domingo depois que ela ficou maiorzinha, trazia ela, e outras mães também traziam, e as crianças ficavam brincando no terraço do Sindicato. Aí alguma mãe trazia brinquedo. Depois que minha filha nasceu, não viajei mais, só faço coisas na cidade. Saí só uma vez para um encontro, e minha filha dormiu na casa da madrinha dela (Participante da Pesquisa, com filha de 14 anos).

Minha mãe fica com meu filho pra eu ir trabalhar. O meu outro filho mais velho de 14 anos é criado com a minha mãe. Só vem pra minha casa no fim-de-semana. Quando vou pro Sindicato no domingo ela também fica com os dois. Coisa boa é ter mãe (Participante da Pesquisa, com dois filhos, um de 6 e outro de 14 anos).

No grupo de discussão com a diretoria do Sindicato esse problema foi muito enfatizado. A fala de uma das participantes expressa bem a percepção coletiva:

As meninas que trabalham como domésticas, que têm a sua casa e têm filho, coitadas, elas não têm tempo de nada. Às vezes eu digo assim, Meu Deus, essa menina, dia de domingo, ela não tem condições de vir, passar a semana todinha assim. Outro problema imenso é falta de lazer, as coisas tão muito mal divididas na sociedade... Não sei, umas pessoas ficam muito sobrecarregadas (Participante da Pesquisa, diretora do Sindicato).

Para aquelas que moram no local do emprego, a relação com a patroa afeta a participação política de maneira mais geral, uma vez que a patroa pode interferir diretamente sobre a ida ao Sindicato, mesmo no dia da folga do domingo, como mostra a fala a seguir:

Quando morava na casa da patroa vinha menos no sindicato. A patroa não proibia, mas num gostava. Eu podia vir no domingo pra reunião, porque minha filha que morava comigo na casa da patroa, ia com ela para a praia (Participante da Pesquisa).

Nesse caso, a patroa não impede a participação, mas suas restrições em relação ao Sindicato, segundo o relato da empregada doméstica, deixa a trabalhadora cautelosa. Por isso, enquanto vivia na casa da patroa, ia pouco ao Sindicato para manter um equilíbrio na relação de trabalho, sobretudo porque havia um outro fator que a submetia à patroa – ela morou durante muitos anos com a filha no local de trabalho. Além disso, para estar liberada do cuidado com a filha, nesse período, dependia da patroa, que levava a criança para a praia todos os domingos, para lhe fazer companhia. Essa trabalhadora parecia sentir-se devedora e insegura no uso do tempo aos domingos, quando liberada do cuidado com a filha, porque essa liberação estava totalmente sob o controle e os auspícios da patroa.

Segundo os sujeitos da pesquisa, quando há necessidade de sair durante o horário do trabalho remunerado para participar de uma atividade política, há uma exigência expressa de consentimento por parte da patroa, que aparece no uso das expressões “quando a patroa deixa”, “se a patroa deixar”, ou outras equivalentes:

Tive uma patroa muito boa, a filha dela era de um partido de esquerda e convencia a mãe dela a deixar eu ir para as passeatas de tarde, e para outras coisas do Sindicato. Quando ela não deixava, a filha pedia, pedia e conseguia, dizia que ela tinha que deixar. Trabalhei nessa casa oito anos, mas saí porque a patroa não dava folga no sábado. Eu trabalhava de segunda-feira a sábado, o dia todo. Só tinha de folga o dia do domingo. Depois que minha filha nasceu ficou muito difícil e eu queria um trabalho de segunda a sexta (Participante da Pesquisa).

Há nessa expressão um reconhecimento do poder de mando das patroas. Deve-se levar em conta que a empregada doméstica não está em um coletivo de trabalho, como é o caso, por exemplo, de trabalhadoras/es de uma mesma empresa. O trabalho doméstico remunerado é uma prática de trabalho solitária que não permite construir, no local de trabalho, laços de solidariedade e estratégias comuns com outras companheiras. É uma relação em que só ela está ali como empregada, portanto a sua ausência deixa um vazio que vai incidir diretamente sobre o uso do tempo da patroa, que deverá trabalhar para atender, nessa ausência, às suas necessidades e/ou de outras pessoas da família.

A mudança de emprego pode também interferir no ritmo da participação política, pois como não existe uma regra geral que defina a duração da jornada, cada novo emprego implica novas negociações em torno disso. Em geral, segundo a visão dos sujeitos da pesquisa, essa é uma negociação difícil, pois acontece dentro de uma relação desigual e os interesses se mostram aí contraditórios em dois sentidos: tanto na relação uso do tempo da patroa e uso do tempo da empregada doméstica, como também porque o uso do tempo da trabalhadora doméstica remunerada para participar do Sindicato é feito para uma atividade contrária aos interesses da patroa, do ponto de vista de classe.

No movimento cotidiano com suas tensões entre alienação e desalienação (HELLER, 1989; ANTUNES, 2002), o momento da participação política pode irromper como uma motivação que coloca limites no tempo do trabalho doméstico remunerado, como evidenciado na fala seguinte:

Eu não sou dessas pessoas que fazem as coisas correndo, eu não, faço as minhas coisas devagar, do jeito que eu sou, eu não corro com essas obrigações. Não tenho marido, não tenho filho pequeno, não tenho obrigação de fazer as coisas na carreira pra chegar logo em casa. Eu não me ligo com essas coisas de horário, não. Só quando eu tenho uma reunião aqui no sindicato e as meninas dizem que é de tal hora, aí eu corro pra chegar na hora (Participante da Pesquisa).

Neste caso, a disponibilidade permanente de tempo em relação ao trabalho remunerado tem como contraponto a falta de obrigações com alguém no seu próprio espaço doméstico. Em sua visão, isso poderia trazer a necessidade de ter pressa ou de um horário regular para sair do emprego, como se, neste caso, o que definisse o sentido do uso do tempo no cotidiano fosse a disponibilidade permanente para outrem. Essa empregada doméstica trabalha há vinte e cinco anos na mesma casa e expressa muitas ambigüidades na relação com a patroa dadas pela falta de fronteira entre as relações de afeto e de servidão. As lideranças do Sindicato, que participaram do processo de pesquisa, expressam uma percepção sobre a relação entre afeto e dominação/exploração como um problema para a relação de trabalho no emprego doméstico e, por decorrência, para a participação política no que diz respeito às restrições do uso do tempo. Até mesmo para as mais engajadas na luta, quando as relações de trabalho são confundidas com relações familiares, as relações de afeto criam uma situação de maior disponibilidade das empregadas domésticas.

Diferentemente de outras categorias de trabalhadores/as organizados/as em sindicatos, as trabalhadoras domésticas não contam com a possibilidade de liberação remunerada do tempo de trabalho para assumir cargos na organização sindical. Os horários para participar nos finais de semana e à noite são aqueles livres do tempo do trabalho remunerado. De acordo com as informações obtidas na pesquisa, quando há necessidade de negociar uma liberação de horário dentro do tempo do trabalho, seja para um acontecimento pontual, seja para uma pequena viagem, o que acontece em geral é uma troca de horários. Nesse sentido, não há uma liberação do tempo, mas uma negociação de reposição do tempo do trabalho utilizado para participação política por um outro horário, que pode ser nos dias de folga, nos fins de semana, nas férias ou iniciando mais cedo a jornada de trabalho. O tempo de participação política é o tempo da folga do trabalho assalariado nos períodos noturnos, nos domingos, nos feriados e nos períodos de férias, como mostra a fala de um sujeito da pesquisa:

É a questão do horário mesmo, porque o patrão não libera assim não. Se eu quiser sair, eu tenho que pagar o dia, como ontem mesmo, eu saí e paguei hoje, que era o dia livre (Participante da Pesquisa).

Quando os sujeitos da pesquisa afirmam que participam de um determinado evento porque a patroa liberou o tempo e narram as condições nas quais essa negociação se dá, o que se torna evidente é que, de fato, o que ocorre é uma dispensa de horas ou de dias de trabalho em um determinado momento para ser compensado em outro. Isso se revelou, em outros momentos, nas narrativas e nas falas dos sujeitos por ocasião dos eventos e reuniões da categoria aos quais estive presente no processo de pesquisa. Portanto, pode ocorrer que uma viagem de dois dias para tomar parte em um evento político signifique depois um final de semana inteiro trabalhando. Além disso, para se ausentar no horário de trabalho, há, em geral, uma outra condição, que é a de deixar tarefas prontas, para serem utilizadas durante a ausência da empregada doméstica. De acordo com algumas narrativas, há também um acúmulo de tarefas durante a ausência da empregada doméstica que devem ser realizadas na sua volta. As tarefas de trabalho que são antecipadas ou que são feitas posteriormente não acontecem apenas nos casos de ausência para participar de uma ação política, como já exposto no Capítulo anterior; é uma prática muito comum, mas o que quero ressaltar aqui é que o esquema do trabalho antecipado e do trabalho retroativo, como denomino, é um recurso muito utilizado para negociar o uso do tempo para a ação política:

Quando eu trabalhava, adiantava as tarefas para ir ao Sindicato e avisava que ia sair mais cedo. Para adiantar as tarefas tinha que acordar muito mais cedo. Se convoca reunião de última hora, eu não podia ir (Participante da Pesquisa, da diretoria).

Participo das assembléias no segundo domingo do mês. Fui para a Marcha das Margaridas em Brasília e para um Congresso em Salvador, adiantei uns trabalhos, negocieei folga. Pretendo participar mais quando me aposentar (Participante da Pesquisa).

Uma vez eu ia viajar para Salvador, tava desempregada, e arranjei o emprego para começar um dia antes da viagem, aí não pude viajar, num dava nem para negociar pelos dias de folga, eu tava acabando de chegar (Participante da Pesquisa).

Já viajei pelo Sindicato. Eu negociava férias no emprego, os dias que eu saía era descontado das férias (Participante da Pesquisa).

Para o grupo de empregadas domésticas que não são sindicalizadas e fizeram parte do grupo de pesquisa, o Sindicato é uma referência importante, relacionada aos direitos para a

categoria. Nesse grupo, há algumas mulheres mais informadas e outras menos informadas sobre as questões da organização política da categoria, mas todas mantêm em geral algum tipo de relação com o Sindicato, participando sempre, ou de forma esporádica, de um grupo de empregadas que se formou no bairro onde moram, recebendo informações através de outras trabalhadoras domésticas que são sindicalizadas e que fazem a conexão entre elas e o Sindicato. Outras já estiveram no Sindicato em busca de informações para resolver questões referentes a sua relação de trabalho. Esse grupo de trabalhadoras, no entanto, coloca muitas dificuldades para participar da organização coletiva das empregadas domésticas. Entre outras dificuldades levantadas por elas, a questão do tempo do trabalho doméstico foi expressada com ênfase. As mulheres que compõem esse grupo de não sindicalizadas são casadas, vivendo com os maridos e filhos/as em bairros da periferia do Recife ou moram na casa da patroa e passam o final de semana em casa com o companheiro.

Durante as visitas que fiz nos dias de domingo aos locais de residência das mulheres que compõem esse grupo, percebi o quanto aquele dia, como um momento liberado de compromissos externos, é significativo para sua auto-estima, mas do que propriamente para o descanso ou o lazer. Em almoço de domingo, na casa de uma das participantes da pesquisa, com a participação de outras mulheres da família, era explicitado como um sentimento de conforto e de restauração de si mesmas, de aproveitar para um pouco de descanso e convivência com a família, sobretudo com os/as filhos/as, ainda que parte desse tempo fosse usado na organização da casa. Algumas dessas participantes falavam da falta de dinheiro para aproveitar o domingo na praia ou em outros lugares de lazer, mas, independentemente das possibilidades e das condições nas quais o domingo é vivido, esse dia é para aquelas mulheres um dia livre do trabalho remunerado, e essa é a marca principal da vivência do domingo e, ao mesmo tempo, o motivo por que é difícil inserir nesse dia um compromisso político:

Não vou no Sindicato, nem sou sindicalizada, porque não tenho tempo. Só tenho o domingo de folga, me sinto cansada, tenho preguiça de sair de casa (Participante da Pesquisa).

Eu acho que não vou pro Sindicato é por falta de tempo. Eu podia até ir, mas é o tempo que não tá dando, por conta realmente do tempo. É tanto, que eu fico pensando: Meu Deus, eu só vivo trabalhando, trabalhando, como é que possível? Às vezes, eu preciso de comprar uma roupa para mim, um roupa pra minha filha, às vezes eu fico pensando, não tem nem como fazer isso, é como se vivesse pro trabalho e fosse um emprego de eu dormir lá. Só muda que eu vou pra casa todo dia (Participante da Pesquisa).

Essas duas empregadas domésticas trabalham de segunda-feira a sábado e saem de casa todos os dias por volta das 6 horas da manhã. Para a primeira, o horário aproximado de chegada em sua casa é às 18 horas; para a segunda, às 20 horas. Ambas têm filho/as e fazem o trabalho doméstico em sua casa à noite e no final de semana. No grupo pesquisado é essa, aliás, a situação que se revelou predominante para as mensalistas e as diaristas que trabalham todos os dias. As que vivem na casa da patroa não estão sujeitas à jornada extensiva entre trabalho remunerado e não remunerado, mas à falta de limites na jornada do trabalho remunerado.

O único grupo que sai desse padrão entre as sindicalizadas participantes da pesquisa são as empregadas domésticas aposentadas que continuam atuantes na organização coletiva. A aposentadoria aparece como uma grande possibilidade de tempo livre para a ação política e é uma forma de sustentação do Sindicato atualmente. As mensalistas que trabalham diariamente e, sobretudo, aquelas que trabalham também aos sábados, são aquelas com mais dificuldades para organizar o uso do tempo de forma a garantir o tempo da participação política.

Na pesquisa, as diaristas revelaram também que estão nessa mesma situação e, como trabalham para várias patroas, a possibilidade de acesso aos direitos trabalhistas se torna ainda mais difícil, como está explícito na fala de uma empregada doméstica que participa das atividades do Sindicato nos finais de semana, mas tem dificuldades para participar durante a semana:

Porque eu trabalho e sempre que tem reunião na semana é dia de trabalho e eu não consigo ir, que se eu não trabalhar, eu não ganho. Porque eu não tenho direito a carteira assinada, que só tem quem trabalhar três dias num canto só, numa casa, sabe? Trabalhando assim de casa em casa, a gente não tem direito não (Participante da Pesquisa).

Essa empregada doméstica trabalha em três casas diferentes durante a semana, afirma ter as jornadas intensas e extensas em todas as casas e que, por isso, durante a semana, é impossível participar à noite de atividades políticas, devido à irregularidade dos horários de saída e ao cansaço, e afirma que o trabalho assim disperso em várias casas torna ainda mais remota qualquer possibilidade de negociação de horários para alguma atividade política durante a semana ou para fazer uma viagem pelo Sindicato.

Em um grupo de discussão com a diretoria do Sindicato sobre a relação entre o uso do tempo e a participação política, algumas afirmações ilustram a compreensão sobre o problema e sua importância na percepção das diretoras:

O problema é o tempo disponível pra poder assumir uma responsabilidade no sindicato (Participante da Pesquisa).

Pode ser militante analfabeta também, mas o problema é o tempo (Participante da Pesquisa).

Ou você trabalha ou você se dedica, porque o patrão não libera não (Participante da Pesquisa).

Falta de tempo, tenho que trabalhar pra viver; as demandas são muitas e não tenho pernas pra tudo, a gente fica quase se sufocando para atender às demandas (Participante da Pesquisa).

A falta de tempo é, portanto, um dos elementos também apontados pela diretoras do Sindicato como uma das dificuldades para manter a organização coletiva fortalecida e para os processos de mobilização em torno dos direitos. Porém, essas mesmas diretoras expressam uma compreensão de que o grau de consciência política é determinante para construir as possibilidades de participação, dentro das quais está incluída a liberação do uso do seu próprio tempo para participar da organização coletiva:

Eu acho também que o que dificulta é a falta do tempo, mas também eu quando trabalhava não tinha tempo. Minha patroa não abria mão de jeito nenhum. Mas eu acho assim que tem coisa que, por exemplo, tem gente que dia de sábado não trabalha, e às vezes a gente tem muita dificuldade de encontrar quem participe no sábado. Dia de sábado é a maior dificuldade, aí eu acho que aí também é falta de consciência (Participante da Pesquisa).

Comparações foram feitas por lideranças do Sindicato entre os períodos de fundação da Associação e do Sindicato, 1979 e 1988, respectivamente, e as dificuldades do contexto atual. Naqueles períodos, as dificuldades eram tão grandes ou maiores, pois os direitos das empregadas domésticas eram ainda mais restritos e muitas das fundadoras ainda residiam na casa das patroas. O que essas lideranças ressaltam é que mesmo naquele contexto mais adverso foram encontrados os meios para a organização política da categoria.

Sobre as dificuldades atuais, problemas concretos são apontados pelas lideranças da categoria. Elas consideram que a jornada de trabalho remunerado foi intensificada, pelo fato de que há cada vez mais uma tendência das patroas de contratar uma única empregada doméstica para realizar todo o trabalho da casa. Na visão desses sujeitos da pesquisa, isso cria

problemas à participação, tanto decorrentes da sobrecarga de trabalho, como pelo fato de que ser a única empregada de uma casa não oferece qualquer possibilidade de compartilhamento entre trabalhadoras que, em caso de necessidade, pode ser um fator que favorece as negociações de afastamentos temporários do local de emprego junto às patroas. Elas afirmam, ainda, que o número de empregadas domésticas vivendo na casa da patroa diminuiu e, com isso, essas trabalhadoras passam a ter uma dupla jornada de trabalho, assim como as trabalhadoras de outras categorias, mas ressaltam que o processo de conquista do direito à própria casa é uma questão central para o Sindicato.

Enfrentar os limites dados pelo tempo do trabalho e abdicar da possibilidade do descanso e do lazer são formas de garantir o uso do tempo para a participação política. Do lado do Sindicato, pude constatar que há estratégias para adequar o tempo da participação ao tempo da jornada do trabalho remunerado, ficando como uma questão particular de cada trabalhadora os meios para compatibilizar o tempo da jornada de trabalho não remunerado com a participação na organização coletiva das trabalhadoras domésticas.

6.2 NÍVEIS DE ENGAJAMENTO, ROTINA DO SINDICATO E FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Realizar a Assembléia Geral de Sócias a cada segundo domingo do mês é uma forma encontrada pelo Sindicato de construir a possibilidade de participação na organização coletiva da categoria, uma vez que esse é geralmente o dia da folga semanal das empregadas domésticas. As reuniões de Diretoria acontecem duas vezes mês e também aos domingos. Essas são as atividades centrais da organização política, no entanto, restam ainda as atividades de reuniões de trabalho político, os processos de formação, a participação nos espaços de representação, que inclui viagens, e as atividades cotidianas do Sindicato voltadas para o atendimento às empregadas domésticas em geral, o qual consiste na mediação de processos rescisórios e fornecimento de informações sobre direitos. Além disso, o Sindicato possui uma sede que precisa ser mantida no cotidiano como um espaço de trabalho e da ação política.

Segundo as informações obtidas, o Sindicato conta com vários tipos de engajamentos: sócias que formam um núcleo de lideranças e sustentação, dentro do qual estão os membros

que compõem a diretoria, sócias que freqüentam as assembléias a cada segundo domingo do mês e participam de algumas atividades quando convocadas e sócias que vão às assembléias no segundo domingo de cada mês mas não são assíduas ao Sindicato e quase não têm disponibilidade para outras atividades. Há, ainda, aquelas que não são sindicalizadas mas comparecem em algumas assembléias e eventos da categoria.

A diretoria do Sindicato apresenta a seguinte composição de trabalhadoras: seis aposentadas, três mensalistas em regime diário, das quais duas trabalham de segunda-feira a sexta-feira e uma de segunda-feira a sábado, e duas diaristas, uma com três dias de trabalho por semana e outra com dias incertos, devido à decisão que tomou de trabalhar menos para voltar a estudar e se manter estudando. Segundo a informação das próprias diretoras, a gradação da dedicação ao Sindicato, nesta composição da diretoria, está diretamente relacionada à situação de trabalho. O que foi colocado como compromisso central das diretoras é a participação nas reuniões de diretoria duas vezes por mês aos domingos, nas assembléias de sócias no terceiro domingo do mês, e nas reuniões extraordinárias, consideradas estratégicas para o Sindicato. Na medida do possível, cumprem com a participação em eventos e reuniões políticas como representantes do Sindicato.

Entre os onze membros que compõem a diretoria, três das aposentadas afirmam ter dedicação integral ao Sindicato. Essas três diretoras, conforme observei, formam um pequeno coletivo que garante a sustentação diária das atividades. Entre essas três está a presidenta. Como o Sindicato não tem recursos financeiros para pagar a liberação do tempo das empregadas domésticas para se dedicarem à luta da categoria, nem para contratar pessoal técnico suficiente para atender às demandas do trabalho diário, são as próprias diretoras e sócias que dão conta de quase todas as tarefas, e o núcleo de trabalho formado por essas três diretoras aposentadas garante a confluência e a organização de todas as formas de cooperação para o trabalho do Sindicato por parte de suas sócias e das outras diretoras. Garante que todos os dias o espaço esteja pronto para a ação política, para os atendimentos às empregadas domésticas em geral e para receber os vários aportes de suas sócias e de parceiros/as que vêm trazer sua colaboração. Todos os dias abrem o Sindicato, limpam, arrumam, fazem comida, encaminham tarefas políticas e burocráticas. São elas também que estão à frente da elaboração dos projetos, da organização de reuniões e assembléias e da comunicação voltada para a articulação política. Evidentemente que há o suporte das outras participantes da

diretoria em menor intensidade e de outras militantes, mas é esse núcleo que mantém o Sindicato aberto e funcionando. A tesoureira, que é diarista, além das reuniões no final de semana, afirma que vem duas vezes por semana para fazer serviço de banco, ajudar a contadora e participar de outras reuniões e eventos representando o Sindicato. A outra diarista, integrante da diretoria, diz que apesar de se encarregar de atividades durante a semana no Sindicato, tem dificuldade de participar de atividades noturnas por causa da escola. As mensalistas que estão na diretoria participam nos finais de semana e de maneira mais irregular durante os dias da semana. Os motivos apresentados para isso é o fato de duas terem filhas ainda jovens e outra ter uma jornada de trabalho remunerado que se estende em geral até às 20 horas e intercalar durante a semana dias em que dorme em sua própria casa e outros na casa da patroa.

As três diretoras com dedicação integral chegam à sede do Sindicato entre 7 e 7h30 da manhã e saem por volta das 17 horas. Afirmam que às vezes necessitam ficar depois desse horário, como quando há reuniões à noite ou quando precisam esperar o fornecimento de água para o Sindicato e, neste caso, a espera pode se prolongar até meia-noite. Elas estão no Sindicato nos fins de semana para as reuniões e, nestes dias, também chegam antes de todas as outras sócias para organizar o espaço e a reunião. Este núcleo é o centro de um núcleo maior formado de diretoras e sócias que sustentam a organização do Sindicato permanentemente e em todos os sentidos. O Sindicato conta, ainda, com duas contadoras, uma fixa com carteira assinada, que vem de segunda a sexta, e outra que vem de forma irregular, presta serviço voluntário para fazer os cálculos dos pagamentos das rescisões de contrato no atendimento às empregadas domésticas. Conta também com um advogado, que vem às terças e quintas-feiras pela tarde, para fazer as rescisões de contrato de trabalho. Pude também perceber, através das visitas ao Sindicato, que sempre que uma sócia chega à sede, integra-se na organização geral do espaço e nas atividades do trabalho sindical. Portanto, há aquelas cuja assiduidade é regular e outras que freqüentam o Sindicato de maneira irregular, no entanto, essas várias formas de integração compõem um movimento diário de cooperação mútua para a sustentação da ação coletiva.

O Sindicato conta com uma presidenta de honra, que também é aposentada e que com freqüência faz palestras e dá entrevistas em nome da categoria organizada. Desempenha uma função de representação política muito importante, está sempre presente nos momentos do

debate político interno para definição das estratégias e participa como educadora nos processos internos de formação. Essa avaliação sobre a participação da presidenta de honra no Sindicato é expressão de uma visão comum entre todas as lideranças que participaram do processo de pesquisa.

O que pude constatar no processo de pesquisa é que o Sindicato sempre se sustentou em uma estrutura de militância política que conta com um núcleo central e pequeno de sócias militantes que ancoram o processo de organização política, sócias com militância menos freqüente e sócias com militância casual e, ainda, com uma capacidade de mobilização das empregadas domésticas não associadas para atividades ocasionais. O que parece ser o problema atual ou um impasse no qual se encontra o Sindicato, que foi muito enfatizado pela diretoria, é a necessidade de ampliação do quadro de sócias e de renovação das lideranças no núcleo central. Para isso, é preciso enfrentar as dificuldades de construir processos de mobilização voltados especificamente para a adesão de novas sócias com possibilidade de um maior engajamento nas atividades permanentes do Sindicato e com capacidade de liderar ações políticas.

A liberação do tempo para assumir um cargo na diretoria, sobretudo o de presidenta é considerada uma condição a ser buscada como meio de desenvolvimento da organização. Ao longo do tempo, isso tem sido enfrentado de acordo com as possibilidades de apoio financeiro que se apresentam em cada contexto. A primeira presidenta, segundo as informações obtidas no Sindicato, conciliou trabalho remunerado e presidência durante quase toda a sua trajetória. No entanto, essa conciliação se deu através de negociações para acordos de trabalho com pessoas solidárias à luta das empregadas domésticas, que assumiam um compromisso de estabelecer uma relação de trabalho com jornadas compatíveis com o uso do tempo para a participação política. Segundo a presidenta de honra do Sindicato, que foi também sua primeira presidenta, ela chegou mesmo a trabalhar para uma Organização Não-Governamental do movimento de mulheres, a fim de criar as condições para uma maior dedicação ao Sindicato. No entanto, manteve sua carteira assinada como empregada doméstica, pois alguém fez isso como apoio ao Sindicato, para que ela não perdesse seu pertencimento formal à categoria. Porém, para a sua sucessão, o Sindicato teve de buscar recursos via projeto de financiamento para liberar uma outra trabalhadora. As estratégias, portanto, são variadas, mas o objetivo é a liberação do tempo do trabalho para uma dedicação

maior ao Sindicato, que o cargo de presidenta exige. Atualmente, como já mencionado, a Presidenta é aposentada.

As informações sobre o atendimento na sede do Sindicato evidenciam também que os serviços prestados às empregadas domésticas têm de ser feitos, às vezes, fora do horário regular. As diretoras afirmam que quando chega alguma empregada doméstica fora do horário regular do atendimento não é possível deixá-la sem atendimento, pois conhecem os problemas para que essas suas companheiras de categoria passam para se deslocar até o Sindicato:

Às vezes vem doméstica depois do expediente, ela não sabe e a gente atende. Hoje chegou uma rescisão que não sabia o horário, ela veio de Jabotão, eu falei e a contadora veio. Vem de longe, gastou a passagem (Participante da Pesquisa).

Isso significa que as rotinas de trabalho a que estão submetidas as trabalhadoras domésticas em geral também refletem na rotina de prestação de serviços na sede do Sindicato. O que quero evidenciar com isso é que a dinâmica do Sindicato traz exigências de várias ordens relativas às necessidades de investimento de tempo de suas participantes para manter a organização em movimento, pois além das atividades políticas, também prestam serviços. Esse fato, diante da escassez de tempo livre de trabalho no dia-a-dia das empregadas domésticas, se constitui como um grande problema. As lideranças que participaram do processo de pesquisa afirmam que a prestação de serviços se sobrepõe às atividades políticas criando, dessa forma, um conflito entre dedicar tempo e esforços para assegurar que as trabalhadoras tenham acesso aos direitos conquistados ou dedicar-se mais intensamente ao fortalecimento da organização e às lutas da categoria.

A esse respeito, as diretoras explicam que a mudança de Associação para Sindicato, com a conquista de direitos trabalhistas na Constituição de 1988, trouxe novas incumbências relativas a tarefas de atendimento e, por isso, o volume de trabalho da organização aumentou muito. Dar conta da parte burocrática e legal do Sindicato e da mobilização política colocou novos desafios para uma estrutura de organização que não conta com imposto sindical, tem recursos financeiros escassos e é formada por uma categoria de mulheres pobres e com extensas e intensas jornadas de trabalho.

De acordo com uma de suas lideranças:

São as trabalhadoras domésticas que sustentam esse sindicato, que pagam a taxa de serviço na rescisão e nos cálculos. Pra fazer a conta é R\$ 10,00. Há mais de 3 anos é esse preço, e a taxa de rescisão é 5% do valor líquido que ela recebe. Todo dia tem esse serviço, de segunda a sexta. Rescisão faz de 9 a 15 por dia. O cálculo a gente faz de 10 a 40, porque às vezes vem fazer um cálculo que não tem pra fazer, às vezes porque tem menos de um ano, às vezes o patrão já pagou e manda aqui pra ver como é o seguro-desemprego. Todo dia é uma média de 30, mas a gente atende mais. A gente pode dar 30 fichas e fazer 10 contas. Pode dar 20 fichas e fazer 8 rescisões, porque tem rescisão que não pode ser feita porque não tem registro em carteira e a previdência não tá quitada (Participante da Pesquisa).

Segundo informações das diretoras do Sindicato, há uma taxa de contribuição estabelecida de cinco reais por sócia. Essa taxa, em geral, não é paga ou o é de maneira muito irregular, dadas as restrições financeiras das sócias do Sindicato que, além da taxa, fazem também gastos pessoais com transporte para as atividades políticas. As atividades para as quais o transporte e a alimentação são garantidos pelo Sindicato são os seminários, oficinas, cursos, e para isso há financiamentos específicos. O Sindicato, muitas vezes, recorre a pequenos projetos de financiamento para suas atividades, mas suas diretoras afirmam que esses projetos não garantem, pelo menos não de maneira sistemática e prolongada, recursos para financiar os salários de seus quadros de direção. Há, ainda, a necessidade da contratação remunerada de pessoal técnico para algumas atividades.

Como afirmam as lideranças do Sindicato participantes da pesquisa, são as próprias empregadas domésticas que sustentam o Sindicato, e essa sustentação se faz a despeito de todas as dificuldades que elas enfrentam, mesmo daquelas que afetam a sua própria resistência física. É possível observar, nos momentos das atividades coletivas, que as conseqüências das jornadas extensas e intensas estão inscritas nos corpos das empregadas domésticas. Observei durante muitas reuniões e eventos do Sindicato a expressão de cansaço, as reclamações de dores no corpo e, com muita freqüência, os esforços de algumas mulheres para se manterem acordadas e atentas. Algumas vezes, elas são vencidas pelo sono. O momento de uma reunião está, para a maioria delas, rivalizando com o momento do descanso ou com o momento para cuidar de si. Os resultados das tensões causadas pelas extensas jornadas de trabalho que aparecem como marcas nos corpos, se estendem do espaço/tempo do trabalho para o espaço/tempo da ação política.

Pela análise das tensões cotidianas decorrentes das jornadas extensivas e intensivas é possível tanto desvelar as formas de resistências individuais quanto os bloqueios que se

formam para as empregadas domésticas transitarem dos espaços domésticos para a esfera da participação política. É também para mudar o cotidiano que elas constroem os momentos para isso, e nessa construção reside um movimento entre dominação/exploração e resistência.

Esse movimento, por sua vez, é o que assegura a sustentação da organização coletiva, que como qualquer processo político para produzir mudanças, necessita ser fortalecido e renovado, inclusive pela chegada de novos sujeitos.

Nesse contexto, a renovação das lideranças políticas é um dos grandes problemas a serem enfrentados pelo Sindicato. As fundadoras da Associação e, posteriormente, do Sindicato permanecem como grandes lideranças interna e externamente. Novas sócias se integraram ao Sindicato ao longo das últimas duas décadas, algumas se tornaram lideranças, mas as fundadoras permanecem como referências centrais. O processo de renovação é difícil, o que se mostra na composição da diretoria, majoritariamente formada de trabalhadoras aposentadas, conforme apresentado no item anterior. Falas de dirigentes sobre isso refletem bem o problema:

Pra gente ver uma realidade, o Sindicato tá quase de aposentadas, quem é que não tá aposentada aqui? Então têm umas que mesmo que não sabe ler, mas já fez muita coisa aqui no Sindicato, muita mesmo. Eu assumia tudo sem ser liberada. Quando eu vi uma vez uma empregada doméstica dizer que não vinha pra aqui na sexta-feira de noite porque tinha que guardar a feira da patroa eu fui a pessoa que mais lutou pra que ela se tornasse presidenta do Sindicato e pra arrumar dinheiro pra ela ser liberada, porque se não ela não tinha nenhuma condição de fazer nem reunião (Participante da Pesquisa).

A coisa mais difícil do Sindicato hoje é fazer uma diretoria, porque pra mim vai ter eleição, e eu fico pensando quem são as pessoas que vão substituir as de agora, eu acho que tem um problema (Participante da Pesquisa).

Eu fico preocupada com a questão do processo de sucessão e às vezes eu acho que a gente não tá sabendo trabalhar as pessoas, porque eu vejo nas assembléias tá vindo bastante menina doméstica novata. O problema é como a gente vai chegar a essas meninas e fazer uma formação até pouco diferenciada, mas que levante a auto-estima e faça criar o interesse de continuar essa luta que é importante (Participante da Pesquisa).

A atual composição da diretoria revela, portanto, os problemas enfrentados no processo de fortalecimento do Sindicato. De um lado, o fato de contar com diretoras aposentadas que podem se dedicar integralmente ao Sindicato contribui para uma estabilidade na manutenção das atividades cotidianas, mas, por outro, revela as dificuldades existentes para renovar seus quadros políticos. Há necessidade de contar com um maior

número de sócias com disponibilidade de tempo e compromisso político para assumir tarefas de direção e liderança entre aquelas que já compõem o atual quadro de sócias. Há, também, a necessidade de integrar como sócias aquelas que não o são, mas já freqüentam as atividades organizadas pela categoria. Por fim, essas lideranças afirmam que há, ainda, o desafio de ampliar o poder de convocação e de mobilização junto a empregadas domésticas que nunca participam das atividades do Sindicato.

As diretoras do Sindicato revelam uma forte preocupação com o processo sucessório da diretoria e com a renovação do quadro de sócias mais engajadas na organização coletiva e afirmam que esse problema atinge outros sindicatos de empregadas domésticas no Brasil:

Salvador tá com o mesmo problema, já teve antes, e agora a mesma coisa, sem ter ninguém pra assumir, e isso aí é uma coisa muito ruim, porque tá todo mundo cansando e tem que renovar, ter algumas cabeças mais novas, novas escolhas (Participante da Pesquisa).

Foi a menina de Santa Catarina que disse que até a eleição ia continuar as mesmas pessoas porque não tinha ninguém pra botar na chapa, parece que ainda tinha uma que fez o curso, aquele curso de trabalho doméstico cidadão, que ia ver se ficava, mas tava com a mesma dificuldade (Participante da Pesquisa).

Tomando a relação entre o tempo do trabalho e a participação política através do cotidiano, surgem os imbricamentos que constroem as dificuldades das empregadas domésticas para participar da sua organização. As trabalhadoras sindicalizadas que fizeram parte do processo de pesquisa colocam o problema em duas dimensões: uma objetiva, sobre as dificuldades para quem já participa do Sindicato, apontadas a partir de suas próprias práticas de trabalho e da prática política; e uma dimensão subjetiva, sobre suas percepções das dificuldades que as empregadas domésticas, no geral, têm para se aproximar do Sindicato.

A percepção desses sujeitos da pesquisa sobre as dificuldades para conseguir formar novos quadros de sócias está relacionada tanto às questões específicas da categoria como ao contexto atual do país, que elas percebem como um momento de pouca mobilização política de todos os movimentos sociais em torno da luta por direitos, conforme pode ser verificado na seguinte fala:

Eu acho que também tá muito ligado a uma situação que eu acho de uma questão muito assim geral, de interesse na política. Você veja, dos próprios movimentos que defendia a questão dos direitos do trabalho eu acho que tem uma questão de conjuntura, das mudanças que estamos vivendo. Muita coisa se dissolveu nessa democracia que a gente tem, as coisas tomaram outro caminho. Eu não sei muito analisar isso, mas eu acho que existe outra questão. E ninguém anda sozinho

nem pra melhor nem pra pior, e as trabalhadoras domésticas estão neste contexto. Aí eu acho que teve isso também (Participante da Pesquisa, Diretora do Sindicato).

Os dados da pesquisa revelam que há um momento anterior na configuração das dificuldades enfrentadas pela categoria, o qual diz respeito à recusa de identificação com o coletivo das empregadas domésticas. Na percepção dos sujeitos da pesquisa, o preconceito e a discriminação que pesam sobre o trabalho doméstico e sobre a categoria funcionam como um bloqueio a essa identificação e pesam sobre todas as outras dificuldades. Isso tem várias outras conseqüências, como a recusa a ter carteira assinada, o que significa abrir mão de um direito, e a falta de motivação para construir os meios para participar de alguma atividade a convite do Sindicato. A fala de um dos sujeitos da pesquisa traz um exemplo e uma análise sobre esse problema:

Eu acho que é uma profissão que ninguém escolheu, né? Eu acho que a discriminação tá muito ligada à questão de ser mulher, é o trabalho que faz dentro de casa e as mulheres parecem que nasceram pra ser dona de casa e pra viver no privado, dentro de casa. Na medida que a gente muda, se socializa, aí tem um conflito, na questão de ser mulher. Tem toda a questão dos homens, aquela história toda. É a mulher que fica dentro de casa. E nós, que ainda além de ficarmos dentro da nossa casa, somos empregadas dentro da casa da patroa, fica mais difícil ainda. Por isso que tem essa dificuldade de mostrar a cara, de se assumir. Eu vou todo dia pra academia da cidade e lá tem uma trabalhadora doméstica muito brincalhona, ela conversa com todo mundo. E muita gente lá sabe que eu sou empregada doméstica aposentada. Tudinho. Mas dela num sabe. E um dia ela veio aqui e eu atendi. Ela parecia que não me conhecia, o fato dela tá no Sindicato, aí tinha questão dela assumir como empregada doméstica, e ela falou assim comigo, e eu atendi ela direitinho. E lá é uma pessoa que ela é uma beleza, ela brinca com a gente, é uma beleza, todo mundo gosta dela. Mas quando ela chegou aqui, parece que ela teve esse susto, e lá na academia ela não comentou (Participante da Pesquisa).

As falas de outras lideranças, a seguir, remetem a suas próprias experiências, que no primeiro caso expressa o embricamento da questão racial e da pobreza e, no segundo caso, expressa as dificuldades subjetivas, produzidas pelo preconceito, na relação com outros sujeitos coletivos:

Uma vez eu fui sorteada com uma blusa pela rádio. Aí eu troquei de roupa, me ajeitei todinha e fui na rádio. Quando cheguei na porta da rádio, aí eu disse: Vou nada. Voltei pra casa. Aí depois ele ficou dizendo meu nome, você foi sorteada e não foi pegar. Fiquei com vergonha de ir. Preta e pobre. Eu disse: Vou mais nada. O radialista era aquele que vi de gravata. Chegasse lá ele ia dizer: Oxente, foi essa pessoa. Eu não quis ir. Pra você ver. Eu não era do Sindicato não; depois que sou do Sindicato eu fiquei pensando o que foi que eu fiz. Por isso que eu tô dizendo como é complicado (Participante da Pesquisa).

Eu acho que a gente tudo é um processo na vida da gente, tudo é um processo. Eu quando já tava na luta, eu já tinha viajado, já tinha trabalhado em vários lugares, mas eu tinha uma dificuldade imensa de enfrentar. Ainda já na associação eu tinha uma dificuldade imensa de enfrentar outras entidades. Eu pensava: como é que ia ser recebida entendeu. Eu ia assim, como é que vou ser recebida?...Mas a gente é muito marcada por ser tratada diferente (Participante da Pesquisa).

Portanto, para as empregadas domésticas que já estão participando do Sindicato, quando elas começam a participar, já houve, do ponto de vista subjetivo, algum grau de superação desse preconceito internalizado. A partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa, o que se revela é que a ruptura subjetiva com esse preconceito se fortalece como parte do processo de envolvimento político e, sobretudo, com base na idéia de pertencer a uma categoria de trabalhadoras com direitos. Assim, a questão do preconceito e da discriminação pode ser considerada como bloqueios que antecedem as dificuldades experimentadas na prática política. Uma vez que as empregadas domésticas se aproximam ou passam a fazer parte do Sindicato, outras dificuldades tornam-se mais concretas e as anteriores tornam-se um problema político e não mais um impedimento, mesmo quando ainda são vividas no plano individual. Para as diretoras do Sindicato, há necessidade de enfrentar três momentos: o de convocação e mobilização para sensibilizar novos sujeitos, o de construir as condições políticas de engajamento daquelas que já estão próximas e ainda não fazem parte engajada da ação do Sindicato e, finalmente, o fortalecimento do núcleo de sustentação, no qual estão incluídas aquelas que formam a direção da organização.

Na percepção das dirigentes do Sindicato, um caminho fundamental para o fortalecimento da organização são os processos educativos para formação política, que incluem uma formação sobre os direitos de cidadania. Através do processo de pesquisa, pude perceber que a organização desses processos implica a superação de muitos limites, que estão dados pelas condições sociais da categoria, entre os quais saliento a falta de recursos financeiros, a baixa escolaridade das participantes do Sindicato e da categoria em geral, e as restrições no uso do tempo, tanto das responsáveis para organizar os processos educativos como para as que vão participar desses processos, os quais exigem momentos mais prolongados ou seqüenciados de participação e que para acontecer vão disputar horário com as outras atividades da ação política, pois, em geral, se realizam nos finais de semana, segundo os documentos e as informações obtidas no Sindicato. Nesse caso, o problema é a relação entre o tempo do trabalho das empregadas domésticas, o tempo da construção de

novas lideranças, que implica o desenvolvimento de um processo necessário à formação de militantes, e o tempo da própria ação política.

Participando como observadora em uma reunião ampliada entre diretoria e sócias do Sindicato e assessora externa, em um dia de domingo, das 9 às 13 horas, para organizar um seminário de formação e mobilização política, pude constatar as dificuldades em torno do uso do tempo para essa organização. Em primeiro lugar, a duração do seminário foi definida levando em consideração que para muitas empregadas domésticas a semana de trabalho vai de segunda-feira até sábado, pelo menos até o início da tarde desse dia. O período definido foi: sexta-feira à noite, sábado o dia inteiro e o domingo até às 13 horas. Durante esses dias, a programação também foi feita levando em conta os horários de trabalho. Sexta-feira à noite foi considerado um horário sem problema, com o início marcado para 19 horas. Levou-se em consideração que algumas chegariam atrasadas, mas poderiam chegar a tempo para ouvir as palestras, já que o primeiro momento seria o de uma abertura formal com representantes de outros movimentos sociais e do poder público. Para o sábado pela manhã, foram programadas oficinas para pequenos grupos, pois na categoria existem aquelas que trabalham pela manhã e aquelas que não trabalham nesse dia. Dessa maneira, as ausências podiam ser contornadas e, além disso, haveria sínteses dos trabalhos da manhã que seriam lidas à tarde, como uma forma de colocar todas as presentes em sintonia com o processo. O programa da tarde do sábado e do domingo pela manhã formava a parte mais densa da formação e da construção final das estratégias de ação, pois seriam os momentos de maior concentração de participantes, pressuposto baseado na disponibilidade de horário livre de trabalho remunerado.

Outra questão importante para o método de organização do seminário foi a convocação com bastante antecedência, para que as empregadas domésticas convocadas tivessem um período suficiente para as negociações relativas aos horários de saída na sexta-feira à noite e ao sábado no final da manhã. O final do seminário, previsto para as 13 horas do domingo, foi estabelecido para garantir a tarde livre nesse dia. Foi levado em conta que a antecedência na convocação facilitaria, também, os arranjos em suas próprias casas, sobretudo para aquelas que têm filhos/as pequenos/as. Essa foi, no entanto, a única medida tomada em relação ao trabalho doméstico não remunerado, uma vez que as restrições do tempo do trabalho remunerado são consideradas tão intensas e opressivas que parecem solapar as possibilidades de considerar outras estratégias para enfrentar os limites dados pelas jornadas

de trabalho extensivas formadas também pelo trabalho não remunerado. O que indicam os dados de pesquisa é que o peso da dominação/exploração no trabalho doméstico remunerado afeta tão fortemente a dinâmica da organização que, como consequência, produz um cerceamento na capacidade da própria categoria organizada para extrapolar sua análise sobre o trabalho doméstico para além desse âmbito.

O local escolhido para a realização do seminário tinha estrutura para hospedagem das participantes, no entanto, estava claro para as organizadoras que nem todas poderiam dormir na noite da sexta-feira para o sábado por trabalharem neste dia e que outras não poderiam dormir no local do seminário devido à necessidade de retornar toda noite para suas próprias casas. Outras questões foram levadas em conta para a organização do seminário, que contou com assessoria de parceiras externas ao Sindicato. O que quero frisar, no entanto, são os limites impostos pelo tempo do trabalho doméstico remunerado, que entram como um ponto de definição da metodologia na organização da ação política e educativa. Assim, o debate de preparação da ação do Sindicato considera tanto a análise das questões da conjuntura política, da história da luta por direitos, como também as questões relativas ao contexto do cotidiano no qual os sujeitos da categoria estão inseridos. Cotidiano e ação política mantêm, nessa perspectiva, uma relação inextricável.

No imbricamento das tensões e dos limites que formam os problemas da participação política das empregadas domésticas está, como já colocado, a baixa escolaridade da maioria da categoria, problema já analisado anteriormente. Esse déficit foi muito acentuado nas falas das organizadoras do Seminário, nos momentos de planejamento. Apareceu como parte do debate político interno, no qual a impossibilidade de estudar foi colocada como uma consequência da relação de dominação/exploração no trabalho doméstico remunerado. Na visão das organizadoras, esse problema está relacionado à relação de disponibilidade das empregadas domésticas ante as patroas e à falta de direito a uma jornada de trabalho regulamentada. O conteúdo desse debate interno é desvelador da relação entre condições sociais e ação política. A falta do estudo é um tema recorrente mesmo nos momentos de reunião de modo que o que aparece no Capítulo 5 desta tese como um limite para a trajetória de vida pessoal, aparece também como um limite na qualificação para a participação política e para o sujeito coletivo, como se revela na fala de uma participante da pesquisa:

Eu já participei muito das atividades do Sindicato. Hoje eu tô com problemas de saúde, mas ainda participo. Eu gosto do Sindicato. Agora eu tenho dificuldade para participar, assim de ler, de escrever, mas mesmo assim eu gosto de participar (Participante da Pesquisa).

A contradição trazida pelo uso do tempo vai criando um descompasso entre a capacidade de trabalho do Sindicato, as estratégias de luta e a estruturação de uma organização coletiva que tenha sustentação para sua ação e para sua continuidade. A Associação foi fundada há vinte e nove anos e o Sindicato há vinte, e é no contexto atual que o problema da renovação se coloca, pois nesses 29 anos de organização política há uma permanência de um núcleo fundador, que vai incorporando novas pessoas ao mesmo tempo que mantém as lideranças com mais força política e capacidade de representação. Nesse contexto, há uma percepção interna ao Sindicato de que não se trata apenas de incorporar novas sócias, mas de renovar o núcleo de sustentação da organização coletiva que, devido aos problemas da categoria, entre os quais está a falta de disponibilidade no uso do tempo, tem de se organizar de acordo com esse limite, entre outros.

Quando as militantes mais antigas do Sindicato falam de suas trajetórias, é possível perceber, na maioria dos casos, uma tensão entre o trabalho doméstico remunerado e a participação política. Um ponto de inflexão importante nessa tensão é quando as empregadas domésticas que viviam nas casas das patroas vão para suas próprias casas. Isso se reflete na capacidade e na possibilidade de atuação política, pois, como já analisado no Capítulo anterior, tal passagem tem um conteúdo libertário. No entanto, a tensão entre o trabalho doméstico gratuito e a participação política vai aparecendo nos relatos como problema particular, cujas soluções vão marcando uma maior ou menor presença na participação do Sindicato, podendo haver períodos de interrupção. Os relatos e a própria composição do núcleo de sustentação do sindicato revelam que, em grande medida, para algumas lideranças houve uma dedicação exclusiva à formação da organização política e, dessa forma, o uso do tempo no cotidiano está tensionado no deslocamento do trabalho doméstico remunerado para a organização da categoria. Há, neste movimento entre trabalho remunerado e participação política, uma supressão do uso do tempo para vivência no espaço da sua própria casa, do lazer e de outras dimensões da vida cotidiana.

A Associação, que se torna posteriormente Sindicato, foi e continua sendo para muitas sócias e lideranças, que estão presentes no seu cotidiano e na sua história, um lugar de

acolhimento pessoal, de convivência entre amigas e, portanto, um espaço do cotidiano. Elas falam sobre esse espaço como o lugar para onde se dirigiam quando tinham folga e se sentiam estrangeiras na cidade, sem família e sem relações de amizade. Para aquelas migrantes do interior, a Associação e o Sindicato representaram um meio para encontrar um grupo de referência e para se situar em uma cidade estranha na qual estavam vivendo no espaço alheio da casa da patroa e, segundo os relatos, essa relação com o Sindicato permanece como uma prática que se reproduz e sobre a qual os sujeitos da pesquisa manifestam um grande apreço, podendo ser traduzida como uma dimensão humanista da prática política do Sindicato. Nesse sentido, o Sindicato contempla em seu espaço duas dimensões do cotidiano: a da prática de trabalho e a da convivência amigável entre companheiras. É também no espaço do Sindicato que se realiza a passagem para os momentos de ação política que fazem a ruptura com os momentos do cotidiano. Como analisa Heller (1989), mesmo na atividade política a realização das tarefas práticas e rotineiras é considerado como momentos da vida cotidiana e, no caso do Sindicato das empregadas domésticas, não há uma divisão hierárquica do trabalho, portanto, as tarefas práticas tanto são aquelas de sustentação da ação política como aquelas de manutenção do espaço e do trabalho reprodutivo, como fazer almoço, lanches e, mesmo, cuidar de crianças quando presentes na sede.

O número de empregadas domésticas morando na casa das patroas tem diminuído e o direito à casa própria é uma frente de luta do Sindicato. Na visão das dirigentes, há um paradoxo na relação entre a luta pela casa própria e a participação na organização da categoria. De acordo com os relatos, o engajamento político levou, em muitos casos, a momentos de ruptura na relação de trabalho, sobretudo, com a moradia no local de trabalho remunerado. No entanto, se viver na casa das patroas restringe a liberdade de ir e vir, há também uma compreensão de que não ter um lugar próprio para morar levou e leva as empregadas domésticas a se aproximarem e buscarem, no espaço do Sindicato, um lugar de acolhimento, como revela a fala seguinte:

Eu não sei, eu gostaria muito que esse curso, esse seminário que vamos fazer, que as domésticas viessem, porque muitas domésticas antes moravam no emprego, hoje moram na sua casa e essas domésticas não passam por aqui. Antes ninguém tinha pra onde ir, só tinha o Sindicato. Quando você fica na sua casa, você fica no bairro, tinha a casa da patroa e aí ela agora passou pro bairro. Isso eu também acho que encheu a vida da doméstica, ela vivia na casa da patroa, o Sindicato era quase uma fuga, a rua era a fuga, a praça era a fuga. Hoje ela já vai pra casa dela, já tá cansada, pode ser alugada, ou um quarto, seja o que

for. Ter um lugar, isso é uma diferença (Participante da Pesquisa, Diretora do Sindicato).

A problematização trazida por Mary Garcia Castro, a partir de pesquisas em países da América Latina como Peru, Brasil e Chile, sobre os processos organizativos, está muito próxima das questões encontradas em nosso estudo em Recife:

As trabalhadoras domésticas – organizadas ou não – trazem toda uma carga ideológica que torna complexa a definição prática de seus espaços, limites e alianças no processo organizativo. É preciso combinar a concepção do sindicato como lugar de educação política e frente de luta pelos direitos da categoria com a exigência de construir uma ‘nova família’, ou seja, um grupo de apoio e de solidariedade para os casos de dificuldades pessoais e para o direito assessoramento a atendimento de solicitações jurídicas e de defesa da cidadania (CASTRO, 1989, p. 56).

O direito à casa própria é uma bandeira de luta do Sindicato, portanto, a posição política que observei no processo de pesquisa é de luta e conscientização das empregadas domésticas para deixar de morar na casa da patroa. Viver na casa da patroa cria bloqueios para transitar em outros espaços, mas na história do Sindicato, morar na casa da patroa é tanto um problema para a participação política quanto, em alguns casos, uma motivação espontânea para chegar ao Sindicato, que em um primeiro momento pode ter como objetivo a busca de refúgio e de um espaço comum entre iguais.

No final do século XIX, quando as mulheres negras escravas faziam os trabalhos domésticos na casa das senhoras brancas, buscavam formas de construir um tempo de trabalho livre do controle das patroas por meio das tarefas realizadas na rua (GRAHAM, 1992). Uma delas era aproveitar o momento de ir buscar água para o consumo da casa nos chafarizes localizados nas praças das cidades e ficar ali, prolongando o tempo da tarefa, em conversa com outras escravas que faziam as mesmas tarefas. Esse era também um momento de convivência e compartilhamento entre companheiras de uma mesma situação social. As diretoras falam da importância do Sindicato como um lugar de acolhimento para as empregadas domésticas que viviam e vivem nas casas das patroas, e vão em busca de um lugar coletivo de compartilhamento e de ruptura com a solidão da vivência no espaço alheio. No movimento entre o chafariz e o Sindicato como espaços coletivos, aparece a relação entre o cotidiano e a história, que revela tanto as transformações ocorridas nas relações sociais como as formas de dominação/exploração que se reconfiguram e permanecem. Neste

movimento da história, as mulheres negras saíram da condição de escravas e permanecem como a maioria da população pobre e como maioria da categoria das empregadas domésticas.

O movimento entre dominação/exploração e resistência no cotidiano e na história é dialético e formado por uma conflitualidade entre sujeito individual e sujeito coletivo. O que observo a partir da análise das práticas das empregadas domésticas é que a sustentação de um projeto político coletivo aparece no cotidiano em confronto com as necessidades do sujeito individual. No entanto, é necessário dizer que esse confronto está marcado também pela inserção de classe, raça e das relações sociais de sexo/gênero. Como já mencionado, as tensões entre condições sociais e esfera política é resultante das desigualdades sociais, no sentido de que essas desigualdades se refletem na conformação dos sujeitos coletivos e marcam também as relações sociais no interior da esfera política em geral.

Questões trazidas por lideranças do Sindicato me parecem interessantes, no sentido de interrogar as próprias condições da formação das cidades no que diz respeito às formas de moradia, aos meios de socialização no espaço urbano e ao impacto sobre as formas de aproximação entre as participantes do Sindicato e as empregadas domésticas não sindicalizadas, como pode ser percebido nas falas dos seguintes sujeitos da pesquisa:

De primeiro você sentava nas calçadas, a gente conversava nas calçadas, toda militância da gente foi nas calçadas. Hoje eu digo, só queria trabalhar num edifício, que é tanta empregada lá. Aí eu fui trabalhar num edifício e não encontrava uma. É tudo porta fechada, de tarde eu vinha embora e ninguém se encontrava. Então muita coisa mudou (Participante da Pesquisa).

Eu trabalhei em um edifício um ano e oito meses e não conversei com ninguém (Participante da Pesquisa).

O que me parece em questão aqui é o isolamento do contexto de trabalho que se agrava pelas formas atuais de sociabilidade nas cidades e a falta de outros meios que dêem acesso direto a militantes do Sindicato e empregadas domésticas no geral. Antes, as calçadas das casas das patroas eram um espaço de encontro possível, mas atualmente as empregadas domésticas que permanecem residindo na casa das patroas estão morando sobretudo dentro de apartamentos, em um confinamento ainda maior. Há uma percepção, por parte das lideranças participantes da pesquisa, de que o contexto mudou e as estratégias não foram refeitas ou devidamente refeitas. As diretoras apontam a violência como outro elemento de afastamento das domésticas das ruas. Os longos percursos entre os locais de trabalho e moradia também

são apontados como um problema da vida cotidiana nas cidades grandes, uma vez que não permitem paradas no meio do caminho, pois, após uma jornada de trabalho prolongada, urge fazer um retorno direto para a própria casa.

A relação entre o tempo do trabalho doméstico e o tempo da participação política das empregadas domésticas recoloca também o pressuposto trazido pelo feminismo, a partir da sua corrente teórica e política denominada de feminismo radical, a qual afirma que o privado é político o que, segundo Collin (2005), significa “liberar o privado das mulheres”¹²⁸. Ainda segundo essa autora, a liberação requer uma transformação da estrutura. Isso nos leva a uma outra questão importante que se desvela no processo de pesquisa, relativa ao espaço doméstico como espaço de privação das mulheres. No caso das empregadas domésticas, essa privação está tanto relacionada ao espaço do trabalho doméstico gratuito no interior da sua própria casa como ao trabalho remunerado no espaço doméstico alheio. Neste caso, a privação se manifesta duplamente, a partir das relações sociais de sexo/gênero e de classe. A falta de autonomia para lidar com o uso do tempo é uma dimensão dessa privação. O uso do tempo para a participação política é parte da construção da cidadania das empregadas domésticas, um processo de construção que se revela difícil e, de acordo com as participantes da pesquisa, como um desafio primordial na história dessa organização coletiva.

A restrição de alguém à esfera privada como interdição à esfera pública, para Hannah Arendt (2005), configura a esfera privada como um espaço de privação, isto é, “ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida” (ARENDR, 2005, p. 68). Vida cotidiana e vida privada não são noções equivalentes (MARTINS, 2007). Um cotidiano restrito à vida privada no âmbito doméstico é uma privação do acesso à heterogeneidade que caracteriza a vida cotidiana e, sobretudo, uma privação aos outros espaços de constituição do sujeito, como os espaços da participação política.

As empregadas domésticas que participam da pesquisa colocam como ponto de partida para sua participação construir no dia-a-dia os meios para romper essa privação e organizar-se enquanto categoria de trabalhadoras. Esse é um movimento permanente na formação da

¹²⁸ Tradução minha.

categoria e se apresenta como uma questão estratégica para o fortalecimento e continuidade da organização política, podendo ser considerado como uma tensão entre o cotidiano e a construção da história da organização da categoria. Encontrar um horário para participar do Sindicato é parte do processo de construção do sujeito que implica um conflito no cotidiano entre participar da resistência coletiva ou se manter na sua singularidade, na qual as tensões são enfrentadas individualmente e voltam sempre em forma de repetição (LEFEVBRE, 1979).

Como observei nas narrativas das pioneiras formadoras da Associação, esse movimento de ruptura com a privação vivida no espaço doméstico alheio foi uma dimensão fundadora do sujeito individual e do sujeito coletivo na trajetória das empregadas domésticas. No processo de organização que se caracteriza, entre outras coisas, pela chegada permanente de novos sujeitos como uma condição para sua sustentação, o Sindicato é, para a maioria das participantes da pesquisa, a organização através da qual a passagem de uma vida restrita ao privado do espaço doméstico, da sua própria casa ou da casa da patroa para a participação na organização coletiva se realiza.

A análise dos dados da pesquisa indica que as condições sociais dos sujeitos que constituem uma organização política devem ser tomadas como referência tanto para definir as estratégias de ação da organização na defesa de direitos como uma referência para construir os meios a fim de democratizar a participação coletiva, lidando com as desigualdades sociais e as dificuldades que constroem ou bloqueiam no cotidiano o acesso dos sujeitos individuais à esfera política. A questão que segue é que o cotidiano e a organização política devem se construir como uma relação dialética a partir da qual o cotidiano não se restringe mais a uma mera forma de repetição, mas passa a conter “os momentos de criação” (MARTINS, 2008, p. 56), e a ação política possa tomar o vivido como uma fonte das contradições que devem ser enfrentadas no processo de conquista de direitos e de transformação social. Retomo aqui a observação de Martins (2008), quando afirma que o vivido se encontra dentro da historicidade do social e, assim, está sob o impacto do sistema ideológico e das condições materiais, o que deve ser considerado na análise sociológica.

A observação, através do uso do tempo para a ação política, que me levou às questões relativas ao fortalecimento da organização das empregadas domésticas e à necessidade de renovação dos seus quadros políticos, mostra que o processo de organização já se constitui em um momento do processo de mudança e que a conflitualidade entre o sujeito individual e o

sujeito coletivo traz sempre um movimento que afeta a forma de viver o cotidiano e, ao mesmo tempo, exige da organização uma capacidade de instituir uma prática política que construa as pontes entre a “atividade cotidiana e a práxis não cotidiana” (HELLER, 1989, p. 13), pois, segundo essa autora, as formas para fazer essa passagem são diversas.

Em síntese, dadas as dificuldades peculiares da categoria das empregadas domésticas para se organizarem politicamente, dentre elas a restrição no uso do tempo, a adesão de novas sócias e, a partir daí, a renovação das lideranças e a manutenção dos espaços de militância são ações políticas estratégicas para o Sindicato. Na percepção das diretoras sobre essa passagem, revela-se uma compreensão de que, quando tal acontece, foram superadas as formas de bloqueio que tanto dificultam a organização política quanto servem como reprodução à discriminação das empregadas domésticas. O que me leva a essa constatação é o fato de que as lideranças do Sindicato, diretoras e não diretoras, enfatizam a luta permanente para que elementos como a falta de tempo, o preconceito, a falta de consciência política, a dominação/exploração das patroas, as dificuldades financeiras e privadas, sejam enfrentadas a fim de que uma empregada doméstica se engaje de fato no Sindicato. Portanto, a renovação das sócias e das lideranças do Sindicato é parte da ação política e um elemento estruturante das perspectivas de luta do próprio Sindicato. Entre as prioridades de luta de organização, conforme afirmam os sujeitos da pesquisa, está a regulamentação da jornada de trabalho, a qual está diretamente relacionada aos problemas do uso do tempo no cotidiano.

6.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Como parte das contradições que formam a história de luta das trabalhadoras domésticas, está o fato de que a formalização do contrato de trabalho parece estar associada a jornadas mais extensas (DIEESE, 2006). A relação entre direitos e exploração ganha aí um caráter peculiar, na qual o acesso a um direito aumenta o grau de exploração no trabalho. As jornadas longas acontecem mais entre as que dormem no emprego, o que expõe a dificuldade de fiscalização do trabalho doméstico (DIEESE, 2006). No primeiro caso, a falta de um direito – a regulamentação da jornada de trabalho – limita a vivência dos direitos já

adquiridos; no segundo caso, a privacidade das/os patroas/ões é uma forma de proteção à dominação/exploração de uma forma de trabalho – o trabalho doméstico remunerado. Essas questões refletem, de um lado, a necessidade objetiva de avançar na conquista de novos direitos para a transformação das condições de vida no cotidiano das empregadas domésticas e, por outro, indicam as contradições no processo de construção da cidadania, no qual a conquista e a vivência de direitos não se realizam como atos automáticos. A garantia formal de direitos é um ponto de partida que legitima novas esferas da cidadania e dá aos sujeitos políticos uma base legal para enfrentar os conflitos em defesa do acesso a esses direitos. No atual contexto, outros direitos fazem parte das estratégias de luta do Sindicato, como o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório, salário-família, hora extra e adicional noturno, estando estes dois últimos diretamente relacionados à regulamentação da jornada de trabalho como uma condição necessária para serem estabelecidos por lei.

Esse conjunto de direitos – regulamentação da jornada de trabalho, hora extra e adicional noturno – vai incidir diretamente sobre a relação entre tempo do trabalho e organização do uso do tempo no cotidiano das empregadas domésticas e sobre a relação patroa e empregada doméstica, alterando, na perspectiva legal, a relação entre tempo do trabalho e remuneração no emprego doméstico. Levando em consideração as análises sobre as relações de trabalho apresentadas no Capítulo 5, posso inferir que a regulamentação da jornada de trabalho, quando formalizada na lei, estabelecerá um novo patamar de conflito entre empregadas domésticas e patroas em torno das jornadas de trabalho, conflito este que se dará tanto na esfera pública como na esfera privada. Para a ação política da categoria das empregadas domésticas, o conflito se dará em torno das garantias para sua implantação; do ponto de vista das empregadas domésticas, individualmente significa, no cotidiano, um meio de resistência para se apropriar do uso do seu próprio tempo dentro de novas bases, pois, uma vez regulamentada, a jornada do trabalho doméstico remunerado estará sob a mediação da lei.

A liberação das mulheres para a vida pública implicou, e ainda implica transformações de ordem simbólica e material, e dentro dessas transformações está a construção da capacidade de se apropriar do uso do seu próprio tempo (ÁVILA, 2002). Se uma grande parte das mulheres consegue fazer o trânsito entre trabalho remunerado, trabalho não remunerado e participação política, ainda existem muitos limites e dificuldades para as mulheres exercerem o direito à participação política nessa triangulação. A contratação das

empregadas domésticas é um dos elementos que incidem sobre a possibilidade de realizar essa passagem, o que leva a uma relação de contradição e desigualdade entre mulheres e indica, também, que as condições de acesso à esfera pública para as mulheres estão marcadas, no geral, por relações desiguais.

Para se pensar em uma esfera política igualitária é importante pensar no acesso à esfera pública, caso contrário, as desigualdades e discriminações existentes nas sociedades vão funcionar como impedimentos invisíveis e a dificuldade de participação pode ser percebida como um atributo das mulheres (ÁVILA, 2005). No caso das empregadas domésticas, a relação entre trabalho doméstico e participação política já se constitui como um problema a partir da própria concepção hegemônica da relação entre sujeito político e trabalho. Na perspectiva clássica, o sujeito político da transformação social se constitui como tal a partir da sua inserção no trabalho produtivo, isto é, na esfera das relações sociais de produção. As empregadas domésticas, enquanto uma categoria de trabalhadoras, estão inseridas na esfera das “relações sociais de reprodução” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985, p. 13). São trabalhadoras cuja prática de trabalho está voltada para garantir as necessidades cotidianas da reprodução da vida humana, o que é considerado, de acordo com a abordagem marxista, um trabalho improdutivo, pois produz valor de uso, mas não produz valor de troca. Para Hannah Arendt:

...a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo contém, embora eivada de preconceito, a distinção mais fundamental entre trabalho e labor. Realmente, é típico de todo labor nada deixar atrás de si: o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência; motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele” (ARENDR, 2005, p. 98).

Apesar de reconhecer a importância do trabalho reprodutivo, chamado de improdutivo, Arendt (2005) ainda o coloca dentro de uma concepção de trabalho fútil, dentro de uma perspectiva tributária de um contexto social e histórico anterior aos anos 70 do século vinte, quando a partir do movimento feminista foi feito um questionamento da concepção de trabalho (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985; KERGOAT, 2001, 2002; HIRATA E KERGOAT, 2007; DELPHY, 2002), e a relação entre público e privado (COLLIN, 2005) lançou novas controvérsias teóricas sobre o conceito de trabalho restrito ao trabalho produtivo e sobre a concepção dicotômica entre esfera pública e esfera privada. No entanto, Hannah Arendt afirma uma questão primordial na

importância desse trabalho para a reprodução da vida humana, questão que a teoria social feminista tem tomado como um objeto de sua reflexão (KERGOAT, 1998, 2001, 2002; HIRATA E KERGOAT, 2007; HIRATA, 2002, 2004; CARRASCO, 2001, 2005; TORNS, 2002, 2007), e o movimento feminista, como agenda do seu debate público.

O trabalho doméstico foi, historicamente, colocado como um não-trabalho, como uma dinâmica natural da vida das mulheres no espaço privado (SCOTT, 1991) e, por consequência, como uma atividade antagônica à constituição do sujeito político, o que torna o espaço doméstico o espaço da privação à esfera pública (ÁVILA, 2005). A própria construção do conceito de poder político está diretamente vinculada a uma representação masculina sobre a atividade política. As mulheres foram em geral representadas como portadoras de poderes no campo da vida privada e os significados desses poderes estiveram sempre associados a atributos naturais (ÁVILA, 2005) e, na tradição patriarcal e escravocrata no Brasil, ao poder de mando sobre servas ou criadas no espaço doméstico, uma vez que como esposas dos senhores se tornavam senhoras em suas próprias casas (FREYRE, 2003; GRAHAM, 1992), conforme já observado no Capítulo anterior. As empregadas domésticas nesta tradição herdaram, portanto, o lugar da servidão.

Na prática organizativa das empregadas domésticas, a falta de valor do trabalho doméstico, que ainda persiste como dado da realidade social, se configura como um problema político para a legitimação de sua luta por direitos. Por isso, como foi dito antes, é parte da própria ação política a afirmação dos sujeitos como trabalhadoras e como parte da classe trabalhadora. Nesse sentido, a afirmação das empregadas domésticas como trabalhadoras organizadas recoloca desafios políticos para o movimento feminista e interpela a própria produção sociológica no campo da análise sobre as relações de trabalho.

O que me parece uma questão sociológica importante é o fato de que, para quem tem carência de tempo, garantir um tempo para a participação já significa uma realização como sujeito, um lugar de resistência. A liberação do tempo como ação transformadora é a possibilidade de mediar a passagem entre a particularidade do cotidiano e a generalidade dos processos coletivos emancipatórios. Imaginando que o tempo disponível para isso não está dado, consegui-lo já produz alteração nas práticas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos e nas formas de enfrentar os conflitos inerentes às relações sociais. Essa dinâmica também nos remete à relação entre os microprocessos de resistência, reinvenção da vida cotidiana e o

agir na esfera da participação política, a partir da qual o sujeito toma parte no processo de transformação social. As contradições das relações sociais vivenciadas no cotidiano se expressam como tensões (KERGOAT, 1986).

Uma análise sobre o uso do tempo e a participação política a partir das práticas de trabalho das empregadas domésticas coloca questões para a relação entre dupla jornada ou jornada extensiva, intensiva e intermitente e participação política que devem ser consideradas um problema para os estudos sobre a organização política de outras categorias de mulheres trabalhadoras. No caso das empregadas domésticas, a extensão e a intensividade das jornadas de trabalho sem regulamentação, vividas no isolamento do interior do espaço doméstico de outrem, representam um problema crucial para essa relação.

Para uma abordagem crítica sobre a desigualdade na participação política das mulheres e sua capacidade de organização e mobilização torna-se necessário investigar a força das estruturas que sustentam e reproduzem as relações sociais de sexo/gênero e seus imbricamentos com as relações de classe e raça. A análise sobre a relação entre tempo de trabalho e participação política, a partir da jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho, dentro da esfera reprodutiva, revela as contradições enfrentadas pelas mulheres no acesso à esfera política, considerada na tradição liberal como, por definição, um lugar da igualdade (WOOD, 2003). Para as empregadas domésticas, há uma espécie de dupla circunstância que elas têm de enfrentar: projetar-se como sujeito político em defesa dos direitos da categoria e agir no sentido de se consolidar como uma categoria de trabalhadoras organizadas em um contexto social que não reconhece o valor social do trabalho doméstico.

Entre as dificuldades para consolidação da organização da categoria está a intensa exploração sobre o uso do tempo dessas trabalhadoras como um problema constitutivo do trabalho doméstico, que sobre elas incide tanto no trabalho remunerado como no trabalho não remunerado. Construir as possibilidades de uso do tempo para participar da organização política da categoria se mostrou, nesta pesquisa, um processo cotidiano de tensões entre dominação/exploração e resistência. O Sindicato das empregadas domésticas está, neste contexto, recolocando como desafios urgentes o fortalecimento da sua organização e, ao mesmo tempo, a conquista plena dos direitos trabalhistas, entre os quais, como já mencionado, a regulamentação da jornada de trabalho é um ponto crucial.

O governo federal prepara, no contexto atual, uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para superar a discriminação na Constituição Federal contra as trabalhadoras domésticas remuneradas (FOLHA DE SÃO PAULO, 31 de agosto de 2008, B1). A proposta deverá ser enviada ao Congresso e, se e quando aprovada, as empregadas domésticas passarão a ter uma equiparação dos direitos trabalhistas com os dos demais trabalhadores/as do setor formal. As lideranças do Sindicato que participaram do processo de pesquisa lembram, no entanto, que a luta pela regulamentação da jornada de trabalho é antiga, vem dos anos 80 do século passado, e dizem que é necessária uma forte mobilização articulada a outros movimentos sociais para que essa conquista se realize.

A regulamentação da jornada de trabalho traz consigo a possibilidade das horas extras e, em se conquistando esse direito, a luta subsequente será por sua efetiva implantação. A aplicação desse direito implicará novos arranjos entre patroas e empregadas em torno das jornadas de trabalho. As lideranças do Sindicato que participaram do processo de pesquisa têm uma percepção sobre o problema das jornadas de trabalho como um ponto crucial do conflito de classe na relação do trabalho doméstico remunerado. Essas lideranças têm clareza sobre as divergências de interesses entre aqueles/as que legislam e as empregadas domésticas na defesa de seus direitos, conforme explicitam as seguintes falas:

... até o Presidente da República é patrão de empregada doméstica, e tudo que é deputado e deputada também são, por isso é difícil a regulamentação da jornada de trabalho ... (Participante da Pesquisa).

... os deputados e os senadores são patrão. O próprio presidente é patrão. Aí pra eles tirar mais do deles, aí eles saem fora” (Participante da Pesquisa).

Houve, por parte das lideranças que participaram da pesquisa, um questionamento mais amplo sobre as contradições entre os interesses do Sindicato das empregadas domésticas e de outros sujeitos coletivos que formam os movimentos sociais. Isso, na perspectiva delas, torna ainda mais difícil encontrar apoio para a luta pela regulamentação da jornada de trabalho. Uma referência explícita foi feita sobre a relação com outros sindicatos, como se revela na fala de uma das lideranças:

O problema da gente é problema de classe e problema de gênero. Hoje, esse da jornada de trabalho é de classe. Eles quase tudo têm empregada doméstica. E ainda trata a gente assim porque a gente tá dentro do Sindicato, da diretoria. É problema sério. (Participante da Pesquisa).

As diretoras do Sindicato, em discussão no grupo de pesquisa, expressam uma visão sobre o movimento de mulheres como uma espaço político no qual as contradições de classe entre mulheres também estão presentes, mas afirmam que o Sindicato das empregadas domésticas é parte desse movimento e, nesse sentido, mostram uma visão de identificação e pertencimento a esse movimento social. Na percepção dessas diretoras, através do movimento de mulheres a luta do Sindicato extrapola a luta por direitos trabalhistas para a categoria e, assim, amplia sua luta por cidadania e a sua própria perspectiva de ação política. No entanto, consideram que essa não é um visão compartilhada por todas as participantes do Sindicato, as quais, muitas vezes, só estão interessadas na conquista de direitos trabalhistas, como mostra a fala de uma liderança:

A gente tem violência, a gente tem saúde, a gente tem tudo. O problema é a gente só tá pensando em direito trabalhista; a nossa vida não é só direito trabalhista, a gente tem toda uma vida. Os problemas das mulheres e dessas mulheres trabalhadoras domésticas é muito grande...O movimento de mulheres, ele vai existir sempre, é o movimento que a gente participa, é o que tá ligado às mulheres...Não é um movimento pros direitos trabalhistas, embora ele nos dê consciência pra gente reivindicar tudo isso (Participante da Pesquisa).

Neste ponto, é importante resgatar o que foi analisado anteriormente, sobre o direito à casa própria como uma bandeira de luta antiga do Sindicato – de acordo com documentos da organização e com os relatos dos sujeitos da pesquisa – e sobre como essa luta marca uma pauta específica do próprio Sindicato fora do campo dos direitos trabalhistas.

Os direitos trabalhistas conquistados, ainda que incompletos, oferecem os meios legais para mediação de questões relativas ao tempo do trabalho. Garantem a folga semanal obrigatória, as férias, a licença-gestante e o auxílio-doença, que asseguram o afastamento remunerado do trabalho por um determinado período e por diferentes motivos. Esses direitos, obviamente, já eram uma conquista de outras categorias de trabalhadores/as; o que os torna particularmente importantes em relação à categoria das empregadas domésticas é o fato de que o trabalho doméstico e o uso do tempo sempre estiveram imbricados no cotidiano das mulheres como algo fora de qualquer mediação e proteção legal. Nem todas as empregadas domésticas têm acesso a esses direitos, uma vez que, como já exposto anteriormente, prevalece na categoria o trabalho remunerado sem carteira assinada, o que mostra o desencontro entre a luta política, as conquistas formais e o acesso real aos benefícios, que caracteriza “o abismo entre história e cotidiano” (MARTINS, 2007).

Na visão da diretoria, esse é um problema que repercute negativamente na capacidade de organização e mobilização do Sindicato, uma vez que a luta parece muitas vezes exigir muito investimento e produzir pouco retorno na prática. Como já exposto, há uma economia do uso do tempo que implica negociar um direito conquistado como, por exemplo, uma folga semanal, em troca de um período livre durante a semana para uma atividade política. A aposentadoria, por sua vez, é tomada pelos sujeitos da pesquisa como um tempo liberado do trabalho para investimento no Sindicato. A conquista de direitos é, nesse sentido, um processo de acumulação de forças e de possibilidades para manter a organização coletiva.

Para as lideranças que fizeram parte do processo de pesquisa, a regulamentação da jornada de trabalho vai construir novas possibilidades para a participação, uma vez que a jornada de trabalho definida por lei favorece isso de duas formas: para as empregadas domésticas que tiverem acesso, na prática, a esse direito, o uso do tempo no cotidiano será alterado em seu próprio benefício; para aquelas que não tiverem acesso, esse direito dará, de qualquer maneira, uma maior capacidade de negociação entre empregadas domésticas e patroas em relação aos horários de trabalho. Para o Sindicato, será uma conquista que fortalecerá politicamente a organização e as possibilidades de mobilização.

As mulheres sindicalizadas, assim como as mulheres do grupo das não sindicalizadas, que participaram do processo de pesquisa colocam ênfase no tempo do trabalho remunerado como o elemento que determina a organização do uso do tempo no cotidiano e a partir do qual as dificuldades com o uso do tempo tomam forma. Como mulheres trabalhadoras pobres, sujeitas às jornadas extensivas, intensivas e intermitentes de trabalho, sem suporte de políticas públicas para enfrentar as contradições do uso do tempo no cotidiano, as empregadas domésticas estão em condições muito adversas para exercer o direito à participação política. A luta pela regulamentação da jornada de trabalho é considerada, pelos sujeitos da pesquisa, como uma questão crucial, e afirmam que a luta pela implantação desses direitos está associada à luta pelo acesso ao direito à assinatura da carteira de trabalho, ao qual só uma minoria da categoria tem acesso em Recife e no País, conforme dados apresentados no Capítulo 4. Do ponto de vista prático, a regulamentação da jornada vai aumentar, para as patroas, os custos da remuneração do trabalho, ao estabelecer um limite entre salário e extensão da jornada de trabalho, do que decorre que, em princípio, qualquer horário adicional incorreria em um novo custo. Uma regulamentação da jornada de trabalho doméstico produz,

de qualquer maneira, um efeito simbólico, pois no plano formal e legal fará uma ruptura com uma concepção hegemônica sobre trabalho doméstico remunerado como uma relação de disponibilidade irrestrita na qual o tempo de trabalho das empregadas domésticas está determinado pelas exigências e necessidades de patroas e patrões, o que constitui um dos elementos da relação de servidão caracterizadora desse trabalho.

Entre os sujeitos da pesquisa, há uma percepção sobre as relações de trabalho doméstico no contexto atual como ainda marcadas por uma herança escravagista, como pode ser percebido na fala de uma participante da pesquisa, quando em um grupo de discussão se falava sobre a falta de regulamentação da jornada de trabalho como uma discriminação sobre as trabalhadoras domésticas remuneradas, já que esse é um direito trabalhista para outras categorias de trabalhadores/as.

Essa discriminação não vem de agora, ela já vem do tempo dos escravos. Porque se fosse agora, a sociedade já vivia outra coisa, mas a discriminação vem de antes, a descendência da gente é dos escravos...Essa história dos escravos me balança muito, porque você vai rasgando muitas histórias, muita coisa. Também aquela menina, do movimento negro, ela conta as histórias dos tempos antigos, das escravas, como começou o trabalho doméstico, é muito bonito... (Participante da Pesquisa).

A regulamentação da jornada de trabalho é uma luta histórica dos/as trabalhadores/as, mas, como analisado anteriormente, sempre esteve determinada pela lógica do trabalho produtivo, a qual está marcada pela maximização e quantificação dos usos do tempo, cujo objetivo é potencializar a relação tempo-dinheiro (TORNS, 2002). No caso das empregadas domésticas, trata-se de uma regulamentação na esfera do trabalho reprodutivo, o que se constitui como uma nova questão para a história de luta por direitos trabalhistas no País, ao mesmo tempo que levanta novas interrogações sobre a relação entre a organização do tempo social e o trabalho reprodutivo voltado para atender às necessidades de reprodução e manutenção da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese sobre trabalho doméstico tem como referência a divisão sexual do trabalho, tal como definida por Kergoat (2001) em termos de uma “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.)” (KERGOAT, 2001, p. 89)¹²⁹. Para esta autora, esta divisão também está baseada nos princípios da hierarquia e da separação.

O cotidiano serviu como um fio condutor através do qual construí a análise sobre as tensões em torno do uso do tempo a partir das práticas de trabalho remunerado e não remunerado de empregadas domésticas. O cotidiano, segundo Heller (1989), é não só heterogêneo mas regido por uma hierarquia que preside a conformação dos vários momentos que constituem a vida cotidiana (LEFEBVRE, 1958, 1961, 1972). Na forma de desenvolvimento capitalista, é o tempo do trabalho produtivo que determina, em geral, a organização do tempo social, portanto, o tempo do trabalho reprodutivo está subordinado às dinâmicas que o trabalho produtivo imprime à organização do tempo social. Por sua vez, o trabalho reprodutivo tem uma lógica temporal própria (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTONNAX, 1985), a qual é antagônica à lógica do trabalho produtivo (TORNS, 2002). A organização do tempo social das empregadas domésticas está submetida às relações de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, mas é o tempo do trabalho remunerado que tem precedência sobre a totalidade dos momentos que conformam o cotidiano dessa categoria de trabalhadoras.

Uma questão relevante na abordagem feita nesta tese é que **a análise sobre as tensões em torno do uso do tempo partem do trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado**, uma vez que é, em geral, a partir da relação entre trabalho produtivo e reprodutivo que a jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho das mulheres é problematizada. Essa abordagem específica na esfera do trabalho reprodutivo contribui para um maior desvelamento das práticas que envolvem o trabalho doméstico. Contribui, também,

¹²⁹ Tradução minha.

para avançar nas questões sobre a divisão sexual do trabalho e sobre as relações de trabalho que são engendradas na esfera reprodutiva. O trabalho doméstico é uma forma de dominação/exploração que se realiza na sociedade capitalista/patriarcal na esfera “das relações sociais de reprodução” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTHONNAX, 1985, p. 13), constituindo uma esfera separada das relações sociais de produção, conforme essas autoras. A reprodução social dos indivíduos e a produção generalizada de mercadoria são processos que formam uma unidade na sociedade salarial (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTHONNAX, 1985). O trabalho doméstico, que é a forma tomada pelo trabalho reprodutivo na sociedade capitalista (KERGOAT, 2004), é, portanto, um trabalho essencial para a reprodução social, no sentido amplo, tanto da reprodução da humanidade (CARRASCO, 2001) quanto do próprio sistema social.

A análise dos dados da pesquisa desvela que **há tensões em diferentes níveis em torno do uso do tempo no cotidiano das empregadas domésticas, resultante das contradições nas relações de trabalho que geram um movimento entre dominação/exploração e resistência. As formas de resistência se apresentam como formas de resistência individual e como formas de resistência coletiva, através da organização política da categoria.** No primeiro caso, as resistências estão voltadas para contornar os problemas da extensão da jornada de trabalho e para reestruturar o seu cotidiano e a sua trajetória. No segundo caso, para transformar as relações de trabalho remunerado.

A **jornada de trabalho extensiva, intensiva e intermitente** é gerada na esfera do trabalho reprodutivo, o qual determina a organização social do tempo no cotidiano das empregadas domésticas. A **extensividade** da jornada de trabalho das empregadas domésticas, formada pelo trabalho remunerado e não remunerado, se caracteriza por sua longa duração, que atravessa o dia e se expande até a noite, dada a falta de limites nos horários de trabalho. A **intensividade** é dada pela manutenção de ritmo constante e incessante de trabalho e, ademais, dentro de uma relação de disponibilidade permanente por parte dessas trabalhadoras. A **intermitência** dessa jornada é dada pela dinâmica entre trabalho gratuito, trabalho remunerado e trabalho gratuito para as trabalhadoras que vivem em suas próprias casas, pois a jornada de trabalho doméstico se inicia em sua casa, como trabalho gratuito, antes de sair para o trabalho remunerado, é retomada no trabalho remunerado, e outra vez retomada ao

chegar de volta em sua casa, como trabalho doméstico gratuito. Para aquelas que vivem no local do trabalho remunerado, a jornada de trabalho é, da mesma forma, **extensiva e intensiva**, e pode também ser **intermitente** no interior do próprio local do trabalho remunerado, pois, em muitos casos, o encerramento da jornada de trabalho ao final do dia pode se transformar em uma pausa e o trabalho ser retomado à noite, de acordo com as exigências ou negociações com as patroas.

Agregando-se os trajetos entre o local de moradia e o local do trabalho remunerado, **o dia a dia das empregadas domésticas pode ser definido como uma sucessão de dias vividos, sobretudo, em função do trabalho reprodutivo**. O cansaço e a exaustão, em muitos casos, é permanente no dia-a-dia de trabalho. É a forma corporal que toma a sobrecarga de trabalho e que vai incidir sobre o lazer, sobre o rendimento nos estudos, sobre a qualidade da participação política, uma vez que o cansaço é um entrave para se manter com disposição para participar de outras dimensões da vida cotidiana e dos espaços coletivos da ação política.

A análise das jornadas e sobre o uso do tempo das empregadas domésticas revela uma disponibilidade permanente que é a “expressão temporal da relação de serviço” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 47), constituinte das práticas do trabalho doméstico e da sua “organização global”¹³⁰. Elas são desapropriadas do uso do seu tempo sob a forma de uma relação que as coloca à disposição de sua família ou da família de suas patroas. Qualquer outra atividade que realizem no cotidiano se faz a partir da possibilidade de construir horários liberados desse trabalho. O final de semana, sobretudo o domingo, considerado como um dia de folga do trabalho, não pode ser analisado como um período de tempo autonomizado desse ritmo de trabalho imposto pelo trabalho reprodutivo. Lefebvre (1958), em análise sobre vida cotidiana, coloca como questão a impossibilidade de tratar o tempo do lazer e o domingo como um dia de descanso, como momentos dissociados da lógica do trabalho produtivo. O que esta tese levanta como questão é, justamente, a necessidade, do ponto de vista analítico, de se considerar a indissociabilidade entre trabalho produtivo, reprodutivo e os períodos de lazer e descanso. Acrescenta, ainda, como uma questão crucial, a relação entre tempo do trabalho remunerado e não remunerado, do descanso e lazer e o tempo para a participação política no sentido de construir uma análise que traga

¹³⁰ Id., Ib.

uma compreensão mais alargada da lógica que hegemoniza a organização do tempo social no cotidiano e o seu impacto sobre a construção dos sujeitos políticos.

A relação de exploração no trabalho doméstico, segundo Delphy (2002), não passa pela extorsão da mais-valia, como acontece na esfera das relações sociais de produção; através do trabalho doméstico toma-se simplesmente o trabalho de alguém, o que torna a exploração menos aparente. O problema é que o que torna menos aparente a exploração no trabalho doméstico é o fato de que o conceito de exploração na teoria crítica foi formulado a partir da esfera das relações sociais de produção e esse conceito é hegemônico na concepção geral do que é uma relação de exploração. Isso significa que as formas de exploração e de dominação presentes no trabalho reprodutivo requerem um método específico de análise que leve a uma reestruturação desses conceitos. Para Delphy (2002), quem se beneficia da exploração que se realiza através do trabalho doméstico “ganha tempo” em termos de horas de trabalho, pois não precisa usar o seu próprio tempo para fazer um trabalho que atenda a suas necessidades (DELPHY, 2001, p. 71). Nesta forma de exploração há, portanto, uma apropriação do tempo de trabalho das mulheres, e os homens são beneficiários diretos nessa relação que se constitui como uma base do sistema de poder patriarcal. A dominação/exploração no trabalho doméstico, que se faz através da apropriação do tempo de trabalho das mulheres, é uma exploração da capacidade de trabalho, da criatividade e do afeto.

Se os homens estão ausentes do trabalho doméstico, a apropriação do tempo de trabalho das mulheres está configurada de maneira diferente daquela relativa à apropriação do tempo do trabalho dos homens. Neste sentido, há uma forma desigual de usufruir do tempo social determinada pelas relações sociais de sexo/gênero. Para as mulheres, essa apropriação se faz duplamente através do tempo do trabalho remunerado e não remunerado, o que pode vir de uma relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo ou da relação entre trabalho reprodutivo remunerado e trabalho reprodutivo não remunerado, levando a uma forma de usufruir do tempo social mediada pelas relações sociais de sexo/gênero e de classe.

De acordo com a abordagem que desenvolvo, o trabalho doméstico pode tanto ser uma relação de trabalho gratuita como uma relação de trabalho remunerada. No entanto, a gratuidade é o que configura, em primeiro plano, o sentido e a prática do trabalho doméstico, e é a partir da conexão entre gratuidade e atribuição das mulheres que a relação de trabalho doméstico remunerado vai se estabelecer como uma relação de classe entre mulheres. O

trabalho doméstico remunerado é uma relação de trabalho na qual as mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico gratuito, repassam para outras, através de um pagamento, suas atribuições domésticas e, dessa forma, estabelece-se uma subdivisão, baseada em relações de classe, no interior da divisão sexual do trabalho. As empregadas domésticas realizam o trabalho que, em princípio, é de responsabilidade da mulher patroa, e essa relação entre mulheres mantém e reproduz a divisão sexual do trabalho.

Dentro das contradições dessa relação de classe entre mulheres, a apropriação do tempo de trabalho se desvela como um elemento central. Como o trabalho doméstico é uma demanda sempre renovada e incessante, quanto mais o tempo de trabalho da empregada doméstica é expropriado, mais liberado do trabalho doméstico se torna o uso do tempo da patroa.

No emprego doméstico remunerado, as mulheres patroas, dentro da lógica que move a divisão sexual do trabalho, se apropriam do tempo de trabalho das empregadas domésticas diretamente em seu benefício e, indiretamente, para o benefício dos homens, uma vez que os últimos estão em geral liberados da necessidade de fazer o trabalho reprodutivo para sua automanutenção e de dividir com as mulheres esposas ou companheiras as tarefas com a casa e os cuidados com os membros da família que deles necessitam, como as crianças, pessoas idosas ou com problemas de saúde. Como afirmam Hirata e Kergoat (2007), o trabalho doméstico se mantém como uma atribuição prioritariamente das mulheres, e os dados referentes ao Brasil, já apresentados nesta tese, reiteram que as mulheres continuam majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico gratuito e remunerado. Se as empregadas domésticas, através do seu trabalho remunerado, liberam as patroas do tempo de trabalho doméstico, integralmente ou não, é uma outra questão que não põe em causa o fato de que **as empregadas domésticas liberam, em alguma medida, o uso do tempo das mulheres patroas do trabalho doméstico.**

As empregadas domésticas que participaram do processo de pesquisa são as responsáveis pelo trabalho doméstico em suas próprias casas, reproduzindo, aí, a divisão sexual do trabalho, e estão, nesse sentido, vivenciando uma forma de dominação/exploração a partir das relações sociais de sexo/gênero. O trabalho doméstico remunerado e não remunerado como relações de trabalho vividas pelas empregadas domésticas as coloca sob uma dupla forma de exploração/dominação forjada no interior da esfera reprodutiva. Mas, de

acordo com Saffioti (2004), quando se afirma que as mulheres são duplamente exploradas, isso não significa uma sobreposição de formas de exploração e dominação, mas um imbricamento de relações sociais.

O tempo do trabalho doméstico se revelou de difícil apreensão em termos de mensuração de horas precisas. Outras referências que marcam o dia das trabalhadoras domésticas, como a hora de acordar, a hora de dormir e, para aquelas que ainda estudam, a hora de ir para a escola, foram tomadas como base para estabelecer os horários e os limites entre jornadas de trabalho. No entanto, é o tempo qualitativo, isto é, o tempo que se objetiva na prática de trabalho, que se apresenta como de difícil apreensão. A análise sobre a variação do uso do tempo na execução das tarefas do trabalho doméstico é relevante para a apreensão da lógica temporal desse trabalho, que é formada tanto por uma seqüência de tarefas variadas, com ou sem interrupções, como também pela realização simultânea de tarefas e, ainda, por tarefas cujo desenrolar segue um ritmo próprio e singular a cada momento que se realiza, como as tarefas do cuidado.

Os acordos de trabalho estabelecidos entre patroas e empregadas domésticas não levam em conta o volume de atividades a serem realizadas e sim tudo de que se necessita em uma casa para manter a reprodução da vida familiar diária. As empregadas domésticas estão também sujeitas ao que denomino de **trabalho antecipado** e **trabalho retroativo**; no primeiro caso, são tarefas realizadas com antecedência para suprir as necessidades que virão na sua ausência e, no segundo, são as tarefas acumuladas na ausência das empregadas domésticas e deixadas para elas fazerem. Dessa forma, em ambos os casos, empregadas domésticas liberam as patroas do tempo do trabalho doméstico mesmo quando ausentes do local de trabalho.

No trabalho doméstico não remunerado, o uso do tempo se diferencia de acordo com a situação familiar das mulheres: mulheres com filhos/as e companheiros, mulheres com filhos/as e mulheres que vivem sós. Para as que vivem com filhos/as e/ou filhos/as e companheiros, o trabalho doméstico gratuito começa, invariavelmente, logo ao amanhecer e é retomado à noite. Como as horas livres do trabalho remunerado são poucas durante a semana, há um acúmulo de tarefas de trabalho doméstico que invade o final de semana, além das tarefas de trabalho geradas no próprio fim de semana. Mesmo em situação de desemprego, os homens

em geral não partilham o trabalho doméstico. Quando há compartilhamento no interior da família, é por parte das filhas, como uma forma de ajudar as mães.

Quando há filhos/as pequenos/as, são outras mulheres, parentes ou vizinhas, remuneradas ou não, que se ocupam deles/as nas ausências das mães que vão trabalhar e, assim, se forma uma rede entre mulheres para assegurar os deslocamentos entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Como parte do movimento dessa rede, as empregadas domésticas vão se ocupar das casas e dos/as filhos/as de outras mulheres que, dessa forma, também podem se ausentar do seu espaço doméstico, em função do trabalho remunerado e/ou para qualquer outra atividade.

A análise das práticas de trabalho das empregadas domésticas mostra que a **extensividade, intensividade e intermitência** das jornadas de trabalho doméstico é algo que vai solapando o cotidiano de mulheres que fazem parte do mesmo grupo familiar. As mães ou sogras das empregadas domésticas ficam com os/as netas/os para suas filhas irem trabalhar; as filhas mulheres, desde meninas, são iniciadas nas pequenas tarefas domésticas do cotidiano e são as mais comprometidas no alívio da carga de trabalho de suas mães e, ainda, podem ser requisitadas para ajudá-las em suas tarefas no trabalho remunerado. Portanto, se no cotidiano há uma relação entre mulheres que formam uma rede de sustentação para manter a dinâmica do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, essa relação se reproduz entre gerações como parte da reprodução da divisão sexual do trabalho.

Para as trabalhadoras que vivem sós, o espaço da própria casa é vivido como um espaço de autonomia em relação ao uso do tempo. Nesse sentido, uma autonomia na definição do ritmo do trabalho doméstico só se mostrou possível no caso das trabalhadoras domésticas que vivem sós e no espaço de suas próprias casas. É o que se pode denominar de um trabalho para si, para sua auto-reprodução.

O tempo do trabalho doméstico remunerado predomina sobre o tempo do trabalho não remunerado. É de maneira conflituosa que as empregadas domésticas enfrentam a divisão entre as duas práticas de trabalho, remunerado e não remunerado. Um problema que aparece de forma marcante é quando empregadas domésticas deixam de cuidar de seus/suas filhos/as para cuidar dos/as filhos/as das patroas. Cuidar dos/as filhos/as das patroas significa, invariavelmente, jornadas de trabalho mais longas e inegociáveis e, em outros casos, exige

que a empregada doméstica more na casa da patroa. A expressão dessa conflitualidade aparece sob a forma de sofrimento e revela as contradições de classe que marcam a relação entre patroas e empregadas domésticas. Indo mais além, mostra o conflito entre trabalho remunerado e maternidade, o qual cabe às mulheres enfrentar. Para as empregadas domésticas que vivem na casa das patroas, esse problema pode levar a uma incompatibilidade com o exercício cotidiano da maternidade.

Através da análise do uso do tempo, a vivência no local de trabalho se apresenta, para as empregadas domésticas, como uma forma de estranhamento permanente, que se torna ainda mais grave quando a trabalhadora doméstica reside no local de trabalho. Quando uma empregada doméstica mora na casa da patroa, ela está vivendo em um espaço no qual os seus interesses estão em contradição com os interesses das pessoas com as quais ela compartilha esse espaço, pois se trata de uma relação de trabalho e, de maneira particular, com os interesses da patroa. Como afirma um dos sujeitos da pesquisa:

A empregada doméstica leva o problema de classe pra dentro da casa das patroas (Participante da Pesquisa).

As rotinas do dia-a-dia denotam que as empregadas domésticas na casa dos/as patrões/patroas são consideradas estranhas ao ambiente, diferentes e desiguais em relação aos membros da família, mesmo quando trabalham para uma casa com uma só pessoa. Não partilham dos ambientes comuns, têm uma circulação diferenciada dentro da casa, de acordo com o tempo do trabalho e o tempo do não-trabalho. Quando estão trabalhando entram em todos os cômodos da casa, a serviço; quando não, sua circulação é restrita. Essa dupla forma de se movimentar no espaço doméstico funciona como um mecanismo que expõe a hierarquia que preside a relação entre empregada e patroas/patrões e leva a uma existência marginal que caracteriza o “viver na casa dos/as outros/as” – existência marginal no sentido de ser sempre alguém à parte, alguém que não se integra, alguém que não faz parte da vida em comum naquele determinado espaço privado.

Além disso, quando as empregadas domésticas moram no local do trabalho remunerado, o abismo social que as separa da realidade de vida das/os patroas/patrões é algo que não está aparente como está aparente o abismo que separa os bairros pobres e ricos de uma mesma cidade. No entanto, quando a empregada doméstica se desloca do lugar onde habita, ou do qual é originária, para trabalhar e/ou morar nas casas de patroas/patrões de outra

classe social, elas levam consigo esse abismo que se reproduz na própria arquitetura desse espaço no qual o espaço ocupado pela empregada doméstica é confinado, situando-se em geral nos fundos da casa ou do apartamento, sempre depois da cozinha, e em condições precárias, denominado “quarto da empregada” (SOUZA, 1991).

A análise da prática do trabalho doméstico realizada nesta tese me leva a reafirmar a assertiva de Kergoat (2002), quando diz que trabalhadora não é o feminino de trabalhador, partindo das jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano. No caso das empregadas domésticas como trabalhadoras com jornadas de trabalho exclusivamente situadas na esfera reprodutiva, elas constituem um diferencial para a definição do que é ser uma trabalhadora, que não está inscrita na experiência masculina de trabalhador.

O trabalho doméstico está presente desde o início das trajetórias de vida das trabalhadoras domésticas que participaram do processo de pesquisa. Aparece muito cedo na infância como uma atribuição de sua condição de menina. Isso me leva à consideração de que a divisão sexual do trabalho é um mecanismo de socialização através do qual as meninas vão recebendo das mães as incumbências das tarefas em suas casas. É na infância que aparecem os primeiros conflitos entre o tempo do trabalho e o tempo das atividades próprias desse momento, como as brincadeiras e os estudos. A infância é um período roubado pelas circunstâncias nas quais estavam inseridas, roubada do sonho, da brincadeira e, sobretudo, roubada como período de ir para a escola, o que vai impactar sobre toda a trajetória de vida, pois para todas as empregadas domésticas que fizeram parte do grupo de pesquisa, estudar foi uma atividade que sofreu interrupção ainda na infância e, em alguns casos, não houve acesso à escola nesse período de vida.

As razões estruturais que levaram os sujeitos da pesquisa a ingressar no emprego doméstico foram dadas pelas relações sociais de sexo e de classe. O trabalho doméstico remunerado aparece como uma solução para ter, em geral, precocemente um emprego. Surge, em um primeiro momento, como uma possibilidade de ter um salário, para mulheres em contexto de pobreza. Um emprego que não exige, a partir da experiência dos sujeitos da pesquisa, uma escolaridade em qualquer grau ou uma formação profissional. O emprego doméstico, nesse sentido, representa uma saída, uma forma de encontrar os meios para a auto-sustentação ante uma dada situação e pode ser, ainda, uma forma de prover sustentação para outras pessoas da família. É, portanto, uma categoria de trabalhadoras que tem como base

para sua formação mulheres em situação de pobreza. No Brasil, as mulheres negras são majoritárias nessa categoria; dessa forma, a relação entre raça e pobreza deve ser considerada como um elemento que incide sobre a formação dessa categoria de trabalhadoras.

A análise sobre o uso do tempo no cotidiano e sua relação com as trajetórias de vida revela elementos da reprodução das condições de pobreza que marcam a trajetória de um segmento de trabalhadoras e pode lançar questões mais gerais sobre como se conformam as práticas sociais cotidianas nos processos de reprodução das relações sociais de sexo/gênero, classe e raça.

Para enfrentar a dominação/exploração no trabalho doméstico, as empregadas domésticas criam **formas de resistência** em dois níveis: **individual** e **coletivo**. Considero como resistências individuais aquelas engendradas diariamente por cada sujeito nos seus espaços de trabalho doméstico e no enfrentamento das suas relações particulares de trabalho. Entre essas formas de resistências estão: construir uma rotina rígida baseada na intensificação do ritmo de trabalho, na qual se inclui a supressão de horários de descanso e a restrição dos momentos de alimentação; tentar não aceitar trabalho em residências com crianças; recolher-se ao quarto da empregada e fingir que está dormindo, em determinado horário da noite, como meio de encerrar a jornada de trabalho por aquelas que residem no local do emprego; mudar de emprego quando as negociações em torno dos horários de trabalho tornam-se inviáveis; construir um arranjo entre mulheres da família ou da comunidade a fim de liberar o tempo do trabalho doméstico não remunerado e ter acesso ao trabalho remunerado; exigir um horário livre de trabalho para frequentar a escola; realizar esforços para conseguir a própria casa.

A forma de resistência coletiva é a participação na organização da categoria. Essa participação constitui uma forma de resistência ante a monopolização do uso do tempo na relação de trabalho e é, também, uma forma de tomar parte na luta concreta pela sua transformação, à medida que a regulamentação da jornada de trabalho é uma das bandeiras centrais da ação do Sindicato. As formas de resistência, individuais e coletiva, estão dialeticamente relacionadas, uma vez que se fortalecem mutuamente na superação das contradições enfrentadas no cotidiano das relações de trabalho e na construção da organização coletiva.

Conforme dito, uma primeira forma de resistência individual em face do problema da sobrecarga e da extensão da jornada de trabalho doméstico remunerado é a construção de uma rotina rígida baseada na intensificação do ritmo de trabalho. Essa estratégia, todavia, é mais uma maneira de manter um ritmo na execução das tarefas do que propriamente um meio de seguir uma programação. Além disso, está diretamente relacionada a uma intensificação do ritmo de trabalho remunerado e, conseqüentemente, a um aprofundamento da precarização dessas condições de trabalho, a qual incide justamente na situação permanente de cansaço. Gera, assim, uma situação de contradição na qual o meio encontrado para delimitar a jornada de trabalho e dar-lhe uma certa regularidade produz uma forma mais aguda de exaustão corporal. Deve-se levar em conta que uma razão primordial para resistir à extrapolação de um determinado horário da jornada de trabalho remunerado é a necessidade do uso do tempo para a jornada de trabalho gratuito.

Uma outra forma de resistência individual em torno do uso do tempo do trabalho remunerado pode também se manifestar na recusa a trabalhar em casas de patroas que tenham filhos/as pequenos/as, uma vez que, mesmo intensificando o tempo do trabalho, as empregadas domésticas necessitam, nesses casos, esperar a volta das patroas para casa ou, ainda, permanecer na casa das patroas para dormir.

Para as que vivem nas casas das patroas, submetidas em geral a uma jornada contínua de trabalho, fingir que se está dormindo aparece, também, como uma forma de resistência, ao impor um limite para a finalização da jornada de trabalho.

No âmbito do trabalho doméstico não remunerado, a resistência individual se dá pela busca de suporte de outras mulheres, em geral no âmbito da família, como apoio solidário, ou na comunidade onde vivem, mediante pagamento ou não. Em que pese ser uma forma de resistência no âmbito do trabalho gratuito, a resistência, nesse caso, assegura a possibilidade de que essas mulheres permaneçam no trabalho remunerado.

Outras formas de resistência, conforme já disse, ainda que realizadas no plano individual resultam, de maneira objetiva e subjetiva, na **reestruturação do cotidiano e das trajetórias de vida.**

A impossibilidade de seguir uma trajetória de estudo que leve a uma formação profissional ou permita ao menos uma capacidade efetiva de leitura e de escrita se transforma,

a partir do início da trajetória no emprego doméstico, reconfigurando o quadro de dificuldades e tensões em torno do uso do tempo para viabilizar o acesso à escola. A partir da inserção no trabalho doméstico remunerado, garantir um horário para estudar emerge como uma forma de resistência individual que requer muita determinação para superar a falta de tempo disponível para tal, o cansaço, a dificuldade de encontrar escola e, ainda, a falta de apoio. Na visão de sujeitos da pesquisa, às vezes é necessário se insurgir contra uma visão patronal, não geral, mas muito freqüente, que considera que, uma vez que alguém se torna empregada doméstica, isso passa a ser uma condição definitiva de sua existência. A empregada doméstica é destituída do direito de ser portadora de projetos de desenvolvimento pessoal, entre os quais o estudo. Quando o sujeito que estuda é uma trabalhadora doméstica com filhos/as e companheiro, o horário da escola (que em geral é à noite) vai entrar em choque com o horário de fazer o trabalho doméstico para sua própria família. Manter-se na escola significa, para as que continuam estudando, a afirmação de um projeto de vida e de um direito. Para as que não estudam mais, o abandono da escola permanece como uma falta incontornável, uma marca difícil na trajetória de vida e, também, como uma restrição objetiva à possibilidade de escolha de outros caminhos profissionais. Abandonar os estudos é uma perda que, subjetivamente, reverbera para sempre porque se mantém como uma dor e uma marca discriminatória.

Para as empregadas domésticas que se mantêm estudando, freqüentar a escola é uma forma de resistência individual contra uma determinação social que vem junto com o emprego doméstico, a qual incompatibiliza o tempo do trabalho com o tempo do desenvolvimento pessoal. Porque, como já ressaltai anteriormente, é o tempo do trabalho remunerado que determina o uso do tempo do trabalho não remunerado, portanto, o primeiro tem uma precedência sobre a organização social do cotidiano, mesmo que, no caso dessa forma de resistência individual, a tensão envolva as duas formas de trabalho. O acesso à escola, sempre interrompido e retomado, vira uma forma de resistência no cotidiano à dominação/exploração que aprisiona a trajetória de vida. **A escola importa, para os sujeitos da pesquisa, para além do fato de quererem ou de não quererem se manter no trabalho doméstico remunerado. Trata-se, em primeiro lugar, de não deixarem que o trabalho doméstico remunerado se torne um imperativo em suas vidas, pois estudar é percebido como uma forma de construir a possibilidade de fazer escolhas.** O problema é realizar essa possibilidade contra as adversidades que marcam o contexto social no qual as empregadas domésticas estão inseridas.

Uma outra forma de resistência individual voltada para a reestruturação do cotidiano é o esforço empreendido para conseguir a própria casa. Ter a própria casa é, na trajetória dessas trabalhadoras, uma forma de libertar o uso do tempo da dominação patronal nos horários livres de trabalho e ter uma existência social própria. **Uma questão que marca de maneira muito profunda a relação de desigualdade entre patroas e empregadas vivendo no mesmo espaço é o extrapolamento da monopolização do tempo do trabalho para a monopolização diária da própria existência da empregada doméstica.** Viver em sua própria casa é uma forma de superar, em alguma medida, um modo de vida que se realiza no dia-a-dia, quase que inteiramente como tempo de trabalho a serviço de alguém, pois um dos problemas a serem superados, na aquisição de um espaço para si, é justamente poder ter horários que não sejam horários de trabalho a serviço de patrões e patroas. O que isso vai significar como jornada extensiva e intermitente de trabalho é uma outra dimensão do problema.

O cotidiano só aparece como uma dinâmica na própria na vida desses sujeitos na ruptura com a moradia na casa da patroa. Viver na casa da patroa é ter a vida privada pelo modo de vida de outras pessoas. Isso significa que a empregada doméstica se torna alienada da sua própria forma de viver o cotidiano. É justamente ao estudar os processos de exclusão e as desigualdades sociais que bloqueiam o acesso à cidadania na sociedade brasileira que Martins (2007) questiona o próprio sentido do uso da noção de vida cotidiana para este contexto. Para esse autor, a noção de vida cotidiana é um caminho metodológico através do qual esses aspectos do cotidiano vão sendo desvelados para dar sentido à análise das relações sociais e contribuindo para revelar os abismos sociais que conformam a realidade social.

As tensões do cotidiano, resultantes das relações sociais nas quais os sujeitos estão inseridos, vão incidindo sobre as trajetórias de vida. Algumas formas individuais de resistência são adotadas para lidar com o uso do tempo no dia-a-dia, na tentativa de conciliar trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Esse é um primeiro patamar para enfrentar as tensões do dia-a-dia. No entanto, para extrapolar as formas de resistência para conciliação entre trabalho doméstico remunerado e não remunerado no dia-a-dia, outras formas de resistência aparecem como meio de enfrentar a privação que essa conciliação produz, qual seja, a privação de acesso a um cotidiano no sentido pleno da sua heterogeneidade (HELLER, 1989) e a privação de participar da esfera pública (ARENDDT, 1989).

A noção de vida cotidiana permite aprofundar a compreensão das dinâmicas entre as esferas pública e privada e sobre o que significa na prática transitar de uma esfera para outra. Essas esferas são tomadas como esferas distintas para fins analíticos, pois, como afirma Saffioti (2004), elas são inseparáveis para a compreensão do todo social. É através de formas coletivas de resistência que o confronto com a dominação e a exploração acontece. Uma forma de resistência individual pode ser um meio de garantir a conciliação entre trabalho remunerado e não remunerado, mas também um meio para não se acomodar à incompatibilidade que em princípio está colocada nessa relação. As formas de resistência individual também podem levar ao acesso a outras dimensões da vida cotidiana e de outras esferas da vida social, como nos casos da escola e da casa própria. Quando essa resistência individual no cotidiano leva à participação política, o sujeito individual se insere na resistência coletiva, aquela que, em princípio, pode produzir a transformação no cotidiano e na história.

A organização política das empregadas domésticas como uma forma de resistência coletiva se defronta com muitas dificuldades para uma categoria de trabalhadoras com jornadas de trabalho extensas, intensas e intermitentes. Outros problemas se colocam para as empregadas domésticas se organizarem e participarem em um coletivo político, mas a escassez de tempo livre de trabalho se mostra como um dos problemas que afetam de maneira significativa o processo de organização. A falta de horários disponíveis para a participação política no dia-a-dia e os meios para contornar esse limite são também um fator de tensão em torno do uso do tempo. Nesse caso, a tensão se coloca em relação ao tempo do trabalho e em relação aos momentos de folga, de lazer e de descanso, pois é nos momentos, que sobram dos períodos de tempo do trabalho remunerado e não remunerado, em geral à noite e no final de semana, que a participação política mostra-se possível.

Para as trabalhadoras domésticas, há tensões entre o tempo de agir do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida, que deve ser cuidada e reproduzida. Esse é um problema que pode ser lançado como questão mais geral para mulheres trabalhadoras que estão no cotidiano divididas entre o trabalho remunerado e o trabalho gratuito. Essa é uma questão que me leva a fazer uma relação entre o vivido das mulheres e o método feminista de transformação social, no qual a construção do sujeito político passa necessariamente pela ruptura com o espaço familiar e doméstico como espaço de privação. Nesse sentido, quando

desvelado e tomado como um “cenário analítico”, na expressão de Torns (2002), **o cotidiano revela as contradições entre essas três esferas da vida social: a esfera do trabalho remunerado, a do trabalho doméstico não remunerado e a esfera política. Só as mulheres, em princípio, enfrentam essa contradição nesses três níveis, como consequência da divisão sexual do trabalho.**

A análise dos problemas da categoria das empregadas domésticas para se organizar e agir na esfera política me leva à problematização da relação entre desigualdade social e desigualdade na esfera política. Para a construção de uma esfera política igualitária é importante analisar as condições de acesso dos sujeitos a essa esfera pública, caso contrário, as desigualdades e as discriminações existentes na realidade social que funcionam como bloqueios invisíveis para a participação podem ser tomadas como um atributo dos próprios sujeitos, isto é, “a desigualdade social perversamente se transforma em um déficit do sujeito” (ÁVILA, 2003).

A pesquisa revela que a falta de recursos materiais, a baixa escolaridade, o peso dos preconceitos e a falta de tempo, isto é, de horários livres das atividades do trabalho doméstico, constituem formas de bloqueios para as empregadas domésticas fazerem a passagem do espaço privado para a esfera pública. A construção dessa passagem, dimensão central na vivência da cidadania, significa o enfrentamento da adversidade que, ao mesmo tempo, exige dos sujeitos uma ação para ser superada e se revela muito mais difícil para os que estão desprovidos dos recursos necessários que dão suporte a essa passagem. Martins (2008) ressalta como muita propriedade o embate que se realiza “no tempo miúdo da vida cotidiana”, quando dentro dessa adversidade a história irrompe “na vida de todo dia”, através dos sujeitos da transformação social (MARTINS, 2008, p. 10).

O uso do tempo para a participação política faz parte da própria construção do sujeito político. Participar da organização coletiva das empregadas domésticas traz um sentido novo para a vida cotidiana e tem um impacto direto na construção da auto-estima, como revelado anteriormente, ao trazer para elas o conhecimento dos direitos e a consciência do valor social do trabalho que realizam. A participação política na organização coletiva da categoria traz, ainda, um sentido afetivo de pertencimento a um coletivo de iguais. A convivência no interior do Sindicato é muito valorizada e é percebida como um lugar de acolhimento pessoal para as

que já fazem parte, mas também para as que devem chegar. Portanto, a organização tem um duplo significado: político e afetivo.

Na participação política das empregadas domésticas, um duplo movimento de resistência acontece: uma resistência individual, no sentido de construir os meios para participar da organização coletiva, que são os arranjos que cada sujeito produz no cotidiano para ter acesso à esfera política; e uma resistência coletiva, realizada através do Sindicato, que visa modificar as relações de trabalho, instituindo uma “práxis” (LEFEBVRE, 1958, 1961, 1972) que vai formando a tensão entre alienação e desalienação (ANTUNES, 2002). A conquista de direitos é parte da história política das empregadas domésticas organizadas aqui estudadas e esses direitos voltam a influenciar o cotidiano e a produzir novas tensões no processo dialético entre transformação e permanência que vai construindo a realidade social. O movimento individual que leva à participação política se forja como consequência das redes de relações produzidas pela ação coletiva que faz chegar aos sujeitos individuais as informações, as propostas e as idéias políticas. Nos processos de mobilização do Sindicato para o fortalecimento de seu quadro de sócias e de lideranças, estratégias específicas são feitas em relação ao problema do tempo do trabalho e às dificuldades que isso impõe às empregadas domésticas em geral. Por meio de uma análise dos problemas individuais e coletivos, posso afirmar que as necessidades de investimento na organização coletiva para a ação política e as dificuldades de uso do tempo dos sujeitos individuais produzem tensões e contradições que revelam o quanto a carência de tempo é um problema que se apresenta não só como uma dimensão da pobreza (MARTINS, 2007), mas também como elemento de repressão ao desenvolvimento político – individual e coletivo – das mulheres inseridas em um contexto de grande desigualdade social.

O sério problema de renovação de sócias e de lideranças no Sindicato reflete as tensões entre as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia da organização política e o seu processo de fortalecimento e intervenção. O fortalecimento da organização das empregadas domésticas não se restringe, porém, à participação no Sindicato da categoria, mas envolve as articulações políticas, a participação nos movimentos sociais e a relação política com o Estado. Isso leva à necessidade de deslocamentos na cidade do Recife e no próprio País. De acordo com os dados da pesquisa, as empregadas domésticas organizadas são integrantes do movimento de mulheres e do movimento sindical. Na visão desses sujeitos, é no movimento de mulheres que

a organização das empregadas domésticas se integra de maneira estratégica, pois é a partir dessa integração que extrapola sua luta por direitos específicos da categoria e participa da luta pela emancipação das mulheres, no sentido mais amplo. Os limites que se apresentam para a auto-organização dessa categoria vão produzir situações de desigualdade entre esses sujeitos e outros sujeitos coletivos com os quais se articulam na esfera mais ampla da articulação política.

No contexto atual, as empregadas domésticas organizadas lutam pela aquisição plena dos direitos trabalhistas estabelecidos na Confederação das Leis Trabalhistas (CLT) que vigora no País. A regulamentação da jornada de trabalho é não só um dos direitos a serem conquistados, mas também um dos mais importantes. Essa regulamentação é um direito trabalhista que afeta de maneira radical o interesse patronal, em razão das condições sociais nas quais essa relação de trabalho está inserida, no caso do Brasil. Essa radicalidade se refere a duas questões: em primeiro lugar, vai alterar a relação salarial, uma vez que a regulamentação da jornada de trabalho é um direito que implica o direito a horas extras remuneradas; em segundo lugar, mas não menos importante, altera uma lógica dessa relação de trabalho como relação de disponibilidade permanente como algo intrínseco e natural na constituição dessa atividade profissional. Essa lógica está, por um lado, baseada na concepção patriarcal do trabalho doméstico, e, de outro lado, enraizada na cultura de classe do País, marcada por heranças escravocratas.

A regulamentação da jornada de trabalho doméstico remunerado, que afeta a estrutura dessa relação de trabalho, não altera, no entanto, os princípios da divisão sexual do trabalho. O que é afetado pela regulamentação da jornada de trabalho doméstico remunerado é a relação entre patroa e empregada doméstica, pois o conflito de interesses em torno do uso do tempo no trabalho remunerado passa a contar com a possibilidade de mediação legal. A forma que esse conflito pode tomar no cotidiano está relacionada ao grau de consolidação social desse direito, para o qual o grau de informação e de consciência de direitos da categoria de empregadas domésticas é uma dimensão estratégica.

No atual contexto, segundo Dedecca (2004), está rompido o padrão de regulação da jornada de trabalho e proliferam os regimes de jornadas excepcionais. Para os setores de trabalhadoras/es inseridos/as no mercado formal de trabalho, a luta de resistência é contra a quebra de um padrão garantido pelos direitos trabalhistas, contra uma nova forma

flexibilizada de contrato, que se traduz como precarização das relações de trabalho (HIRATA, 2002; HIRATA e KERGOAT, 2007). A luta das empregadas domésticas como categoria organizada se confronta com a atual tendência de desregulamentação das relações de trabalho, o que a insere no processo de resistência contra a destituição dos direitos trabalhistas. Para a categoria de empregadas domésticas, a luta pela regulamentação da jornada de trabalho e por direitos trabalhistas tem como objetivo alcançar esse padrão, o qual caracteriza o acesso, no plano formal, à cidadania plena como trabalhador/a. São dois tempos históricos diferenciados que caracterizam a problemática da jornada de trabalho remunerado entre os setores do trabalho produtivo e formal e o trabalho reprodutivo e informal. Para as empregadas domésticas, a luta pela regulamentação da jornada de trabalho tem dois sentidos: o de melhorar as condições de trabalho e de des-sujeitar formalmente o cotidiano da heteronomia à qual está submetido o regime do tempo do trabalho doméstico remunerado.

Ao se constituírem como uma categoria de trabalhadoras portadoras de direitos, as empregadas domésticas estão, portanto, inseridas em um determinado nível na cidadania que marca a modernidade. No entanto, a incompletude desses direitos e a falta de acesso real da maioria da categoria aos direitos já conquistados fazem com que a relação de trabalho a que ainda estão, majoritariamente, submetidas guarde também formas de dominação e exploração pré-modernas que caracterizam uma relação de servidão também tributária de um outro contexto histórico, o do trabalho escravo. As empregadas domésticas vivem, portanto, tempos históricos contraditórios. A falta de acesso aos direitos já conquistados revela o que Martins (2007) chama de desencontro entre o cotidiano e a história. Nesse sentido, a luta da organização coletiva dessa categoria é tanto por novos direitos como pela garantia de acesso àqueles já conquistados. Martins (1999), ao se referir em similar situação, em outro contexto e para outra categoria de trabalhadores/as, define esta luta em termos de “luta por direitos tidos mas não aplicados ou não reconhecidos nas relações reais (MARTINS, 1999, p. 62).

Para Mackintosh (1984), entender com maior clareza as tarefas domésticas e as relações sociais sob as quais elas são realizadas é um caminho para estabelecer a ligação entre os fatores econômicos e não econômicos que mantêm e reproduzem a subordinação das mulheres. Concordando com a autora, acrescento que no Brasil o entendimento sobre a questão do trabalho doméstico e sobre as relações sociais sob as quais ele se realiza passa necessariamente pela análise da relação entre trabalho doméstico remunerado e trabalho

doméstico não remunerado. **Analisar as relações de trabalho das empregadas domésticas é uma contribuição para os estudos das relações sociais no Brasil contemporâneo.**

Articular analiticamente trabalho remunerado, trabalho não remunerado e participação política é um caminho metodológico e contribui para desvelar as contradições que enfrentam as mulheres para transitarem entre essas dimensões da vida social, tornando ainda mais visíveis as tensões entre resistência e dominação/exploração que conformam os processos de luta por direitos e a luta emancipatória do movimento de mulheres. A análise sobre trabalho doméstico remunerado e trabalho doméstico não remunerado, feita nesta tese, com base nas tensões em torno do uso do tempo no cotidiano, aponta como questão as contradições vividas entre as próprias mulheres, o que me leva a afirmar que **mulheres, enquanto uma categoria social, são ao mesmo tempo diferentes e desiguais, e que essa é uma questão tanto sociológica quanto política.** No entanto, é necessário que a teoria social feminista avance, como parte da teoria sociológica, na produção do conhecimento crítico sobre as relações sociais de sexo/gênero e o seu imbricamento com outras relações sociais que conformam o cotidiano e as relações entre mulheres, contribuindo, dessa forma, para o debate político em torno dessa questão no interior do movimento feminista. Segundo Lovell (1996), foi a corrente feminista marxista que primeiramente trouxe à tona a questão da desigualdade entre mulheres, a partir do conceito de classe.

Os tempos de trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, para atender aos requerimentos da sustentação e reprodução da vida humana, vão solapando o sentido da vida cotidiana como um tempo de criação e desenvolvimento pessoal e restringindo esse sentido a uma repetição diária de um trabalho alienado. A vida de todo dia pode tomar a forma de repetição, mas pode também ser um lugar de rupturas e de reinvenções do sentido da vida individual e social, e a consciência de direitos é um meio para isso. Faz parte da ideologia dominante tratar o cotidiano como uma dimensão restritiva e naturalizada. Dessa forma, a ação transformadora está sempre em outro lugar, distante do acesso das pessoas comuns que transitam pelos espaços nos quais se produz e reproduz a vida do dia-a-dia. É nesse sentido que **a análise sobre o uso do tempo do trabalho doméstico se mostrou válida para analisar os limites da fronteira entre exploração/dominação e resistência; para compreender gestos ou ações realizados no cotidiano e aparentemente insignificantes, que podem, no entanto, representar um esforço a fim de superar a alienação e os**

bloqueios sociais para a construção do sujeito individual e coletivo e para a contestação explícita nos processos coletivos de mudança e transformação social.

A questão do tempo do trabalho é estratégica para a organização da categoria das empregadas domésticas e é uma das dimensões da sua cidadania que está em causa nas suas relações de trabalho e práticas de resistência. Indo mais além, o que se recoloca, a partir desta tese, como questão teórica e política, é a superação das relações de dominação/exploração engendradas no cotidiano pelo trabalho doméstico como um elemento central para o projeto de emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Pamela; WALLACE, Claire. **An introduction to Sociology – Feminist perspectives**. London and New York: Routledge, 1997. 334p.

ADORNO, Theodor. **Lições de Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2004. 230 p.

AGUIRRE, Rosario. Trabajo no remunerado y uso del tiempo. Fundamentos conceptuales y avances empíricos. La Encuesta Montevideo 2003. In : AGUIRRE, Rosario; SAINZ, Cristina García e CARRASCO, Cristina. **El Tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago do Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2005. p. 9-34. (Serie Mujer y Desarrollo, 65).

ANDERFUHREN, Marie. **L'employee domestique a Recife (Bresil) entre subordination et recherche d'autonomie**. 1999. Thèse (Docteur de l'Université Paris I, Discipline: Sciences Sociales – Sociologie) - Université Paris I – Pantheon-Sorbonne Institut d'Etude du Developpement Economique et Social. maio, 1999. premier tome.

ANTUNES, Ricardo. A centralidade do trabalho hoje. In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). **A Sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1999.p. 91-100.

_____. **O caracol e sua concha - ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Dossiê gênero e trabalho: Apresentação. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro Araújo (org). **Cadernos Pagu** n. 17/18. 2001/2002. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 131-138.

_____ ; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Reestruturação produtiva e saúde no setor metalúrgico: a percepção das trabalhadoras. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Dez.2008.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 15-77.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.

_____. **Origens do totalitarismo anti-semitismo imperialismo totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 562p.

ÁVILA, Maria Betânia. A organização política das empregadas domésticas e o feminismo. **Sindicato das domésticas: 12 anos em revista**. Recife: Sindicato das domésticas, 2000. p. 10.

_____. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: ÁVILA, Maria Betânia; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza et al. (orgs.). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p.65-72.

_____. Direitos reprodutivos e cidadania. In: AGENDE Ações em Gênero e Cidadania e Desenvolvimento. **Advocacy em direitos reprodutivos e sexuais**. Brasília: AGENDE Ações em Gênero e Cidadania e Desenvolvimento, 1999. p. 62-67.

_____. Direitos sexuais e reprodutivos: Desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / Ed. Guanabara, v. 19, n. 2 , 2003. Suplemento, p. s465-s469.

_____. Feminismo, cidadania e transformação social. In: _____. (org.). **Textos e imagens do feminismo: Mulheres construindo a igualdade**, Recife: SOS Corpo, 2001. p.13-61.

_____. Feminismo e sujeito político. **Proposta**. Rio de Janeiro: FASE. a. 29, n. 84/85, p. 6-11, Mar./Ago., 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo y ciudadanía: La producción de nuevos derechos. In: SCAVONE, Lucila (Comp.). **Género y salud reproductiva en América Latina**. Cartago, Costa Rica: LUR – Libro Universitario Regional, 1999. p. 57-83.

_____. Making alliances and partnerships: Challenges for the feminist movement. **Reproductive Health Matters**, n. 10. London: Marge Berer, nov. 1997. p.117-123.

_____. Modernidade e cidadania reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**. São Paulo: CIEC/Escola de Comunicação UFRJ, v. 1, n. 2, p. 382-399, 1993.

_____. Mulheres: Participação política e poder. In: Secretaria Nacional sobre a mulher Trabalhadora/CUT. **Mulher, participação e poder**. São Paulo: CUT, Ago., 2003. p. 11-24.

_____. Mulheres: Participação política e poder. **Revista Mátria**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, p. 25-27, 8 de Março 2004.

_____. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra et. al. (Orgs.) **Transformando as relações trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade**. São Paulo: CUT/BR, 2007.

_____. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, Ana Alice; ÁVILA, Maria Betânia; LIMA, Maria Ednalva Bezerra et. al. (orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: Reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT Brasil, 2002. p. 37-46.

_____. Os direitos reprodutivos são direitos da humanidade. In: Articulação de Mulheres Brasileiras. **Articulando a luta feminista: Os direitos das mulheres são direitos humanos**. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras, 2004. p. 3-4.

_____. Os sentidos da ação transformadora feminista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1. 2006, Goiânia. **Transformar o mundo pelo feminismo**. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br>>.

_____. Pensando o Fórum Social Mundial através do feminismo. **Revista Estudos Feministas**- Dossiê Feminismos e Fórum Social Mundial. Florianópolis: Centro de Comunicação e Expressão - CCE/Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH, v. 11, n. 2, p. 644-651, Jul/Dez. 2003.

_____. Políticas sociais para as mulheres pobres: O caso da bolsa alimentação. **Jornal CFEMEA**. Brasília/DF: CFEMEA, Ano 9, n. 105, Out. 2001.p.8-9.

_____. Radicalización del feminismo. Radicalización de la democracia. **Revista Mujer Salud**, Chile: ISIS Internacional / Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, n. 2-3, p. 7-8, 2005.

_____. Reflexiones sobre los derechos reproductivos. In: DERECHOS sexuales. Derechos reproductivos. Derechos humanos. Lima: Cladem - Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, 2002. p. 171-182.

_____. Tempo, mulheres e divisão sexual do trabalho. **Revista Mátria**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, p. 11-12, 8 de março 2003.

_____. Tempo, trabalho e cotidiano: Questões para a democracia. In: SILVA, Carmen et. al. (orgs.). **Mulher e Trabalho**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2005. p. 67-81.(edições SOS Corpo).

_____. Tipos e qualidades dos serviços públicos de assistência a saúde da mulher. In: VIEIRA, Elza Maria et al. **Seminário a reprodução do gênero nos espaços público e privado**. Recife: Departamento de Ciências Domésticas - UFRPE / Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a mulher, 1990. p. 15-52.

_____. Uma abordagem feminista sobre os problemas para o estudo de gênero. In: WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas. **Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 97-108.

_____; CORRÊA, Sonia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: Revisitando percursos. In.: GALVÃO, Loren (org.). **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: Dilemas e desafios**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 70-103. (Série Saúde em Debate, n.125).

_____; GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 160-172.

BACELAR, Tânia & ARAÚJO, Tarcísio Patrício. Recife: Desenvolvimento e Desigualdade. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html>. Acesso em: 10.09.2006.

BENERÍA, Lourdes; SEM, Guita. Accumulation, Reproduction, and Women's Role in Economic Development: Boserup Revisited. In: LEACOCK, Eleonor; SAFA, Helen I. **Women's Work**. Massachusetts: Bergin & Garvey Publishers Inc. , 1986. p. 141-157.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a Formação Social do Nordeste. **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n. 71, p. 41-79, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes Subalternos**. 2007. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2007.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Tempo, tempo vivido e história**. Bauru-SP: EDUSC, 2003. 97 p.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.19-31.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia - Bastidores do serviço doméstico**. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2000. 239p.

BRUNO, Regina. Sociedade brasileira e democratização: processos políticos, atores sociais e marcos institucionais. In: ROMANO, Jorge, ATHIAS, Renato, ANTUNES, Marta, (orgs.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania: Trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 11-32.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: Inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO – COMPARAÇÃO BRASIL- FRANÇA. São Paulo: USP/Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril 2007.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas /Autores Associados, v. 37 n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “pós-moderno”. In: BESSA, Karla Adriana M. (Org.). **Cadernos Pagú - Trajetórias do gênero, masculinidades...** . Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, p. 11-42, 1998.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: Territórios e fronteiras. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 241-267.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: Un asunto de Mujeres? **Mientras Tanto**, n. 81. Barcelona: otoño-inverno, 2001. p. 43-105.

_____. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario ; SAINZ, Cristina García e CARRASCO, Cristina. **El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago do Chile : Naciones Unidas / CEPAL 2005. p. 51-79. (Serie Mujer y Desarrollo, 65).

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Problemas para o estudo de gênero: experiências do campo da agricultura. In: WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas (orgs.). **Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

CHABAUD-RICHTER, Danièle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique et SONTTHONNAX, Françoise. **Espace et temps du travail domestique**. Paris, Librairie des Méridiens, 1985.

CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

COLEN, Shellee. "Solamente un poco de respeto": trabajadoras del hogar antillanas en Nueva York. In: CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchacha cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p.155-174.

COLLIN, F. Ces études qui sont "pas tout". Fecondité et limites des études féministes. **Les Cahiers du Grif**. Trimestreil/automne 90, Éditions Tierce, Paris: Centre National des Lettres, Printemps, 88. p.81-93.

_____. **Parcours féministe**. Bruxelles: Éditions Labor, 2005.

_____. **Práxis da diferença - Notas sobre o trágico do sujeito**. Tradução de Maria Betânia Ávila e Christine Rufino. Recife: SOS CORPO, 1996. (Edição SOS Corpo).

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia. (Orgs.) **Metamorfoses: Gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA/NEIM, 1998. p. 25-36.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. (orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004. p. 21-52.

DELPHY, Christine. Patriarcat (Théories Du). In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène et al. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p.141-146.

_____. L'ennemi principal, 1/Economie politique du patriarcat. **Collection Nouvelles Questions Feministes**. Pour second édition. Paris: Ed. Syllepse, 2002.

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: Signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 17, no. 2. Brasília: Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, julho/dezembro, 2002. p.349-373.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos; Programa de Fortalecimento Institucional para a igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). **O emprego doméstico:** Uma ocupação tipicamente feminina. Brasília: OIT - Organização Internacional do trabalho, 2006. 52 p. (Caderno GRPE; n.3).

_____; **Pesquisa de Emprego e Desemprego.** Recife, Setembro/2008.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado.** Brasília: Departamento de Sociologia/ Universidade de Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, .set./dez. 2005.

DIAS, Maria Odila L. da S. Teoria é método dos estudos feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.

DUARTE, Isis. Las trabajadoras domésticas dominicanas: interrogantes para el movimiento feminista. In: CHANEY, Elsa M. ; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empleadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 178-193.

DURÁN, Maria-Angeles. **La ciudad compartida conocimiento afecto e uso.** Santiago do Chile: Ediciones SUR, 2008.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 215p.

ESPINO, Alma; SALVADOR, Soledad. **Género y oportunidades laborales en el Mercosur:** Elementos para un diagnóstico. Uruguay: Articulación Feminista Marcosur, 2006. (versão preliminar).

FARIAS, Zaira Ary. **Domesticidade: “Cativeiro” feminino?** Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. São Paulo: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ Ministério da Educação e Cultura, 1964. 738p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Ed. Globo, 2006. 504 p.

FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula (orgs.). **Feminismo e novas tecnologias reprodutivas**. Recife: SOS CORPO -Instituto Feminista para a Democracia, 2006. 192 p.

FIRESTONE, Sulamith. **A dialética do sexo - Um manifesto da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil S.A , 1976.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004. 680p.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Le travail domestique: économie des servitudes e du partage. In: HIRATA, Helena et SENOTIER, Danièle (sous la direction). **Femmes et partage du travail**. Paris: Syros, 1996. p. 87-101.

_____. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.) **O trabalho das mulheres**. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 1999. (Cadernos Sempreviva).p. 62-71.

_____. Controverses et anathèmes au sein du féminisme français des années 1970. In: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; LÉPINARD, Eléonore; VARIKAS, Eleni (Coords.). **Cahiers du Genre - Feminisme(s) Penser la pluralité**. Paris: L'Harmattan, n.39, p.13-26, 2005.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Mouvements féministes. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p.125-130.

FRASER, Nancy. **Pour une politique féministe à l'âge de la reconnaissance**: Approche bi-dimensionnelle et justice entre les sexes. In : LES RAPPORTS Sociaux de Sexe, Actuel Marx. n. 30, deuxième semestre. Paris: Presses Universitaire de France , 2001. p.153-173.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984. 573p.

_____. **Sobrados e mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global Editora, 2003. 968 p.

Fundação Perseu Abramo (FPA). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1410>. Acesso em: 13.08.2008.

GÁLVEZ, Thelma; TODARO, Rosalba. Trabajo Doméstico asalariado en Chile: no es un trabajo como los outros. In: CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 269-280.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Estudos Feministas**.Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 0/92, p.57-73.1992.

_____. Empregadas Domésticas – A busca de uma identidade de classe. **Cadernos CEAS**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, setembro/Outubro, n. 123, p. 49-58, 1989.

_____. Qué se compra y que é se vende en el servicio doméstico? El caso de Bogotá: uma revisión crítica. In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary Garcia. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 99-116.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Empregadas Domésticas do Recife: suas condições e aspirações. In **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**. Recife, 1971.

GIRARD, Christiane. Citoyenneté et Culture de la Domesticité des Femmes Noires au Brésil. In: MARQUES-PEREIRA, Bérengère; CARRIER, Alain. **La Citoyenneté social des femmes au Brésil. Action colective, reproduction, informalité et domesticité**. Bruxelles: L'Harmattan, 1996. p. 147-155.

GOGNA, Mônica. Empleadas doméstica em Buenos Aires, el servicio doméstico hoy: ideología y realidad – Empleadas domésticas em Buenos Aires. In: CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 25-40.

GOLDBERG, Anette. **Le dire et le faire féministes**: Une approche socioculturelle du Brésil contemporain. These (Doctorat em Histoire et Civilisations) - Université de Paris VII, UFR de Géographie, Histoire et Sciences de la Société, 1991.

GOLDSMITH, Mary. Políticas y programas de las organizaciones de trabajadoras en México. In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary Garcia. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 195-213.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 237 p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HAMLIN, Cynthia Lins. Ontologia e gênero: o realismo crítico e o método das explicações contrastivas. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 71-81, 2008.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IEC/ECO/UFRJ, v. 1 n.1, p. 7-28, 1993.

HARTMAN, Heidi. **O infeliz casamento do marxismo e feminismo**: Em busca de uma mais progressiva união. Recife: SOS CORPO, [19--]. mimeo.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

HIGMAN, B.W. El servicio doméstico em Jamaica desde 1750. In: CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 81-97.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Ed. SENAC, 2003. p.15-20.

_____. Desenvolvimento e novas relações de trabalho: uma perspectiva comparativa internacional. In: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza et al. Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 23-32.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

_____. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 43-54.

_____. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 63-78.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v.37. n. 132. São Paulo : Fundação Carlos Chagas / Autores Associados, set/dez 2007. p. 595-609.

_____; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: TEIXEIRA, Emílio; NOBRE e GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 65-69 .

_____; Travail (le concept de). In: HIRATA, Helena. LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele et al. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. p. 243-248.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em:<www.ibge.gov.br/noticias>. Acesso em: 27.04.2007.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em:<www.ibge.gov.br/noticias>. Acesso em: 03.12.2008.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et. Al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

_____. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et. al. (Dir.). **Le monde du travail**. Paris: La Découverte, 1998. p. 319-327.

_____. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: LES RAPPORTS sociaux de sexe, Actuel Marx. n. 30. Paris: Presses Universitaires de France, Deuxième semestre, 2001. p. 85-100.

KOFES, Maria Suely. **Diferença e identidades nas armadilhas da igualdade e desigualdade**: Interação e relação entre patroas em empregadas domésticas. 1990. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1990.

_____. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas a empregadas. In: KOFES, Maria Suely et al. **Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 183 – 193.

IPESPE – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas. **Pesquisa de Opinião Pública Trabalhadoras Domésticas**: Observações. Recife: Outubro/1992.

KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236-247.

KUZNESOF, Elizabeth. História del servicio doméstico en la América hispana (1492-1980). In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary Garcia. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.p. 25-40.

LAUTIER, Bruno. Les employées domestiques latino-américaines et la sociologie: tentative d'interprétation d'une béuve. **Cahiers du Genre - Travail des hommes travail des femmes – le Mur invisible**. Paris : L'Harmattan, n. 32, p. 137-160, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne I, Introduction**. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

_____. **Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de la quotidienneté**. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

_____. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

_____. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1979.

_____. A práxis; a relação social como processo. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. SP: LTC, 1977.

LIMA, Maria José de. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: Uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, M.; CAMURÇA, S; OLIVEIRA, E. et al. **Como trabalhar com mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. (Coleção Fazer).

LOBO, Elisabeth de Souza. Os usos do gênero. In: **RELAÇÕES de Gênero x Relações de Sexo**. São Paulo: Departamento de Sociologia - Área de Pós-Graduação, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989. p. 76-85.

_____. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOVELL, Terry. Feminist Social Theory. In: TURNER, Bryan S. (Ed.). **The blackwell companion to social theory**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 307-339.

MACKINTOSH, Maureen. Gender and economics: The sexual division of labour and the subordination of women. In: YOUNG, Kate; WOLKOWITZ, Carol and MCCULLAGH, Roslyn. **Of marriage and the market**: Women's subordination internationally and its lessons. London, England: Routledge, 1984. p. 3-17.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. 2a. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. **A sociedade do atraso**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 228p.

_____. **O poder do atraso, ensaios de Sociologia da história lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 179p.

_____. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP.. São Paulo: Departamento de Sociologia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. v.10, n. 1, Maio de 1998. p. 1 – 7.

_____. **Sociologia e sociedade – Leituras de introdução à Sociologia**. São Paulo: LTC,1977. p. 147-159.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1.

_____. **O capital. Crítica da economia política**. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Porta Adentro. Criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Cristina ; SORJ, Bila (orgs.). **Novos olhares**: Mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Fund. Carlos Chagas/ Marco Zero, 1994. 193-212 p.

MELO, Hildete Pereira de. Feministas y empleadas domésticas en Rio de Janeiro. In: CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.p. 215-234.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. **Os afazeres domésticos contam**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Setembro/2005. 24 p. (Texto para Discussão).

MENESES, Eduardo D. B. de. Prefácio. In: FARIAS, Zaíra Ary. **Domesticidade: “Cativoiro” feminino?** Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1982. p. 7-8.

MIRANDA, Maria de Jesús. Apuntes para una genealogía del afecto. In: PIETRO, Carlos (ed.) **Trabajo, género y tiempo social**. Barcelona: Hacer Editorial/ Editorial Complutense, 2007. p. 100-108.

MITCHEL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, a. 3, n. 14, jul. 1967. p. 5-41.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo político do século XX. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**. São Paulo: Boitempo Editorial, n. 9, 2007. p. 143-151.

_____. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**. São Paulo: Boitempo, 2, nov.2003/maio 2004. p. 95-111.

MORGAN, D.H. J. **The family, politics & social theory**. London: Boston: Melbourne and Henly, Routledge & Kegan Paul, 1985.

MOTTA, Alda Britto da. **Emprego doméstico em Salvador. Relatório final de pesquisa**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Departamento de Sociologia, 1985.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira, corpo e classe social no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. **Cidadania e cultura – O universo das empregadas domésticas em Brasília (1970-1990)**. 1993. Tese (Doutorado, Universidade de Brasília, Instituto de Humanidades, Departamento de Sociologia, Programa de Doutorado em Sociologia). Brasília, janeiro de 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PEREIRA, Milena. VALIENTE, Hugo. **Regimes jurídicos sobre trabalho doméstico remunerado nos estados do Mercosul**. Uruguay: AFM, 2007.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmen; FERREIRA, Simone. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a democracia, 2004. (série pesquisas).

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/>. Consulta realizada em 10.09.2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Edições Vértice 1988. p. 14-43.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Do artesanal ao industrial: A exploração da mulher**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, Vilma S et al . Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 37, n. 1, Feb. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jan. 2009. doi: 10.1590/S0034-89102003000100011.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero e feministas: um campo científico?** São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, 2007. Disponível em: <http://201.48.149.88/anpocs/arquivos/17_10_2007_15_21_39.pdf. > Acesso em: 26/11/2008.

SCHELLEKENS, Thea Schoot Van der Anja. Trabajadoras del hogar en Perú: el difícil camino a la organización. In: CHANEY, Elsa M.; GARCIA CASTRO, Mary. **Muchachas cachifa criada empleada empregadinha sirvienta y...más nada. Trabajadoras del hogar en América Latina y del Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 255-267.

SCHUTZ, Alfred. **Le chercheur et le quotidien**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande Centro de Humanidades, v. 21, n. 1, janeiro-junho 2002. p. 10-31.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1989.

_____. A mulher trabalhadora. In.: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Tradução: Cláudia Gonçalves e Revisão científica Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. (v.4 - O século XIX). p. 442-523.

SCOTT, Russell Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 2, ago.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 dez.2008.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs.). **Mulher e trabalho**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Nosso trabalho tem valor!**: Mulher e agricultura familiar. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a democracia/ Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, ago. 2005.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS DA ÁREA METROPOLITANA DA CIDADE DO RECIFE. **Domésticas: Uma categoria da classe trabalhadora, seus direitos, suas lutas, suas propostas**. Recife: Sindicato dos empregados domésticos da área metropolitana da cidade do Recife/SOS CORPO, 1989.

SIQUEIRA, Marcelo Lettieri & SIQUEIRA, Márcia Lettieri. Desigualdade de renda no Nordeste Brasileiro: uma análise de decomposição. In **Anais do XI Encontro Regional de Economia – ANPEC/Banco do Nordeste**. Fortaleza, 2006.

SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI; Maria Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 15-23.

_____. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.p. 78-88.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de. (orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. As Políticas e as Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO – COMPARAÇÃO BRASIL-FRANÇA. São Paulo: USP/Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril, 2007.

SOUZA, Lêda Maria Teles de. **Dependência de empregada: o espaço da exclusão**. 1991. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária, a árvore da vida**. Tomo I. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 204 p.

_____. **A formação da classe operária, a maldição de Adão**. Tomo II. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 347.

_____. **A formação da classe operária, a força dos trabalhadores**. Tomo III. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p 440.

TOURAINÉ, Alain. **Pour la Sociologie**. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

_____. **Um novo paradigma**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si – Diálogo sobre o sujeito**. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 2004.

TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: Publicacions y Ediciones UB, 2002. p. 133-147.

_____. El tiempo de trabajo y las relaciones de género: las dificultades de un cambio ineludible. In: PIETRO, Carlos (ed.) **“Trabajo, género y tiempo social”**. Barcelona: hacer Editorial, Editorial Complutense, 2007.p. 269-278.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**. Brasília: Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, v. 22, n. 2, maio/agosto, 2007. p.285-308.

VARIKAS, Eleni. Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, n.1/96, 1996. p. 65-93.

VERGOLINO, Tercina Barbosa. **Maids and Mistresses in Recife (Brazil): An Analysis of Linkages Between the Formal and Informal Economy**. 1989. Thesis (Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Sociology in the Graduate College of the University of Illinois at Urbana-Campaign) 1989.

VIDAL, Dominique. **Les bonnes de Rio**: Emploi domestique et société démocratique au Brésil. France : Universitaires du Septentrion, 2007.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1997.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.